

# **REN** Revista Econômica do Nordeste

Volume 46, 2015 (suplemento especial)



**AgroAmigo**  
Banco do Nordeste

**10**  
anos



**REN** Revista  
Econômica  
do Nordeste



# REN Revista Econômica do Nordeste

## BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

### Presidente:

Marcos da Costa Holanda

### Diretores:

Francisco das Chagas Soares | Isaias Matos Dantas | Luiz Carlos Everton de Farias | Manoel Lucena dos Santos | Romildo Carneiro Rolim | Wanger Antônio de Alencar Rocha

## ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

### Revista Econômica do Nordeste – REN

### Superintendente:

Francisco José Araújo Bezerra – Editor Chefe

### Editores Científicos:

Airton Saboya Valente Junior  
Jacqueline Nogueira Cambota  
Francisco Diniz Bezerra  
Luciano J. F. Ximenes  
Maria Odete Alves  
Elizabeth Castelo Branco (Suplente)  
Liliane Cordeiro Barroso (Suplente)

### Editor Executivo:

Luciano J. F. Ximenes  
Maria Odete Alves (Suplente)

### Jornalista Responsável:

Maurício Lima (MTB/CE 01165 JP)

### Comitê Editorial:

Airton Saboya Valente Junior  
Elizabeth Castelo Branco (Suplente)  
Francisco Diniz Bezerra  
Francisco José Araújo Bezerra  
Jacqueline Nogueira Cambota  
Liliane Cordeiro Barroso (Suplente)  
Luciano J. F. Ximenes  
Maria Odete Alves  
Tibério Rômulo Romão Bernardo  
Wellington Santos Damasceno

### Secretário Executivo:

Wellington Santos Damasceno

### Revisão Vernacular:

Hermano José Pinho

### Projeto Gráfico:

Gustavo Bezerra Carvalho

### Portal:

Leonardo Dias Lima

### Conselho Editorial

Aderbal Oliveira Damasceno (PPGDE/UFU)  
Antônio Corrêa de Lacerda (PEPGEP/PUC-SP)  
Antonio Henrique Pinheiro Silveira (FCE/UFBA)  
Carlos Roberto Azzoni (FEA/USP)  
Carmem Aparecida do Valle C. Feijó (UFF)  
Fábio Neves Perácio de Freitas (IE/UFRJ)  
Fabrício Carneiro Linhares (CAEN/UFCE)  
Francisco de Sousa Ramos (Decon/UFPE)  
Frederico Gonzaga Jayme Jr (Cedeplar/UFMG)  
Guilherme Mendes Resende (IPEA)  
Henrique Tomé da Costa Mata (FCE/UFBA)  
Joan Noguera Tur (Universidade de Valência/IIDL)  
Joaquim Bento de S. Ferreira Filho (Esalq/USP)  
Joaquim José Martins Guilhoto (FEA/USP)  
José de Jesus de Sousa Lemos (DEA/UFCE)  
José Luís da Silva Netto Jr (UFPB)  
Ladislau Dowbor (PPGA/PUC-SP)  
Marcel Bursztyn (CDS/UNB)  
Marta dos Reis Castilho (IE/UFRJ)  
Mauro Borges Lemos (CEDEPLAR/UFMG)  
Pery Francisco Assis Shikida (UNIOESTE)  
Pierre Salama (CEPN/UP13)  
Sérgio Luiz de Medeiros Rivero (PPGE/UFPA)  
Sérgio Schneider (UFRGS)  
Tomaz Ponce Dentinho (Universidade dos Açores/GDRS-APDR)

### Responsabilidade e reprodução:

Os artigos publicados na Revista Econômica do Nordeste – REN são de inteira responsabilidade de seus autores. Os conceitos neles emitidos não representam, necessariamente, pontos de vista do Banco do Nordeste do Brasil S.A. Permite-se a reprodução parcial ou total dos artigos da REN, desde que seja mencionada a fonte.

### Endereço para correspondência

ETENE, Av. Silas Munguba, 5.700, bloco A2 térreo, Passaré, CEP: 60.743-902, Fortaleza, Ceará, Brasil. Fone: (85) 3251.5544, 3299.5544, 3299.3034. ren@bnb.gov.br

### Indexação

Dare Database – Unesco (Paris, França), Public Affairs Information Service – PAIS (New York, EUA), Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades – Clase (Coyoacan, México).

**Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme a Lei No 10.994 de 14 de dezembro de 2004**

Revista Econômica do Nordeste, v. 46, 2015, (suplemento especial) – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2015.

v. 46: il.; 28 cm.

Trimestral

Primeiro título a partir de julho de 1969, sendo que, de julho de 1969 a janeiro de 1973, o título do periódico era Revista Econômica.

Sumários em português e inglês.

ISSN 0100-4956 (impressa)

ISSN 2357-9226 (eletrônica)

1. Economia – Desenvolvimento Regional – Brasil. I. Banco do Nordeste do Brasil, Fortaleza, CE.

CDD 330

---

## Sumário

---

<b>EDITORIAL</b> .....	7
<b>AGROAMIGO: UMA ANÁLISE DE SUA IMPORTÂNCIA NO DESEMPENHO DO PRONAF B</b> Agroamigo: an analysis of its importance on the performance of Pronaf B .....	9
<b>CONCENTRAÇÃO E ADERÊNCIA DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTO DO AGROAMIGO: EVIDÊNCIAS PARA O NORDESTE BRASILEIRO</b> Concentration and resources adherence of the Agroamigo: evidence for the Brazilian Northeast.....	21
<b>PERCEPÇÃO DE MUTUÁRIOS DO AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA- BA</b> The Agroamigo Borrowers Perception in Amargosa-Ba (Brazil) Municipality .....	39
<b>MICROCRÉDITO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL: O AGROAMIGO INVESTIMENTO E CUSTEIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE</b> Microcredit, infrastructure and rural development: Agroamigo investment and funding in family farming in the territories of Rio Grande do Norte.....	55
<b>FACES DO AGROAMIGO NO ESTADO DO PIAUÍ: DEZ ANOS DE DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL</b> Agroamigo faces in the State of Piaui: ten years of economic and social dynamics.....	73
<b>O AGROAMIGO E A EQUIDADE NO REPASSE DE RECURSOS: EVIDÊNCIAS USANDO A FRONTEIRA DE MELHOR DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS PARA IDÊNTICAS NECESSIDADES</b> Agroamigo and equity in the resources allocation: evidence using the optimal frontier of available services for identical needs .....	89
<b>O AGROAMIGO E A ESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: IMPACTOS NA CADEIA DA APICULTURA NO SERTÃO DO APODI (RN)</b> The Agroamigo and the family farming arrangement in citizenship territories: impacts in the apiculture chain in Sertão do Apodi (RN).....	105
<b>O AGROAMIGO EM PERNAMBUCO: ALGUNS RESULTADOS</b> The Agroamigo in Pernambuco: Some Results.....	123
<b>DEZ ANOS DO PROGRAMA AGROAMIGO NA REGIÃO NORDESTE: EVOLUÇÃO, RESULTADOS E LIMITES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR</b> Ten years of Agroamigo Program in the Northeast Region: evolution, results and limits for Strengthening of the Family Farming.....	139
<b>O AGROAMIGO E O PÚBLICO POTENCIAL DO PRONAF B: UMA ANÁLISE DO ALCANCE A PARTIR DO CADASTRO SOCIOECONÔMICO</b> Agroamigo and public potential Pronaf B: an analysis of reach from socioeconomic cadaster.....	161

---



---

## EDITORIAL

### Agroamigo Dez Anos

---

Maria Odete Alves\*

A presente edição especial da Revista Econômica do Nordeste (REN) foi organizada para celebrar os dez anos do Agroamigo, Programa de Microfinança Rural do BNB. Composta de 10 artigos, a Edição é resultado do esforço de vários estudiosos dos temas agricultura familiar e Agroamigo, pertencentes a diferentes centros acadêmicos da Região.

Aqui o leitor tem a possibilidade de observar o Agroamigo sob diversas perspectivas de análise, inclusive a partir de um olhar voltado para toda a área de sua abrangência ou circunscrito a territórios selecionados. Por exemplo, a pesquisa de Baiardi et al., realizada em Amargosa (BA), adota a perspectiva dos próprios agricultores, mostrando como eles percebem o papel do financiamento na sua reprodução social e fixação no território. Noutros dois artigos, as discussões realizadas por Nunes et al. envolvem territórios da cidadania do Rio Grande do Norte: no primeiro, os autores verificam as relações e interfaces que o crédito nas linhas de “Investimento” e “Custeio” consegue manter com a agricultura familiar; no segundo, verificam o seu papel na estruturação da cadeia produtiva apícola nesses territórios. Por sua vez, a capacidade do Programa de suprir as necessidades de microcrédito das atividades produtivas piauienses é tratada por Gomes, Carvalho & Costa, enquanto os aspectos adimplência, inadimplência e adequabilidade do crédito às necessidades dos agricultores familiares pernambucanos são objeto de estudo de Vital & Melo.

Quanto às apreciações que consideram toda a área de abrangência do Agroamigo, o leitor encontrará em cinco outros artigos: Maia & Pinto, cuja análise se debruça sobre a capacidade do Programa de potencializar o desempenho do Pronaf B; Oliveira, Almeida & Taques, que verificam o grau de concentração dos financiamentos e a aderência dos recursos em relação à distribuição relativa da população rural no mesmo território; Almeida & Oliveira, que apresentam um debate sobre a equidade na distribuição locacional e a capacidade do Programa de cobrir demandas de lugares com população mais carente; Aquino & Bastos, cujo estudo apresenta um balanço dos avanços e limites do Programa durante os 10 anos de sua existência, e; Alves, que verifica se o Agroamigo continua privilegiando o seu público-alvo inicial, apesar da expansão recente para outros públicos do Pronaf.

Foi uma satisfação organizar esta edição especial da REN. Entendo que, além de disseminar conhecimento e informações sobre os resultados do Agroamigo, os aspectos abordados e as discussões empreendidas nos trabalhos que compõem esta edição contribuam para o aperfeiçoamento do Programa, na medida em que mostram avanços e limites em relação ao seu objetivo principal de fortalecer os agricultores familiares mais pobres da área de atuação do BNB.

Boa leitura!

---

\* Doutora em Desenvolvimento Sustentável e pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste / Banco do Nordeste do Brasil.

---





## **AGROAMIGO: UMA ANÁLISE DE SUA IMPORTÂNCIA NO DESEMPENHO DO PRONAF B**

### **Agroamigo: an analysis of its importance on the performance of PRONAF B**

**Guilherme Baptista da Silva Maia**

Economista. Doutor em Economia (IE/UFRJ). Gerente da Área de Agropecuária e Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (AGRIS/BNDES)

**Arthur de Rezende Pinto**

Economista. Mestre em Economia (CEDEPLAR/UFMG). Economista da Área de Agropecuária e Inclusão Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (AGRIS/BNDES)

---

**Resumo:** Com o intuito de garantir o acesso ao crédito de agricultores familiares o Governo Federal criou, em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), estruturando-o em diversos segmentos. O Pronaf B visa atender aos agricultores socialmente vulneráveis e, justamente por isso, é a linha que apresenta os maiores desafios de sustentabilidade. Há cerca de dez anos o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) criou uma nova metodologia, o Agroamigo, que buscou superar estas dificuldades. O objetivo deste artigo é, partindo de um resgate das dificuldades de operacionalização do Pronaf que levaram à construção da nova metodologia, verificar a eficácia do Agroamigo no desempenho do microcrédito produtivo orientado rural (Pronaf B). Foram encontrados indícios de que a metodologia potencializou o desempenho do Programa.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Crédito Rural; Inclusão Social; Desenvolvimento.

**Abstract:** In order to ensure the access to credit for family farmers, the Brazilian federal government created in 1996 the National Programme for Strengthening Family Agriculture (Pronaf), structuring it in several segments. The Pronaf B line aims to meet socially vulnerable family farmers, just the segment that presents the greatest challenges of sustainability. About ten years ago the Brazilian Northeast Bank (BNB) has created a new methodology, the Agroamigo, which sought to overcome these difficulties. The purpose of this article is, from a review of the difficulties in operationalization of Pronaf B and the construction of the new methodology; to verify the effectiveness of Agroamigo on the performance of oriented productive rural microcredit (Pronaf B). There are indications that the used methodology increased the performance of the Program.

**Key words:** Family Farmers; Rural Credit; Social Inclusion; Development

## 1 Introdução

A agropecuária enfrenta um nível de incerteza mais significativo do que outros setores da economia. Na maior parte das atividades produtivas, o produtor prevê com bastante precisão o nível de produto que o processo produtivo gerará. Na agricultura, contudo, a produção está sujeita a fatores exógenos sejam climáticos (secas, geadas, etc), sejam decorrentes de pragas, infestações e doenças na lavoura. Há maior risco nos volumes produzidos e, conseqüentemente, variações inesperadas nos preços decorrentes da interação entre oferta e demanda.

A volatilidade do setor, ao ampliar a incerteza sobre os rendimentos futuros, amplia o risco percebido e inibe a concessão de crédito com reflexos sobre o custeio e sobre a taxa de investimento com óbvios impactos sobre a produtividade. Estes fatores diminuem a remuneração dos agricultores e, conseqüentemente, restringem mais uma vez o acesso ao crédito para realização dos investimentos, formando um círculo vicioso.

Estas restrições são particularmente mais severas para os agricultores familiares, em geral pouco capitalizados e com menos ativos para disponibilizar como garantia a créditos bancários. O IBGE com base nos dados do Censo Agropecuário 2006 considerou como estabelecimentos de agricultura familiar aqueles que atendiam simultaneamente quatro requisitos: sua área não excedia quatro módulos fiscais, a direção do estabelecimento era familiar, o trabalho familiar predominava sobre o trabalho contratado e as atividades econômicas vinculadas ao estabelecimento eram fonte da maior parte da renda da família. Com base nesses critérios, foram classificados como de agricultura familiar 4,3 milhões de estabelecimentos agropecuários, isto é, 84% do total existente no País. Nesses estabelecimentos de agricultura familiar, estavam ocupados, em 2006, 12,3 milhões de pessoas (equivalendo a 74% do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários do País), dos quais 11 milhões tinham laços de parentesco com o produtor. A análise revelou, ainda, que 38% do valor da produção agropecuária apurado pelo Censo Agropecuário foi oriundo de estabelecimentos de agricultura familiar.

É bem verdade que há uma grande heterogeneidade entre os agricultores familiares. Ao mesmo tempo que existe agricultores familiares

relativamente bem inseridos nos mercados, há uma proporção relevante de famílias engajadas na agricultura familiar em situação de vulnerabilidade social – o Censo Agropecuário de 2006 sugere isso ao constatar que 20% dos estabelecimentos de agricultura familiar produziram, em 2006, apenas para o autoconsumo. Evidentemente, para estes grupos de produtores mais vulneráveis o acesso ao crédito é ainda mais problemático.

Para fazer frente a estes desafios o Governo Federal buscou estruturar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), programa de crédito voltado à agricultura familiar que, ao longo dos anos, vem se aperfeiçoando. É neste contexto que, em 2005, surge o Agroamigo, uma metodologia inovadora que buscou viabilizar a concessão e sustentabilidade do crédito para o seguimento de agricultores mais frágeis socialmente, isto é, aqueles pertencentes à categoria B do Pronaf que estão na área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com significativa parcela no semiárido brasileiro.

O objetivo deste trabalho é analisar se a metodologia construída com o Agroamigo garantiu um desempenho sustentável das operações do Pronaf do BNB. Em caso afirmativo, apresentar as possíveis razões. Para tanto, está estruturado em quatro seções inclusive esta introdução. Na próxima seção resgatam-se os motivos que levaram à criação do Pronaf e sua separação em diferentes linhas. Ressalta-se também as dificuldades que levaram à construção da metodologia do Agroamigo e algumas análises do Programa. Na terceira seção, com base nos dados do BNB, MDA e BACEN, exercita-se uma comparação do desempenho do Agroamigo com outras linhas do Pronaf. Por fim, a última seção sistematiza as conclusões e tece alguns comentários.

## 2 O Pronaf B

### 2.1 Caracterização do Programa

Criado pelo Governo Federal em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) objetiva fornecer crédito de custeio e investimento aos agricultores familiares, em condições mais favoráveis do que aquelas vigentes no crédito rural convencional. Quando da sua criação o público elegível para receber as linhas de financiamento do Programa deveria atender simul-

taneamente aos seguintes critérios: i) explorar parcela da terra, na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; ii) residir na propriedade ou em local próximo; iii) possuir no máximo quatro módulos fiscais de terra<sup>1</sup>, quantificados conforme a legislação em vigor; iv) não manter empregado permanente, admitindo-se o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; v) obter no mínimo 80% de sua renda bruta anual da exploração agropecuária ou extrativa<sup>2</sup>.

Em seus primórdios, o Programa não distinguia os potenciais beneficiários quanto ao rendimento que auferiam, bastando que eles se enquadrassem nas condições mencionadas. Com o tempo foi ficando claro que a categoria “agricultores familiares” é bastante heterogênea, contemplando tanto agricultores estruturados e inseridos nos mercados quanto aqueles carentes em todas as etapas de produção e comercialização. Como, em seu início, não havia segmentação em categorias obteve-se um resultado viesado, com uma seleção de mutuários na região Sul do País – 65% do valor financiado nos quatro primeiros anos-safra – beneficiando os agricultores mais estruturados. Ao fim, reproduzia-se, de certa maneira, o padrão de acesso a crédito verificado historicamente no Sistema Nacional de Crédito Rural (Corrêa & Silva, 2007).

Frente a estas limitações, buscou-se aperfeiçoar o Pronaf delimitando-se diversas categorias de beneficiários. Com a transferência do Programa para o então recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), definiram-se quatro grupos de beneficiários (A, B, C e D), para os quais haveria orçamentos próprios<sup>3</sup> e condições es-

pecíficas de financiamento<sup>4</sup>. O grupo A era específico para as famílias assentadas pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária, de certa forma compensando a extinção do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera). Os demais grupos passaram a ser caracterizados de acordo com a renda familiar anual dos produtores. O intuito era adequar as condições de pagamento à faixa de renda das distintas famílias, garantindo-se uma dotação orçamentária para cada um dos grupos. Com isso, as famílias mais pobres não teriam que disputar recursos com os agricultores familiares mais capitalizados, tendo portanto maiores chances na obtenção de recursos.

Os agricultores familiares com menores rendas anuais foram enquadrados como o grupo B do Pronaf. Estes teriam acesso a melhores condições de financiamentos, a despeito do maior risco de inadimplência. Percebe-se que a combinação de baixo retorno e alto risco reduz fortemente o incentivo às instituições privadas em operar o Programa, limitando o *funding* ao uso de recursos público. Diante disso, a criação do Pronaf B esteve associada à determinação, por parte do Governo Federal, de que o financiamento a esse grupo de produtores tivesse como fonte de recursos o próprio Orçamento Geral da União (OGU)<sup>5</sup>.

Na medida em que os recursos eram provenientes do OGU a definição de onde estes seriam aplicados ficou a cargo do MDA e, embora não houvesse nenhuma determinação legal para uma regionalização do Pronaf B, o ministério direcionou os financiamentos a esse grupo apenas para municípios da região Nordeste, Amazônia e norte de Minas Gerais e Espírito Santo, regiões historicamente vulneráveis do ponto de vista social.

O grupo B é hoje formado pelos produtores com renda anual familiar bruta de até R\$ 20.000,00<sup>6</sup> – excluindo-se os proventos de aposentadoria rural. Para o ano safra 2014/2015, o valor máximo por

1 “Módulo fiscal” é uma unidade de referência fundiária que varia conforme o município, segundo critérios de produtividade da terra, culturas mais comuns na região, etc. Para detalhes, ver [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br).

2 Resolução CMN nº 2.191/95.

3 Visto que as taxas de juros do crédito Pronaf podem ser insuficientes para a cobertura dos custos de operacionalização do Programa (que envolvem custos de captação de recursos, tributários e operacionais), o Pronaf só é viável porque a Secretaria do Tesouro Nacional – STN (Ministério da Fazenda) arca com a diferença entre as receitas e os custos do Programa, por intermédio de um procedimento conhecido como “equalização de encargos financeiros”. A STN define, a cada ano, para os distintos grupos do Pronaf, os montantes máximos passíveis de equalização para cada fonte de recursos; essas informações são divulgadas nas Portarias de Equalização da STN/MF.

4 Simultaneamente à criação dos quatro grupos do Pronaf, criou-se o crédito coletivo para pessoas jurídicas, destinado a associações e cooperativas; e autorizou-se o financiamento a atividades não agrícolas – como o turismo rural e o artesanato – e a atividades ligadas ao meio ambiente.

5 Para os demais grupos do Pronaf, eram também usados, como fonte de recursos, o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), os Fundos Constitucionais e os Recursos Obrigatórios relativos aos depósitos à vista. Para detalhes, consultar De Conti & Roitman (2011).

6 Dados relativos ao ano safra 2014/2015. Quando da criação do Pronaf B, em 1999, o limite superior para enquadramento das famílias no grupo era de R\$ 1.500,00 anuais.

operação é de R\$ 2.500,00, sendo que este valor pode ser elevado para R\$4.000,00 quando for utilizada a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). As taxas de juros incidentes sobre os financiamentos ao grupo B são de apenas 0,5% a.a., e há um importante atrativo: um bônus de adimplência de 25% ou 40% (no semiárido) sobre cada parcela paga em dia. Assim a adimplência do mutuário lhe permite contar com uma taxa de juros real negativa, já que os rebates concedidos aos pagamentos em dia permitem que os produtores enquadrados no grupo B devolvam aos bancos quantias menores do que aquelas que receberam no momento da concessão do financiamento.

Essas facilidades são concedidas em função da particular vulnerabilidade do grupo beneficiário, constituído de agricultores de baixa renda, em sua quase totalidade, completamente excluídos do sistema ordinário de financiamento produtivo. Espera-se que esses recursos viabilizem a inclusão produtiva dos estabelecimentos em questão, promovendo um aumento da renda e, consequentemente, do bem-estar das famílias beneficiárias (MAIA *et al.*, 2012).

## 2.2 O Agroamigo

A necessidade de aprimoramento do Pronaf B tornou-se patente a partir das dificuldades que foram surgindo com a operacionalização do Programa. Para superá-las, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) desenvolveu em parceria com o MDA e com a GTZ (Cooperação Alemã para o Desenvolvimento) uma nova metodologia, inspirada no bem-sucedido Crediamigo, programa de microcrédito urbano do BNB.

Uma das primeiras questões a ser enfrentada era a dificuldade de expansão e difusão territorial do Programa, limitada pelas cerca de 150 agências do BNB existentes à época. Era evidente a necessidade da ampliação da capilaridade para atender agricultores familiares espalhados pelos quase 2.000 municípios da região Nordeste e do norte de Minas Gerais e Espírito Santo. Uma primeira solução apontou para a utilização de empresas de assistência técnica e extensão rural (ATER). Os agricultores familiares enquadrados no grupo B dirigiam-se aos escritórios locais das empresas de ATER, que elaboravam a proposta simplificada de crédito e a encaminhavam ao Banco. Com a

aprovação da operação, o produtor compareceria à agência bancária para a assinatura do contrato e a liberação dos recursos.

Com isso, permitiu-se que o Pronaf B chegasse a municípios que não contavam com agências do BNB. Havia, contudo, um problema neste formato. O reduzido nível de informação do público-alvo tornava-o arredo a financiamentos o que, somado ao baixíssimo percentual de estabelecimentos agropecuários na região que contavam com assistência técnica, restringia a difusão do Pronaf B.

Havia outra grande fragilidade associada ao Pronaf B nos primeiros anos de sua existência. Sua elevada taxa de inadimplência o tornou um problema para a União, detentora do risco dos financiamentos. Segundo a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (BRASIL.MF, 2008), as operações do Pronaf B contratadas até 30/06/2006 e ativas em 31/08/2007 tinham mais de 222 mil contratos em situação de inadimplência. Esse quadro fez com que a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA) baixasse a Portaria SAF nº. 105/2007, que determinou a suspensão de novas operações do Pronaf B em municípios em que essa Linha tivesse taxa de inadimplência superior a 15% e mais de 50 contratos em atraso. Como este limite havia sido ultrapassado na maior parte dos municípios nordestinos, em novembro de 2008 as operações do Pronaf B foram suspensas em 1.192 dos 1.989 municípios na área de atuação do BNB (Maciel, 2009). Os dados enviados pelas instituições financeiras à SAF, apresentados em Abramovay (2008), mostram que a taxa de inadimplência do Pronaf B em 2008 era superior a 60% em 479 municípios.

As altas taxas de inadimplência desta época podem ser explicadas por alguns fatores ligados às características dos agricultores familiares do grupo B, com reduzidos níveis de renda e sem acesso prévio a crédito formal. Neste grupo há grande vulnerabilidade e flutuação na renda auferida, que dificulta sobremaneira o planejamento para pagamento das prestações no prazo correto. Há também certa incompreensão dos objetivos do crédito que leva alguns a contraírem financiamentos não para aplicar em atividades produtivas, mas sim para pagar despesas da família. A utilização indevida dos recursos é, assim, uma das causas da inadimplência. Alguns autores (Abramovay, 2008, p.18; Bittencourt *et al.*, 2005, p. 213) apontam, ainda, a existência de uma “cultura local” que estimula o

não pagamento do financiamento, por vê-lo como uma transferência de renda a que os agricultores familiares teriam direito ou ainda por acreditarem em uma futura renegociação das dívidas.

Nesse período, a operacionalização do Pronaf B não previa uma relação direta entre o tomador dos recursos e o Banco, já que o contato do mutuário era feito com as empresas de ATER, que tendiam a elaborar as propostas de crédito de maneira padronizada. Nenhum dos dois atores envolvidos no processo de concessão do crédito – nem o Banco, nem as empresas de ATER – desempenhava o papel de reforçar com o mutuário os compromissos assumidos ao contrair o financiamento. Pode-se intuir que isso decorria do fato do risco das operações ser da União ou dos Fundos Constitucionais, configurando o que a literatura econômica chama de “problema de agente-principal”. Os incentivos dos bancos (agentes) a acompanharem as operações e a cobrarem créditos em atraso é possivelmente menor do que seria caso assumissem o risco dos financiamentos. No caso de financiamentos com recursos do OGU, as operações em inadimplência podem ser inscritas na Dívida Ativa da União. Porém, de acordo com SPE (2008), mais de 100 mil operações do Pronaf B com recursos do OGU estavam, em 2007, em inadimplência, mas não tinham sido inscritas na Dívida Ativa da União<sup>7</sup>.

Além disso, existem ainda as renegociações de dívidas, frequentes no crédito rural como um todo e que, no caso do Pronaf B, podem ser particularmente generosas com os inadimplentes. A Lei 12.249 / 2010 estabeleceu o rebate de 60% nas dívidas referentes às operações do Pronaf B contratadas em 2005 ou 2006; para as operações contratadas até 2004, de valor inferior a R\$ 1.000,00, as dívidas foram integralmente perdoadas. Assim, se por outro lado o bônus de adimplência é um incentivo à pontualidade, as sanções pela inadimplência podem ser consideradas brandas, resultando em um incentivo indeterminado.

O Agroamigo inovou ao estabelecer um mediador adicional na relação entre os agricultores familiares e o Banco: um assessor de microcrédito rural, figura central para o sucesso dessa nova metodologia. Esse assessor age como um represen-

tante do BNB junto ao mutuário, apesar de não ser um funcionário do Banco, posto que é contratado pelo Instituto Nordeste de Cidadania (INEC), uma OSCIP parceira do BNB. Ao assessor de microcrédito rural cabe divulgar o Programa, por meio de palestras informativas, que ocorrem na própria comunidade em escolas, igrejas ou sedes comunitárias. Os agricultores familiares enquadrados no grupo B e interessados em obter financiamento são, posteriormente, entrevistados pelo assessor de microcrédito rural, que elabora uma “proposta simplificada de crédito”. Essa proposta é entregue pelo assessor em uma agência do BNB e, caso aprovada, os recursos podem ser liberados na própria agência por meio de crédito em conta corrente.

A figura do assessor de microcrédito rural, sempre que possível alguém com origem na sua área de atuação, age de forma a resolver os problemas anteriormente citados, pois tomam a iniciativa de apresentar o Programa às comunidades, minimizando as desconfianças e abolindo a necessidade de que o futuro mutuário compareça à agência do BNB, o que reduz a possibilidade do constrangimento que alguns agricultores socialmente vulneráveis sentem ao demandar crédito. Essas alterações colaboraram para a expansão do Pronaf B entre os estabelecimentos agropecuários na região de atuação do BNB.

A introdução da metodologia do Agroamigo alterou substancialmente o nível de inadimplência do Pronaf B. Sem dúvida, a despeito da existência de outros fatores, há de se destacar o papel essencial dos assessores de microcrédito. Em primeiro lugar, porque ele estabelece uma relação pessoal com os mutuários, iniciada por uma entrevista pessoal com cada um deles. Durante a entrevista, o assessor deve esclarecer ao candidato ao financiamento que, ao contrai-lo, ele assume os compromissos de utilizar os recursos corretamente e obter retorno com essa atividade dentro do prazo do financiamento. A entrevista é uma oportunidade para destacar os benefícios do Programa, como a reduzida taxa de juros e o significativo bônus de adimplência.

Ao enfatizarem os compromissos assumidos pelos mutuários e as consequências do inadimplimento, os assessores de microcrédito exercem certa pressão sobre os agricultores do grupo B para que paguem o financiamento em dia. Por outro lado, na medida em que o mutuário não tem

7 Uma vez que a operação tenha sido inscrita na Dívida Ativa da União, o mutuário inadimplente passa a dever não mais ao Banco, mas à União. Nesse caso, a União pode ajuizar uma ação contra o devedor.



um contato recorrente com as empresas de ATER e nem as percebe como representantes do Banco, a atuação dessas empresas pouco contribui para induzir à adimplência por parte dos agricultores do grupo B.

Há diferenças, também, nos incentivos a que estão sujeitos os mediadores nas distintas metodologias. No Agroamigo, quando o assessor elabora uma proposta de crédito que é aprovada, a operação passa a fazer parte de sua carteira e ele fica responsável pela operação durante todo o período em que ela permanece ativa. A remuneração variável do assessor de microcrédito rural é função não apenas do número de operações por ele efetuadas, mas também do nível de adimplência de sua carteira. Ademais, para evitar que o assessor comprometa a qualidade de sua carteira ao tentar elevar demasiadamente o número de operações, a remuneração variável não é afetada caso o número de operações ultrapasse um determinado limite superior (Maciel, 2009).

As características do Agroamigo ligadas à figura do assessor de microcrédito rural – maior e melhor relacionamento com o mutuário e incentivo à qualidade da carteira – auxiliaram a reduzir a inadimplência nas operações do Pronaf B. Segundo o Relatório de Microfinanças do BNB (2013) a taxa de inadimplência do Agroamigo era de 3,30%, muito inferior à registrada na metodologia convencional.

No que se refere à difusão do Programa, os dados não são menos impressionantes. Ainda segundo o Relatório de Microfinanças do BNB (2013), em 2005 havia 18.044 clientes ativos e, em 2013 este número alcançava 734.265 clientes ativos. Portanto as mudanças no Pronaf B tiveram ao menos dois importantes resultados positivos: o aumento da difusão do Programa, que contribui ao objetivo de concessão de crédito em condições facilitadas ao maior número possível de agricultores familiares de baixa renda; e a redução da inadimplência. Esses aprimoramentos foram fundamentais para o fortalecimento do Pronaf B enquanto instrumento privilegiado de ação social e inserção financeira nas áreas mais carentes do País.

Diante de tantos resultados positivos, caberia perguntar em que medida a difusão e fortalecimento do Programa foram capazes de melhorar a vida dos agricultores familiares mais vulneráveis. Há ao menos dois importantes trabalhos que buscam avaliar a efetividade do Agroamigo. A seção

seguinte dedica-se a descrever os principais resultados obtidos.

### 2.3 Análises sobre o Agroamigo

O Nordeste rural acompanhou o processo de desconcentração de renda do restante do País, com sua classe C que representava 20,6% da população em 2003 tendo passado para 35,4% em 2009. No mesmo período houve uma redução significativa dos indivíduos pertencentes à classe E (cerca de 780 mil pessoas) o que significa uma redução da pobreza segundo a metodologia utilizada por Neri (2012). Parte desta evolução social esteve condicionada ao crescimento de microempreendedores rurais. Este corte regional representa um universo possível de clientes do Pronaf B e do Agroamigo.

No perfil destes potenciais clientes destaca-se o precário acesso à infraestrutura. Quando se trata do acesso à água, recurso fundamental no desenvolvimento de atividades agrícolas, observa-se que apenas 30,21% dos novos clientes possuíam abastecimento público, com o restante se dividindo entre aqueles com cisterna (24,55%), poço (28,49%) ou açude (16,12%). Em compensação 96% dos clientes do Programa tinham acesso à energia elétrica e 95% comercializam seus produtos localmente, compensando parcialmente as dificuldades da precária estrutura de transportes.

Outro aspecto muito relevante nos clientes potenciais do Agroamigo que é sua reduzidíssima “bancarização”. Na base de dados utilizada no trabalho coordenado por Neri (2012), 90,56% dos clientes não possuem uma conta corrente e a quase totalidade não possui cartões de crédito. O único produto com alguma relevância é a caderneta de poupança, possuída por cerca de 15% dos clientes. Estes dados dão conta da restrição no acesso ao sistema bancário deste público e ampliam ainda mais a importância da metodologia do Agroamigo.

Neri (ibidem) buscou identificar as variáveis que geraram impacto no desempenho dos potenciais clientes do Agroamigo. Segundo o autor a operacionalização do crédito será tão mais benéfica quando permitir que boas e novas oportunidades de negócios sejam implementadas e, em alguma medida, inibir as más iniciativas. Desta forma buscou entender como os clientes do Agroamigo se comportavam em distintos períodos relativamente a lucro e adimplência utilizando duas amostras de clientes do Programa: i) uma com

questionário mais simplificado contendo 65 mil clientes englobando receitas e lucros em dois momentos distintos e; (ii) uma mais recente e com um número maior de informações de cerca de 7,5 mil clientes. Os resultados indicaram que o Agroamigo teve impactos positivos nas condições de vida produtiva da clientela.

Em relação à primeira base de dados, foi utilizado um modelo controlado de equação de receitas, lucro, custo e reembolso isolando os efeitos de diferença em diferença<sup>8</sup>. Os principais resultados podem ser sistematizados da seguinte forma: (i) homens apresentam um lucro ligeiramente superior que mulheres; (ii) não há correlação significativa entre lucro e assistência técnica; (iii) a participação em organizações sociais apresenta uma correlação negativa com o lucro e (iv) há uma correlação clara entre lucro e diversificação da atividade produtiva, sendo o lucro maior para aqueles que não têm dedicação exclusiva à atividade agropecuária.

Vale ressaltar que estes resultados estão condicionados pela amostra que foi utilizada. Isto significa que apenas dois períodos foram considerados na comparação o que, obviamente, não permitiu observar os efeitos do tempo nas variáveis elencadas. Este efeito pode ser muito significativo, em especial quando se considera a relação entre o lucro com a assistência técnica e a participação em organizações sociais. Como destacado no próprio texto “*É preciso captar a evolução temporal do lucro interagindo com estas variáveis*” (ibidem, p.145).

A segunda base de dados foi usada para avaliar os principais determinantes do atraso de pagamentos dos clientes – 2,9% na amostra utilizada – hierarquizando-se uma lista de variáveis-chave. A principal variável explicativa da inadimplência foi a oferta de água, suplantando as variáveis ligadas às condições de crédito, sociodemográficas ou da unidade produtiva. Este resultado é plenamente compatível com o perfil dos clientes, geograficamente localizados em áreas majoritariamente pertencentes ao semiárido. O segundo fator explicativo foi a unidade da federação, o que pode indicar um desenvolvimento assimétrico na difusão regio-

nal do Programa. O terceiro fator foi a estrutura de pagamentos do contrato de crédito, caracterizado pela periodicidade das parcelas – a probabilidade de inadimplência se eleva em pagamentos mais frequentes.

Um segundo trabalho que buscou traçar um retrato do público do Agroamigo e avaliar os impactos do Programa é aquele desenvolvido por Abramovay et al. (2012). A análise de impacto envolveu a comparação entre os indivíduos expostos ao Programa há algum tempo e aqueles que tinham acabado de ingressar no Agroamigo. Avaliou-se o impacto do Programa sobre a posse e venda de animais, produção agrícola, indicadores de riqueza e concentração produtiva. Os efeitos do Programa sobre as duas últimas variáveis são, contudo, extremamente reduzidos ou pouco significantes.

Quanto à posse e venda de animais, os resultados encontrados sugerem efeitos positivos do Agroamigo. Clientes há mais tempo no Programa tiveram um crescimento cerca de 19% (em média) maior no valor de seus rebanhos. Já quando se avalia as vendas, tem-se que os clientes antigos possuíam vendas 40% mais elevadas em 2010. Em ambos os casos quando se permite que o efeito seja heterogêneo entre regiões, percebe-se que o resultado é bem mais claro entre os clientes situados fora do semiárido, ressaltando, mais uma vez, a importância do acesso à água.

Estes resultados incluem somente os clientes que tinham rebanhos em 2006 e 2010, ou seja aqueles que já possuíam animais inicialmente. Excluíram-se portanto aqueles que não possuíam animais inicialmente. Contudo, as estimativas sugerem um efeito positivo também para este grupo, pois, uma exposição mais prolongada ao programa está associada a uma elevação de 10% sobre a probabilidade de possuir animais.

Para se avaliar os aspectos ligados à produção agrícola, os autores trabalharam sobre o valor das vendas entre 2006 e 2010, avaliando o impacto da exposição ao Programa sobre a margem intensiva das vendas agrícolas – somente foram incluídos os clientes que possuíam valores positivos para esta variável em ambos os períodos. Encontrou-se uma correlação positiva entre a participação no Programa e o crescimento das vendas, com os clientes há mais tempo no Programa, experimentando um aumento cerca de 30% maior do que os clientes ingressantes.

No que se refere à inclusão no mercado, bus-

8 Utilizam-se dados em dois períodos, antes e depois do evento, avaliando-se os efeitos em dois grupos: um afetado pelo evento (grupo tratamento) e um grupo de controle. A diferença entre a diferença verificada entre os dois períodos, entre cada um dos grupos é a diferença em diferença e representa o impacto do evento que se quer avaliar.



cou-se avaliar se a exposição ao Programa está associada a uma participação maior dos indivíduos na produção agrícola voltada à venda nos mercados. Os resultados foram pouco significantes, mas quando se considerou a heterogeneidade entre regiões, os resultados foram positivos e significantes para os clientes fora do semiárido.

Ao longo das seções precedentes, observaram-se os desafios que a operacionalização do crédito rural, e todos os atores envolvidos, tiveram de superar. O Agroamigo foi fundamental na distribuição espacial dos recursos do Pronaf, na adequação de crédito ao agricultor de baixa renda e na qualidade de aplicação dos recursos de Pronaf B. Ademais, os trabalhos que buscaram avaliar o impacto do Programa em variáveis-chave da Produção e renda rural apresentam resultados positivos, indicando a sua efetividade.

Diante da inovação que foi a constituição da metodologia, capaz de alinhar incentivos tanto dos assessores de microcrédito rural quanto dos agricultores e conferir sucesso a operações com um perfil tão particular quanto às de Pronaf B, cabe, 10 anos após a criação do Agroamigo, avaliar seus efeitos sobre a capacidade de sustentação do investimento. A Seção 3 objetiva contribuir com a análise, desenvolvendo um exercício empírico a partir dos dados disponibilizados pelo BNB e daqueles constantes dos Anuários Estatísticos do Crédito Rural (2005 a 2012) e da Matriz de Dados do Crédito Rural (2013 a 2015)<sup>9</sup>.

### 3 Operações de Pronaf e a aplicação da metodologia do Agroamigo

#### 3.1 Análise dos dados

Desde 2005, ano de criação da metodologia do Agroamigo, foram celebradas cerca de 19,2 milhões de operações de crédito no âmbito do Pronaf. Agricultores da região Nordeste do País foram responsáveis, desde então, por uma participação de 48% do total de operações (BACEN). Se por um lado essa participação condiz com o elevado percentual de estabelecimentos de agricultura familiar da região, 50% do total do País, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, por outro, observa-se que há produtores rurais elegíveis ao

Programa e que não acessam tais recursos.

Em 2013 havia, aproximadamente, 4,5 milhões de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)<sup>10</sup> válidas, sendo que mais de 2,7 milhões (60%) delas estavam de posse de agricultores nordestinos. A despeito da supremacia na quantidade de DAPs, há muitos agricultores da Região que são elegíveis à obtenção de recursos do Programa, mas que não efetivam operações de crédito. Nos Planos Safra 2011/2012 e 2012/2013, dentre os agricultores nordestinos detentores de DAP sequer 20% deles acessou recursos do Pronaf. Há, portanto, evidência de que é grande o potencial de expansão de cobertura das operações do Programa no Nordeste do País.

Tabela 1 – Razão Contratos/DAPs para as regiões do País

Região	Nº de contratos por 100 DAPs (2011/2012)	Nº de contratos por 100 DAPs (2012/2013)
Norte	9	4
Nordeste	15	10
Sudeste	40	27
Sul	51	55
Centro-Oeste	30	19
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>19</b>

Fonte: MDA.

É importante que se leve em conta em qualquer análise, as diferentes condições para a prática agrícola ao longo do território nacional. Ainda assim, mesmo afetados por significativas adversidades, o agricultor nordestino é fortemente apoiado pela atuação do BNB, que tem buscado garantir o atendimento à demanda por crédito dos agricultores familiares. Desde a criação da metodologia do Agroamigo em 2005, o Banco cresceu fortemente sua participação no total de operações de crédito firmadas em sua região de atuação chegando, em 2014, a responder por 6 em cada 10 operações no âmbito do Pronaf no Nordeste. A atuação do BNB é ainda mais relevante dada sua capacidade de alcançar o grupo de agricultores familiares de mais baixa renda; definição ampla, mas que possui amparo nas condicionantes de elegibilidade à linha de Pronaf B. Para celebração de contratos na linha mencionada do Pronaf, o BNB se vale da metodo-

<sup>9</sup> Disponível em <http://www.bcb.gov.br/?cred rural> (Acessado em 28/05/2015).

<sup>10</sup> Declaração que torna o agricultor elegível a realizar operações de crédito no âmbito do Pronaf.

logia do Agroamigo, apresentada na Seção 2.

Após o início da aplicação da metodologia do Agroamigo o BNB realizou, aproximadamente, 3,2 milhões de operações. Exclusivamente na linha do Pronaf B, foram 2,9 milhões de operações perfazendo um total de R\$ 5,7 bilhões em crédito para agricultores detentores de DAP B.

O público que é contemplado em contratos de Pronaf B é a base da pirâmide de renda do meio rural. O *ticket* médio de uma operação de Pronaf em 2014 foi de R\$ 13,4 mil (BACEN), ao passo que na região Nordeste este valor foi de R\$ 4,1 mil (BACEN) e para os elegíveis ao Pronaf B o *ticket* das operações do BNB foi de R\$ 2,9 mil (BNB).

O BNB consegue desempenhar contratos de Pronaf B em todos os estados do Nordeste, não evidenciando direcionamento a nenhuma unidade da federação.

Tabela 2 – Participação das Unidades da Federação no total de contratos de Pronaf do BNB com aplicação da metodologia do Agroamigo (2005 a 2015)

UF	Participação no Total de Contratos
AL	6%
BA	17%
CE	15%
ES	0%
MA	10%
MG	9%
PB	8%
PE	12%
PI	11%
RN	6%
SE	6%

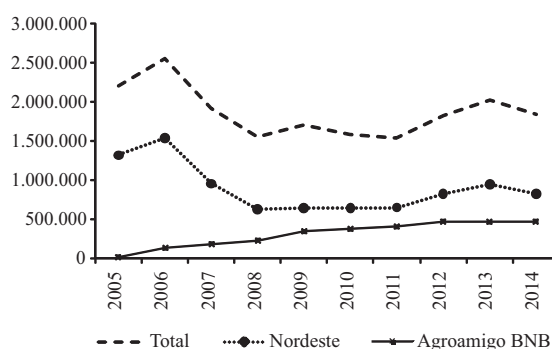
Fonte: BNB.

Como o número de agricultores familiares no Nordeste e o número de DAPs ativas na região é bastante significativo em relação ao Brasil, é de se esperar que o comportamento da evolução do número de contratos de Pronaf na região Nordeste siga o mesmo comportamento observado para o País. Os dados evidenciam essa assertiva.

Contudo, quando se observa a evolução das operações de Pronaf do BNB com aplicação da metodologia do Agroamigo, observa-se que a Instituição conseguiu manter o desempenho deste Programa de maneira sustentada ao longo do tem-

po, apresentando um crescimento bem comportado no número de operações contratadas, diferentemente do observado no Nordeste como um todo e no País.

Gráfico 1 – Evolução do número de contratos de Pronaf



Fontes: BNB e BACEN.

O diferencial de comportamento é bastante evidente e traz à tona alguns questionamentos. Como teriam se comportado as operações de Pronaf do BNB caso não houvesse sido instituída a metodologia do Agroamigo? Além disso, o que faz com que operações de Pronaf do BNB realizadas com aplicação da metodologia do Agroamigo, sobretudo Pronaf B, consigam, a despeito de eventos adversos que tenham afetado igualmente o mercado de crédito da agricultura familiar (questões macroeconômicas, variações nas condições das linhas de Pronaf, secas, perdas de safra, renegociações, etc), tenham sustentado o investimento dos agricultores familiares a que ela se destina? A seção seguinte busca responder estas questões.

### 3.2 Exercício empírico

Como se observou no Gráfico 1, ainda que o nível das séries históricas de operações de Pronaf no Brasil e no Nordeste apresentem níveis diferentes, o comportamento delas é bastante similar. A Tabela 3 apresenta a variação anual, em termos percentuais, do número de operações de crédito contratadas desde 2005.

Uma hipótese possível de ser formulada para desenvolvimento de um exercício contrafactual é a de que na ausência da metodologia do Agroamigo a série de operações do BNB também apresentaria o comportamento das demais. Aplicando a média da variação anual apresentada nas colunas da Ta-

bela 3 ao ano inicial da série de contratos do BNB com aplicação do Agroamigo e repetindo o procedimento para os anos subsequentes, chega-se à série contrafactual, expressa pela linha tracejada no Gráfico 2. A linha cheia descreve o que efetivamente ocorreu com a série de contratos do BNB com aplicação da metodologia do Agroamigo, enquanto a linha pontilhada apresenta o que teria ocorrido com a ausência da metodologia.

Tabela 3 – Evolução do número de contratos de Pronaf

Ano	Variação anual (%)		
	Pronaf Brasil	Pronaf Nordeste	Média
2005	-	-	-
2006	16	16	16
2007	-25	-38	-31
2008	-19	-35	-27
2009	10	3	6
2010	-7	-0	-4
2011	-3	1	-1
2012	18	27	23
2013	11	15	13
2014	-9	-14	-11

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BACEN e do BNB.

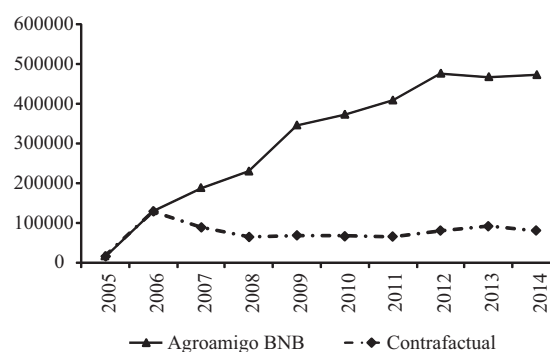
Como se vê, a trajetória da série estimada de contratos do BNB apresentaria desempenho consideravelmente mais fraco do que efetivamente se observou. Nos anos compreendidos entre 2005 e 2014, teriam sido firmadas entre 60 mil e 90 mil operações por ano. Mas ao contrário, se observou um forte crescimento no número de contratos que saiu de 16,5 mil operações para um patamar relativamente estável nos últimos três anos, em torno de 470 mil operações.

Caso se pudesse atribuir ao Agroamigo o diferencial total entre o real e o contrafactual, a metodologia estaria sendo responsável no período recente, pela sustentação de algo em torno de 360 mil operações ao ano.

Sem dúvida, afirmar que não há outros fatores que também estejam contribuindo para que o número de contratos firmados pelo BNB com agricultores familiares esteja apresentando crescimento muito superior à Região e ao País seria um equívoco. A análise pode estar superestimando o efeito do Agroamigo. Porém, é razoável supor

que a metodologia, com todo o “pacote” de acompanhamento que ele entrega ao agricultor, seja o principal responsável por este resultado, dado que: (i) as condições das linhas de Pronaf são, em grande medida, idênticas entre as regiões do País e entre os agentes financeiros; (ii) as condições para o desenvolvimento da agropecuária na região Nordeste independe de o agricultor ter tomado crédito no BNB com a metodologia do Agroamigo ou em qualquer outra instituição financeira e, por fim; (iii) condições macroeconômicas afetam igualmente o País, o Nordeste e agricultores demandantes do crédito via BNB.

Gráfico 2 – Evolução do número de contratos de Pronaf do BNB com aplicação da metodologia do Agroamigo



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do BNB e do BACEN.

Então, por que o Agroamigo seria capaz de sustentar o crescimento das contratações de Pronaf dos agricultores nordestinos junto ao BNB quando há pequenas variações de curto prazo e uma tendência de longo prazo relativamente estável no número de contratos no Brasil e na região Nordeste?

Como ressaltado anteriormente, o assessor de microcrédito, uma das principais inovações da metodologia, exerce um importante papel psicológico nos agricultores familiares. Não são raros aqueles que reportam não terem coragem de entrar em uma agência bancária. O linguajar, o tipo de vestimenta, o ambiente de uma agência provoca constrangimento em parte dos agricultores familiares. Com o assessor de microcrédito, normalmente um indivíduo pertencente à mesma comunidade do agricultor, este problema se resolve e a proposta de crédito é elaborada fora do ambiente bancário. Ademais, apesar de não ter o papel de técnico agri-

cola, o assessor de microcrédito acaba exercendo o papel de extensionista rural, orientando o agricultor em questões que extrapolam a elaboração da proposta de crédito, abrangendo também a gestão do empreendimento, a necessidade de obtenção de renda, o (re)pagamento do crédito tomado e mesmo elevação da produção. As orientações do assessor de microcrédito suprem uma necessidade patente no período de criação do Agroamigo. O Censo Agropecuário de 2006 revelou que apenas 8% dos estabelecimentos de agricultura familiar da região Nordeste recebeu orientação técnica, fosse ela regular ou ocasional, ao passo que a orientação foi recebida por 35% dos estabelecimentos nas demais regiões do País. Do total de orientação técnica oferecida no Brasil naquele ano, o Nordeste respondeu por apenas 18% ao passo que, segundo o MDA, em 2012, o atendimento de ATER naquela Região representou 72% do total de atendimentos no País. O evidente desamparo observado pelo agricultor em meados da década passada foi revertido pela metodologia do Agroamigo o que contribuiu para o aumento no número de operações de microcrédito produtivo e orientado.

A finalidade do crédito concedido no Pronaf B do BNB também contribui para o bom desempenho do Banco. Como essa linha de crédito permite investimentos na agropecuária e exclui o custeio agrícola, a finalidade de quase a totalidade das operações realizadas pelo BNB com a metodologia do Agroamigo é o investimento. O subsetor com maior frequência de contratação é a pecuária (78% dos contratos). Este perfil é bastante diferente do crédito obtido em outros agentes financeiros e o custeio supera o investimento no País.

A pecuária é predominante em muitas localidades onde a seca impossibilita a atividade agrícola. Ainda, a aquisição de um animal resistente à seca configura-se como a compra de um ativo que, além da geração de uma renda periódica (direta ou em forma de produtos para subsistência), exerce o papel de reserva de valor. Diferentemente do investimento produtivo tradicional, essa modalidade de investimento torna-se bastante atraente em períodos de incerteza. Por isso, contrariando o financiamento para uma atividade voltada ao mercado, o investimento pecuário com o perfil descrito acima é menos susceptível às oscilações de preços e, portanto, às condições de mercado.

## 4 Conclusão

Um instrumento clássico de desenvolvimento é a garantia de acesso ao crédito que permite, ao antecipar renda futura, concretizar gastos de consumo e investimento. Aos amplamente conhecidos efeitos macroeconômicos da demanda agregada sobre o nível de produção somam-se, no caso do investimento, os efeitos sobre o nível de oferta agregada. Consequentemente medidas que possibilitem ou ampliem o crédito produtivo têm enorme importância no desenvolvimento.

No entanto, quando se trabalha com áreas socialmente vulneráveis a manutenção do fluxo de crédito pode ser extremamente complexa. Isto porque o sistema financeiro é pró-cíclico, isto é, tende a ser generoso na expansão do crédito nos momentos de crescimento do produto mas, quando da desaceleração econômica age restringindo o crédito. A relativa aversão ao risco – afinal troca-se recursos no presente pela expectativa de pagamentos futuros – faz com que os ofertantes de crédito busquem cercar-se de garantias, em geral constituídas de colaterais na forma de ativos.

Quando se trata de promover o desenvolvimento regional em localidades economicamente deprimidas e socialmente vulneráveis por meio da expansão do crédito, fica claro o desafio imposto. Este se amplia caso o foco de atuação for o microempreendedorismo rural, atividade cercada de incerteza como destacado anteriormente.

O Pronaf foi um grande passo no desenvolvimento do mercado de crédito à agricultura familiar. Porém, em seus anos iniciais de operação, ficou evidente a necessidade de superação de alguns desafios. Dentre eles, conseguir difundir a aplicação dos recursos nas cinco regiões do País, bem como alcançar os agricultores de mais baixa renda. Nesse aspecto, a criação de linhas com condições diferenciadas de acordo com a renda do agricultor e a consequente criação do Pronaf B representaram um primeiro passo.

O perfil do público-alvo do Pronaf B e o alto nível de inadimplência levaram o BNB ao desenvolvimento de uma tecnologia inovadora para o processo de concessão do crédito. O Agroamigo, centrado na figura do assessor de microcrédito, conseguiu alinhar incentivos de quem elaborava a proposta de crédito e dos agricultores, alcançando,

como resultado, o crescimento do número de operações de Pronaf B do BNB. A análise dos dados demonstra que enquanto, no período observado de 2005 a 2014, o País e o Nordeste observaram flutuações no crédito ao agricultor familiar, o BNB conseguiu crescer ano após ano o atendimento a detentores de DAP B. Mais que isso, conferiu qualidade à sua carteira de crédito. O resultado é indicativo dos efeitos da metodologia do Agroamigo na concessão de crédito aos agricultores familiares habilitados ao Pronaf B.

Sem dúvida, muitos desafios ainda estão colocados à agricultura familiar, sobretudo no que se refere aos agricultores socialmente mais vulneráveis. O acesso à água, à tecnologia e à comercialização restam com alguns entraves importantes. Neste sentido, inovações e metodologias capazes de dialogar com o público a que elas se destinam são o diferencial. Na promoção da inclusão de agricultores familiares no mercado de crédito o Agroamigo tem se mostrado efetivo e serve como exemplo a novas iniciativas.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. **Alcance e limite das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo**. São Paulo: FIPE, 2008. (Texto para discussão n. 10).
- ABRAMOVAY, R *et al.* **Cinco anos de Agroamigo**. Retratos do público e efeitos do Programa. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de dados do crédito rural**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/credrural>>. Acesso em: 28 maio 2015.
- BITTENCOURT, G.; MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. Informação de crédito: um meio para ampliar o acesso dos mais pobres ao sistema financeiro. **Pesquisa & Debate**, SP, v. 16, n. 2 (28), p. 203-248, 2005.
- BNB. **Relatório do Agroamigo 2013**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.
- CORRÊA, V. P. & SILVA, F. F. Análise das liberações recentes de recursos do Pronaf: uma mudança na lógica de distribuição? **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 1, jan-mar, 2007.
- DE CONTI, B. M. & F. B. ROITMAN. Pronaf: uma análise da evolução das fontes de recursos utilizadas no Programa. **Revista do BNDES**, n. 35, p. 131-168. Rio de Janeiro, jun. 2011.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. (Acesso em: 19 maio 2015).
- MACIEL, I. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. (Série Teses e Dissertações, volume 17).
- MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. Acesso, uso e sustentabilidade do Pronaf B. **Consultoria Plural**, 2006.
- MAIA, G. *et al.* O Pronaf B e o financiamento agropecuário nos Territórios da Cidadania do Semiárido. **Revista do BNDES**, 37, p. 177-216. Rio de Janeiro, junho de 2012.
- NERI, M. C (coord). **Microempresários nordestinos rurais e o impacto do Agroamigo**. Rio de Janeiro: FGV / CPS, 2012.
- BRASIL.MF. SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Levantamento das operações de crédito rural do Pronaf, Procefa e crédito fundiário**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2008.
- SOUSA, J.; VALENTE JR., A.; MACIEL, I. **Avaliação do Pronaf B no Banco do Nordeste do Brasil S.A**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.



## CONCENTRAÇÃO E ADERÊNCIA DOS RECURSOS DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTO DO AGROAMIGO: EVIDÊNCIAS PARA O NORDESTE BRASILEIRO

### Concentration and resources adherence of the Agroamigo: evidence for the Brazilian Northeast

#### Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira

Doutorando em Economia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB/PPGE e Professor na Faculdade Maurício de Nassau, João Pessoa. Contato: UFPB - Campus I, Departamento de Economia - DE, 58.051-900, João Pessoa, PB. jailson.consultor@gmail.com

#### Aléssio Tony Cavalcante de Almeida

Doutor em Economia pela UFPB/PPGE e Professor do DE/UFPB. Contato: Campus I, Departamento de Economia, 58.051-900, João Pessoa, PB. alessiotony@gmail.com

#### Fernando Henrique Taques

Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professor das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) e Serviço Nac. de Aprend. Comercial (SENAC/SP). Contato: R. Iguatemi, 306, Itaim Bibi, 01.451-011, São Paulo, SP. fernandohtaques@gmail.com

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar o grau de concentração dos financiamentos concedidos pelo Programa de Microcrédito Rural Agroamigo entre os municípios e estados do Nordeste brasileiro, verificando também o nível de aderência dos recursos do Programa em relação à distribuição relativa de população rural. Nesta pesquisa são usados os dados financeiros do Agroamigo entre 2005 e 2013, disponibilizados pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e dados populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Como medidas de concentração, utiliza-se a razão de concentração (CR) e o índice de Hirschman-Herfindahl (IHH), e como medida de aderência, emprega-se o índice de volume emprestado pelo Agroamigo (IVEA) – que relaciona a distribuição da população rural com o volume de desembolso do Programa em uma dada localidade. Os resultados da pesquisa identificam que o Agroamigo apresenta os maiores níveis de concentração da carteira de crédito nos estados de Alagoas e Sergipe, com uma tendência de redução desse quadro ao longo do período. Além do mais, o IVEA indica a existência de um elevado percentual de municípios com uma carência de recursos do Programa, no qual uma melhor distribuição ou ampliação dos financiamentos para tais localidades poderia resultar em maior estímulo econômico.

**Palavras-chave:** Microcrédito; Agroamigo; Concentração; Nordeste.

**Abstract:** This article aims to analyze the degree of concentration of loans from the Agroamigo Rural Microcredit program between the cities and states of the Brazilian Northeast, also evaluating the adherence level of Program resources in relation to the relative distribution of the rural population. In this research are used financial data from Agroamigo between 2005 and 2013, provided by Banco do Nordeste do Brasil (BNB), and socioeconomic data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics. We use as concentration measures, the concentration ratio (CR) and Hirschman-Herfindahl index (HHI), and we employ as adherence measurement the volume index borrowed by Agroamigo (IVEA) –relates to the distribution of the rural population with the volume borrowed in a given locality. The results identify that the program has the highest levels of concentration of the loan portfolio in Alagoas and Sergipe states, with a downward trend in this situation over the period. Moreover, the IVEA indicates the existence of a high percentage of municipalities with a lack of resources of the Program, in which a better distribution or expansion of lending to these localities could result in a greater economic stimulus.

**Key words:** Microcredit Agroamigo; concentration; Northeast.

## 1 Introdução

Apesar dos registros de primeiras experiências com microfinanças datarem de meados do século XIX, elas passaram a ser amplamente reconhecidas a partir do modelo desenvolvido em Bangladesh por Muhammad Yunus e, posteriormente, expandido pelo Grameen Bank (MONZONI, 2008). Yunus (1998) destaca a importância da oferta de pequenos montantes de crédito, sem exigência de garantias reais e contratos com valor jurídico, para os indivíduos mais pobres financiarem suas atividades produtivas e quebrarem o ciclo de pobreza.

Monzoni (2008) descreve que o microcrédito corresponde à atividade de concessão de crédito de pequeno montante de recursos voltado para a atividade produtiva e com uma metodologia diferenciada das operações de crédito tradicionais. Partindo dessa concepção, o microcrédito produtivo orientado possui como característica elementar o relacionamento de agentes capacitados, formando um elo efetivo e frequente entre a instituição microfinanceira e o produtor. Assim, esse agente de crédito possui papel intermediário para subsidiar valores e condições de financiamento aos clientes. Ademais, o microcrédito, conforme Barone *et al.* (2002), tem um relevante impacto social, no que concerne às condições de saúde e alimentar das famílias usuárias, bem como no resgate da cidadania e fortalecimento da dignidade e autoestima dos indivíduos.

Barone *et al.* (2002) chamam atenção para a dinâmica do crédito rural no Brasil com destaque para as particularidades da agricultura familiar, haja vista fatores como riscos climáticos, custos e prazos das culturas agrícolas, sazonalidade e a distância e acesso às unidades produtivas. Sendo assim, o microcrédito destinado para as localidades mais carentes do País, como ressalva Ribeiro (2006) e Chaves e Jacques (2013), apresenta-se como uma alternativa que auxilia a redução das iniquidades regionais e sociais, principalmente para os pequenos produtores de áreas rurais suportarem as incertezas que cercam a produção agropecuária.

Para Silva Junior (2008), a história econômica brasileira e nordestina é marcada pela pobreza e desigualdade de rendimentos entre indivíduos. Ressalta ainda que esse flagelo afeta de maneira mais severa a área rural da região Nordeste. Nesse sentido, o BNB criou diferentes programas de

microcrédito visando melhorar o sistema produtivo local e a inserção no mercado de trabalho, com destaque para o Crediamigo criado em 1997 e o Programa de Microcrédito Rural Agroamigo que teve início em 2005. Especificamente, o Agroamigo atende a agricultores familiares enquadrados em condições específicas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A/C e que estejam localizados na região Nordeste, norte do estado de Minas Gerais e Espírito Santo.

A literatura nacional tem se empenhado em estudar a importância e a configuração sobretudo do Crediamigo, como Neri (2008, 2009), Neri e Buchmann (2009) e Soares, Barreto, Souza (2010), Azevedo (2012), Chaves (2012), Chaves e Jacques (2013). De acordo com Chaves e Jacques (2013), por exemplo, o supracitado Programa apresenta alguns desequilíbrios, como o significativo volume de recursos desembolsados no Ceará, tendência em privilegiar municípios com maior dinâmica econômica e má distribuição dos financiamentos entre os estados quando se pondera a qualidade do Programa no combate à pobreza.

Para o caso do programa Agroamigo, os estudos encontrados almejam entender a sua importância e aspectos relacionados a prazos e inadimplência (MACIEL, 2008; MACIEL *et al.*, 2009; SOARES e ALENCAR, 2011; CRUZ, 2011; SILVEIRA JUNIOR, 2012, VASCONCELOS *et al.*, 2012; MEDEIROS *et al.*, 2012). Com exceção de Medeiros *et al.* (2012), os demais trabalhos focalizam determinados municípios de alguns estados nordestinos. De modo geral, as pesquisas reportam que o Agroamigo tem promovido o acesso ao crédito rural para os agricultores familiares e proporcionado melhorias em suas vidas. No intuito de trazer uma contribuição à literatura existente sobre o programa de Microcrédito para famílias rurais, o presente estudo analisa o grau de concentração e de aderência ao combate à pobreza, da carteira de crédito do programa Agroamigo. Este trabalho tem como referências básicas os estudos de Alegria e Schaeck (2008), Tecles, Tabak, e Staub (2009) e Chaves e Jacques (2013), estando estruturado em mais três seções além desta breve introdução. A segunda seção descreve a metodologia empregada. Por sua vez, na terceira e quarta seções são apresentados, respectivamente, os principais resultados e as considerações finais do trabalho.

## 2 Dados e Metodologia

Os dados financeiros usados neste estudo sobre os financiamentos do Agroamigo são oriundos do BNB para o período de 2005 a 2013, que foram totalizados para os níveis de município e estado de residência dos indivíduos beneficiados pelo Programa. Além dessas informações, fez-se necessária a obtenção de dados sobre a população rural a fim de calcular o nível de aderência dos recursos entre os municípios e estados nordestinos. Para tanto, utilizam-se os dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para levantar a distribuição da população residente no meio rural dos municípios nordestinos no ano de 2010, e os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios<sup>1</sup> (PNAD) do IBGE entre 2005 e 2012, para calcular a parcela da população rural em relação ao total da população residente nos estados do Nordeste.

Para avaliar a distribuição da carteira de crédito do Agroamigo, esta pesquisa segmenta a análise em duas dimensões. Na primeira, utilizam-se medidas de concentração que são captadas por meio da razão de concentração (CR) e do índice de Hirschman-Herfindahl (IHH), comumente usados na literatura sobre economia bancária, tal como observado em Acharya *et al.* (2006), Alegria e Schaeck (2008), Teclès, Tabak, e Staub (2009) e Chaves e Jacques (2013). Segundo Kupfer e Hasenclever (2002), tais índices fornecem um indicador sintético do grau de concentração em determinado mercado, em que quanto maior o valor do índice, maior é o grau de concentração nos desembolsos do Agroamigo. Por sua vez, a segunda dimensão de análise diz respeito à medida de aderência dos recursos do Programa, que compatibiliza a população rural com o desembolso do Agroamigo para verificar a carência ou excesso de recursos do programa de microcrédito na Região, baseada nos procedimentos de Chaves e Jacques (2013).

### 2.1 Medidas de concentração

Para medir a concentração das carteiras de financiamentos do Agroamigo, inicialmente é necessário computar a participação das localidades receptoras de crédito. Seja  $X_{it}$  o valor que o BNB

financiou para indivíduos do município  $i$  no tempo  $t$ . Então, a participação do município  $i$  no mercado de financiamentos,  $S_{it}$ , é dada pela razão entre os financiamentos para a localidade  $i$  sobre o total de financiamentos no Estado:

$$S_{it,j} = \frac{X_{it,j}}{\sum_{i=1}^{n_j} X_{it,j}}, \quad (1)$$

em que:  $S_{it,j}$  é a participação percentual do município receptor de crédito  $i$  no período  $t$  do quantitativo total da carteira de crédito do Agroamigo no estado  $j$ ;  $n_j$  é o número de municípios receptores de crédito que compõem o estado.

Assim, a primeira medida, a Razão de Concentração (CR5), indica a participação percentual dos cinco municípios que mais receberam o crédito Agroamigo no total desembolsado no estado  $j$ . Seu cálculo é dado por:

$$CR_{t,j}(k) = \sum_{i=1}^k S_{it,j}, \quad (2)$$

Apesar de esse índice ser bastante utilizado, o mesmo apresenta limitação por não captar modificações da concentração no restante do mercado, a não ser indiretamente, caso haja impacto no resultado consolidado (CHAVES e JACQUES, 2013, p. 81). Dessa forma, o índice de Hirschman-Herfindahl (IHH) elimina tal limitação por considerar os *market shares* elevados ao quadrado da participação relativa do Agroamigo em cada município, como segue:

$$IHH_{t,j} = \sum_{j=1}^{n_j} (S_{it,j})^2, \quad (3)$$

em que  $S_{it,j}$  é a participação do  $j$ -ésimo município no montante total do Agroamigo no estado. O IHH varia entre  $1/n$  e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1 maior a concentração de recursos em menos localidades. Visando à comparabilidade intertemporal do índice, como destacado por Chaves e Jacques (2013), é necessário fazer o ajuste do IHH pela quantidade de municípios ( $n$ ) que variam ao longo do período. Assim, a equação (3) é reescrita por:

$$IHH_{t,j}^{aj} = \frac{1}{n-1} [n IHH_{t,j} - 1]. \quad (4)$$

<sup>1</sup> Como nos períodos censitários o IBGE não realiza a PNAD, o quantitativo da população rural dos estados do Nordeste no ano de 2010 foi obtido por meio do Censo Demográfico.



As medidas de concentração, além de computadas para os municípios receptores de crédito em relação ao montante desembolsado nos seus estados, são calculadas para os estados considerando o volume total da Região ao longo do período. Ademais, tendo em vista a elevada participação de produtores do setor agropecuário beneficiários do Programa (97,5% dos recursos totais do Agroamigo no acumulado do período de 2005 a 2013), o IHH é desenvolvido também em nível setorial (pecuária, agrícola e outros<sup>2</sup>).

## 2.2 Índice de Aderência

Para analisar a relação entre a quantidade de crédito desembolsado no Agroamigo e a população das zonas rurais de cada município/estado do Nordeste, recorre-se ainda ao Índice de Volume Financiado do Agroamigo (IVEA), que mede a aderência do Agroamigo para as localidades com maior participação relativa de população rural. Chaves e Jacques (2013) salientam que o IVEA é uma adaptação do “quociente locacional”, empregado em Economia Regional para determinar a existência ou não de especialização produtiva em uma região específica. Para o presente caso, o IVEA permite comparar a participação relativa da população rural de um estado localizado na região Nordeste, com a sua participação relativa nos desembolsos fornecidos pelo Agroamigo. A equação (5) que segue ilustra tal relação:

$$IVEA_{jt}^E = \frac{PRE/PRR}{DAE/DAR} \quad (5)$$

em que: PRE e PRR retratam a população rural de cada estado e região, respectivamente, enquanto que DAE e DAR dizem respeito aos desembolsos do Agroamigo estadual e regional, respectivamente. Caso o IVEA seja maior do que a unidade, o volume de recursos que o estado recebe em relação ao total desembolsado é menos do que proporcional ao tamanho de sua população rural em relação à população rural da Região, ou seja, existe uma carência de recursos financeiros recebidos. Já, se esse índice for maior que zero e menor que um, o estado recebe um desembolso em relação ao total dos recursos emprestados mais do que proporcio-

2 A categoria outros é composta pelos setores de Reparação e Conservação, Indústria de Transformação, Comércio, Turismo, Alimentação e Cultura, Extrativismo e Silvicultura, Construção Civil e Outros Serviços.

nal ao tamanho de sua população rural em relação à população rural da Região, significando, portanto, que o mesmo recebe mais recursos do que deveria. Além do IVEA ser calculado anualmente para o período de 2005 a 2012 por estado, ele foi desenvolvido em nível de município por meio da seguinte expressão:

$$IVEA_i^M = \frac{PRM/PRE}{DAM/DAE} \quad (6)$$

em que: PRM e PRE representam, a população rural de cada município e estado; DAM e DAE são os desembolsos do Agroamigo por município e estado. O IVEA na esfera municipal possibilita apontar de forma mais desagregada as localidades que estão, por exemplo, com mais carência de recursos do Programa. Nesse indicador, os dados sobre a população rural referem-se ao período do último Censo Demográfico, enquanto que os dados de desembolsos são calculados pela média de captação de recursos dos beneficiários entre os anos de 2005 e 2013.

## 3 Resultados

Os resultados da pesquisa estão divididos em três partes: exploração inicial acerca da distribuição dos desembolsos de recursos do programa Agroamigo entre 2005 e 2013 e entre os municípios da Região; medidas de concentração da carteira de crédito do citado Programa de microfinanças; índice de aderência dos recursos do Agroamigo em relação à população rural.

### 3.1 Distribuição dos desembolsos do Agroamigo

A Tabela 1 contém os dados referentes aos valores nominais desembolsados pelo Programa entre 2005 e 2013. Desde a implementação do Agroamigo, o BNB já desembolsou R\$ 4,66 bilhões, sendo 90,3% destinados para região Nordeste, o que ratifica os propósitos do Programa que enfatiza as áreas rurais da região mencionada para estimular a atividade produtiva local. Os estados nordestinos com maior Produto Interno Bruto (PIB) – Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão –, também são aqueles com maior volume de desembolsos no acumulado do Programa no perío-

do. Ressalta-se ainda que Espírito Santo e Minas Gerais, que não são objetos deste estudo, possuem respectivamente 0,09% e 9,7% de participação nos desembolsos totais.

Tal resultado pode derivar do fato da região Nordeste possuir o maior número de produtores com os critérios do PRONAF B, ou seja, o de agricultores familiares que obtivessem uma renda bruta anual familiar de até R\$ 3 mil, sendo no mínimo 30% desta renda auferida das atividades agropecuárias. Segundo Aquino *et al.* (2014), os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE mostram que o universo do Grupo PRONAF B representava 46,68% de todos os estabelecimentos agropecuários do Brasil e com uma grande concentração na região Nordeste (em torno de 65% do total existente no País), sendo os estados da Bahia (20,59%),

Ceará (10,52%), Pernambuco (8,07%), Maranhão (6,95%) e Piauí (6,88%) com maior incidência.

Pela Tabela 2, que reporta a participação relativa dos estados nordestinos no desembolso do Agroamigo, a Bahia (maior economia da Região) é o estado de maior participação nos financiamentos concedidos pelo BNB do programa de microcrédito rural Agroamigo com uma tendência ascendente ao longo do período. Já o Rio Grande do Norte tem desde o início do Programa uma tendência de baixa na participação relativa dos desembolsos realizados na região Nordeste. Além do mais, Sergipe é o estado com menor participação relativa, enquanto Alagoas, Maranhão, Paraíba e Pernambuco apresentam participações mais estáveis.

Tabela 1 – Valores nominais desembolsados pelo Agroamigo entre 2005 e 2013 (em milhões R\$) – Todos os municípios com registro de financiamento

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
AL	1,45	10,54	15,06	18,39	29,23	40,26	50,06	58,15	80,46	303,61
BA	1,96	24,46	47,63	43,50	79,01	110,57	157,96	185,23	264,51	914,83
CE	2,04	21,67	42,78	44,23	68,80	82,96	100,9	120,87	171,85	656,11
ES		1,47	1,55	0,54					0,83	4,39
MA	1,46	18,74	27,80	24,72	54,27	72,79	84,39	96,94	127,02	508,14
MG	0,58	8,13	18,67	25,35	45,18	59,92	79,54	89,97	120,52	447,85
PB	1,69	10,85	21,96	19,57	36,14	47,16	63,31	83,2	90,87	374,75
PE	2,39	17,53	24,10	22,91	48,05	65,44	91,95	100,2	136,8	509,39
PI	3,12	13,68	19,31	18,05	39,64	57,25	71,25	97,86	126,23	446,39
RN	2,26	12,74	18,71	16,68	26,79	37,72	48,47	51,86	78,58	293,81
SE	0,41	10,61	21,94	19,40	16,02	21,74	27,26	32,08	55,62	205,08
<b>Total</b>	<b>17,38</b>	<b>150,43</b>	<b>259,51</b>	<b>253,34</b>	<b>443,14</b>	<b>595,8</b>	<b>775,09</b>	<b>916,37</b>	<b>1.253,28</b>	<b>4.664,35</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

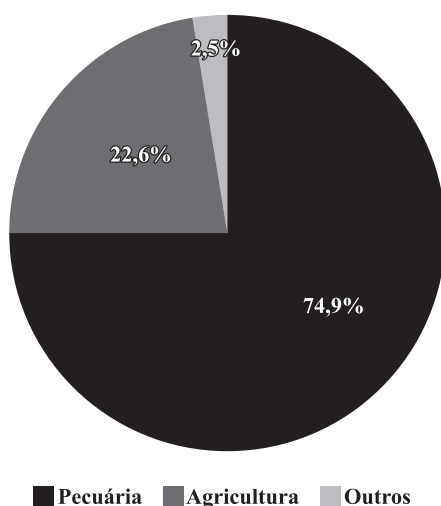
Tabela 2 – Participação relativa no Agroamigo entre 2005 e 2013 (em %) – Estados Nordestinos

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
AL	8,64	7,48	6,29	8,09	7,35	7,51	7,20	7,04	7,11	7,21
BA	11,68	17,37	19,90	19,13	19,85	20,63	22,71	22,41	23,37	21,72
CE	12,16	15,39	17,88	19,45	17,29	15,48	14,51	14,63	15,18	15,58
MA	8,70	13,31	11,62	10,87	13,64	13,58	12,13	11,73	11,22	12,06
PB	10,07	7,70	9,18	8,60	9,08	8,80	9,10	10,07	8,03	8,90
PE	14,24	12,45	10,07	10,07	12,07	12,21	13,22	12,13	12,09	12,09
PI	18,59	9,71	8,07	7,94	9,96	10,68	10,24	11,84	11,15	10,60
RN	13,47	9,05	7,82	7,33	6,73	7,04	6,97	6,28	6,94	6,98
SE	2,44	7,53	9,17	8,53	4,03	4,06	3,92	3,88	4,91	4,87

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

De acordo com a Figura 1, a frequência de desembolsos do Agroamigo por setor no acumulado do período (2005-2013) ficou concentrada no setor da pecuária, sendo esse responsável por 3/4 do total dos desembolsos registrados, valor esse que sinaliza uma forte tendência das pequenas produções familiares rurais do Nordeste na especialização e concentração das suas forças produtivas em tal ramo da agropecuária no período. Em seguida, o setor agrícola responde por 22,6% dos desembolsos totais e apenas 2,5% são destinados a outros setores com destaque para indústria de transformação, comércio, turismo etc.

Figura 1 – Frequência de desembolsos do Agroamigo por setor no acumulado do período (2005-2013)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

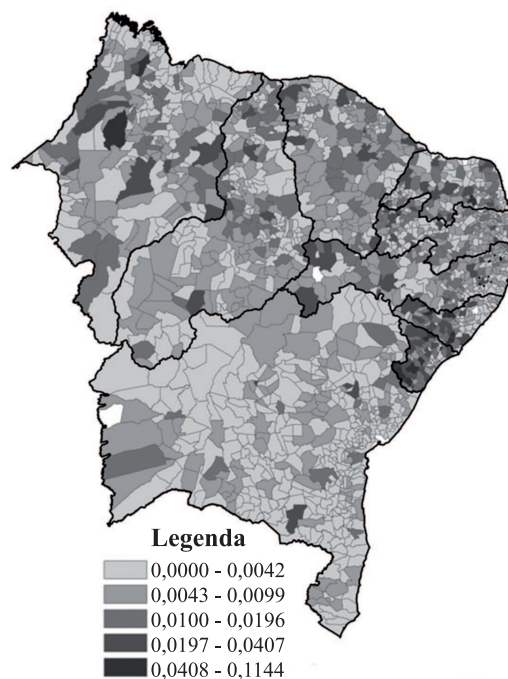
Nota: A categoria outros é composta pelos setores de Reparação e Conservação, Indústria de Transformação, Comércio, Turismo, Alimentação e Cultura, Extrativismo e Silvicultura, Construção Civil, Outros Serviços.

Para dimensionar a distribuição espacial da carteira de crédito do Agroamigo, a Figura 2 exibe a média da participação dos municípios nos desembolsos do Programa entre 2005 e 2013, estando os municípios agrupados em cinco categorias definidas pelo método de quebras naturais de Jenks.

Por meio da Figura 2, nota-se que os estados de Alagoas e Sergipe apresentam maior frequência de localidades pertencentes à classe com maior participação relativa dos recursos do Agroamigo em cada estado. Ao passo que a Bahia, que possui a maior quantidade de municípios na Região,

possui a maior quantidade de unidades municipais entre as classes com menor participação no desembolso do Programa em questão na média do período. Assim, os municípios da Bahia tiveram participação média de menos de 2,0% nos desembolsos registrados em todo o Estado. Já, os municípios dos estados de Sergipe e Alagoas, obtiveram *markets shares* superiores a 2,0%. Tendo em vista essa distribuição espacial e a importância dos recursos alocados pelo microcrédito atingirem um maior público de indivíduos possíveis, haja vista o enquadramento dos propósitos desse tipo linha de crédito – Ver Yunus (2009) –, torna-se relevante analisar as medidas de concentração dos desembolsos do Agroamigo e a aderência desse Programa ao combate à pobreza na Região.

Figura 2 – Distribuição da média da participação dos municípios receptores de crédito do Agroamigo em relação ao total de empréstimos no estado entre 2005 e 2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

### 3.2 Concentração da carteira de crédito do Agroamigo

Os resultados do coeficiente de concentração da equação (2) para os cinco municípios com maior participação no Agroamigo em cada estado, CR(5), estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Coeficiente de concentração do Agroamigo para os cinco municípios com maior participação do Agroamigo entre 2005 e 2013 – Estados Nordestinos

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
AL	0,653	0,358	0,258	0,225	0,277	0,272	0,230	0,226	0,207
BA	0,583	0,154	0,100	0,105	0,080	0,072	0,064	0,073	0,068
CE	0,596	0,196	0,124	0,127	0,117	0,115	0,099	0,124	0,100
MA	0,584	0,222	0,155	0,173	0,132	0,103	0,107	0,113	0,128
PB	0,438	0,269	0,181	0,164	0,119	0,098	0,121	0,141	0,122
PE	0,527	0,185	0,183	0,179	0,136	0,138	0,142	0,155	0,141
PI	0,354	0,176	0,194	0,175	0,112	0,099	0,100	0,098	0,092
RN	0,463	0,195	0,199	0,189	0,201	0,173	0,170	0,153	0,147
SE	0,991	0,281	0,250	0,239	0,273	0,256	0,252	0,257	0,292

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

O primeiro fato que chama atenção na Tabela 3 é o alto nível de concentração ocorrido no ano de 2005. No entanto, como esse ano representa o início do Programa, a quantidade de beneficiários foi relativamente pequena. É possível ver na Figura A1 no apêndice, que em 2005 o número de indivíduos beneficiários foi de apenas 2,02% do total dos beneficiários durante o período 2005 a 2013. Outro fato relevante que pode ser retirado dessa tabela é que o nível de concentração vem reduzindo ao longo desses anos para todos os estados, exceto Sergipe, que apresenta uma tendência de alta desde o ano de 2011.

Além disso, Sergipe é o estado que apresenta maior nível de concentração dos desembolsos. Ao verificar a Tabela 1 do apêndice, constata-se que em Sergipe, os municípios com mais frequência que fazem parte dessa lista são Gararu, Lagarto, Itabaiana, Itabainha e Tobias Barreto. O estado de Alagoas é o que apresenta o segundo CR (5), destacando os seguintes municípios: São Sebastião, Igreja Nova, Palmeira dos Índios, Estrela de Alagoas, e Coruripe. Em sentido contrário, os estados que apresentaram menores níveis de concentração foram Bahia e Piauí. Entre os municípios baianos que com maior frequência compuseram esse índice, destaque especial vai para Conceição do Coité, que aparece em todos os anos seguido de Valença, Santa Luzia e o Jeremoabo. Para o estado de Piauí, destacam-se os municípios de Amarante, Campo Maior, Esperantina e Inhumas.

A Tabela 4 reporta os resultados dos índices IHH e IHH (ajustado), dados pelas equações (3) e (4) respectivamente. Tais indicadores são mais robustos que o anterior, visto que eles incorporam o conjunto de todos as unidades que participam do programa Agroamigo.

Basicamente, pela Tabela 4, a diferença entre esses dois indicadores refere-se às suas magnitudes, sendo o IHH maior do que o IHH ajustado, uma vez que o primeiro não leva em conta a variação no quantitativo de beneficiários ao longo do tempo, tornado o índice ajustado o mais indicado para uma avaliação ao longo do tempo do nível de concentração da carteira de financiamento do Agroamigo.

Em geral, pode ser observado que todos os estados reduziram esse indicador, exceto Paraíba e Pernambuco que durante o período de 2009 a 2012 mostraram tendência de crescimento desses indicadores. Tais índices acusam ainda que os estados de Alagoas e Sergipe foram os que apresentaram maior nível de concentração durante todo o período com média de 0,017 e 0,015, respectivamente. Na outra direção, os estados de Ceará e Maranhão foram os que obtiveram os menores índices de concentração com uma média de 0,005 e 0,006, respectivamente.

Ao analisar os Índices de Concentração de Hirschman-Herfindahl normal e ajustado por setor de atividade, os resultados apresentados na Tabela 5 indicam que no setor agrícola existe uma concentração maior do que no setor da pecuária. Se for utilizada a classificação do Banco central do Brasil (2013) para monitorar o grau de concentração no setor bancário, pode-se afirmar que tanto no setor agrícola, quanto na pecuária para os anos de 2005 e 2006 os níveis de concentração podem ser classificados como elevados. Já, para os demais anos houve uma concentração moderada. Quanto à tendência desses indicadores (principalmente do IHH ajustado), constata-se que para o setor da pecuária a mesma apresenta-se de forma crescente desde o início do Programa. No caso do setor agrícola, essa relação não é bem definida.

Tabela 4 – Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl (IHH) do Agroamigo entre 2005 e 2013 – Estados nordestinos

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>IHH normal</b>									
AL	0,1075	0,0462	0,0334	0,0260	0,0326	0,0281	0,0247	0,0248	0,0235
BA	0,0980	0,0149	0,0101	0,0092	0,0058	0,0050	0,0045	0,0048	0,0046
CE	0,0929	0,0199	0,0126	0,0113	0,0106	0,0100	0,0093	0,0104	0,0094
MA	0,0892	0,0242	0,0171	0,0169	0,0112	0,0093	0,0092	0,0093	0,0100
PB	0,0606	0,0308	0,0197	0,0164	0,0107	0,0085	0,0091	0,0107	0,0097
PE	0,0951	0,0223	0,0211	0,0177	0,0135	0,0115	0,0117	0,0127	0,0118
PI	0,0426	0,0194	0,0197	0,0161	0,0091	0,0082	0,0078	0,0077	0,0078
RN	0,0660	0,0214	0,0210	0,0202	0,0175	0,0151	0,0142	0,0136	0,0122
SE	0,5550	0,0356	0,0310	0,0275	0,0307	0,0272	0,0286	0,0280	0,0321
<b>IHH Ajustado</b>									
AL	0,0550	0,0288	0,0137	0,0095	0,0170	0,0172	0,0139	0,0142	0,0137
BA	0,0505	0,0082	0,0044	0,0038	0,0024	0,0023	0,0020	0,0023	0,0021
CE	0,0580	0,0111	0,0049	0,0045	0,0044	0,0045	0,0038	0,0048	0,0038
MA	0,0542	0,0131	0,0060	0,0086	0,0051	0,0040	0,0041	0,0045	0,0053
PB	0,0244	0,0177	0,0092	0,0086	0,0050	0,0038	0,0042	0,0060	0,0044
PE	0,0745	0,0112	0,0108	0,0083	0,0051	0,0055	0,0057	0,0070	0,0061
PI	0,0227	0,0093	0,0090	0,0084	0,0042	0,0036	0,0033	0,0032	0,0033
RN	0,0376	0,0103	0,0101	0,0099	0,0099	0,0086	0,0077	0,0069	0,0059
SE	0,4993	0,0187	0,0146	0,0123	0,0168	0,0137	0,0147	0,0145	0,0186

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

Tabela 5 – Índice de Concentração de Hirschman-Herfindahl (IHH) do Agroamigo entre 2005 e 2013 por setor de Atividade

Setor	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
<b>IHH normal</b>									
Total	0,1271	0,1219	0,1286	0,1292	0,1322	0,1313	0,1352	0,1346	0,1360
Pecuária	0,1288	0,1198	0,1252	0,1268	0,1318	0,1322	0,1367	0,1349	0,1359
Agricultura	0,2347	0,1958	0,1492	0,1501	0,1460	0,1452	0,1491	0,1481	0,1599
<b>IHH ajustado</b>									
Total	0,0858	0,1112	0,1184	0,1206	0,1252	0,1254	0,1293	0,1289	0,1304
Pecuária	0,0876	0,1091	0,1150	0,1181	0,1247	0,1263	0,1308	0,1291	0,1302
Agricultura	0,1985	0,1860	0,1392	0,1417	0,1390	0,1394	0,1434	0,1425	0,1545

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

### 3.3 Índice de Volume Emprestado pelo Agroamigo

Buscando comparar a participação relativa da população rural do município localizado no seu estado, com a sua participação relativa nos desembolsos fornecidos pelo programa Agroamigo, calculou-se o IVEA municipal. Como os dados do

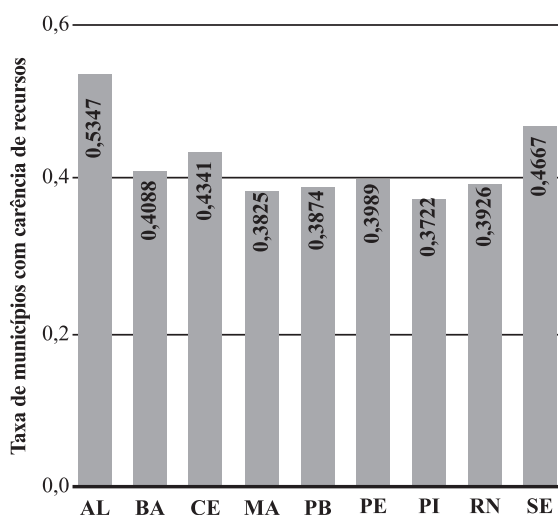
Censo do IBGE de 2010 sobre a população rural municipal são utilizados, o cálculo do IVEA é feito pela média dos desembolsos durante o período de 2005 a 2013. O resultado encontra-se ilustrado na Figura 3.

Na Figura 3, novamente Alagoas e Sergipe aparecem em destaque como os estados com maiores taxas de municípios carentes de recursos do



Agroamigo, sendo esse valor de 53,5% e 46,7%, respectivamente. Os estados de Piauí e Maranhão apresentam as menores taxas de municípios com carência de recursos no Programa (37,2% e 38,3%), levando em consideração suas taxas de população rural.

Figura 3 – Taxa de municípios com carência de recursos do Agroamigo (IVEA>1)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB e Censo Demográfico/IBGE 2010.

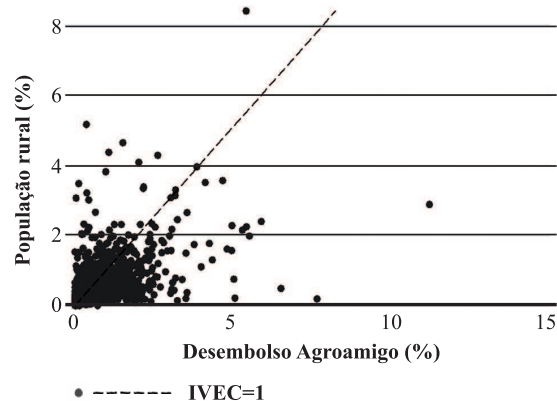
Nota: A Taxa de desembolso do Agroamigo é obtida pela participação média dos créditos destinados à população rural dos municípios entre 2005 e 2013.

A Figura 4 apresenta a decomposição desse índice, fornecendo, portanto a associação entre a participação relativa da população rural e a participação relativa do desembolso do Agroamigo no município em relação ao total de seu estado. Quando existe relação de equilíbrio entre essas duas variáveis, o ponto que retrata o município deve estar em cima da linha de 45°. Caso o município esteja localizado abaixo dessa linha, significa que o mesmo possui excesso de recursos em relação à sua taxa de população rural. Porém, caso o município esteja acima dessa linha, o mesmo possui carência de recursos desembolsados do Agroamigo em relação a sua população rural.

Entre os municípios que apresentaram maiores excessos de recursos estão São Francisco (SE), Cabedelo (PB), Santa Luzia (PB), São Francisco (PB), Presidente Dutra (BA). Por outro lado, os municípios que apresentaram maior carência de recursos do Programa estão Rio Largo (AL), Ti-

baú do Sul (RN), Primeira Cruz (AL), Flexeiras (RN), São José de Mipibu (MA). Os municípios que apresentam relação de equilíbrio foram Monte Alegre (RN), Arapiraca (AL), Jatobá (MA), Tacima (PB) e Santaluz (BA).

Figura 4 – Relação entre a participação relativa da população rural e a participação relativa do desembolso do Agroamigo no município conforme o total de seu estado



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB e Censo Demográfico/IBGE 2010.

Nota: A Taxa de desembolso do Agroamigo é obtida pela participação média dos créditos destinados à população rural dos municípios entre 2005 e 2013.

Também foi realizado o cálculo do IVEA no âmbito estadual, para entender como foi a distribuição do recurso entre os estados, tendo como referência sua população rural. Os resultados encontram-se na Tabela 6. Os estados da Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte são aqueles que desde o início do Programa apresentam o IVEA menor do que uma unidade. E o estado de Alagoas somente no ano de 2007 obteve o IVEA maior do que um. Portanto, pode-se afirmar que tais estados receberam mais recursos do Agroamigo que deveriam, quando se pondera as características populacionais. Na outra direção, os estados da Bahia e Maranhão, durante todo o período analisado, apresentaram o IVEA maior que um, indicando que receberam menos recursos do que deveriam, dado o nível de população rural existente nesses estados. Os estados do Ceará e de Sergipe apresentaram nos últimos dois anos, 2012 e 2013 resultado que aponta para carência de recursos.

Tabela 6 – IVEA entre os Estados Nordestinos entre 2005 e 2012

UF	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	Total
AL	0,8092	0,8955	1,0337	0,841	0,9374	0,8685	0,8961	0,8973
BA	2,6124	1,7473	1,5182	1,5689	1,4968	1,1526	1,1449	1,6059
CE	1,0804	0,851	0,7416	0,68	0,7652	1,1282	1,0914	0,9054
MA	1,663	1,063	1,2107	1,2748	1,0143	1,556	1,6496	1,3474
PB	0,5434	0,7643	0,5919	0,6474	0,6343	0,5499	0,5128	0,6063
PE	0,9568	1,0923	1,4307	1,4186	1,1548	0,8356	0,9674	1,1223
PI	0,4137	0,8326	0,9748	0,9947	0,8215	0,7278	0,6138	0,7684
RN	0,4239	0,6327	0,7345	0,8221	0,8925	0,6972	0,7349	0,7054
SE	0,9656	0,3193	0,2727	0,2737	0,6064	1,011	1,016	0,6378
<b>Total</b>	<b>1,0521</b>	<b>0,9109</b>	<b>0,9454</b>	<b>0,9468</b>	<b>0,9248</b>	<b>0,9474</b>	<b>0,9586</b>	<b>0,9551</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB e PNAD/IBGE 2005 a 2012, exceto 2010 (Censo Demográfico/IBGE).

Fazendo análise do total dos recursos que o BNB desembolsou no Programa em relação ao total da população rural na região Nordeste, percebe-se que somente no ano de 2005 houve um IVEA maior do que um. Portanto, pelos resultados do IVEA, verifica-se a necessidade da reconfiguração da distribuição ou uma expansão direcionada desses recursos por parte do Agroamigo, que poderia resultar em um maior estímulo econômico para as localidades com alta parcela de moradores rurais<sup>3</sup>. Como ressalta Barone *et al.* (2002), apesar da dificuldade de se mensurar o impacto social do microcrédito, sabe-se que seus resultados sobre as melhorias nas condições habitacionais, de saúde e alimentar para as famílias usuárias são positivas. Sendo assim, o microcrédito influencia no resgate da cidadania e fortalecimento da dignidade e autoestima dos usuários, bem como na inclusão em patamares de educação e consumo mais elevados.

#### 4 Considerações finais

As incertezas inerentes às atividades agropecuárias de âmbito familiar que derivam tanto de fatores naturais como outros associados à distância e ao acesso às unidades produtivas, inibem a existência de maior dinâmica para o crédito rural. Dessa maneira, iniciativas de instituições financeiras públicas por meio de políticas de microcrédito rural buscam a inclusão bancária principalmente nas localidades mais carentes. Esse é o caso do

3 Uma limitação do cálculo do IVEA é que o mesmo não incorpora diferenças socioeconômicas entre as localidades, haja vista que podem existir, por exemplo, municípios com idênticas taxas de população rural mas com distintas características sociais e econômicas.

BNB, com o programa Agroamigo.

Desde a sua criação em 2005 até 2013, do total dos recursos desembolsados, 90,3% foram destinados para região Nordeste do Brasil. Ressalta-se que o Programa tem como foco os produtores do Nordeste, devido ao fato de ser a Região marcada pela pobreza e desigualdade de rendimentos entre indivíduos, principalmente na sua área rural (SCHNEIDER *et al.*, 2014). Dado o fato que o Programa é recente e, conseqüentemente, escassa a literatura sobre o mesmo buscou-se, com este trabalho, contribuir com a análise do grau de concentração e de aderência dessa carteira de crédito.

Os resultados apontam que o nível de concentração dos municípios, dado pelo CR, vem reduzindo ao longo desses anos para todos os estados, exceto Sergipe. O estado de Sergipe, além de apresentar o maior nível de concentração, desde o ano de 2011 exibe uma tendência de alta desse indicador. Por outro lado, os estados da Bahia e Piauí exibem os menores níveis de concentração.

No que tange aos resultados do índice IHH (ajustado), verifica-se que todos os estados reduziram esse indicador, exceto Paraíba e Pernambuco que durante o período de 2009 a 2012 mostraram tendência de crescimento no nível de concentração da carteira de crédito. Por esse índice os estados de Alagoas e Sergipe foram os que apresentaram maior nível de concentração durante todo o período, enquanto que Ceará e Maranhão obtiveram os menores índices. Utilizando esse mesmo índice para analisar a concentração por setor de atividade econômica dos beneficiários, identifica-se a existência de uma concentração moderada e o nível de concentração do setor agrícola é maior que o observado no setor da pecuária.

Por meio do IVEA, que mostra como foi a distribuição do recurso entre os estados tendo como referência sua população rural, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte foram os estados que desde o início do Programa receberam mais recursos que deveriam relativamente. Na outra direção, os estados da Bahia e Maranhão, durante todo o período analisado, receberam menos recursos do que deveriam, dado o nível de população rural existente nesses estados. Ainda os estados do Ceará e de Sergipe nos últimos dois anos apresentaram carência de recursos. Sendo assim, existe a necessidade de uma melhor distribuição dos financiamentos, o que poderia resultar em maior estímulo econômico para as localidades com alta parcela de moradores rurais.

Não obstante os resultados encontrados, pesquisas futuras deveriam averiguar as melhores relações entre necessidades locais e o fornecimento de linhas de crédito do Agroamigo, por meio de inclusão de outras variáveis como quantidades de pequenos produtores rurais e pobreza existente na zona rural, bem como recorrer a metodologias alternativas. Ademais, existem outras frentes para novas investigações, com destaque para os determinantes da distribuição dos recursos do Programa e avaliação do impacto em termos do dinamismo econômico e do bem-estar das localidades atendidas.

## Referências

ACHARYA, V. V.; HASAN, I.; SAUNDERS, A. should banks be diversified? evidence from individual Bank Loan Portfolios. **The Journal of Business**, v. 79, n. 3, p. 1355-1412, 2006.

ALEGRIA, C.; SCHAECK, K. On measuring concentration in banking systems. **Finance Research Letters**, v. 5, n. 1, p. 59-67, 2008.

AQUINO, J. R.; RADOMSKY, G. F. W.; SPOHR, G.; PAREDES, A.; RADOMSKY, C. W. Dimensão e características do público potencial do Grupo B do PRONAF na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do censo agropecuário 2006**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2014, p. 77-105.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira**, v. 12, n. 1. Brasília, 2013.

BARONE, F.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>>. Acesso em; 15 set 2014.

CHAVES, S. S.; JACQUES, E. R. Origem e dinâmica do programa de microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste. **Revista Desenhavia**, v. 10, n. 18, p. 75-113, 2013.

CRUZ, V. M. O. **A contribuição do programa Agroamigo para o desenvolvimento da comunidade rural de Piabas em Cruz das Almas/BA**. In: SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 1., 2011, Cachoeira. **Anais...** Cachoeira (BA): UFRB, ISPGCS, 2011.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. **Economia industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

MACIEL, I, S. R. S. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia - CE**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas).

MACIEL, H. M.; KHAN, A. S.; MAYORGA, R.D.; ALENCAR, J. S. . O Impacto do programa de microcrédito rural (Agroamigo) na melhoria das condições das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, p. 559-586. 2009.

MEDEIROS, J. B. S.; LIMA, C. E. B.; LIMA, R. A. M.; NASCIMENTO, F. F. do; AZEVEDO, M. C. P. Política de concessão de crédito rural: os mecanismos do Agroamigo do Nordeste. **Gestão. Org**, v. 10, n. 3, p. 685-704. 2012.

MONZONI, M. **Impacto em renda do microcrédito**. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 2008.

NERI, M. **Pagando a promessa do microcrédito: institucionalidade e impactos quantitativos e qualitativos do Crediamigo e do Comunidade**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE; CPS, 2009.



- NERI, M.; BUCHMANN, G. Crediamigo: o Grameen tupiniquim. In: NERI, M. (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**: perfil e performance dos clientes do Crediamigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 191-229.
- RIBEIRO, C. T.; CARVALHO, C. E. **Do microcrédito às microfinanças**: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamentos. 1 ed. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2006.
- SILVA JÚNIOR, L. H. Pobreza na população rural nordestina: uma análise de suas características durante os Anos noventa. **Revista do BNDES**, v. 13, n. 26, p. 275-290, 2006.
- SOARES, R. B.; ALENCAR, P. R. M. . O Agro-Amigo e seus efeitos na inadimplência rural no Piauí. In: Arnaldo Santos; Francisco F. de Gois. (Org.). Microcrédito e desenvolvimento regional. Fortaleza: **Premius**, 2011, v. 1, p. 341-346.
- SOARES, R.B.; BARRETO, F.A.; AZEVEDO, M.T. Condicionantes da saída da pobreza com microcrédito: o caso dos clientes do Crediamigo. In: BARBOSA, C.G.; TEIXEIRA, M.A.; DAMASCENO, W.S. **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012. p. 135-162.
- SOUZA, M.C.G.F. **O desenho do programa Crediamigo do Banco do Nordeste**: inclusão social e mercado. Fortaleza: BNB, 2010.
- SOUZA, R. M.; LEÃO, C. Concentração da indústria de transformação em Goiás. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 6, p. 44-49, nov. 2005.
- TECLES, P. L.; TABAK, B. M.; STAUB, R. B. **Concentração e Inadimplência nas Carteiras de Empréstimos dos Bancos Brasileiros**. Texto para Discussão n. 191 do Banco Central do Brasil, p. 1-36, 2009.
- VASCONCELOS, B. C.; ANJOS, G. C. B.; ANDRADE, C. F. C. J. **Programa Agroamigo do BNB: a visão dos usuários do município do Conde-PB**. In: SEMEAD, 15, 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FES/USP, 2012.
- YUNUS, M. **Hacia um mundo sin pobreza**. Santiago do Chile: Editora Andrés Bello, 1998.

## Apêndice

Tabela A1 - Descrição dos cinco municípios com maior participação no Agroamigo entre 2005 e 2013 por Estado Nordestino

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012
Alagoas									
Água Branca									0,035
Arapiraca	0,138								
Coruripe					0,041	0,046	0,043	0,042	
Craíbas					0,033				
Estrela de Alagoas	0,098	0,074	0,049			0,04	0,041	0,043	
Feira Grande		0,059	0,054						
Girau do Ponciano								0,039	0,037
Igreja Nova			0,054	0,048	0,057	0,072	0,052	0,049	0,054
Oliveira	0,122								
Ouro Branco	0,127			0,041					0,041
Palmeira dos Índios		0,073		0,044	0,052	0,046	0,043		
Santana do Ipanema	0,169	0,071	0,052	0,045					
São Sebastião		0,081	0,049	0,047	0,094	0,068	0,051	0,053	0,039
Bahia									
Bonito						0,012			
Candeal	0,086								
Casa Nova								0,012	
Conceição do Coité	0,125	0,026	0,027	0,034	0,019	0,014	0,014	0,014	0,011
Correntina				0,017			0,01		
Cristópolis		0,028	0,019						
Jequié		0,042							
Jeremoabo					0,02		0,018	0,019	0,019
Juazeiro								0,015	0,013
Medeiros Neto			0,017						
Nova Soure	0,088								
Paripiranga				0,017					
Remanso						0,012			
Riacho de Santana					0,012				
Santa Luzia			0,019	0,017	0,016	0,018			0,013
São Desidério		0,03							
Sento Sé							0,01		
Valença			0,017	0,019	0,013	0,015	0,012	0,013	0,011
Valente	0,105								
Vitória da Conquista	0,18	0,029							
Ceará									
Aracati	0,119								
Brejo Santo				0,021					
Canindé							0,018		0,019
Caucaia			0,025	0,02	0,021				
Granja				0,021	0,02	0,022	0,022	0,032	
Guaraciaba do Norte								0,019	
Ipueiras	0,122								
Itapipoca		0,054	0,029	0,033	0,023	0,022			

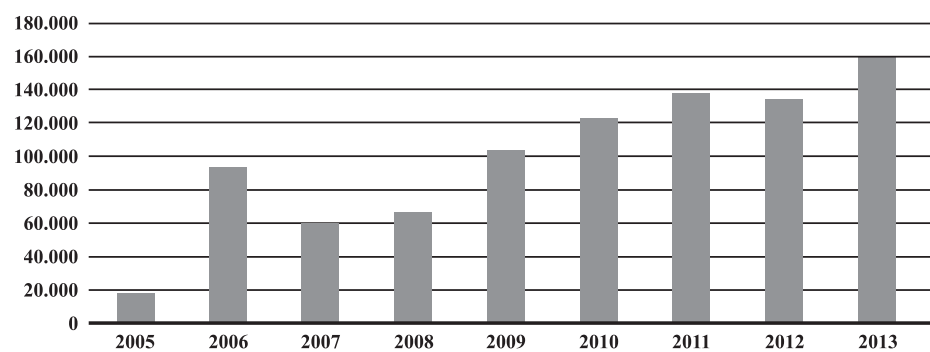
Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012
Jardim	0,059	0,034							
Jijoca de Jericoacoara								0,019	
Mauriti		0,034							0,02
Mombaça						0,023	0,019	0,027	0,021
Morada Nova							0,019		
Nova Russas	0,116								
Ocara			0,022						
Quixadá	0,18	0,044	0,023	0,032	0,031	0,028			
Quixeramobim									0,019
São Benedito					0,022	0,021	0,021	0,026	0,021
Sobral		0,029							
Tianguá			0,025						
Maranhão									
Barão de Grajaú	0,096								
Barra do Corda					0,028	0,021	0,027	0,027	0,026
Bom Jardim		0,047	0,037						
Caxias		0,05			0,026	0,017	0,022	0,021	0,025
Codó									0,031
Lago da Pedra			0,027						
Lago dos Rodrigues	0,112								
Miranda do Norte				0,028					
Parnarama				0,031					0,021
Pinheiro	0,175		0,029	0,045	0,027	0,026	0,022	0,021	0,024
Presidente Dutra			0,029	0,029	0,027	0,02	0,02		
Presidente Sarney	0,112	0,035							
Santa Luzia	0,089	0,057						0,023	
Senador La Rocque		0,033	0,034	0,041					
Timon							0,016		
Viana					0,024	0,019			
Zé Doca								0,021	
Paraíba									
Água Branca					0,024				
Algodão de Jandaíra			0,03						
Barra de São Miguel						0,016			
Boqueirão								0,018	0,02
Catolé do Rocha									0,021
Conceição	0,105								
Cuité				0,026					
Desterro			0,034						
Ibiara	0,064								
Itabaiana					0,02				
Itaporanga	0,123								
Monteiro						0,022	0,021		0,024
Mulungu		0,053	0,031		0,028	0,017	0,021		
Nazarezinho		0,043		0,026					
Pedra Branca					0,023				
Riacho dos Cavalos	0,061	0,059	0,037	0,026			0,023	0,019	0,023
Santa Cruz								0,036	

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012
Santa Luzia							0,033		
São Bento					0,023	0,017			
São Francisco			0,049	0,063				0,043	
Sousa	0,085	0,061		0,024		0,027	0,023	0,025	0,033
Uiraúna		0,053							
Pernambuco	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Araripina			0,033	0,031	0,039	0,037	0,042	0,052	0,05
Bodocó		0,038		0,032	0,022				
Bom Conselho									0,02
Caruaru		0,037	0,033	0,037					
Exu	0,047								
Floresta					0,03	0,028	0,028	0,025	0,021
Glória do Goitá						0,024	0,024		
Goiana			0,036						
Lagoa do Ouro	0,037								
Lajedo	0,056								
Ouricuri					0,023	0,024	0,025	0,026	
Palmeirina	0,156								
Pesqueira		0,037							
Petrolina		0,036	0,039	0,035	0,022	0,024	0,022	0,031	0,029
Saloá	0,231								
Surubim		0,037	0,043	0,045				0,02	
Tacaratu									0,02
Piauí									
Água Branca								0,023	
Alto Longá					0,016				
Altos			0,033						
Amarante			0,056	0,067	0,036	0,026	0,022	0,023	0,018
Arraial	0,054								
Batalha						0,019			
Campinas do Piauí		0,032							0,017
Campo Maior		0,034		0,034	0,021		0,019	0,019	0,019
Esperantina	0,063				0,022		0,02	0,018	0,018
Guaribas	0,105								
Inhuma			0,032			0,017	0,017	0,016	0,02
Itainópolis				0,027					
Jacobina do Piauí				0,024					
Miguel Alves		0,033							
Oeiras		0,04							
Palmeirais				0,024					
Picos			0,035						
Piracuruca						0,018			
Regeneração			0,038						
Santa Rosa do Piauí	0,075								
São Pedro do Piauí					0,018				
Sigefredo Pacheco		0,038							
Simões						0,019	0,022		
Valença do Piauí	0,056								

Município	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012
Rio Grande do Norte									
Alexandria		0,045							
Apodi				0,035	0,042	0,035	0,032	0,041	0,029
Augusto Severo						0,025	0,032		
Ceará-Mirim	0,09								
Jucurutu					0,025	0,029	0,024	0,023	
Lagoa de Pedras				0,031					
Luis Gomes		0,039	0,04	0,033					
Monte Alegre		0,033							
Ouro Branco			0,041		0,039	0,03	0,033	0,035	
Parelhas				0,033					
Pureza	0,066								
Riacho de Santana									0,031
Ruy Barbosa		0,031							
Santa Cruz		0,045	0,043	0,057	0,058	0,053	0,049		0,042
Santana do Matos			0,042					0,024	0,02
São Miguel do Gostoso	0,082								
Serra do Mel					0,038			0,029	0,026
Taipu	0,077								
Touros	0,147		0,032						
Sergipe									
Capela	0,012								
Gararu		0,07	0,048	0,043	0,062	0,061	0,049	0,064	0,057
Itabaiana				0,066		0,045	0,039	0,046	0,035
Itabaianinha			0,043			0,052	0,062	0,049	0,07
Itaporanga d'Ajuda				0,041					
Japoatã			0,042						
Lagarto			0,076	0,046	0,074	0,048	0,062	0,053	0,052
Malhador					0,045				
Nossa Senhora das Dores		0,049							
Pinhão	0,023								
Poço Verde	0,241								
Porto da Folha		0,052			0,048				
Riachão do Dantas				0,043	0,044		0,04		
São Francisco									0,078
Siriri	0,01								
Tobias Barreto	0,704	0,056	0,041			0,049		0,045	
Umbaúba		0,054							

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.

Figura A1 - Frequência de beneficiários com o programa Agroamigo por ano



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do BNB.



## PERCEPÇÃO DE MUTUÁRIOS DO AGROAMIGO NO MUNICÍPIO DE AMARGOSA- BA

### The Agroamigo Borrowers Perception in Amargosa-Ba (Brazil) Municipality

#### Amílcar Baiardi

DSc em Economia, Universidade Católica do Salvador, UCSAL e Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador–BA. E-mail: amil-carbaiardi@uol.com.br

#### Cristina Maria Macedo de Alencar

DSc em Economia, Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador. E-mail: cristinamm@ucsal.br

#### Vanuza Silva Souza

MSc em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Universidade Católica do Salvador, UCSAL, Salvador. E-mail: vanuzac-tep@yahoo.com.br

#### Marcus Fabrício Gonçalves Oliveira

MSc em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, Cáritas Brasileira, Salvador.  
E-mail: fabricio@caritas.org.br

---

**Resumo:** O artigo tenta mostrar como beneficiários do crédito agrícola Agroamigo, uma modalidade de política pública socialmente inclusiva, percebem o papel desse financiamento na sua reprodução social e na sua fixação ao território. A área de estudo é o município de Amargosa, Bahia, onde são encontradas amostras dos dois principais biomas do Nordeste: floresta atlântica e caatinga. A metodologia de abordagem foi dedutiva com conexão descendente e baseada em estudos sobre a percepção de políticas públicas por parte de membros de comunidades rurais, com semelhantes condições econômicas e sociais. A metodologia de procedimento, além da utilização de fontes secundárias, contemplou uma entrevista com o operador do Agroamigo e uma pesquisa empírica sobre a percepção dos beneficiários do crédito. Os resultados obtidos sugerem ser possível que o *habitus* do agricultor e suas representações coletivas possam explicar as convergentes visões dos produtores rurais e que o Agroamigo deva ser ampliado para melhor atender a demanda por crédito agrícola.

**Palavras-chave:** Crédito Agrícola; Nordeste Rural; Agricultura Familiar; Microfinança.

**Abstract:** The article attempts to demonstrate how Agroamigo agricultural credit borrowers - a credit line created by public policies to promote social inclusion - realize the role of this funding in their social reproduction and their attachment to territory. The chosen area to the research is the Amargosa rural municipality (Bahia, Brazil), where samples of two main northeast biomass, rain forest and caatinga (semiarid vegetation), are founded. The methodological approach was deductive with downward connection based on studies concerning public policies perceptions from members of rural communities with similar economic and social conditions. The empirical procedures, besides the use of secondary data, included an interview with the “Agroamigo” credit dealer and an empirical research on the borrower’s perception. The results suggested that the farmer’s *habitus* and their collective representation could explain farmer’s convergent views and that the Agroamigo must be expanded, in order to better serve the agricultural credit demand.

**Key words:** Agricultural Credit; Northeast Country; Family Farmer; Microfinance.



## 1 Introdução

Pesquisas visando avaliar políticas públicas voltadas para atender agricultores familiares, assentados e assalariados do meio rural, sugerem existir convergências de percepções por parte dos beneficiários. Isto se dá mesmo quando nesse grupo populacional existe heterogeneidade no que toca às atividades produtivas, tais como monocultura, policultura, pluriatividade etc. Destarte, é sensato supor que grupos populacionais, habitando nas mesmas comunidades e sendo beneficiados pelas mesmas políticas públicas, tendam a reagir convergentemente no que se refere à avaliação dos benefícios concedidos. Mesmo com localização de seus estabelecimentos produtivos em domínios climáticos diferentes - o que implica ter distintos riscos de perdas de colheitas e eventualmente ter diversas alternativas de explorar potencialidades naturais e flexibilizar o padrão de aproveitamento do solo - os agricultores familiares frequentemente constroem uma identidade de avaliação dos resultados decorrentes das intervenções do Estado na forma de políticas públicas.

Este fato social ocorrido em pesquisas realizadas se repete no caso do financiamento recebido por meio do Agroamigo no município de Amargosa, Bahia. Nesta avaliação, os produtores rurais independentes, todos eles inseridos na categoria agricultura familiar, levam em conta o quanto o financiamento com as características do Agroamigo contribuiu para manter e / ou melhorar as condições de vida e permitir a continuidade da organização social na qual se inserem. Mesmo que como cidadãos e como agentes produtivos não demonstrem elevada propensão à uma coesão social orgânica, compartilham valores e cultura, ou seja, elaboram uma representação social coletiva. Admite-se que isto ocorra porque a avaliação que fazem das políticas públicas, expressa certo padrão social representativo do *habitus* desse grupo populacional, entendido como construção social que define o modo de ver e de pensar, mesmo que submetidos a condicionantes diversas que, em essência, não modificam sua práxis.

O território escolhido para a pesquisa de mutuários do crédito rural Agroamigo foi o município de Amargosa no qual se constata a presença dominante dos biomas mata atlântica e caatinga, visto que o agreste, um tipo de floresta caducifólia não espinhosa, um aglomerado florístico de transição

entre a mata e a caatinga, não tem expressão nesse território.

Não se pretendeu realizar estudo mais detalhado que envolvesse a história, a dinâmica demográfica e a dinâmica territorial dessa população na qual se distribuem os mutuários do Agroamigo, porque isto requereria mais tempo e maiores recursos. Contudo, o grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza, DSN, da Universidade Católica do Salvador, UCSAL, ao qual estão vinculados os autores desta investigação, oportunamente agendará este tema para futuras pesquisas.

O artigo visa meramente avaliar como os mutuários da modalidade do crédito agrícola Agroamigo, presentes em diferentes ambientes físicos, percebem a importância e o potencial do financiamento para promover a sua reprodução social e a sua fixação no território. A presença dessa diversidade física sugeriria que grupos populacionais nela inseridos, em que pese grande número de características comuns no que tange à história e à cultura, pudessem ter percepções não convergentes em relação ao crédito agrícola Agroamigo, o que não ocorreu.

O recorte temático deste trabalho indica uma opção clara para avaliar o Agroamigo por meio de uma pesquisa empírica envolvendo mutuários residentes em comunidades rurais do município de Amargosa, distribuídos em diferentes meios físicos, nos dois principais biomas do Nordeste. Não contemplou abordagens agregadas ou macro sobre a utilização do Agroamigo em estados ou na região Nordeste. Consistiu de um foco pontual em um território que pode ser considerado *proxy* de outros tantos espalhados pela Região. Isto porque contém diversidade ecossistêmica, o que implica maiores ou menores dificuldades e riscos de conduzir processos produtivos como produção vegetal e produção animal, fortemente dependentes das condições naturais.

## 2 Crédito Agrícola, sua história, sua criação no Brasil e sua evolução recente

O crédito agrícola tem sua gênese associada a dificuldades de pagamento de dívidas por parte dos pequenos agricultores que contraíam empréstimos junto a fornecedores, compradores dos produtos agrícolas, agências bancárias etc. Uma versão para

o surgimento desta modalidade de financiamento é que antes de se tornar uma política de governo, o crédito agrícola emerge como uma iniciativa de cooperação entre os produtores rurais, como foram as *rural credit unions*, criadas na segunda metade do século XIX, no bojo do nascente movimento cooperativista, cujo marco é a experiência de Rochdalle, de 21 de dezembro de 1844. Embora seja considerada pioneira no nascimento do movimento cooperativista, a experiência de Rochdalle foi precedida de outras como as organizações solidárias inspiradas pelos chamados socialistas utópicos como, Robert Owen e Charles Fourier em seus projetos de falanstérios, organização considerada emblemática em termos de solidariedade (PINHO, 1996; SINGER, 2002; OLIVEIRA, 2014, p.31-41).

Outra versão sobre o nascimento do crédito agrícola é dada pelo Patrimônio Histórico de Portugal (2015), que registra as raízes do crédito agrícola nas chamadas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, com origem nas Santas Casas da Misericórdia, fundadas em 1498 sob a égide da Rainha D. Leonor, esposa de D. João II de Portugal. O Patrimônio Histórico de Portugal (2015) informa também a respeito de outra iniciativa na Península Ibérica, a exemplo dos Celeiros Comuns, criados em 1576 por D. Sebastião. Segundo documentos do Patrimônio Histórico de Portugal (2015) a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa foi a primeira a fazer empréstimos regulares aos agricultores, em 1778, diferenciando-se de experiências anteriores, esporádicas e sem continuidade.

Tanto na Europa como nos Estados Unidos, o crédito agrícola via cooperativas, via bancos privados e via bancos públicos, começa a se expandir por volta de 1850 – 1860. Entretanto, a definição de regras mais favoráveis aos agricultores, inclusive com adoção do princípio do subsídio, só ocorrem no início do século XX, tendo como causas o endividamento elevado e o reconhecimento da importância da agricultura para a estabilidade econômica. Na Ásia, particularmente na Índia, onde o crédito via cooperativas tem grande expressão, sua estrutura vem prestando serviços desde 1904 (MAZOYER; ROUDART, 2010; DANBOM, 2006; POPE, 1914).

No caso brasileiro, a partir do final do período monárquico, em decorrência das dificuldades enfrentadas pela agricultura exportadora, o governo passou a ter um maior envolvimento na resolução de problemas enfrentados pelo setor

agropecuário e o crédito rural público tornou-se uma política pública desse período. Entretanto, só adquiriu formalidade em 1888 quando da reforma monetária dos Viscondes de Ouro Preto e de Cruzeiro. Nessa reforma, foi estabelecido um acordo do Banco do Brasil com o Tesouro Nacional, visando favorecer ex-proprietários de escravos na forma de crédito. Nesse acordo, cabia ao Banco do Brasil a distribuição seletiva do crédito fornecido e ao Tesouro Nacional o provimento financeiro (PIÑERO et al 2007; GUIMARÃES, 2013).

Com o advento da República e após a abolição do trabalho escravo, um maior envolvimento governamental ocorreu no campo do crédito. Em 1890 foi aprovada a legislação que reorganizou o sistema bancário e monetário, a qual avançou em uma série de aspectos, dentre os quais o do crédito rural hipotecário. Contudo, depois do Encilhamento<sup>1</sup>, em 1898, ocorreu uma contrarreforma econômico-financeira, cuja principal finalidade era situar o País no sistema do padrão-ouro liderado pela Inglaterra. Esta contrarreforma impactou negativamente na política nacional de crédito rural e até 1905, ano da reorganização do Banco da República do Brasil, sobreviveram apenas os financiamentos que ocorriam ao nível provincial e de interesse das elites agrárias e governamentais de algumas províncias mais desenvolvidas. (BESKOW, 2007, p. 127-129; GUIMARÃES, 2013).

Em seu relato, Beskow (2007, p. 127-129) informa que o fortalecimento do Banco do Brasil só se deu efetivamente a partir de 1920 com a criação da Carteira de Redescontos, CARED, a qual ampliou bastante a participação dos bancos privados nacionais no total dos empréstimos e dos títulos descontados. Para esse autor a crise de 1929/30 acarretou significativas transformações na estrutura produtiva da agricultura do País, entre elas a intensa substituição do café por outros produtos, tanto por alimentos como por matérias-primas agroindustriais. Estas mudanças levaram a que no primeiro ano do Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas, fosse reforçado o papel do Banco do Brasil no sistema monetário financeiro do País, particularmente com o restabelecimento de sua Carteira de Re-

<sup>1</sup> Primeira grande crise econômica da República Velha, decorrente de má gestão de financiamento público destinado à industrialização.

descontos em dezembro de 1930. Prosseguindo na política de reforço institucional do Banco do Brasil, segundo Beskow (2007), foi criada em 1932 a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), a qual se tornou emprestadora de última instância do sistema financeiro, ampliando os níveis de redesconto dos títulos destinados ao financiamento da indústria, da agricultura e da pecuária. Por outro lado, a principal medida governamental no bojo do apoio à produção agropecuária foi o chamado “Reajustamento Econômico” (1933 e 1934), que reduziu em 50% as dívidas dos agricultores, basicamente cafeicultores.

Na linha da evolução do crédito agrícola no Brasil, o que de mais significativo ocorreu foi a fundação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), do Banco do Brasil, em 1937. Para Beskow (2007, p.130-133), a CREAI pode ser considerada como a primeira agência nacional da política agrícola. A viabilidade do funcionamento da CREAI foi garantida pela aprovação de uma extensa legislação entre 1937 e 1942 a qual, praticamente, estabeleceu para o Banco do Brasil o monopólio do crédito rural no País.

Após a criação da CREAI, um novo impulso à política de crédito agrícola ocorreu em 1964 com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, por meio da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. A esta Lei seguiu-se a lei 4.829 de 1965, criada com o objetivo de impulsionar o crédito agrícola, estabelecendo que 10% dos depósitos à vista dos bancos comerciais poderiam ser alocados aos empréstimos para a atividade agropecuária. A resolução 260 do mesmo ano, alterou esse valor para 15% e garantiu que as taxas de juros cobradas nos empréstimos rurais seriam limitadas a 75% da taxas cobradas nos empréstimos comerciais. O resultado dessa nova política de crédito foi o aumento dos recursos para financiar o crédito rural, bem como o maior interesse das instituições financeiras em conceder os empréstimos.

A partir de então, houve uma sucessão de atos que redefiniram e ampliaram o marco legal e regulatório do crédito agrícola: a) em 1965, a institucionalização do Crédito Rural, através da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965; b) em 1966, a edição do Decreto nº 58.380, que aprovou o Regulamento do Crédito Rural; c) em 1967, a Resolução do Conselho Monetário Nacional tornando obrigatório o direcionamento de

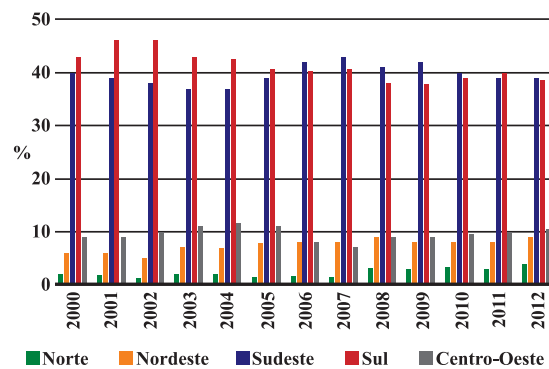
10% dos depósitos à vista no sistema bancário para a concessão de crédito ao setor agrícola; d) também em 1967, o Decreto-Lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre os títulos de crédito rural, definindo a cédula rural pignoratícia (garantida através de penhor), a cédula rural hipotecária (garantida através de hipoteca), a cédula rural pignoratícia e hipotecária (garantida através de penhor e hipoteca) e a nota de crédito rural (sem garantia real); e) em 1973 ocorreu a institucionalização do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO), por meio da Lei nº 5.969, de 11 de maio de 1973; f) em 1986, a criação da Poupança Rural; g) em 1991, o aumento da participação do BNDES no crédito rural por meio do Finame Rural e do Programa de Operações Conjuntas e do Programa de Operações Diretas; h) em 1995, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); i) em 1996, a criação do Programa de Securitização das dívidas dos agricultores, que permitiu o reescalonamento do vencimento das operações a taxas de juros compatíveis com a atividade agropecuária; j) em 1998, a criação do Programa de Revitalização das Cooperativas Agropecuárias e k) diante da incapacidade do Estado brasileiro de arcar com a totalidade do crédito agrícola, a partir de 2000, inúmeros mecanismos de financiamento da agricultura foram concebidos, permitindo que houvesse mais recursos públicos alocados nas modalidades de crédito voltadas para a carente agricultura familiar. Com envolvimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, foram criadas inúmeras linhas de crédito, beneficiando praticamente todas as principais atividades da agropecuária e permitindo acesso à tecnologia avançada. Com a entrada do BNDES, as cooperativas de crédito passaram a atuar como agentes de primeiro piso no sistema financeiro.

Neste contexto e visando ampliar o espectro do crédito agrícola concedido pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), foi criado em 2005, o Agromigo, programa de microfinanças rurais operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Na última década, o Agromigo tornou-se o maior programa de microfinanças rurais da América do Sul com objetivo de melhorar as condições econômicas e sociais do agricultor

familiar na área de sua atuação.

Não obstante a maior destinação dos recursos públicos para as modalidades de crédito voltadas para a agricultura familiar, o que se dá diante de uma maior disponibilidade relativa desses recursos face à expansão do financiamento privado, dirigido preponderantemente para a agricultura empresarial<sup>2</sup>, o Nordeste, que em tese deveria ser favorecido por ter a maior concentração de estabelecimentos com estas características na Região, não o foi. Historicamente a distribuição do crédito agrícola por grande região no Brasil não se alterou, conforme indica a Figura 1.

Figura 1- Evolução da distribuição do crédito agrícola nas regiões brasileiras para o período de 2000-2012



Fonte: Banco Central do Brasil (2012).

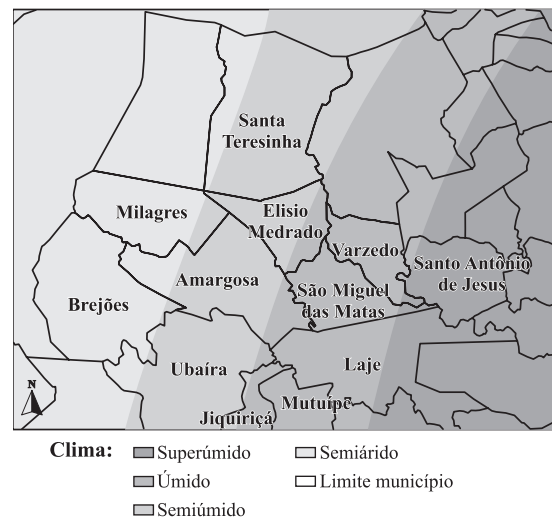
### 3 Município de Amargosa

O Município de Amargosa, Bahia, foi selecionado porque tem sido palco da atuação regular do Agroamigo e porque contém elementos fitogeográficos dos biomas mata atlântica e caatinga, ajudando a entender estratégias de convivência com o semiárido. Na parte leste (limite com municípios de Elísio Medrado, São Miguel das Matas, Laje e Ubaíra), a formação é de mata atlântica ombrófila. No sentido oeste, à altura do meridiano 39°, 40'S tem início a área com baixo índice pluviométrico, a caatinga (limite com o município de Milagres e Brejões), como informa a Figura 2.

O clima em Amargosa, tem grande variação e, de acordo com a classificação de Thornthwai-

te, abrange domínios que vão do superúmido ao semiárido, transitando pelo úmido e semiúmido, com a temperatura média anual variando de 19,8 a 25,1°C. A pluviometria no município de Amargosa indica regularidade de precipitações. Nos últimos 60 anos sofreu pequenas variações, sendo que o mês de menor média de chuva em todo o município foi setembro de 2011, com 70,7mm e o mês de maior média de chuva na mesma área foi dezembro de 2011 com 131,1mm. Curiosamente, estas marcas aconteceram no mesmo ano. Os índices pluviométricos definem as distribuições espacial e sazonal das atividades agropecuárias.

Figura 2 – Domínio climático Amargosa e municípios vizinhos



Fonte: Lins (2008).

Amargosa teve sua organização territorial estruturada com base nas lavouras do café e do fumo. Até meados do século XX, o Município gozou de grande importância econômica, política e cultural, desempenhando um papel de integração entre a zona da mata e o sertão baiano, em decorrência da sua posição geográfica, da presença de agentes econômicos com perfil empreendedor e da disponibilidade de transporte ferroviário (Estrada de Ferro Nazaré-EFN), que conectava o litoral com o *hinterland* (LINS, 2008).

Levantamento realizado mostra as atividades de mandiocultura, cana de açúcar, bananicultura, citricultura, passicultura (maracujá) e cacauicultura com importância econômica no Município (Tabela 1).

<sup>2</sup> Segundo Novaes (2011), em 2010 o financiamento com recursos não públicos à agricultura já respondia por 38,8% do total do crédito concedido ao setor.



Tabela 1 - Produção das principais lavouras no município de Amargosa /BA 2012

Produto / Unidade	Quantidade
Banana em cacho (t)	9.800
Coco-da-baía (mil frutos)	60
Laranja (t)	580
Maracujá (t)	600
Castanha de caju (t)	12
Cacau (em amêndoa) (t)	265
Café (em grão) Total (t)	56
Abacaxi (mil frutos)	100
Amendoim (em casca) (t)	16
Feijão (em grão) (t)	37
Mandioca (t)	23.800
Milho (em grão) (t)	20
Tomate (t)	60
Batata-doce (t)	42
Cana – de - açúcar (t)	8.360

Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas (2015).

Ao oeste do Município, onde ocorre a formação caatinga, predomina o cultivo de lavouras mais resistentes aos *déficits* hídricos como batata-doce, amendoim, mandioca, caju e milho. Ao leste, ocorre uma concentração de estabelecimentos rurais com maior área cultivada, voltados para lavouras de ciclo longo, como cacau e café, e para lavouras de ciclos médios e curtos como banana, cana, mandioca, milho e amendoim. Nesta porção do território, a cobertura vegetal predominante é a formação de florestas secundárias próprias de clima úmido. Ao centro, no regime definido como semiúmido, praticamente se repete o aproveitamento da terra com as mesmas lavouras de ciclos longo e curto, presentes na parte leste do Município.

Já com relação à produção animal, atividade responsável por renda superior comparativamente à produção vegetal, destacam-se a pecuária extensiva de corte, conduzida predominantemente pelos médios e grandes criadores, e a pecuária intensiva de leite, inserida na região na década de 1970, como alternativa à pecuária extensiva. A pecuária extensiva, inclusive praticada por estabelecimentos familiares, está presente em todos os domínios climáticos, com mais destaque para o semiúmido e semiárido. Levantamento realizado mostra que Amargosa contava com um efetivo animal total de 51.408 cabeças no ano de 2012. O maior componente é o de bovinos, não obstante uma observada redução a partir do ano de 2006, cuja explicação é

a substituição de pastagens por lavouras nas áreas semiúmidas e a perda de cabeças em decorrência de secas prolongadas no semiárido. No efetivo de galinhas, houve uma pequena queda a partir do ano de 2004, mantendo-se um equilíbrio na produção nos anos seguintes. O efetivo de aves para o abate em pequenos abatedouros, se mantém aproximadamente equilibrado na série analisada (Tabela 2).

Diante da diversidade climática de Amargosa, presença de vários ecossistemas, as atividades de produção vegetal e animal por parte dos agricultores, muitos deles pluriativos, ocorrem predominantemente de forma combinada, o que não significa, necessariamente, sistemas agroflorestais ou agrossilvopastoris (SOUZA, 2014).

O município de Amargosa está inserido na Região Econômica<sup>3</sup> do Recôncavo Sul e na Microrregião Homogênea de Jequié, composta por 26 municípios, as quais pertencem à Mesorregião do Centro-Sul da Bahia. Amargosa possui uma área total de 436 km<sup>2</sup> sendo constituída administrativamente por quatro distritos: Sede, Corta Mão, Itachama e Diógenes Sampaio. Sua composição territorial inclui ainda quatro povoados (Acaju, Baixa de Areia, Cavaco e Barreiro) e grande número de localidades, distribuídas em 29 setores rurais, abrangendo 109 comunidades, de acordo com dados do IBGE (2015).

Amargosa dista 240 km de Salvador, via BR-101, em conexão com a BA-026, que liga a sede ao município a Santo Antônio de Jesus. Tem também como opção de acesso a BR-116, com um percurso mais extenso em relação a Salvador, via a Rodovia Estadual BA-540 (acesso aos municípios de Milagres e Mutuípe). Conta ainda, em termos de rede viária, com a ligação a Brejões, também pela Rodovia Estadual BA 026. O Município dispõe de aeródromo, cuja distância aérea até o Aeroporto de Salvador é de 117km (SOUZA, 2014).

A população total de Amargosa estimada pelo IBGE (2015) para 2010 era de 34.351. Até a década de 1980 a população rural do município de Amargosa superava numericamente a população urbana. A inversão ocorre na década de 1990 e, em 2010, a taxa de urbanização alcança cerca de 80 %.

3 Região Econômica do Recôncavo Sul era uma unidade de planejamento do estado da Bahia, vigente de 1967 a 2007, quando passou a ser denominada Território de Identidade Vale do Jequiricá, com 22 municípios. Na regionalização para atuação do BNB, Amargosa integra a unidade de Santo Antônio de Jesus.

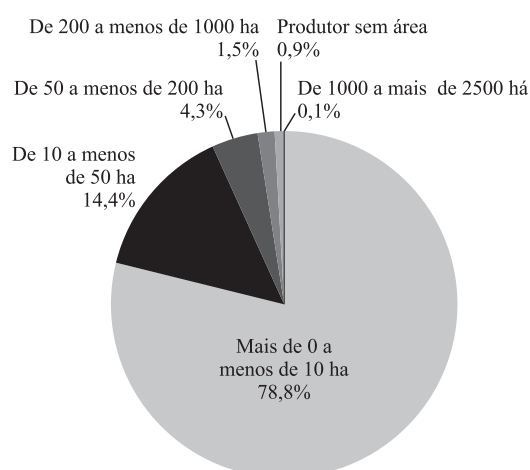
Tabela 2 – Efetivo animal – Amargosa/Ba – 2000-2012

Tipo de Efetivo	Anos							
	2000	2002	2004	2006	2008	2010	2011	2012
<b>Bovino</b>	38.070	39.084	41.640	27.072	23.750	28.338	24.993	25.652
<b>Equino</b>	1.010	1.062	1.160	1.242	1.290	1.367	1.406	1.448
<b>Asinino</b>	730	700	630	600	520	540	529	518
<b>Muar</b>	1.075	1.105	1.130	1.210	1.980	1.925	1.963	2.002
<b>Suíno</b>	2.433	2.505	2.595	3.868	3.610	3.898	3.223	3.302
<b>Caprino</b>	690	750	850	900	985	1.090	1.057	1.093
<b>Ovino</b>	-	-	-	162	190	215	227	237
<b>Aves de abate</b>	5.680	5.443	5.800	5.450	5.180	5.128	4.960	4.910
<b>Galinhas de quintal</b>	17.870	17.437	15.910	15.185	13.970	12.820	12.100	12.246

Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas (2015).

Atualmente, a maioria da população ativa de Amargosa, mesmo residindo nas localidades urbanas, está inserida no setor primário, ocupando-se em lavouras de subsistência nas quais a mandioca é a mais importante. A manicultura coexiste com as plantações de banana, milho, feijão, fumo e amendoim, mais voltadas para o comércio, sendo o sustentáculo característico da pequena produção familiar. O cacau, o café e a cana-de-açúcar são as alternativas dos pequenos e médios produtores localizados em ecossistemas mais úmidos (SOUZA, 2014). Quanto à estrutura agrária, entre os estabelecimentos rurais, há um predomínio de minifúndios, como demonstra a Figura 3.

Figura 3 - Gráfico de área por estabelecimentos agropecuários



Fonte: IBGE, Séries Históricas e Estatísticas (2015).

## 4 Fundamentação teórica e metodologia

Pesquisas visando avaliar políticas públicas em comunidades rurais costumam mostrar convergências na percepção dos benefícios recebidos por parte de seus membros. Mesmo que no grupo populacional existam produtores independentes, e que se vejam como competidores, isto acontece. Diferentemente do esperado pela teoria econômica, que prevê condutas de agricultores familiares a partir da lógica do mercado, observam-se comportamentos não guiados por interesses individuais em comunidades. Esses comportamentos, segundo Chayanov (1974), podem ser explicados pela natureza da agricultura familiar que visa, em primeira instância, a reprodução social e não a acumulação. De acordo com Durkheim (1967), isto ocorreria como decorrência de condicionamentos sociais, uma vez que a vizinhança promove uma coesão social, não necessariamente orgânica, um compartilhamento de valores, uma identidade e cultura autóctones, ou seja, uma representação coletiva.

Nos exemplos de convergência no avaliar políticas públicas voltadas para as suas necessidades como produtores independentes ou como assalariados, os agricultores independentes, majoritariamente inseridos na categoria agricultura familiar, levam em conta o quanto o benefício do financiamento contribuiu para manter e/ou melhorar as condições de vida, para garantir continuidade dos mesmos como

agentes produtivos e para manutenção das suas famílias nas localidades em que vivem. Ao avaliar os benefícios do crédito agrícola, os produtores rurais não separam a sobrevivência econômica individual da manutenção do estilo de vida comunal no território. Tendem a reagir convergentemente no que se refere à avaliação dos impactos dessas políticas, não separando os eventuais benefícios individuais econômicos dos coletivos e sociais. Eles não se fixam nas condições particulares e olham o entorno.

Este encontro de olhares focando a condição de produtor e a condição de membro de uma comunidade, evitando separar a subjetividade econômica da subjetividade sociológica foi, segundo Bourdieu (2000, p. 258-261), preocupação de vários pensadores como Pareto, Schumpeter e Max Weber, que defendiam um maior diálogo entre as ciências sociais e maior atenção à antropologia econômica. Para Bourdieu (2000, p. 258-261), este diálogo permitiria superar uma *scholastic fallacy*, cuja maior demonstração é a reiterada construção teórica do *homo aecomomicus*, quando se negligencia e se abstrai as estruturas sociais, ou, de outro modo, quando não se leva em conta que

[...] los agentes económicos, o, más exactamente sus disposiciones, son construcciones sociales indisociables del conjunto de las construcciones sociales que son constitutivas de un orden social (BOURDIEU, 2000, p. 259).

Visando encontrar uma resposta epistemológica para essa confluência entre as subjetividades econômica e sociológica, Bourdieu (2000) recorre ao conceito de *habitus*,

[...] El agente social, en tanto que está dotado de un habitus, es un individual colectivo o un colectivo individuado por obra de la incorporación de las estructuras objetivas” (BOURDIEU, 2000 p. 260).

O conceito de *habitus* demonstra ser adequado para entender as convergências no que se refere aos valores, identidades, grupos de crenças, senso de pertencimento e papel social. Em relação à agricultura familiar, o *habitus* se expressa como identidade social construída por relações de coexistência, segundo Moreira (2009).

Aplicações recentes do conceito de *habitus* à realidade rural brasileira são encontradas em Chalita (2008), em pesquisa sobre citricultores em São Paulo, em Baiardi (2009), em pesquisa sobre cacauicultores, em Piccin e Moreira (2013), em estudo de assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul e em Baiardi e Lima (2013), em pesquisa sobre a especialização produtiva como estratégia de sobrevivência no semiárido nordestino.

A metodologia utilizada contemplou uma abordagem dedutiva com conexão descendente, tendo como base estudos sobre a percepção de políticas públicas por parte de membros de comunidades rurais. Esses estudos levaram em conta condicionamentos objetivos e subjetivos e exploraram como os valores interferem em condutas econômicas e sociais. Os métodos de procedimento envolveram levantamentos bibliográficos e de dados estatísticos, uma entrevista direcionada ao operador do crédito e uma pesquisa empírica, mediante questionário aplicado aos beneficiários do crédito Agroamigo, em Amargosa. Utilizou-se a amostragem não probabilística por saturação, aquela na qual se considera que o “n”, número da amostra, é representativo do “N”, população, em decorrência da coincidência das respostas a partir de certo volume de questionários aplicados. Quando as respostas começarem a indicar acentuada convergência, é possível admitir presença de representatividade. No caso específico, foram entrevistados 65 agricultores mutuários, distribuídos nos biomas mata atlântica e caatinga, de um total de 607 agricultores beneficiados com o Agroamigo em Amargosa, uma amostra não probabilística maior que 10% da população. Os questionários, com 13 indagações, nem todas tabuladas por não necessitarem deste recurso, foram aplicados nos estabelecimentos rurais, na feira livre de Amargosa e na representação do BNB no Município.

## 5 Resultados da pesquisa empírica

### 5.1 Entrevista com o agente financeiro da unidade de Santo Antônio de Jesus

Foi informado que o Agroamigo, Programa de Microfinanças Rural do Banco do Nordeste, foi



criado em 2005. Nesse mesmo ano, segundo a narrativa, foi implantada a coordenação por unidades para atender a um conjunto de municípios. A unidade de Santo Antônio de Jesus, município sede, atende 17 municípios geograficamente próximos. O Programa Agroamigo contempla, basicamente, os beneficiários do PRONAF grupo B e PRONAF grupo V variável, o que torna exigência principal para se ter acesso ao crédito, a regularização da documentação de identificação, Declaração de Aptidão ao PRONAF(DAP).

O primeiro grupo, PRONAF B, está dirigido para agricultores com renda bruta familiar anual de até R\$ 20.000,00, (vinte mil reais), com financiamentos limitados a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Os beneficiários do PRONAF grupo V integram uma faixa com renda bruta familiar anual de R\$ 20.000,00, (vinte mil reais), até R\$ 360.000,00, (trezentos e sessenta mil reais), com financiamentos concedidos até o limite de R\$ 15.000,00 por projeto.

O valor inicial de recursos aportados quando da implantação do Programa para a Unidade de Santo Antônio de Jesus foi R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais/ano). Atualmente esse recurso chega a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais/ano), como crédito ativo. O Programa teve um crescimento compatível com a demanda de crédito por parte dos agricultores. A maioria dos financiamentos foi na categoria de investimento (aquisição de animais, matrizes inclusive, mudas e máquinas agrícolas) concedidos com a inclusão de verbas típicas de custeio, na ordem de 35% do total financiado, havendo também crédito de custeio isolado. O PRONAF B (também denominado Agroamigo Crescer), além de oferecer a possibilidade de concessão de bônus de adimplência em áreas do semiárido, estimado atualmente em 40% do valor do principal, juros baixos e menos burocracia, atende o agricultor na própria comunidade. No grupo PRONAF V (também denominado Agroamigo Mais), atualmente não há bônus, mas os juros são baixos, de até 2% ao ano. No caso do PRONAF V, a depender da magnitude do crédito, podem ser exigidas garantias pessoais ou reais.

O Agroamigo Crescer apresenta um valor médio dos contratos do Programa de R\$ 3.800,00 (três mil e oitocentos reais) enquanto o Agroamigo Mais apresenta valor médio de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), na Agência de

Santo Antônio de Jesus. Nessa Unidade, desde sua implantação foram beneficiados 5.246 agricultores, sendo 607, cerca de 11%, residentes em Amargosa, um dos municípios mais bem aquinhoados. Em Amargosa, os agricultores que acessaram o microcrédito estão distribuídos em 33 localidades rurais, como indicam a Tabela 3 e a Figura 4.

Observando-se a distribuição por localidade rural do município de Amargosa, constata-se uma acentuada variação da quantidade de acessos, mínimo de 2 e máximo de 100, estando os mesmos mais concentrados nas localidades situadas no bioma Mata Atlântica, 100 acessos no caso de Cambaúba. No bioma caatinga, semiárido, houve o máximo de 30 acessos, alcançado na localidade de São Roque.

O agente financeiro do município de Amargosa tem entre suas funções a promoção de reuniões informando sobre o Programa, as ofertas, as penalidades, além de fazer visitas aos estabelecimentos, selecionando uma amostra de 30% dos agricultores que acessaram o Programa. As visitas podem se dar antes, durante e depois da aplicação dos recursos. O BNB estabelece metas de acessos por ano, sendo desejável que os mesmos se distribuam por toda a área de atuação, o que reduz o risco de inadimplência por razões climáticas. O menor risco de perdas de colheitas está explicando a concentração de mutuários no bioma Mata Atlântica. Segundo o informante, a média de inadimplência na unidade de Santo Antônio de Jesus é 2,5 a 3,0% e no município de Amargosa situa-se em 1,5%.

O BNB conta com parcerias para apoio e assessoramento técnico. No caso da unidade de Santo Antônio de Jesus, os principais parceiros são: Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira da Bahia (CEPLAC), sindicatos de trabalhadores rurais e secretarias municipais de agricultura. O Agroamigo é considerado, desde seu início, um dos microcréditos mais bem conceituados pelos agricultores familiares. Durante a entrevista foi também informado que esta avaliação é consistente, dado que grande maioria dos mutuários renovaram seus financiamentos. Nessa unidade, conforme analisado na carteira de crédito, há uma média de quatro renovações por agricultor familiar, desde o ano de criação do Programa.

Tabela 3 - Localidades onde estão agricultores familiares contemplados com o Programa Agroamigo em Amargosa

Localidades	Biomás	Número de Agricultores/ as Contemplados	Participação das Comuni- dades no Acesso Total (%)
Boa Vista	Mata Atlântica	30	4,9%
Cambaúba	Mata Atlântica	100	16,5%
Sete Voltas	Mata Atlântica	50	8,2%
Alto Seco	Mata Atlântica	80	13,2%
Terra Caída	Mata Atlântica	20	3,3%
Feto	Mata Atlântica	10	1,6%
Corta Mão	Mata Atlântica	40	6,6%
Barra de Acajú	Mata Atlântica	20	3,3%
Itachama	Mata Atlântica	20	3,3%
Ribeirão do Cupido	Mata Atlântica	10	1,6%
Baixa do Tauá	Mata Atlântica	10	1,6%
Riachão da Bica	Mata Atlântica	10	1,6%
Caco de Cuia	Mata Atlântica	10	1,6%
Gentil	Caatinga	10	1,6%
Lagoa de São João	Caatinga	10	1,6%
Tabuleiro Grande de Corta Mão	Mata Atlântica	10	1,6%
Córrego	Mata Atlântica	15	2,5%
Água Branca	Mata Atlântica	15	2,5%
Palmeira	Mata Atlântica	15	2,5%
Baitinga	Mata Atlântica	15	2,5%
Cova da Nega	Caatinga	10	1,6%
Lagoa Queimada	Caatinga	5	0,8%
Serra da Conguta	Mata Atlântica	10	1,6%
Serra do Cavaco	Mata Atlântica	10	1,6%
São Roque	Caatinga	30	4,9%
Ribeirão de Itachama	Mata Atlântica	3	0,5%
Barreiros	Mata Atlântica	6	1,0%
Três Lagoas	Caatinga	12	2,0%
Riachão	Mata Atlântica	3	0,5%
Serra do Chico Félix	Mata Atlântica	6	1,0%
Lagedo Grande	Caatinga	2	0,3%
Mata das Covas	Caatinga	10	1,6%
<b>Total (ativos e inativos)</b>	-	<b>607</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Pesquisa de campo; agente financeiro da unidade de Santo Antônio de Jesus, BNB (2015)

## 6 Resultados da pesquisa empírica dos beneficiários do Agroamigo em Amargosa

Os dados sobre a área dos estabelecimentos dos beneficiários do Agroamigo revelaram, em 65 observações, que a maior área informada foi de 66 ha e a menor área 0, 44 ha. A média de

área foi 6,61 ha, mas a moda, estatisticamente estimada, não foi além de 2,17 ha, o que mostra ser a população de beneficiários do Agroamigo constituída de minifúndios, face ao módulo fiscal para o Município de 35 ha. No que se refere à condição de posse, a Tabela 4 revela que a expressiva maioria dos entrevistados é formada por proprietários, o que significa maior estabilidade na atividade e maior facilidade na contratação dos financiamentos.

Tabela 4 - Condição de posse dos agricultores beneficiados pelo Agroamigo em Amargosa, BA, 2015

Condição de Posse	Quantidade	%
Proprietário	42	65%
Posseiro	16	25%
Arrendatário	1	2%
Comanditários	6	9%
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Quanto à atividade principal no estabelecimento, Tabela 5, observa-se que a agropecuária é expressivamente majoritária, o que não significa se tratar de sistemas agropastoris, mas sim de bovinocultura extensiva, avicultura e lavouras que podem ou não ser utilizadas para alimentação ani-

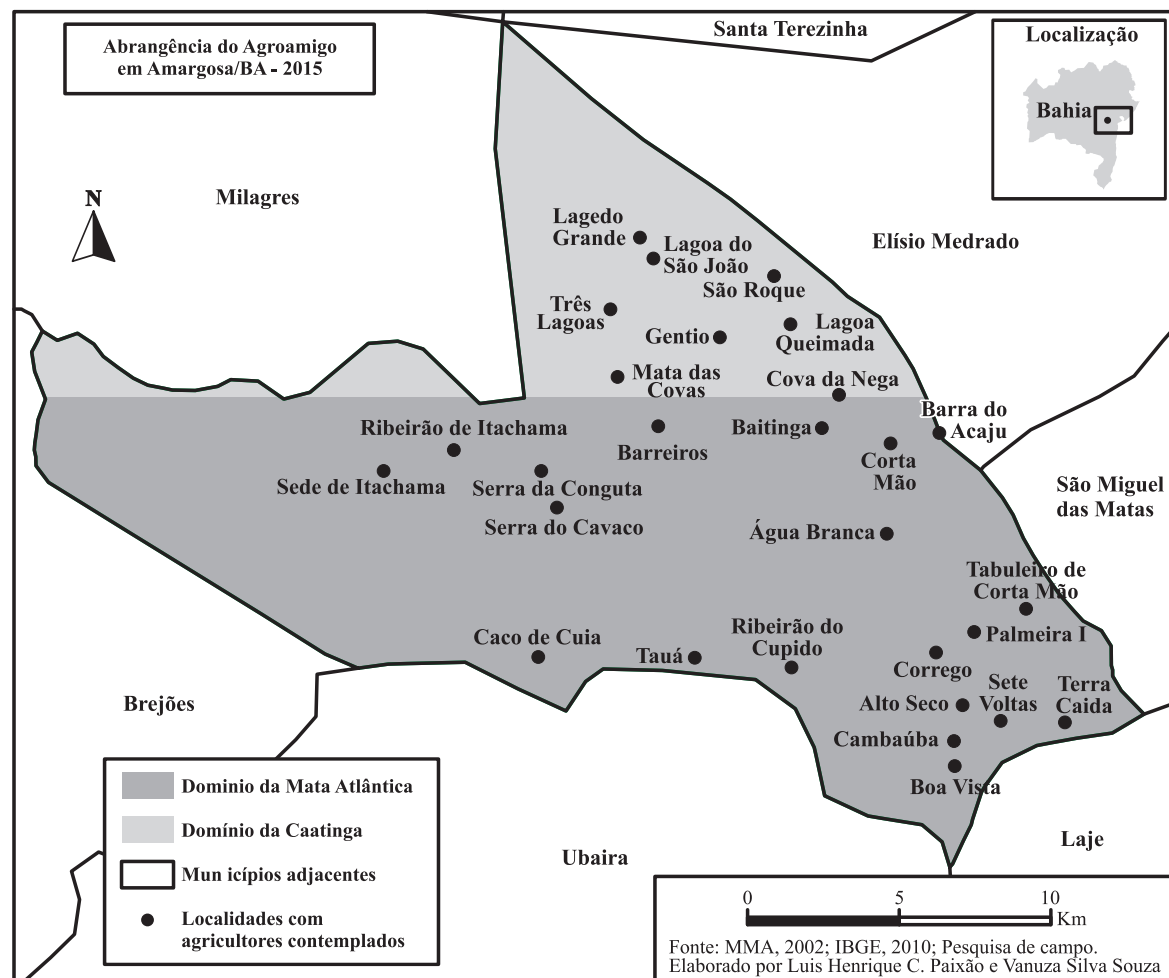
mal, como mandioca e cana, em áreas separadas. A lavoura da mandioca é mais comum quando o estabelecimento está localizado na caatinga e a fruticultura, a cacauicultura e a sucrocultura são mais frequentes quando a localização se dá em áreas com menor déficit hídrico.

Tabela 5 – Principais atividades do estabelecimento dos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Atividade Desenvolvida	Quantidade	%
Agricultura	12	18%
Pecuária	1	2%
Agropecuária	52	80%
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Figura 4 – Distribuição das localidades pesquisadas por bioma



Fonte: Souza (2014).

A evolução nominal da concessão do crédito ao grupo de entrevistados no município de Amargosa e nas localidades indicadas, após oscilações entre 2004 e 2010, tem uma inflexão expressiva a partir de 2011 (Tabela 6). Os números mostram claramente como esta modalidade de financiamento se tornou significativa para os produtores rurais que dela se beneficiaram e evidenciam que a atividade pecuária foi contemplada com maior volume de crédito, maior mesmo que a soma das demais.

Na Figura 5 se tem uma ideia visualizada da ampliação desta modalidade de crédito, de modo sustentado a partir de 2011.

A interpretação que se tem deste desempenho é que o Agroamigo vem progressivamente obtendo credibilidade e legitimidade junto ao seu público, o que pode ser visto na Tabela 7, que merece atenção especial porque revela que a maioria dos mutuários, 56%, não refinanciou seu contrato, podendo, obviamente, contratar uma segunda operação após a liquidação da primeira. Evidencia ainda que as operações inadimplentes foram de apenas 3%, uma incapacidade de saldar dívidas pouco expressiva no Município. Estes dados sugerem que o Agroamigo é um programa de elevada significação social e que vem contribuindo para a reprodução social desse tipo de agricultor e fixando o mesmo no território, o que se pode considerar extremamente positivo diante dos dados de empobrecimento e esvaziamento demográfico do meio rural, segundo Gasques et al (2012).

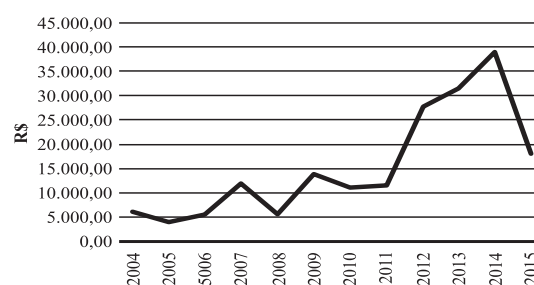
Tabela 6 – Evolução do crédito recebido por atividades nos estabelecimentos dos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015\* (em reais, R\$, correntes)

Ano	Soma Anual	Agricultura	Pecuária	Avicultura	Agropecuária
2004	6.100,00	3.000,00	3.100,00	-	-
2005	4.000,00	-	4.000,00	-	-
2006	5.500,00	2.000,00	2.500,00	1.000,00	-
2007	12.000,00	1.500,00	7.500,00	3.000,00	-
2008	5.600,00	4.100,00	1.500,00	-	-
2009	13.800,00	-	10.500,00	3.300,00	-
2010	11.000,00	-	9.500,00	1.500,00	-
2011	11.500,00	-	3.500,00	8.000,00	-
2012	27.500,00	5.000,00	15.000,00	5.000,00	2.500,00
2013	31.400,00	-	20.900,00	10.500,00	-
2014	38.932,31	7.000,00	18.240,00	6.692,31	7.000,00
2015*	18.015,00	-	18.015,00	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>185.347,31</b>	<b>22.600,00</b>	<b>114.255,00</b>	<b>38.992,31</b>	<b>9.500,00</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

(\*) Corresponde a um trimestre.

Figura 5 - Evolução da concessão do crédito agrícola (\*) entre os mutuários de Amargosa



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

(\*) O valor de 2015 corresponde a um trimestre.

Tabela 7 – Liquidez e contratualidade bancária dos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Condição	Sim	%	Não	%
Refinanciamento	29	44	36	56
Inadimplente	2	3	63	97
Negociou inadimplência	2	3	63	97

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

Em que pese o aparente resultado de equilíbrio financeiro sugerido pela Tabela 7, é possível supor que o mesmo não se deva, ou não seja explicado pela orientação recebida em termos de assistência técnica e extensão rural, podendo estar relacionada à concentração do financiamento para agricultores localizados nas áreas edafoclimaticamente mais

favoráveis do Município. Isto porque a Tabela 8 informa a precariedade da orientação ao crédito. Cerca de 70% dos entrevistados informam não ter recebido qualquer orientação durante o ciclo produtivo. Os informantes que disseram haver recebido orientação, apontaram que a mesma se deu em decorrência de uma parceria.

Tabela 8 – Orientação de crédito aos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Tipo de Orientação	Sim	%	Não	%	Não Sabe	%
Antes	48	73	17	27	-	
Durante	20	30	45	70	-	
Com parceria	40	60	2	3	23	37

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

As parcerias indicadas na Tabela 8 totalizaram 40, sendo 32 com o sindicato, três com a prefeitura e cinco com a Secretaria de Agricultura do Governo Estadual.

No que tange à propensão a participar corporativamente e a cooperar, a Tabela 9 informa que elas se dão predominantemente na esfera sindical, sindicatos de trabalhadores rurais que incorporam assalariados e pequenos produtores. É baixa a participação em cooperativas, 17%, o que, em se elevando, pode se constituir em um canal de melhoria do *standard* de vida. Do mesmo modo, a população entrevistada não demonstra impulso de participação em conselhos.

Tabela 9 – Participação dos agricultores mutuários do Agroamigo em entidades, Amargosa-BA – 2015\*

Entidade	Sim	%	Não	%
Sindicato	64	98	1	2
Sindicato e cooperativa	11	17	54	83
Associação/ASCOBA	2	3	63	97
Participa em alguma entidade	64	98	1	2

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

(\*) Pode se dar participação múltipla.

A participação em conselhos é muito baixa, apenas 3, em torno de 5% dos entrevistados, participam de conselhos, sendo um no Conselho de Mulher, um no Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural e um no Conselho da Saúde. A participação em conselhos seria outra manifestação de cidadania que, a exemplo da participação em cooperativas, pode se constituir em um canal de melhoria do padrão vida. Embora extrapole os objetivos deste artigo, pode-se problematizar essa baixa participação em conselhos, visto que o município Amargosa sedia o Colegiado Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que não aparece nas falas dos agricultores nem do agente financeiro.

A Tabela 10 informa o tempo de permanência dos entrevistados no território. Cerca de 43% dos entrevistados residem na localidade por um período de 20 a 50 anos. Este é um dado importante a ser levado em consideração quando das negociações dos financiamentos, visto se tratar de um grupo populacional com fixação expressiva no território e, dadas as relações de sociabilidade primária típicas do mundo rural, com facilidade de operacionalização por parte do agente financeiro.

Quando indagados sobre como se dera o conhecimento do Agroamigo e o acesso ao crédito, a maioria, cerca de 70%, informou que outras instituições, possivelmente integrantes da ampla rede que atua no mundo rural, forneceram elementos que possibilitaram a iniciativa de demandar financiamento (Tabela 11). Em segundo lugar como difusor do crédito, se tem a interação com a vizinhança. Curiosamente a propaganda oficial do Agroamigo não teve nenhuma relevância, o que denota a força da construção sócio-histórica do habitus, ao tornar os agricultores beneficiários socialmente dispostos a decisões calcadas na confiança e em valores que induzem suas escolhas.

À pergunta sobre como avaliariam o Agroamigo obteve-se as seguintes respostas dos 65 entrevistados: 57 responderam que avaliavam bem, cerca de 87%, um entrevistado respondeu que avaliava mal, 1,5%, e sete disseram não ter opinião, 11,5%. Em que pese a força estatística do dado, cabe salientar que essas afirmações, conforme os próprios entrevistados, não estão fundamentadas em um sistema, mesmo que rudimentar, de avaliação econômica do investimento, o que corrobora as afirmações de carência de orientação durante o uso do financiamento.



Tabela 10 – Inserção no território pelos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Permanência na Localidade	Respostas dos Entrevistados	%
1 a 10 Anos	7	11%
11 a 20 Anos	12	18%
21 a 30 Anos	10	15%
31 a 40 Anos	6	9%
41 a 50 Anos	12	18%
51 a 60 Anos	11	17%
61 a 70 Anos	3	5%
71 a 80 Anos	1	2%
Não Respondeu	3	5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Tabela 11 – Como se deu o acesso ao crédito pelos agricultores mutuários do Agroamigo em Amargosa-BA – 2015

Modalidade de Acesso	Respostas	%
Propaganda	3	5
Agente rural do INEC	2	3
Indicação-amigo/vizinho	15	23
Divulgação de outras instituições	45	69

Fonte: Pesquisa de campo (2015).

## 6 Considerações finais

Os resultados da pesquisa empírica demonstram que o Agroamigo é bem avaliado como política pública, porque tem contribuído para a reprodução social e para a fixação no território dos beneficiários. Ademais, sua aplicação não tem criado inadimplência entre os produtores familiares de Amargosa, em que pese os mesmos terem limitadas possibilidades de incrementar a produção por serem, predominantemente, minifundiários. Os volumes de financiamento contratados pelos mutuários têm sido compatíveis com sua condição de pagamento.

De outro lado, não obstante as concessões de crédito tenham se dado predominantemente em localidades situadas em ecossistemas de mata atlântica, sem problemas de *déficits* hídricos, os mutuários inseridos na caatinga têm se beneficiado regularmente do Programa. Em um quadro de concentração produtiva, redução na participação da renda rural por parte da agricultura familiar e es-

vaziamento demográfico, é legítimo supor que o Agroamigo tem se constituído, a julgar por Amargosa, em uma barreira a estas tendências.

Admitindo-se a continuidade deste desempenho financeiro por parte dos mutuários do Agroamigo, é possível supor potencialização dos efeitos de territorialização, com desenvolvimento rural, capitalização do agricultor familiar e melhoria do seu *standard* de vida. Para isso seriam desejáveis mudanças na carteira de crédito, contemplando o crédito fundiário, o crédito de custeio desvinculado dos investimentos, o financiamento de atividades rurais não agrícolas e o financiamento de unidades de beneficiamento e processamento agroindustrial, em pequena e média escalas. Desejável seria também estabelecer uma vinculação funcional do financiamento com a assistência técnica, promovendo a adoção de inovações gerenciais e tecnológicas tanto na produção vegetal e animal quanto nos processamentos agroindustriais, que decorressem de unidades com escala para atender grupos de produtores e que, preferentemente, fossem geridas coletivamente.

## Referências

- BAIARDI, A. The cocoa producers “habitus” in Bahia and its change with the late crisis. In: World Economic History Congress, XVTH 2009, Utrecht. **Congress Annals**. Utrecht: International Economic History Association, 2009. v. 2. p.183-200.
- BAIARDI, A., LIMA, G., SILVA, E. M., SANTOS, G. O. A Percepção dos sindicalizados rurais do Baixo Paraguaçu-BA sobre os benefícios das políticas públicas implementadas por meio de suas representações sindicais. In: ENCONTRO REGIONAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL-SOBER Nordeste -, 6, 2011, Petrolina. **Anais eletrônicos ...** Petrolina: SOBER, FACAPE, 2011. v. 1. p. 178-193.
- BAIARDI, A.; LIMA, G. S. Especialização produtiva como estratégia de sobrevivência da agricultura familiar no semiárido da Bahia. In: SEMINÁRIO MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA PERIFÉRICA, 13, 2013, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2013. v. 1, p. 351-367.

BANCO CENTRAL DO BRASIL, Anuário estatístico do crédito rural 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/RELRURAL2012>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

BANCO DO BRASIL. Evolução histórica do crédito rural. **Revista de Política Agrícola**, ano 13, n. 4, p. 10-17, Out/Nov/Dez. 2004. Disponível em: <[http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol\\_Agr\\_4\\_Artigo\\_02.pdf](http://www.agronegocios-e.com.br/agr/down/artigos/Pol_Agr_4_Artigo_02.pdf)>. Acesso em 12 abr. 2015.

BESKOW, P. R. O crédito rural público numa economia em transformação: criação e início do funcionamento das atividades de financiamento agropecuário da carteira de crédito agrícola e industrial (CREAI), do Banco Do Brasil (BB) - 1937 a 1945. **Revista Eletrônica de História do Brasil**. Juiz de Fora: Departamento de História e Arquivo Histórico da UFJF, v. 9, n. 1, p. 126-160, jan/jul, 2007. Disponível em: <<http://www.rehb.ufjf.br>>. Acesso em: 01 maio 2015.

BOURDIEU, P. **Las estructuras sociales de la economía**. Barcelona: Editorial Anagrama, 2000.  
DANBOM, D. B. **Born in the Country: A history of rural America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2006.

CAHALITA, Q. M. N. produção do *habitus* empresarial na citricultura paulista. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 41-61, jan./jun. 2008.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

DURKHEIM, E. **De la división del trabajo social**. Buenos Aires: Schapire, 1967.

GASQUES, J. G. et al. Productivity and structural transformation in Brazilian agriculture: analysis of agricultural census data. In: MARTHA, J. G. B; FERREIRA FILHO J. B. S. (eds.). **Brazilian agriculture development and changes**. Brasília: EMBRAPA, 2012. p. 43-72.

GUIMARÃES, C. G. O banco commercial e agrícola no Império do Brasil: o estudo de caso de um banco comercial e emissor (1858-1862). **SÆculum - Revista de História**, João Pessoa, v. 29, p. 231-257, jul./dez. 2013.

IBGE - Séries Históricas e Estatísticas. IBGE, 2015. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

LINS, R. O. **A região de Amargosa: transformações e dinâmica atual (recuperando uma contribuição de Milton Santos)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia).

LOPES, F. Bancos privados e o crédito agrícola. **Revista Valor**, 16/05/2011. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/.../bancos-privados-e-o-credito-agricola>>. Acesso em: 12 maio 2015.

MAZOYER, M; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo, do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP; NEAD, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

MOREIRA, R. J. Uma visão do papel d agricultura familiar no Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 12, n. 2, p. 57-88, dez. 2009.

OLIVEIRA, M.F.G. **Gestão de empreendimentos econômicos solidários: o caso da Cooperativa Múltipla Fontes de Engomadeira-COOFE**, Bahia. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2014. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

PINHEIRO, T. L.; GUIMARÃES, E.S.; MOTTA, M. M. M. A carteira hipotecária do Banco do Brasil: os conflitos em torno do crédito agrícola no II Reinado. In: GUIMARÃES, E. S. (org.); MOTTA, M. M. M. (Org.). **Campos em disputa: história agrária e companhia**. São Paulo: Annablume, p. 41-62, 2007.

PINHO, D.B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. São Paulo: Pioneira, 1966.



PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PORTUGAL. Disponível em: <<https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio/historico/Noticias/Estudos/Pages/Evolucao-Credito-Agricola-Portugal.aspx>>. Acesso em: 01 maio 2015.

PICCIN, M. B; MOREIRA, R. J. Habitus e agricultores-assentados: um estudo de caso no assentamento Ceres, RS. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 379-421. 2013.

POPE J. E. Agricultural Credit in the United States. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 28, no. 4, p. 701-746, aug. 1914. Published by: Oxford University Press Stable. Disponível em:<<http://www.jstor.org/stable/1885651>>. Acesso em: 01 maio 2015.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, S. V. **Agricultura familiar e as políticas públicas: o desenvolvimento rural de Amargosa/Ba**. Salvador: Universidade Católica do Salvador, 2014 Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social).

## MICROCRÉDITO, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL: O AGROAMIGO INVESTIMENTO E CUSTEIO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE TERRITÓRIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

### Microcredit, infrastructure and rural development: Agroamigo investment and funding in family farming in the territories of Rio Grande do Norte

**Emanoel Márcio Nunes**

Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Pesquisador CNPq. emanoelnunes@uern.br

**Ionara Jane de Araújo**

Economista. Mestre em Economia Rural. Bolsista EXP-B do CNPq. ionarajane@gmail.com

**Andreya Raquel Medeiros de França**

Gestora Ambiental. Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Semiárido (PPGATS/UFERSA). Bolsista EXP-B do CNPq. andreya\_raquel@hotmail.com

**Jéssica Samara Soares de Lima**

Economista. Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Bolsista EXP-B/CNPq na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). jessiksamara@hotmail.com

**Lilian Silva de Medeiros**

Graduanda em Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FACEM/UERN). Bolsista de Iniciação ao Extensionismo do CNPq. lilian\_medeiros19@hotmail.com

**Resumo:** Este artigo analisa o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (AGROAMIGO) nas suas linhas de Custeio e Investimento, com a finalidade de investigar suas relações e interfaces com a agricultura familiar do Rio Grande do Norte, a partir dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste Potiguar, Sertão do Apodi e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. A pergunta a ser respondida é: quais as contribuições que o AGROAMIGO tem gerado junto aos agricultores familiares nos seus dez anos de existência? Para isso, o estudo se baseou numa metodologia qualitativa, com entrevistas semiestruturadas e se apoiou nas argumentações com dados secundários de diversas fontes e pesquisas. Conclui-se que o AGROAMIGO tem apresentado dois caminhos. De um lado, está financiando mais Investimento e menos Custeio para atividades econômicas tradicionais, especialmente as relacionadas à pecuária. De outro, é notado o início de um processo ainda tímido de diversificação econômica das atividades, com o surgimento de novas cadeias produtivas, especialmente as relacionadas ao processamento de produtos agropecuários, a exemplo da apicultura, cajucultura e fruticultura, esta última com a produção de polpa de frutas.

**Palavras-chave:** Microcrédito rural; Territórios; Agricultura Familiar; Desenvolvimento rural.

**Abstract:** This article aims to analyze the Rural Microcredit Program Oriented and Accompanied (Agroamigo) in their lines Funding and Investment, in order to investigate their relationships and interfaces with family farms from Rio Grande do Norte, from the territories Açu-Mossoró, Alto Oeste Potiguar, Sertão do Apodi and Sertão Central Cabugi and Litoral Norte. The question to be answered is: what are the contributions that the Agroamigo has generated close to family farmers in its ten years of existence? For this, the study was based on a qualitative methodology with semi-structured interviews and is based in arguments with secondary data from various sources and research. The conclusion is that Agroamigo has shown two paths. On the one hand, it is financing more investment and less Costing for traditional economic activities, especially those related to livestock. On the other, it is noticed the beginning of a still shy process of economic diversification of activities, with the emergence of new production chains, especially those related to the processing of agricultural products, such as beekeeping, cashew cultivation and horticulture, the latter with the production of fruit pulp.

**Key words:** Rural Microcredit; Territories; Family Farming; Rural Development.

## 1 Introdução

Tem sido cada vez maior a preocupação de elaboradores de políticas e pesquisadores, especialmente com a criação e a introdução de mecanismos que, na prática, sejam capazes de dar respostas no sentido de gerar cada vez mais ações de inclusão produtiva e social, promover crescimento com desenvolvimento e reduzir desigualdades regionais. Nos anos entre 1965 a 1985, o Estado brasileiro assumiu o financiamento do processo de transformação do meio rural, priorizando de forma explícita a modernização, por meio de modelos especializados e exógenos baseados na industrialização da agricultura. Para o financiamento da modernização foi criado, em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que se materializou como importante mecanismo de política agrícola destinado a fornecer crédito nas finalidades Investimento e Custeio, principalmente para grandes produtores rurais e empresas agrícolas, deixando de fora e sem acesso ao crédito a maioria absoluta dos agricultores familiares. No entanto, no decorrer dos anos 1990 e 2000 vem sendo notado um crescente interesse por dinâmicas de desenvolvimento rural, estas baseadas no segmento da agricultura familiar. Esse interesse passou a fazer com que a agricultura familiar alcançasse cada vez mais sua afirmação, consolidando-se como importante instrumento de promoção do desenvolvimento e da redução das desigualdades regionais. Essa consolidação acontece devido à criação de mecanismos de política agrícola específica, especialmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) no ano de 1996, este atualmente coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir da sua criação, o PRONAF se materializou como importante mecanismo de política agrícola voltado para a oferta de recursos e de serviços financeiros à agricultura familiar, e passou a se firmar como política de desenvolvimento com foco na oferta.

Das modalidades do PRONAF destaca-se o Grupo B, público do *Microcrédito* rural que representa os agricultores familiares mais pobres, os que constituem a base da pirâmide econômica das atividades rurais. Acontece que até o ano 2000 havia sérios problemas na operacionalização do crédito por meio do PRONAF B, que impactavam nos resultados e geravam crescente inadimplência devido à deficiência na orientação ao agricultor fa-

miliar e no acompanhamento dos empreendimentos, o que desviava do objetivo do PRONAF. Com a finalidade de reduzir as distorções geradas pela metodologia do PRONAF B na região Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lançou no ano de 2005 o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (AGROAMIGO). O AGROAMIGO consiste de uma metodologia de concessão de crédito rural com atendimento personalizado por assessores de microcrédito, e surgiu com a finalidade de estimular ações de Inclusão Produtiva para os agricultores familiares do PRONAF B. E essas ações se materializam mediante a concessão de *Microcrédito* às atividades agrícolas e não agrícolas (turismo, artesanato, serviços rurais etc), destinado à estruturação econômica, organização coletiva e diversificação<sup>1</sup> da base produtiva da agricultura familiar, por meio de cadeias produtivas capazes de operar com agregação de valor, comercialização agrícola e gerar ocupação e oportunidades dignas no meio rural.

No entanto, sempre se manteve um abismo entre produção da agricultura familiar e os mercados, devido à ausência e deficiência de Investimentos para infraestrutura de produção econômica e de organização coletiva para gerar crescimento, de um lado; e, de outro, a carência de recurso de Custeio para tecnologias e capital de giro necessários para viabilizar a gestão das organizações coletivas e possibilitar a criação de oportunidades dignas de inclusão a partir do meio rural e gerar desenvolvimento. Na região Nordeste do Brasil, a estruturação da agricultura familiar tem ocorrido especialmente pela ação de políticas de desenvolvimento rural, como os acordos de empréstimos firmados entre governos estaduais e o Banco Mundial, os quais resultaram importantes para a estruturação de cadeias produtivas desde os anos 1980 até o início dos anos 2000. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAAP) e o Programa Desenvolvimento Solidário (PDS), que foi denominado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), além do PRONAF infraestrutura, este último vigente de 1998 a 2002, foram determinantes nesta estruturação.

1 A diversificação do meio rural é neste artigo entendida segundo as ideias de Ellis (2000, p. 44): “A diversificação das estratégias dos agricultores familiares é definida como um processo pelo qual as unidades familiares de produção constroem um incremento diversificado de suas carteiras de investimentos (portfólios) de atividades e ativos para sobreviver e para melhorar o seu padrão de vida”.

Diante disso, o objetivo é mostrar o alcance do AGROAMIGO nas suas finalidades Custeio e Investimento, com o intuito de investigar suas relações e interfaces com a agricultura familiar do Rio Grande do Norte, a partir dos territórios Açú-Mossoró, Alto Oeste Potiguar, Sertão do Apodi e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. Como elementos de análise têm-se os resultados de pesquisa alcançados por meio da estruturação das unidades de produção e beneficiamento de produtos agropecuários nos dez anos de operação do AGROAMIGO, ou seja, de 2005 a 2015. Assim, a questão é: quais as contribuições que o AGROAMIGO tem gerado junto aos agricultores familiares nos seus dez anos de existência no que diz respeito à utilização dos recursos de investimento e custeio? E o financiamento da infraestrutura de produção e de organização coletiva da agricultura familiar por meio do *Microcrédito* do AGROAMIGO tem gerado dinamização e diversificação da base produtiva de forma satisfatória? A hipótese é a de que os recursos de Investimento do AGROAMIGO têm sido mais utilizados que os de Custeio, e direcionados mais para cadeias produtivas tradicionais dos quatro territórios, necessitando ampliar o acesso desta modalidade de *Microcrédito* para cadeias novas. Por outro lado, dificuldades de operacionalizar o *Microcrédito*, assim como de outros serviços financeiros por parte dos agricultores familiares mais pobres limitam a estruturação econômica, a organização coletiva, o acesso a mercados e a diversificação econômica do território. Isso é reflexo da insuficiente articulação institucional dos próprios agricultores familiares para pactuar acordos e contemplar suas demandas financeiras, assim como do cumprimento dos pactos para a inclusão produtiva via projetos de infraestrutura e gestão.

## 2 Referencial Teórico

### 2.1 Investimento, Infraestrutura Econômica e Crescimento

A discussão em torno dos fatores que determinam o desenvolvimento tem sido, ao longo dos anos, uma questão que muito preocupa tanto lideranças políticas de países e regiões econômicas menos favorecidas, como estudiosos ligados às ciências humanas e sociais aplicadas. Para Nunes *et al.* (2014), esta questão se coloca com impor-

tância para regiões com desigualdades, a exemplo do Nordeste do Brasil, onde parte significativa da sua população, especialmente a rural, ainda vive em condições precárias. Deve-se considerar que os baixos indicadores encontrados no Nordeste tendem a revelar, inclusive, a deficiência e a inoperância na aplicação de políticas tanto de investimento como de custeio, e uma marcante concentração geográfica da atividade econômica. Dessa forma, conforme Nunes *et al.* (2014), as políticas públicas destinadas pelo Estado visando à eliminação ou ao aviltamento tanto das causas como dos sintomas das desigualdades, como a obtenção de melhores indicadores tenderam, ao longo das décadas, a assumir um caráter estratégico de políticas regionais. E no caso do Nordeste, como em regiões menos favorecidas do mundo, ainda é fundamental a intervenção do Estado no sentido de estimular e dar suporte às atividades econômicas por meio do investimento destinado à construção da infraestrutura de produção para gerar crescimento. Dessa forma, essa estrutura construída de forma endógena passará a demandar cada vez mais recursos financeiros de custeio, como forma de ser utilizada como instrumento indispensável para, com os recursos de custeio gerar riqueza nova, diversificar a economia e ampliar as oportunidades de inclusão produtiva e social para o maior número de pessoas.

Essa é uma das questões centrais das teorias de desenvolvimento e dos mais acirrados debates a partir da segunda metade do século XX, especialmente nos países em desenvolvimento, tendo sido a teoria keynesiana a primeira a considerar as decisões de investimento como independentes na economia. Em sua obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de 1936, Keynes trata o investimento como variável tipicamente endógena, ou seja, capaz de responder a mudanças em outras variáveis. De acordo com Keynes (1982), o agente econômico tomaria a decisão de investir baseado na comparação entre a taxa de retorno esperada do investimento e o custo de oportunidade do capital a ser investido, que é dado pela taxa de aplicação no mercado financeiro (taxa de juros). Segundo Keynes (1982), em qualquer decisão de investimento, o agente econômico se vê diante do cenário futuro e, portanto, forçado a antever o comportamento do mercado para o resultado específico a ser gerado pelo investimento. Sob essa perspectiva, o investimento é visto como decisões que são tomadas sob condições de incerteza, que exigem previsões so-

bre retornos futuros e os custos de capital, o que o torna intrinsecamente volátil.

Para Keynes (1982), no sistema capitalista as flutuações do investimento e, por conseguinte, da demanda agregada, são resultantes da escolha intertemporal do agente econômico entre a retenção de dinheiro, e a de realizar investimento em atividade produtiva, decisão que é dada pela comparação entre a taxa de juros (“recompensa” pela renúncia à liquidez) e a eficiência marginal do capital (retorno esperado para o investimento), diante de um cenário futuro de incerteza. A teoria keynesiana, além de pioneira em considerar as decisões de investimento como independentes na economia, forneceu diversos conceitos e ideias que, mais tarde, foram essenciais para o desenvolvimento de teorias econômicas sobre investimento agregado. As ideias de Keynes (1982) possibilitaram relevantes contribuições à literatura econômica de investimento como variável endógena voltada para o crescimento, e foram incorporadas por economistas do mundo inteiro, especialmente a partir dos anos 1950.

Na verdade, a ideia central incorporada nos modelos endógenos de crescimento envolve a busca constante pela superação dos rendimentos decrescentes no processo de produção em face das externalidades geradas pela atuação das firmas individualmente que levariam à geração de rendimentos crescentes em termos da economia agregada. Em seu trabalho *On the mechanics of economic development*, de 1988, Robert Lucas, por sua vez, inspirado na teoria do capital humano, concebeu importantes contribuições na literatura econômica do investimento, impulsionando na direção de um novo paradigma em modelos de crescimento. Para Lucas (1988), o capital humano poderia, inclusive, gerar externalidades que levariam a rendimentos crescentes na função de produção agregada, e o investimento público afetaria a produção econômica por dois caminhos: 1) um direto, a partir da variação na renda provocada por uma variação do investimento público; e 2) um indireto, por meio do efeito positivo do aumento do investimento público sobre a produtividade marginal do capital e do trabalho. Portanto, o investimento, incluindo agora o investimento público, se destaca como indispensável para explicar os níveis de renda e de emprego, por causa dos seus efeitos diretos sobre a produção e seus efeitos indiretos sobre a produ-

tividade do capital e do trabalho<sup>2</sup>.

Neste sentido, economistas desenvolvimentistas passaram a destacar a importância, especialmente do investimento público, como variável endógena de economias avançadas aproximando a literatura para as especificidades de países em desenvolvimento, com a finalidade de quebrar o círculo vicioso das desigualdades entre estes países e suas regiões. Na sua obra *The Strategy of Economic Development*, de 1958, Albert Hirschman mostrava que a discussão sobre crescimento das economias avançadas estava ancorada em três elementos: a) poupança; b) investimento induzido x autônomo; e c) produtividade do capital. Para Hirschman (1958), nas economias avançadas as decisões sobre poupança e investimento são consideradas independentes, pois a renda e o emprego são importantes determinantes na oferta de poupança. Por outro lado, nas economias menos avançadas, em desenvolvimento, as decisões de poupança e investimento são amplamente interdependentes. Segundo Hirschman (1958), nestas economias mais atrasadas e em desenvolvimento, as sucessivas adições na poupança dependem mais de maiores oportunidades de investimentos e da remoção de vários obstáculos para a atividade do investimento do que do aumento da renda.

Nos países desenvolvidos e suas regiões, conforme Hirschman (1958), a relação capital-produto pode ser considerada um coeficiente da tecnologia, em que uma variedade de projetos com algum tipo de distribuição equilibrada de coeficientes entra em operação. Entretanto, isto não ocorre da mesma maneira nos países e regiões em desenvolvimento, devido à produtividade do capital ser comprometida por obstáculos, a exemplo da escassez e deficiência de infraestrutura, uma iniciativa privada frágil e impotente, além dos relacionados à pouca qualidade e reduzida capacidade de resposta do capital humano. Para Hirschman (1958), a superação destes obstáculos provocaria um aumento considerável e repentino na produtividade do capital existente e, no caso dos países em desenvolvimento e suas regiões, a crença no crescimento baseado

2 De acordo com Bielschowsky (2002), os investimentos em infraestrutura constituiriam um dos fatores para explicar as diferenças de crescimento entre os países e regiões. O retorno do investimento privado pode ser aumentado, caso existam melhores sistemas de comunicação, facilidades de transporte e de energia, significando que o mecanismo de transmissão ocorre pelo lado da oferta agregada. Esse fenômeno é denominado na literatura de crowding-in, quando o capital público e o capital privado atuam como bens complementares.



apenas na propensão a poupar e na relação capital-produto não seriam capazes de mostrar os mecanismos pelos quais a dinamização da economia encontraria seu caminho, sendo levada adiante em um ambiente de economia limitada. Daí a necessidade da intervenção do Estado, no sentido de incorporar o investimento público e possibilitar sua relação com o investimento privado, na tentativa de dotar a frágil iniciativa privada de musculatura suficiente para desencadear atividades produtivas.

Neste sentido, Hirschman (1958) afirma que a ação do Estado, com a incorporação induzida do investimento público, é o ingrediente mais importante do desenvolvimento econômico, especialmente de países em desenvolvimento e suas regiões. Para o autor, algum investimento público é requerido como pré-requisito dos investimentos em atividades produtivas, principalmente onde existem escassez e deficiência de infraestrutura pública e de estrutura econômica de produção e organizativa. Para Hirschman (1958), o caminho de investimento gerando mais investimento é indireto, ou seja, o investimento em infraestrutura aumenta a capacidade produtiva da iniciativa privada e se a economia expande para acomodar esta nova capacidade, a renda adicional baseada no crescimento da capacidade resultará em mais poupança, e por sua vez, em investimento adicional, gerando com isso o círculo vicioso do desenvolvimento. De fato, existe um efeito, no qual os investimentos de um período frequentemente são as principais forças motivadoras por trás de alguns investimentos adicionais nos períodos subsequentes.

No caso de economias desenvolvidas, o efeito direto resulta num ajuste marginal das produções dos diversos setores na capacidade da iniciativa privada existente. Por outro lado, no caso das economias subdesenvolvidas, o efeito de complementaridade gerado pela necessária ação do Estado com a incorporação do investimento público, reforça e suplementa o vagaroso crescimento devido à reduzida capacidade da iniciativa privada de investir. Para Hirschman (1958), o efeito de complementaridade do investimento é um mecanismo essencial por meio do qual novas energias são direcionadas para o processo de desenvolvimento, destacando os efeitos para frente e para trás envolvendo as atividades produtivas. De acordo com Hirschman (1958), é possível medir o grau de interdependência mostrado por uma indústria considerando, de um lado, a proporção da sua pro-

dução total que não vai para a demanda final e sim para outras indústrias (encadeamento para frente); e, por outro, a proporção da sua produção que representa compras vindas de outras indústrias (encadeamento para trás). Hirschman (1958) discute que a importância do conhecimento dos índices de encadeamento para frente e para trás pode interessar não apenas para reativar uma economia desenvolvida, mas também para alavancar o crescimento de uma economia pobre e em desenvolvimento.

Assim, acredita-se que a ideia dos efeitos de encadeamento para frente e para trás também pode ser aplicada ao investimento público incorporado pela intervenção do Estado. Os investimentos em infraestrutura pública e de produção econômica ao envolverem um grande volume de recursos financeiros demandam grande quantidade de insumos que obviamente estimulam a capacidade produtiva da iniciativa privada que irá fornecê-lo (encadeamento para trás), a exemplo da construção de uma rodovia que demanda significativas quantidades de cimento e asfalto. O efeito para frente dos investimentos em infraestrutura pública, como logística, está no estímulo que as facilidades de transporte, oferta de energia e serviços de telecomunicações podem provocar nos investimentos privados, devido à redução de custos e aumento da produtividade do capital e da força de trabalho.

Desse modo, a conclusão é a de que, tanto na perspectiva Keynes (1982) de crescimento como na concepção desenvolvimentista de Hirschman (1958) se tem como ponto comum a importância da intervenção do Estado na incorporação do investimento público para dar suporte à iniciativa privada e dotá-la de capacidade suficiente para gerar crescimento e desenvolvimento de um país ou região. E que o investimento, tanto em infraestrutura pública como em estrutura de produção econômica e organizativa é essencial para a ampliação do investimento privado, na medida em que torna o mesmo mais barato e mais rentável. Este é, inclusive, o eixo central da teoria de Hirschman (1958), ou seja, a importância do investimento público em infraestrutura para atrair o investimento privado e assim estimular o desenvolvimento e reduzir as desigualdades de um país e suas regiões. Sendo assim, o objetivo aqui é resgatar a contribuição de Hirschman (1958) como referencial teórico deste artigo, na medida em que ela é referendada em seus pontos básicos pelas outras correntes teóricas, e percebe a diferença entre o processo de

desenvolvimento de um país ou região em desenvolvimento, a exemplo da região Nordeste do Brasil, e o processo das economias desenvolvidas para as quais as contribuições de Keynes (1982) foram mais direcionadas.

## 2.2 Custeio, Geração de Riqueza e Desenvolvimento Rural

Como visto no item anterior, a ação do Estado no sentido de incorporar investimento público, seja para infraestrutura pública e/ou para estrutura de produção econômica, se apresenta fundamental para gerar crescimento e ampliar a capacidade de produção econômica e reduzir desigualdades de países e regiões em desenvolvimento. E como colocado acima, o caminho de investimento gerando mais investimento é indireto, ou seja, a infraestrutura aumenta a capacidade produtiva e se acontece a expansão da economia para acomodar esta nova capacidade, a renda adicional baseada no crescimento da capacidade resultará em mais poupança e, conseqüentemente, mais crescimento. No entanto, a expansão da economia acontece quando são incorporados recursos financeiros de Custeio no sentido de fazer funcionar a estrutura de produção econômica construída com recursos de Investimento. O Custeio, conforme define Ploeg (2013, p. 57), consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção, sendo constituído por todos os gastos relativos ao esforço de produção distribuídos no processo de elaboração de todos os produtos. Os recursos de Custeio absorvidos pela estrutura de produção econômica existente são os responsáveis pela dinamização econômica geradora de riqueza nova e por possibilitar o novo ciclo de investimentos, sendo o alimento constante do círculo vicioso do desenvolvimento.

No que diz respeito às dinâmicas de desenvolvimento rural, estas constituídas pelo segmento da agricultura familiar e foco principal de análise das perspectivas teóricas sobre a relação Investimento x Custeio deste artigo, as contribuições apontam no sentido de que as dinâmicas mais desenvolvidas e preparadas são as capazes de absorver ao longo do tempo uma quantidade cada vez maior de recursos de custeio e menor de investimento. E, no sentido contrário, as dinâmicas mais pobres, vulneráveis e menos preparadas, são as que ao longo do tem-

po demandam mais recursos de investimento e se apresentam cada vez menos capazes de absorver recursos de custeio. Essas últimas, que fazem lembrar realidades da agricultura familiar dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte, no Rio Grande do Norte, se enquadram na constatação de Hirschman (1958), quando este autor aponta que algum investimento público é exigido como pré-requisito dos investimentos em atividades produtivas, principalmente onde existem escassez e deficiência de infraestrutura pública e de estrutura econômica de produção e organizativa. E neste caso, enquanto os recursos de investimento são necessários para a construção da infraestrutura pública e de produção econômica, os recursos de custeio são essenciais para gerar riqueza nova a partir da infraestrutura e viabilizar economicamente todo o processo de gestão e de dinamização tanto das atividades produtivas como das organizações coletivas.

Para Nunes *et al.* (2014), a dinamização econômica requer a existência e/ou construção induzida de uma estrutura de produção econômica e, posteriormente, a oferta cada vez maior de recursos de custeio capaz de possibilitar a agregação de valor e a diversificação das atividades produtivas para alcançar mais competitividade. Segundo Ploeg (2013), esse alcance se dá por meio da iniciativa privada, baseada na organização coletiva e no tripé: crédito, inovação tecnológica e acompanhamento técnico e gerencial. Neste contexto, a contribuição de Lucas (1988) se apresenta válida quando este afirma que o capital humano poderia gerar externalidades que levariam a rendimentos crescentes. Com base na realidade da região Sul do Brasil, Santos Junior & Waquil (2012) constatarem que as agroindústrias têm sido vistas como uma importante estratégia, contribuindo para a dinamização econômica no nível micro. Nesse sentido, segundo Santos Junior & Waquil (2012), iniciativas como as agroindústrias familiares tendem a se constituir estruturas de produção capazes de absorver recursos de custeio e ambiente para desenvolver tecnologias e sistemas de gestão que se adequem à utilização dos recursos locais (do território) e ao seu estágio de desenvolvimento.

Para Ploeg (2008), em sua obra *The New Peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*, nas formas de utilização dos recursos de investimento e de



custeio, o distanciamento ou a aproximação<sup>3</sup> dos agricultores familiares com os mercados tendem a variar na mesma proporção dos graus diferenciados de infraestrutura de produção econômica da agricultura familiar. Quanto aos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), é de considerar nessa aproximação ou distanciamento o padrão técnico, assim como o papel da intensificação da força de trabalho familiar. Esta intensificação é o que Ploeg (2008) define *labour-driven intensification* e implica um constante acréscimo na produção, devido a um maior rendimento por objeto de trabalho. Do ponto de vista técnico, esse rendimento aumenta com o uso crescente de insumos e fatores de produção por objeto de trabalho, ou eficiência técnica melhorada. E, neste caso, é a incorporação dos recursos de investimentos que faz a agricultura familiar construir sua infraestrutura de produção, e a de custeio que possibilita, por exemplo, a viabilidade de ações necessárias como as de acompanhamento técnico para dinamizar o eixo tecnológico, além de recursos financeiros de capital de giro para manter níveis viáveis de gestão das atividades econômicas e a inserção dos agricultores familiares em mercados. São ações como essas que passam a contribuir com a diversificação de atividades produtivas e promovem o processo de inclusão produtiva a partir de oportunidades de ocupação que surgem no meio rural a partir da estratégia *labour-driven intensification*.

Essa estratégia implantada de forma induzida, conforme Ploeg (2008), tende a gerar práticas e ações no nível micro, criando as condições necessárias para que forças endógenas possam surgir e se expandir, gerando o crescimento da economia com riqueza nova, e oportunidades de ocupação a partir dela desencadeando, dessa forma, processos mais autônomos de desenvolvimento rural. O foco dessa estratégia se concentra na diversificação das atividades econômicas capazes de gerar encadeamentos *para frente e para trás*, conforme

apontou Hirschman (1958), e que, a partir dessa diversificação venham a ser criadas oportunidades de ocupação para a inclusão produtiva do maior número de pessoas. Segundo Ploeg *et al.* (2004), essa estratégia se encaixa no ambiente da agricultura familiar por esta se apresentar como ambiente fértil para, a partir da incorporação de recursos de custeio, o surgimento de novidades (*novelty production*) e de inovações (*innovation production*).

Esse é um *approach* que se apresenta adequado para a dinamização econômica nos territórios, especialmente para a incorporação de mecanismos como o AGROAMIGO, assim como para o que Santos Junior & Waquil (2012) constataram no estado de Santa Catarina, na região Sul do Brasil, quando estudaram a influência de fatores econômicos, institucionais e sociais na inserção de agroindústrias rurais. É a construção da infraestrutura econômica com investimentos em estrutura de produção, tecnologia e organização coletiva, de um lado, e os recursos do custeio para o acompanhamento técnico, o capital de giro e a gestão das organizações, de outro, o que faz aflorar o desenvolvimento rural por meio das atividades produtivas e empreendimentos econômicos, novas técnicas de produção e riqueza nova. Essa combinação é o que possibilita surgir no âmbito da agricultura familiar de territórios, a exemplo do Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), o que Ploeg *et al.* (2004) definem *seeds of transition*. Segundo Ploeg *et al.* (2004), as novidades e as inovações possuem trajetórias diferentes, pois enquanto as inovações seriam exógenas e definidas como padrão, externas e globalizadas, as novidades seriam endógenas, diversificadas e se caracterizariam pela contextualização, internalização e territorialização. (OOSTINDIE & BROEKHUIZEN, 2008; PLOEG *et al.* 2004; BRUNORI, 2009).

Quanto às políticas mais recentes para o desenvolvimento, em especial para o desenvolvimento do meio rural, o debate mundial tem sinalizado cada vez mais para ações que venham contribuir para a redução das desigualdades e maiores oferta e qualidade dos produtos agrícolas, especialmente nas regiões e países em desenvolvimento. Sugere-se, portanto, que os elaboradores de políticas devem reconhecer a diversificação da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, considerar a necessidade da incorporação dos investimentos públicos pela intervenção, ou ação induzida do Estado, em

3 Em sua obra *Agricultural market economics...*, de 1998, Vitto Saccomandi aponta que na agricultura familiar surgem experiências que constroem trajetórias na perspectiva do crescimento com elevado uso de recursos externos e forte aproximação do mercado monopolista; e outras engendram trajetórias a partir do desenvolvimento endógeno e com certo distanciamento do mercado monopolista. Assim, as primeiras tendem a levar os agricultores familiares a um grau maior de dependência, e as segundas buscam uma relativa autonomia pelo distanciamento gradual dos mercados nocivos, ou seja, os monopólios.

regiões onde as condições necessárias para que as forças endógenas sejam insuficientes para desencadear um processo autônomo de desenvolvimento. Daí, conforme apontam Arias *et al.* (2013) a necessidade de políticas para a agricultura serem direcionadas no sentido de impulsionar e ampliar a produção dos agricultores familiares, para que estes tenham acesso orientado (a exemplo do AGRO-AMIGO) a recursos tanto de investimentos como de custeio, além de apoio político para que possam produzir e se inserir nos mercados para comercializar o excedente de suas produções, especialmente nos mercados locais e regionais. A importância das políticas é devido às características do ambiente da agricultura familiar, onde o conhecimento e a sabedoria das famílias agrícolas são fundamentais tanto para produzir como para enfrentar os constrangimentos no acesso a mecanismos de política agrícola, a exemplo do crédito com finalidades de Investimento e Custeio, e as limitações para se inserirem nos mercados.

Para Arias *et al.* (2013), os agricultores familiares precisam estar dotados de infraestrutura de produção econômica, mais organizados coletivamente e melhor integrados nos mercados, pois somente com maior integração dos mercados e organização coletiva para desenvolver e diversificar cadeias produtivas mais inclusivas é que poderão alcançar autonomia para adotar tecnologias capazes de alcançar rendimentos crescentes e maiores níveis de produção e de produtividade. Os altos preços dos alimentos no nível global têm sido vistos por muitos elaboradores de políticas como uma oportunidade valiosa para agricultores familiares produzirem mais e aumentarem suas receitas no nível local. Entretanto, experiências anteriores mostram que, muitas vezes, os agricultores familiares não têm conseguido gerar riqueza nova e responder aos investimentos como esperado para desencadear dinâmicas de desenvolvimento rural. Altos preços de insumos, riscos e incerteza na fase de produção, pouca organização coletiva e acesso limitado a capital de giro e a instrumentos de gestão restringem o investimento em tecnologias adequadas e mais produtivas que permitam excedentes para os mercados. Enfim, infraestrutura inadequada por insuficiência de recursos de investimento e, conseqüentemente, o acesso insuficiente a recursos de custeio têm contribuído para a deficiência da logística a partir de altos custos de armazéns e de transporte e mercados pouco com-

petitivos, e se colocam contrários levando os agricultores a responder com a redução do seu desempenho como agentes econômicos das dinâmicas de desenvolvimento rural.

### 3 Metodologia

Para a execução empírica deste trabalho fez-se necessário um adequado amparo metodológico. Adotou-se a abordagem do estudo de caso, no sentido definido por Gil (2007, p. 138):

O conceito de caso, no entanto, ampliou-se, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social, um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura.

Analisaram-se os impactos do *Microcrédito*, na modalidade AGROAMIGO, sobre a estruturação da agricultura familiar, por meio dos recursos de Investimento e Custeio. Primeiramente, o trabalho pautou-se nos métodos qualitativo e quantitativo, no qual parte de uma análise qualitativa que não há medidas. As possíveis inferências aqui apresentadas não são estatísticas e procurou-se fazer análises em profundidade, obtendo-se até as percepções dos elementos pesquisados sobre os eventos de interesse (CAMPOMAR, 1991).

A unidade de análise é o território, e para o estudo foram utilizados dados obtidos em dois momentos distintos: a) de uma pesquisa de campo realizada com a aplicação de questionário com questões estruturadas e semiestruturadas (abertas e fechadas). Isso permitiu mais clareza e entendimento a partir da percepção dos entrevistados (gerente geral da agência bancária e técnicos responsáveis pelo AGROAMIGO); e b) a partir de um completo e complexo Banco de Dados do BNB que tem informações sistematizadas sobre as operações do AGROAMIGO no período de 2005 a 2015.

Quanto à caracterização do ambiente de estudo, os territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN) são constituídos por um total de 71 municípios, ou 45,22% do Rio Grande do Norte. Os dados do censo do IBGE de 2010 mostram uma área de 25.517 Km<sup>2</sup> e um Produto Interno Bruto em torno de 18 bilhões de reais, o que representa a segunda con-

centração de riquezas do Estado, atrás apenas da Grande Natal. A população total dos territórios é de 901.246 habitantes, dos quais 242.493 vivem na área rural (30,78% do total), sendo uma região predominantemente rural, conforme Tabela 1.

De acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, PTDRS, de 2010, cada território apresenta uma identidade, a qual expressa suas características e especificidades. O Território Açú-Mossoró traz na sua trajetória a crença na modernização agrícola por meio da agricultura irrigada operada por grandes empresas em um modelo exportador. O Território Sertão do

Apodi tem uma presença marcante da agricultura familiar e se destaca pela construção de uma organização coletiva considerável, devido à presença e ação de padres holandeses e alemães que atuaram no território. O Território Alto Oeste tem uma distribuição intensa dos seus municípios com cadeias produtivas e estruturas frágeis de organização coletiva, tendo sua economia dependente fortemente das transferências governamentais. E, por último, o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte que figura como o mais carente de infraestrutura de produção e de organização coletiva.

Tabela 1 – Caracterização dos Territórios Açú-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte (RN)

TERRITÓRIO	Área (Km <sup>2</sup> )	Quant. de Municípios	POPULAÇÃO (Censo 2010)			PIB 2010 (em R\$ 1000)
			Total	Rural	%	
Açú-Mossoró	7.974	14	455.521	86.969	19,10	13.909.700,26
Alto Oeste Potiguar	4.048	30	196.280	69.115	35,21	1.052.180,81
Sertão Central Cabugi Litoral Norte	5.215	10	92.242	30.626	33,30	1.954.000,92
Sertão do Apodi	8.280	17	157.203	55.783	35,49	1.084.678,87
<b>Totais</b>	<b>25.517</b>	<b>71</b>	<b>901.246</b>	<b>242.493</b>	<b>30,78</b>	<b>18.000.560,86</b>

Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2014).

Figura 1 – Mapa Rio Grande do Norte com os Territórios Rurais e da Cidadania



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, PTDRS, 2010.

O **Território da Cidadania Açú-Mossoró** localiza-se no Noroeste do estado do Rio Grande do Norte (RN), sendo constituído por 14 (quatorze) municípios: Assú, Areia Branca, Alto do Rodrigues, Baraúna, Carnaubais, Grossos, Mossoró, Itajá, Ipanguaçu, Pendências, Porto do Mangue, São Rafael, Serra do Mel e Tibau. O **Território do Sertão Central Cabugi e Litoral Norte**, o qual abrange uma área de 5.215,156 Km<sup>2</sup>, é constituído por 10 (dez) municípios: Afonso Bezerra, Angicos, Caiçara do Rio do Vento, Fernando Pedroza, Galinhos, Guamaré, Lajes, Macau, Pedra Preta e Pedro Avelino. O **Território Sertão do Apodi** abrange a área de 8.280,20 km<sup>2</sup>, é composto por 17 (dezesete) municípios: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema. O **Território Alto Oeste potiguar** abrange a área de 4.048 km<sup>2</sup>, sendo composto por 30 (trinta) municípios: Água Nova, Alexandria, Almino Afonso, Antônio Martins, Coronel, João Pessoa, Doutor Severiano, Encanto, Francisco Dantas, Frutuoso Gomes, João Dias, José da Penha, Luís Gomes, Lucrecia, Major Sales, Marcelino Vieira, Martins, Pau dos Ferros, Paraná, Pilões, Portalegre, Riacho da Cruz, Rafael Fernandes, Riacho de Santana, São Francisco do Oeste, São Miguel, Serrinha dos Pintos, Tenente Ananias, Taboleiro Grande, Venha Ver e Viçosa.

O período do estudo coincide com o de criação e operacionalização do AGROAMIGO, e procurou-se analisar a suas linhas de crédito para Custeio e Investimento, com a finalidade de investigar suas relações e interfaces com a agricultura familiar do Rio Grande do Norte, a partir dos quatro territórios desde o ano de 2005 até o ano de 2015. A aplicação do questionário buscou complementar a análise com perguntas abertas e fechadas aos agentes de desenvolvimento responsáveis pelo AGROAMIGO das agências bancárias dos quatro territórios, com o recorte temporal do período de junho do ano de 2005 a junho de 2015.

Os questionários foram elaborados com critérios metodológicos previamente definidos, seguindo o roteiro para obtenção de informações como norte orientador fornecido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para ser aplica-

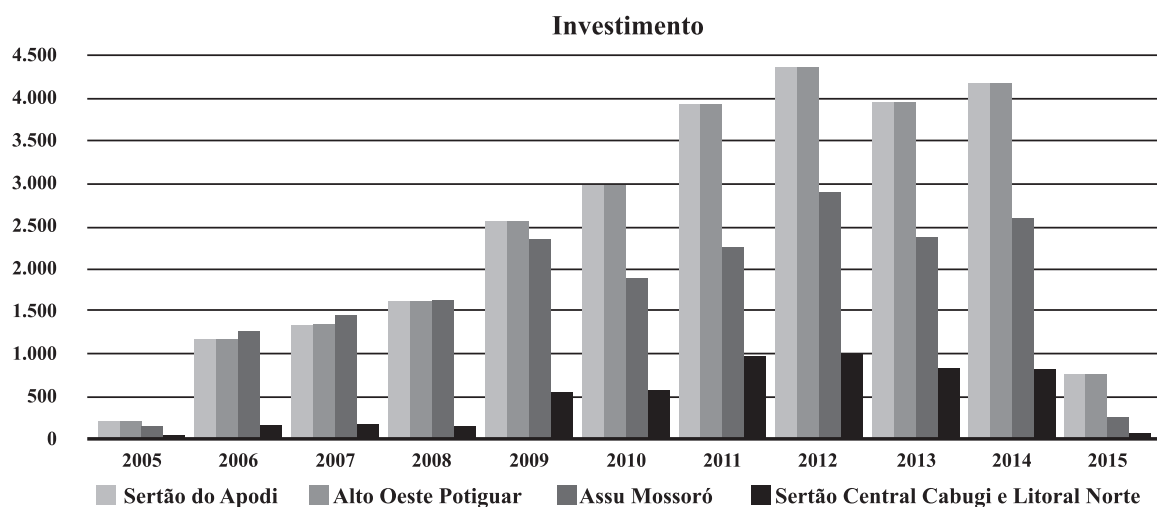
da em territórios da cidadania do País. Os questionários são baseados no roteiro para obtenção de informações sobre Microcrédito, este como instrumento de Inclusão Produtiva, que resultou no relatório de pesquisa de dados Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra. Cabe ressaltar que tal metodologia foi desenvolvida, com experiência piloto em andamento a partir de 10 universidades coordenadoras, sendo essa uma ação de pesquisa científica e de extensão empreendida pela SDT/MDA/CNPq.

#### **4 O Agroamigo investimento e custeio na agricultura familiar de territórios selecionados do Rio Grande do Norte**

Como ressaltado tanto na problemática da introdução como no discorrer do referencial teórico, um dos maiores desafios para os elaboradores de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de países em desenvolvimento e suas regiões, é responder às inúmeras demandas de recursos com finalidades de investimentos e de custeio. Os primeiros destinados à construção da infraestrutura pública e de produção econômica; e o segundo para utilizar e viabilizar o funcionamento da infraestrutura construída e, a partir dela, gerar riqueza nova e oportunidades dignas de inserção para a maioria das pessoas. E, na relação Investimento x Custeio, especialmente para o meio rural espera-se a ampliação das formas de organização coletiva, de forma que se construa uma combinação satisfatória entre financiamento, tecnologia e acompanhamento técnico capaz de desencadear processos tanto induzidos como autônomos de desenvolvimento rural.

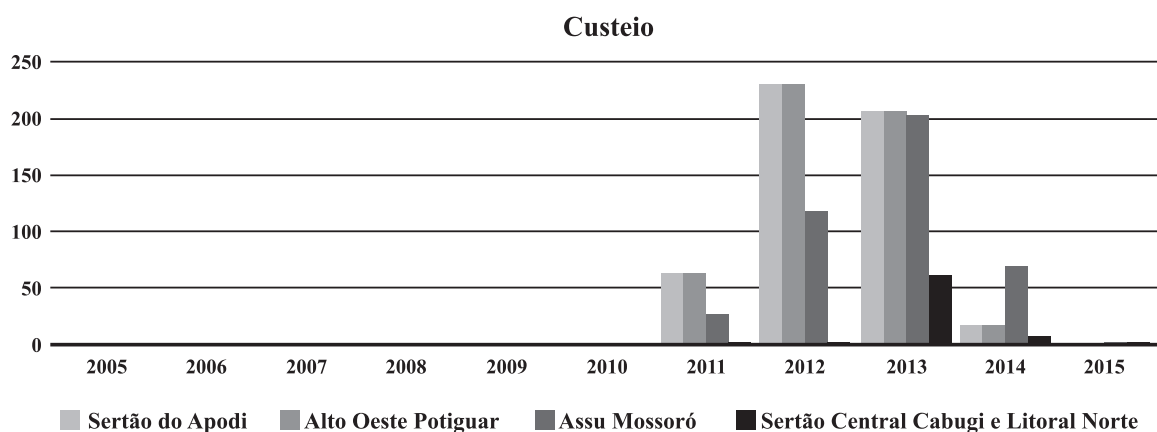
Considerando o desempenho do programa AGROAMIGO finalidade microcrédito Investimento e Custeio nos territórios Açú-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), nos dez anos de atuação, a pesquisa mostra uma evolução considerável da finalidade investimento, especialmente de 2009 a 2014, em que os territórios Sertão do Apodi e o Alto Oeste foram os que mais realizaram operações por meio de contratos. Enquanto isso, os territórios Açú-Mossoró e o Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, mais este último, oscilaram e realizaram menos operações de investimento, conforme Gráfico 1.

Gráfico 1 – Número de contratos do AGROAMIGO finalidade Investimento (por território/ano de 2005 a 2015)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Gráfico 2 – Número de contratos do AGROAMIGO finalidade Custeio (por território/ano de 2005 a 2015)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Essa análise sugere uma concentração maior dos recursos de investimento para a construção da infraestrutura de produção econômica dos territórios Sertão do Apodi e Alto Oeste, e uma concentração menor nos territórios Açu-Mossoró e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte. Quanto à obtenção dos recursos do AGROAMIGO com a finalidade Custeio, a pesquisa mostrou que nos cinco primeiros anos, ou seja, de 2005 a 2010, não ocorreu uma operação sequer nos quatro territórios estudados. Conforme mostra o Gráfico 2, somente a partir de 2011 que três dos quatro territórios iniciaram a realização de contratos, sendo eles o Sertão do Apodi, o Alto Oeste e o Açu-Mossoró.

Talvez devido à própria condição de territórios mais dotados de estruturas de produção econômi-

ca, a exemplo dos territórios Sertão do Apodi e do Açu-Mossoró, ou até mesmo pelo grande número de municípios do Território Alto Oeste (são 30 municípios), esses três territórios passaram a realizar um número maior de contratos, especialmente nos anos de 2011, 2012 e 2013, caindo drasticamente em 2014. Já o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, por apresentar maior fragilidade tanto de infraestrutura de produção, como de número de municípios (são apenas 10) e de organizações coletivas, realizou suas primeiras operações apenas em 2013, seguindo a queda dos demais territórios no ano seguinte. Essa queda, especialmente no acesso aos recursos de Custeio diz respeito às dificuldades que os agricultores familiares passaram a enfrentar e se tornar ainda mais vulneráveis



devido aos anos sucessivos de seca, o que fez com que reduzisse as operações do AGROAMIGO.

Quanto à reduzida quantidade de recursos destinados por finalidades de Investimento e Custeio Agrícola e Pecuário, outro motivo pelo qual o AGROAMIGO custeio agrícola não financia as pequenas produções e a diversificação rural deve-se ao fato de o financiamento ser voltado às atividades específicas dentro das unidades de produção familiares, ou seja, financiamento por produto. Na verdade, o que acontece é que o projeto técnico de crédito elaborado pelas agências e escritórios de assistência e extensão rural quase sempre enfoca a produção de subsistência a partir de culturas como milho e feijão, ou outra atividade agrícola de pouca importância econômica. O crédito é específico e pontual para uma ou outra cultura, o que faz com que o agricultor familiar se especialize produzindo os cultivos para os quais há disponibilidade de crédito, em detrimento, por exemplo, da diversificação de atividades e produtos de seu sistema produtivo ou mesmo o plantio dos cultivos voltados à alimentação da família, apenas para o autoconsumo.

Pelos dados da Tabela 2 é possível verificar que, entre as modalidades do AGROAMIGO

nos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi, Sertão Central e Litoral Norte (RN), a maior parte do AGROAMIGO é aplicada em investimento pecuário. Durante todo o período estudado, o território Alto Oeste foi o que apresentou os percentuais mais elevados, superando os demais, chegando a alcançar um percentual acima de 90,17% dos recursos em 2013, tendo alcançado o valor mais alto de 99,59% dos recursos em 2007, mostrando uma prioridade do crédito de Investimento Pecuário em todo o período estudado. Em segundo lugar vem o Investimento Agrícola com poucos recursos destinados, tendo alcançado o valor mínimo de 0,41% em 2007, e o valor mais elevado em 2014 com 4,36%, estes com percentuais infinitamente menores do que o investimento pecuário em todo o período de 2005 a 2015. Os demais territórios, Sertão do Apodi, Sertão Central e Litoral Norte, com a exceção do Território Açu-Mossoró, que não destinou nenhum valor em 2005, mas chegou a destinar o percentual de 34,91% para Custeio Agrícola em 2013, seguiram a mesma lógica de destinar o maior percentual dos recursos para o Investimento Pecuário.

Tabela 2 – Percentual de recursos financeiros destinado por território para cada finalidade do AGROAMIGO de 2005 a 2015 (em %)

<b>TERRITÓRIO ALTO OESTE POTIGUAR</b>											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,09	6,00	5,48	0,12	0,00
Investimento agrícola	0,74	0,66	0,41	4,01	0,93	0,93	0,73	2,28	4,36	1,94	1,33
Investimento pecuário	99,26	99,34	99,59	95,99	99,07	99,07	99,14	91,72	90,17	97,95	98,67
<b>TERRITÓRIO AÇU MOSSORÓ</b>											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1,47	2,23	5,37	12,33	0,00
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	4,18	9,22	2,20	4,89
Investimento agrícola	0,00	7,90	10,69	15,84	24,38	29,49	25,48	30,72	34,91	17,43	7,49
Investimento pecuário	100,00	92,10	89,31	84,16	75,62	70,51	72,91	62,88	50,50	68,04	87,63
<b>TERRITÓRIO SERTÃO CENTRAL CABUGI E LITORAL NORTE</b>											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	17,47	1,88	1,25
Investimento agrícola	0,00	5,53	7,54	5,91	1,91	0,47	0,74	0,07	8,38	2,82	0,00
Investimento pecuário	100,00	94,47	92,46	94,09	98,09	99,53	99,26	99,60	74,15	95,30	98,75
<b>TERRITÓRIO SERTÃO DO APODI</b>											
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Custeio agrícola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03	0,03	0,00	0,00	0,34
Custeio pecuário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,04	22,64	18,64	0,73	3,25
Investimento agrícola	0,00	1,82	1,74	0,76	0,88	0,58	0,44	0,97	3,61	4,94	5,13
Investimento pecuário	100,00	98,18	98,26	99,24	99,12	99,42	99,52	76,38	77,75	94,33	91,61

Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Esses percentuais para Investimento e Custeio Agrícola e Pecuário revelam, entre outras características, uma reduzida capacidade de diversificação das atividades produtivas nos quatro territórios, apresentando-se ainda mais aguda nos territórios Alto Oeste e Sertão Central e Litoral Norte. Com relação aos elevados percentuais de Investimento Pecuário, a pesquisa revelou que parte significativa dos recursos foi destinada para um esforço por parte do BNB no sentido de salvar os rebanhos dos períodos prolongados de seca. Outras pesquisas efetuadas recentemente indicam que os resultados produtivos e econômicos do AGROAMIGO se restringem aos limites da porteira, ou seja, no interior das unidades produtivas, já que os recursos do Programa também exercem forte influência no processo de dinamização e crescimento das economias locais, especialmente dos quatro territórios.

Estudos realizados por Abramovay *et al.* (2012), demonstraram que em termos organizacionais o AGROAMIGO procura assentar-se em três pilares: informação, confiança e capacidade de fazer cumprir contratos, e que sua metodologia tem procurado equalizar dois problemas do PRONAF B: a monotonia das operações apenas em atividades agropecuárias e o elevado índice de inadimplência dos agricultores familiares. No entanto, no caso da região Nordeste, segundo Abramovay *et al.* (2012), ainda continua uma significativa monotonia na aplicação dos recursos do AGROAMIGO, o que a pesquisa revelou não ter o Programa conseguido equalizar os problemas do PRONAF B. Na verdade, a maioria das operações de financiamento continua se limitando a ampliar a escala de cadeias produtivas tradicionais que os agricultores familiares timidamente já realizam há muito tempo, e que não se traduzem em diversificação da agricultura familiar, e muito menos em processos de inovação (*innovation*) ou do surgimento de novidades (*novelty*). Conforme mostra a Tabela 3, nos dez anos do AGROAMIGO, de 2005 a 2015, por mais que o caráter institucional do AGROAMIGO tenha sofrido alterações, possibilitando o financiamento de atividades produtivas que agregam valor, além das não agrícolas, mais da metade dos contratos (86,38%) do Sertão do Apodi, (81,51%) do Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, (81,61%) do Alto Oeste, e (66,39%) do Açu-Mossoró se concentraram em investimentos voltados para a pecuária, sendo as cadeias tradicionais da bovinocultura, da ovinocultura e da caprinocultura as mais beneficiadas.

Tabela 3 – Principais atividades financiadas com recursos financeiros do AGROAMIGO nos territórios Sertão do Apodi, Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, Alto Oeste Potiguar e Açu-Mossoró, de 2005 a 2015 (em %)

Cadeias Produtivas	Territórios			
	Sertão do Apodi	Sertão Central	Alto Oeste	Açu-Mossoró
Bovinocultura	63,17	13,49	72,28	43,48
Ovinocultura	16,25	42,27	4,96	17,10
Caprinocultura	6,96	25,75	4,37	5,81
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	3,50	0,31	0,27	1,56
Pesca	2,45	1,11	0,61	13,01
Apicultura	2,14	0,10	0,61	3,57
Piscicultura	1,39	0,13	0,79	1,08
Avicultura	1,31	13,92	6,22	1,75
Suinocultura	1,13	2,69	8,38	0,83
Caju	0,73	0,00	0,03	4,91
Proces. Benef. Castanha de Caju	0,00	0,00	0,00	4,32
Feijao e Milho	0,43	0,07	0,05	0,22
Equinocultura	0,14	0,03	0,00	0,00
Arroz	0,13	0,00	0,01	0,01
Cajá	0,05	0,00	0,00	0,00
Banana	0,03	0,00	0,03	0,70
Diversos	0,12	0,08	1,34	1,57
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Uma estratégia dos gestores do AGROAMIGO para reduzir o efeito da queda na realização dos contratos de Custeio foi mudar o caráter normativo, no intuito de possibilitar a diversificação da agricultura familiar dos territórios, a partir do financiamento de atividades produtivas não tradicionais, especialmente as que agregam valor, a exemplo das que beneficiam produtos e as não agrícolas. Embora predominando as cadeias tradicionais, como a bovinocultura, a ovinocultura e a caprinocultura, percebe-se, mesmo que ainda à margem, o financiamento de cadeias como apicultura, fruticultura (especialmente para a produção de polpa de frutas), além do processo de beneficia-



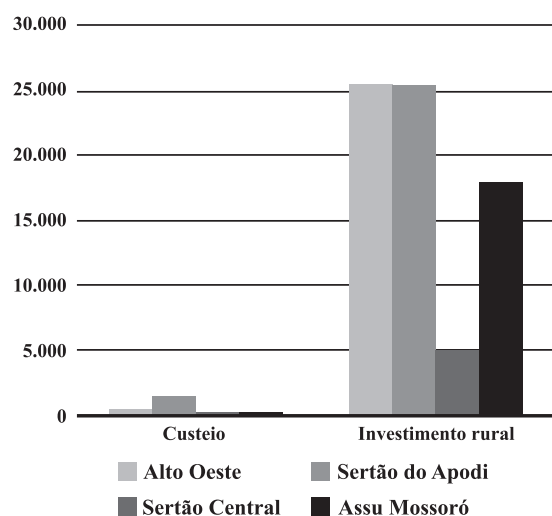
mento da castanha de caju.

Entretanto, cabe ressaltar que o mecanismo de política agrícola voltado para o microcrédito do AGROAMIGO, a despeito dos seus impactos positivos na esfera econômica, não tem sido capaz de possibilitar condições necessárias para que forças endógenas pudessem surgir e se ampliar no sentido de mudar de forma efetiva o padrão técnico que ainda persiste no meio rural brasileiro e, especialmente, no meio rural da região Nordeste. Pelo contrário, pelo que revela a pesquisa, o AGROAMIGO vem nos seus dez anos reproduzindo a antiga receita de manter e estimular entre os agricultores familiares o viés meramente setorial do modelo convencional, além de reproduzir o círculo vicioso e manter a lógica de região pobre de obter muito mais recursos para Investimentos e menos de Custeio.

Essa realidade pode ser evidenciada ao se comparar o total de contratos do AGROAMIGO para cada um dos quatro territórios nos seus dez anos de execução. Como mostra o Gráfico 3, os territórios Alto Oeste e Sertão do Apodi praticamente se igualaram no número de operações contratadas da finalidade Investimento de 2005 a 2015. Enquanto isso, os territórios Açu-Mossoró e o Sertão Central Cabugi e Litoral Norte, ainda mais este último, tiveram uma participação menor no número de operações contratadas do período. Quanto às operações contratadas de Custeio, apenas o Sertão do Apodi e o Açu-Mossoró tiveram um pequeno destaque considerando o reduzido número de contratos para a finalidade Custeio da modalidade microcrédito do AGROAMIGO de 2005 a 2015.

É pequena a diferença das operações de contratos quando se analisa a obtenção por território de recursos financeiros das finalidades Investimento e Custeio da modalidade microcrédito do AGROAMIGO. Como mostram os dados da pesquisa, da totalidade de recursos financeiros destinados para os quatro territórios, a finalidade Investimento manteve-se absoluta, com a obtenção da maior parcela dos recursos. Conforme mostra o Gráfico 4, de um total de R\$ 156.436.008,26 para o período de 2005 a 2015, o Território Alto Oeste foi o que obteve o maior volume de recursos de Investimento (R\$ 58.291.450,49), seguido pelos territórios Sertão do Apodi (R\$ 53.677,934,77), Açu-Mossoró (R\$ 34.172.997,00) e Sertão Central Cabugi e Litoral Norte (R\$ 10.293.626,00).

Gráfico 3 – Total de contratos do AGROAMIGO por território para Custeio e Investimento de 2005 a 2015

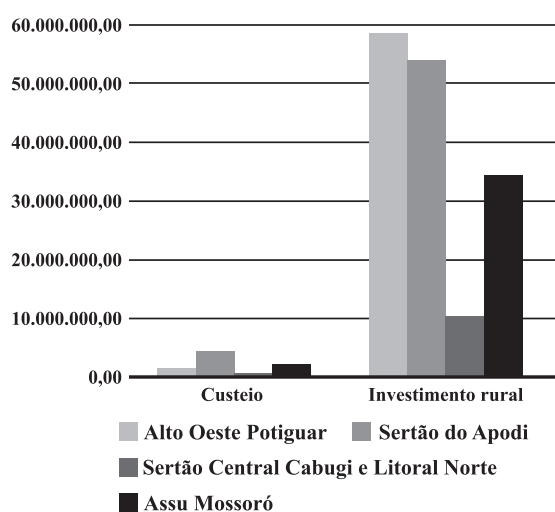


Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

Da mesma forma, quando se analisa a obtenção de recursos financeiros do AGROAMIGO finalidade Custeio, de acordo com a pesquisa, de um total de apenas R\$ 8.129.164,85 para o período de 2005 a 2015, o Território Sertão Central Cabugi e Litoral Norte foi o que obteve o menor volume de recursos de microcrédito finalidade Custeio (R\$ 428.926,00), seguido pelos territórios, Alto Oeste (R\$ 1.320.295,76), Açu-Mossoró (R\$ 2.009.820,00) e o de maior valor, Sertão do Apodi (R\$ 4.370.123,09), conforme Gráfico 4.

Essa característica mostrada pela pesquisa dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN), onde a maioria absoluta da utilização dos recursos financeiros do microcrédito AGROAMIGO é destinada à finalidade Investimento e uma parcela muito pequena é destinada à finalidade Custeio, revela uma face de efeitos negativos do processo de desenvolvimento que deve preocupar tanto elaboradores de política quanto pesquisadores dos estudos rurais. O fato de acontecer a obtenção dos recursos de Investimento em proporção tão dispar da dos recursos de Custeio mostra uma realidade frágil na qual os agentes econômicos locais e territoriais se apresentam despreparados e vulneráveis, especialmente a forças vindas de cima e de fora.

Gráfico 4 – Valores do AGROAMIGO por território para Custeio e Investimento de 2005 a 2015 (em R\$)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN, 2014.

A necessidade de investimento nessa proporção sugere uma realidade ainda com uma ausência e deficiência de infraestrutura (pública e de produção econômica), de organização coletiva e com dificuldades e desvantagens históricas de inserção em mercados. Uma realidade com essas características dificilmente encontra forças capazes de desencadear um processo autônomo de desenvolvimento, sendo necessárias ações de intervenção visando direcionar políticas de indução do desenvolvimento, especialmente do desenvolvimento rural. Serão necessárias estratégias no sentido de criar mecanismos e as condições necessárias para que forças endógenas possam surgir e se expandir gerando um processo contínuo e duradouro de desenvolvimento. É nesse ponto que o AGROAMIGO pode contribuir fortemente, quando utilizado como mecanismo de política de Microcrédito capaz de promover, por meio do Investimento, a estruturação da produção econômica, da organização coletiva e a inovação tecnológica, e, com o Custeio, a diversificação da agricultura familiar, a criação e ampliação de oportunidades dignas e a inserção de agricultores familiares nos mercados.

## 5 Considerações finais

O Microcrédito como mecanismo de política agrícola representa um meio capaz de criar as condições necessárias para que forças endógenas

possam surgir e engendrar processos em dinâmicas de desenvolvimento rural, a partir da utilização dos recursos de Investimento e Custeio em cadeias produtivas da agricultura familiar de territórios rurais. No entanto, a maior parte dos agricultores familiares, principalmente os mais pobres, não tem acesso tanto ao crédito como aos vários serviços financeiros ofertados formalmente pelos bancos e outros agentes financeiros. Para agravar ainda mais, quando essa problemática é trazida para a realidade rural da região Nordeste, anos seguidos de seca têm ocasionado consequências, a exemplo da perda de safra, queda de produção, rebanho dizimado, fragilidade de estrutura produtiva, entre outros fatores, levam inclusive à inadimplência dos agricultores familiares que tiveram acesso ao crédito. Apesar dos fatores como a seca, os agricultores dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN) obtiveram significativa evolução no número de contratos de *Microcrédito* na modalidade AGROAMIGO de 2005 a 2015, pois a pesquisa identificou que uma melhoria do atendimento ampliou o número de beneficiários com a redução dos custos financeiros para os agricultores familiares.

Portanto, constata-se ao longo deste artigo que, quanto ao referencial teórico utilizado, a perspectiva keynesiana foi pioneira em tratar do investimento como variável endógena do processo de desenvolvimento capitalista. Entretanto, apesar do pioneirismo em tratar o investimento, as contribuições da teoria keynesiana são mais adequadas para economias desenvolvidas, sendo inadequadas para dar respostas aos problemas de interpretação deste artigo. Por outro lado, a perspectiva de Hirschman se apresentou mais adequada por tratar do investimento público como elemento indutor do desenvolvimento em países em desenvolvimento e suas regiões, sendo esta perspectiva mais fácil de interpretar e explicar os efeitos de mecanismos de políticas em uma realidade econômica limitada, a exemplo do que trata este estudo sobre o AGROAMIGO nos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN).

Outro ponto de destaque foi constatar a evolução tanto das operações contratadas como dos valores do AGROAMIGO, especialmente na sua finalidade Investimento, o que sugere que apesar dos anos de seca os agricultores familiares acessaram o Microcrédito no intuito de garantir os re-

curso para manter minimamente seus rebanhos. Por outro lado, nota-se claramente a partir da pesquisa que o acesso aos recursos do AGROAMIGO modalidade Custeio foi muito baixo. Neste caso, a pesquisa revelou que o acesso iniciou tardiamente, inclusive com queda no acesso por parte dos agricultores familiares no último ano, devido às quebras de safra geradas por períodos de seca. Esse fenômeno de mais Investimento e menos Custeio acontece em realidades pobres e de grande fragilidade econômica, sendo essa a característica mais marcante do meio rural dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN).

Quanto ao destino dos recursos do AGROAMIGO, a pesquisa constatou a predominância da finalidade Investimento para a ampliação da escala de cadeias tradicionais, levando este Programa no sentido de reproduzir a antiga receita de se concentrar em poucas cadeias produtivas, e naquelas que não apresentam a capacidade necessária para gerar encadeamentos para frente e para trás. Por outro lado, nota-se que foram alteradas regras para que o AGROAMIGO fosse acessado para atividades novas e não tradicionais, especialmente as que tratam de agregação de valor por meio do beneficiamento de produtos a exemplo da cajucultura, apicultura e polpa de frutas. Mesmo assim, essa estratégia ainda se mostra insuficiente para desencadear um processo de diversificação da agricultura familiar, ser capaz de estimular a inovação (*innovation*) e o surgimento de novidades (*novelty*), e possibilitar a criação e expansão de oportunidades para a maioria das pessoas, a exemplo da estratégia *Labour Driven-Intensification*.

A pesquisa identificou que, desde sua criação, em 2005, o AGROAMIGO tem gerado impactos positivos na agricultura familiar dos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN). Entretanto, apesar de iniciar a ampliação dos recursos no sentido de apoiar cadeias novas, a pesquisa mostrou a enorme disparidade da obtenção dos recursos para as finalidades investimento e custeio. Os quatro territórios estudados revelam uma fragilidade de infraestrutura de produção no momento em que, dos recursos obtidos nos 10 anos do AGROAMIGO, quase sua totalidade foi destinada para investimentos e muito pouco para custeio, o que limita a geração de riqueza nova, de oportunidades e, conseqüentemente, o desenvolvimento rural.

Concluindo, a pesquisa mostrou o lado promissor da ação do AGROAMIGO, no entanto o principal desafio é aumentar os recursos de Custeio para utilizar a estrutura construída para gerar riqueza nova e gerar desenvolvimento. Enfim, esse desafio leva à necessidade de mais apoio do AGROAMIGO e de mais inovações tecnológicas de melhoramentos, tendo em vista as exigências para a inserção em mercados. A vantagem é a de que os agricultores familiares já iniciaram sua estruturação econômica por meio das cooperativas, o que vem fortalecendo o segmento e gerando ações de Inclusão Produtiva a partir de oportunidades nos territórios Açu-Mossoró, Alto Oeste, Sertão do Apodi e Sertão Central e Litoral Norte (RN).

## 6 Referências

ARIAS, P.; HALLAM D.; KRIVONOS E.; MORRISON J. **Smallholder integration in changing food markets**. (FAO) Food and Agriculture Organization of the United Nations: Rome, 2013, 48 p.

ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT; SEBRAE, 2004.

ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR, M.; MADEIRA, G. de A.; GONÇALVES, M. F.; MACIEL, I. S. R.; SANTOS, R. A. dos. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeito do programa**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1 ed. 1998.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, n. 14, p. 211-250, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p211/10959>> Acesso em: 02 abr. 2013.

BIELSCHOWSKY, R. **Reformas: Investimento em Infraestrutura no Brasil**. Brasília: IPEA/Cepal, 2002.

- CÂNDIDO Jr, J. O. **Efeitos do Investimento Público sobre o Produto e a produtividade: uma análise empírica.** Brasília: IPEA, 2006 (Texto para Discussão n. 1204).
- CAMPOMAR, M. C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração**, v. 26, n. 3, p. 95-97, jul-set. 1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HIRSCHMAN, A. O. **The Strategy of Economic Development.** New Haven, USA: Yale University Press, 1958.
- KEYNES, J. M. **A teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Atlas, , 1982.
- LUCAS, R. E. On the mechanics of economic development. **Journal of Monetary Economics**, 22, p.3-42, 1988.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S; MATOS-FILHO, J; GODEIRO-NUNES, K. F.; AQUINO, J. R. de. Políticas Agrárias e Agrícolas no Contexto do Desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 43, p. 91-126, 2014.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Economia Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Polo Assu/Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 3, p. 561-584, jul.-set. 2012.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açú-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, p. 601-626, 2013.
- NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; DIAS, T. F. et al. A Inserção da Agricultura Familiar em Mercados: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 50, **Anais...**, 2012, Vitória/ES: SOBER- Nacional, 2012c.
- PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Sertão do Apodi, 2010.
- PLOEG, J. D.; WISKERKE, J. S. C. (Eds.) **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture.** Assen: Van Gorcum, 2004.
- PLOEG, J. D. **Peasants and the Art of Farming: a chayanovian manifesto.** Halifax, NS: Fernwood, 2013.
- PLOEG J. D. **The New Pansaries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization.** London, Sterling: Earthscan, VA, 2008.
- SACCOMANDI, V. **Agricultural market economics: a neo-institutional analysis of the exchange, circulation and distribution of agricultural products.** Netherlands, Assen: Van Gorcum, 1998.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar.** Porto Alegre,: Editora da Universidade-UFRGS, 2003.



## FACES DO AGROAMIGO NO ESTADO DO PIAUÍ: DEZ ANOS DE DINÂMICA ECONÔMICA E SOCIAL

### Agroamigo faces in the State of Piauí: ten years of economic and social dynamics

#### Jaíra Maria Alcobaça Gomes

Economista, Doutora em Economia Aplicada – ESALQ/USP, Professora do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPI [jaira@ufpi.edu.br](mailto:jaira@ufpi.edu.br)

#### José Natanael Fontenele de Carvalho

Economista, Doutorando em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Professor do Departamento de Ciências Econômicas e Quantitativas da UFPI/CMRV - [natanaelfontenele@ufpi.edu.br](mailto:natanaelfontenele@ufpi.edu.br)

#### Vera Lúcia dos Santos Costa

Economista, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pesquisadora do Laboratório de Socioeconomia do Tropic/UFPI - [vera09@gmail.com](mailto:vera09@gmail.com)

**Resumo:** O Piauí é marcado pela pobreza rural e requer mudanças no quadro de desigualdade e pobreza. O Agroamigo, definido como um programa de microcrédito orientado, foi instituído com este propósito, de contribuir com a transformação deste quadro. O objetivo do artigo é caracterizar a execução do Programa Agroamigo no Piauí, por meio de indicadores econômicos e sociais, no período de 2005 a 2014. As informações são da base de dados do Agroamigo e da Gerência Estadual do Agroamigo no Piauí. Procedeu-se à análise tabular, por meio de estatística descritiva e gráfica das variáveis selecionadas para conhecer a dinâmica do Programa no Piauí. Os resultados apontaram a expansão no número e nos valores das operações de crédito nas 16 unidades de atendimento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) no Estado, ao longo dos anos. O subsetor *pecuária* responde majoritariamente pelos valores aplicados, e é significativo o número de mulheres beneficiárias. É inegável que o Agroamigo tem suprido as necessidades de microcrédito das atividades produtivas no Piauí. O avanço das operações de crédito de pessoas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, sem exigências de garantias reais, é uma indução para a superação das disparidades econômicas e sociais do Nordeste rural.

**Palavras-chave:** Microfinanças; Política Pública; Programa de Crédito; Nordeste.

**Abstract:** Piauí is characterized by rural poverty and requires change of inequality and poverty framework. The Agroamigo, defined as an oriented microcredit program was set up in order to contribute to the transformation of this framework. The aim of this paper is to characterize the implementation of Agroamigo Program in Piauí, through economic and social indicators in the 2005-2014 period. Information was obtained from the Database and State Management of Agroamigo. The tabular analysis was performed using descriptive statistics and graphics of selected variables to know the dynamics of the program in Piauí. The results indicated expansion in the number and value of credit operations in Banco do Nordeste do Brasil (BNB) service units in the state over the years. The subsector Livestock responds mainly by amounts invested and there is a significant number of women beneficiaries. It is undeniable that Agroamigo has supplied microcredit needs of productive activities in Piauí. The progress of entrepreneurial people credit operations in small productive activities without real guarantees requirements is an induction to overcome the economic and social disparities in rural northeast.

**Key words:** Microfinance; Public Policy; Credit Program; Northeast.



## 1 Introdução

O artigo versa sobre a atuação do Agroamigo no estado Piauí, já que muitos estudos abordaram esta temática no que diz respeito aos efeitos, às características e aos impactos no meio rural nordestino, mas poucos são os estudos que contemplaram as especificidades deste Estado. Além disso, o Piauí foi escolhido para sediar o projeto-piloto de microcrédito produtivo orientado nas agências do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) de Floriano e Oeiras, em 2004, e atualmente conta com 113 mil clientes ativos, e uma carteira ativa de R\$ 358 milhões, segundo informação da Gerência de Microfinanças – Piauí/BNB.

Merece destaque, entretanto, que o estudo de Alencar (2010) analisou os efeitos dos programas Agroamigo e Bolsa Família na redução da inadimplência dos agricultores do PRONAF B, nos municípios piauienses, entre 2008 e 2009, concluindo que a orientação técnica e o acompanhamento (Agroamigo) produzem mais efeitos sobre a inadimplência do PRONAF B do que a política de transferência condicionada de renda (Bolsa Família).

Quanto aos vários estudos sobre o programa Agroamigo, especialmente a partir da década de 90, sobressaem-se os de Abramovay (2013) e Neri (2012), porque as análises empíricas sobre os impactos de programas de crédito para empreendedores de baixa renda no Brasil mostraram que o acesso ao crédito vem ampliando as chances de inserção nos mercados e de ampliação da produção, gerando renda que permite aos beneficiários deste Programa um salto em direção à emancipação da pobreza.

Estes resultados empíricos vão ao encontro de dois efeitos esperados, de acordo com o BNB (2013) - de combater a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Não obstante estes resultados, é preciso concordar com Abramovay (2013) no sentido de que estes efeitos são amplos e têm raízes multidimensionais, e que um programa de crédito, por si só, não é capaz de alterar esta realidade de pobreza rural do Nordeste.

O Piauí, também marcado pela pobreza rural, como já apontado por Gomes (1999, 1999a), requer, para a mudança do quadro de desigualdade e pobreza, políticas que atuem nas reformas estruturais, induzindo não só a estrutura produtiva, mas educacional.

Isto é reforçado porque os agricultores, objetos do Programa, têm baixo nível de escolaridade e poucas alternativas em relação às suas atividades agropecuárias no mercado de trabalho.

Diante deste contexto, o objetivo do artigo é caracterizar a execução do programa Agroamigo no Piauí, por meio de indicadores econômicos e sociais, no período de 2005 a 2014.

## 2 A importância do microcrédito para populações de baixa renda

Esta seção apresenta os aspectos relacionados à origem e importância do microcrédito, com foco no programa Agroamigo.

Como já é conhecido, o objetivo maior dos programas de microfinanças em todo o mundo é favorecer o acesso a recursos creditícios por parte de populações sem condições de oferecer contrapartidas e garantias bancárias.

De acordo com Morduch (1999), a história do microcrédito remonta ao século XIX, na Europa, quando se presenciou o surgimento de cooperativas de crédito que objetivavam ajudar populações de baixa renda a poupar e obter crédito. Em 1910, aproximadamente 1,4 milhão de pessoas haviam sido contempladas pelas cooperativas de crédito na Alemanha, estendendo-se tal benefício, a partir daí, para países como Irlanda e Itália (MORDUCH, 1999).

Todavia, o microcrédito popularizou-se somente a partir de 1974, com a experiência do então professor de Economia, Muhammad Yunus, e do Banco Grameen, em Bangladesh.

O Banco Grameen originou-se com um empréstimo de apenas 27 dólares, feito por Yunus, para mitigar os efeitos da escassez de alimentos que atingiu Bangladesh, em 1974. Perante este episódio, Yunus decidiu emprestar, com recursos próprios, dinheiro para 42 mulheres, a fim de que pudessem comprar bambu para fabricar e vender banquinhos. Em pouco tempo, as mulheres amortizaram os empréstimos e prosseguiram sustentando a si mesmas e as suas famílias (YUNUS, 2006).

A única forma de os pobres escaparem da armadilha da pobreza é por meio da concessão de crédito, porque historicamente os mesmos não têm acesso a oportunidades de desenvolvimento econômico, em virtude de o financiamento não ser direcionado para eles (YUNUS, 2006).

Observa-se que apesar da importância do microcrédito para os pobres, em termos de insuficiência de renda, outros condicionantes são necessários para a superação da situação de pobreza em sua natureza multidimensional, de acordo com Sen (2000), que aborda a pobreza como privação de capacidades.

Neste sentido, Alves (2008) considera que um pequeno crédito é, sobretudo, um novo projeto de vida para os que acreditam que, por meio de sua vontade e de suas capacidades, podem construir uma vida melhor para si, para os seus, para a comunidade em que se inserem e para a sociedade como um todo.

Sabendo-se que no Brasil em 2013, a população que reside em áreas rurais é constituída por 17,77% de pobres, situação mais grave que na área urbana que possuem 13,29% de pobres em relação à população urbana<sup>1</sup>. E que parte destes pobres rurais desenvolvem atividades de pequena escala, Daltro e Santana (2013) dizem que a maioria dos pequenos empreendedores enfrenta dificuldade para obtenção de crédito bancário, vez que não atendem às exigências estabelecidas pelas instituições financeiras. Desta forma, o microcrédito representa uma alternativa importante ao modelo clássico de concessão de crédito para pessoas que não têm acesso ao mesmo sob o método tradicional e estão fora do mercado formal.

Por outro lado, Castelo Branco et al (2014) reforça a ideia de que a concessão de empréstimos de baixo valor a pequenos empreendedores informais, sem acesso ao sistema financeiro tradicional, configura-se como política de desenvolvimento para redução das desigualdades sociais, mediante: i) o fortalecimento e a ampliação das atividades das camadas menos favorecidas; ii) o aumento de sua renda e; iii) a melhoria das condições de vida no domicílio, proporcionando-lhes ascensão social.

Nesta perspectiva, ao prover pequenas quantidades de capital para camadas menos favorecidas, o microcrédito figura como um mecanismo de distribuição de renda. Portanto, assume a função fundamental de dinamizar os pequenos empreendimentos.

<sup>1</sup> Dados extraídos da planilha Indicadores de Pobreza segundo Unidades da Federação, Regiões e Brasil e estratos de residência - PNAD 2013. Indicadores de Pobreza e de Indigência (Sonia Rocha) XLS - 48 Kb (Sonia Rocha), disponível em <http://www.iets.org.br/dado/iets-disponibiliza-tabulacoes-sobre-renda-desigualdade-pobreza-educacao-e-mercado-de-trabalho-da-pnad-2013>, acesso em 18.07.2015.

Daltro e Santana (2013) mostram que o microcrédito tem se expandido no Brasil, atuando como instrumento de política pública de fomento e inclusão social. Os autores resgatam algumas experiências pioneiras no País, a saber: a) o Banco da Mulher, iniciado no Rio de Janeiro, em 1984; b) o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendedores, iniciado na cidade do Recife, em 1987; c) a Instituição Comunitária de Crédito Porto Alegre Solidária (PORTOSOL), iniciada em 1995; d) o Projeto São Paulo CONFIA, iniciado em 2001 e; e) o programa Crediamigo, do BNB, na cidade Fortaleza, em 1998.

A possibilidade de expansão do microcrédito no Brasil foi possível pela ação dos bancos públicos, que concedem empréstimos a agricultores pobres, não somente apoiados em recursos do Tesouro e com base em importantes subsídios, mas isentando as organizações financeiras de qualquer risco, de acordo com Abramovay et al (2013).

Dentre os bancos públicos, cita-se o BNB, que instituiu o Programa Crediamigo, inspirado em experiências internacionais bem sucedidas de *bancos sociais*, implantadas em países com particularidades análogas às do Nordeste brasileiro. A ação do Crediamigo foi precursora e, após período de maturação e aprimoramento de sua metodologia, o Programa tornou-se referência internacional, sendo atualmente o maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul (SOUZA, 2014).

No meio rural, o BNB também assume importante papel, ao conceder crédito para os agricultores familiares, sujeitos a situações de vulnerabilidade, especialmente nos períodos de estiagem (SOUZA, 2014).

Neste contexto, o BNB implanta o Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado Rural, o Agroamigo, em 2005, movido por sua experiência exitosa com o Programa Crediamigo, disponibilizando uma linha de microcrédito rural.

O Programa Agroamigo, direcionado para a operacionalização do PRONAF, foi distribuído em dois grupos: i) PRONAF Grupo B, composto por agricultores que obtenham renda bruta anual de até R\$ 20 mil, que explorem área de até quatro módulos rurais e empreguem mão de obra familiar; ii) demais grupos do PRONAF, com exceção dos grupos A e A/C, concentrando agricultores que obtenham renda bruta anual entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil. O primeiro grupo é atendido pelo Agroa-

migo Crescer, já o segundo, pelo Agroamigo Mais (BNB, 2013).

O participante do PRONAF do Grupo B contrai empréstimo de até R\$ 4 mil por operação, com taxa de juros de 0,5% ao ano e prazo de pagamento de até dois anos (SOUZA, 2014). Já o Agroamigo Mais concede financiamentos de até R\$ 15 mil e um limite total de endividamento de R\$ 30 mil em operações contratadas no Agroamigo (BNB, 2015).

O Programa apoia atividades agropecuárias e não agropecuárias, tais como turismo, artesanato, comércio, serviços rurais, dentre outras, buscando a diversificação, a agregação de valor e a comercialização dos produtos das unidades familiares (BNB, 2013).

Tem como um de seus pilares a orientação para o crédito. Possui como diretriz máxima contribuir para a diminuição da pobreza no Nordeste, além da permanência do homem no campo, através do incentivo ao empreendedorismo (SOUZA, 2014).

Na implementação do Programa, o BNB conta com as parcerias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), de Empresas Oficiais de Assistência Técnica (EMATER's) e Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's) (ALENCAR, 2010).

São objetivos do Agroamigo: conceder crédito orientado e acompanhado, de forma gradativa e sequencial; atender aos clientes na própria comunidade, por meio do assessor de microcrédito rural; expandir, de forma quantitativa e qualitativa, o atendimento com redução de custos para o cliente; agilizar o processo de concessão do crédito; promover a inclusão financeira do(a) agricultor(a) familiar e seu acesso aos produtos e serviços do banco; sensibilizar os(as) agricultores(as) familiares quanto à importância da educação financeira; conscientizar os(as) agricultores(as) quanto à necessidade de exploração sustentável do meio ambiente (BNB, 2015).

Para Abramovay (2008), a grande inovação do Agroamigo é que os financiamentos passam a ser acompanhados e orientados por um assessor de microcrédito, responsável por uma carteira de projetos, o que constitui uma relação personalizada com cada agricultor beneficiário do Programa. A base da nova tecnologia de financiamento está na proximidade e no conhecimento pessoal que

há entre o assessor de microcrédito e o agricultor. Portanto, este não tem mais a relação impessoal com o banco, instituição alheia ao seu cotidiano. Para ter acesso ao crédito, faz-se necessária a elaboração de um projeto em conjunto com assessor de microcrédito (ABRAMOVAY, 2008).

Deve-se destacar que em 2010, o Programa Agroamigo obteve a segunda colocação no 15º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Na ocasião, foram inscritos 117 projetos e premiados os dez primeiros lugares. A iniciativa da ENAP visa a incentivar práticas inovadoras do setor público, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade (ENAP, 2010a).

Em suma, o Agroamigo vem apoiar os pequenos produtores rurais a superarem os obstáculos referentes à falta de recursos financeiros para dinamizarem suas atividades produtivas.

### 3 Metodologia

Para conhecer as faces do microcrédito no Piauí, estuda-se o caso do Programa Agroamigo, no período de 2005 a 2014, baseando-se nos objetivos estabelecidos (BNB, 2015) em consonância com a Lei nº. 11.110, que instituiu o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) (BRASIL, 2005).

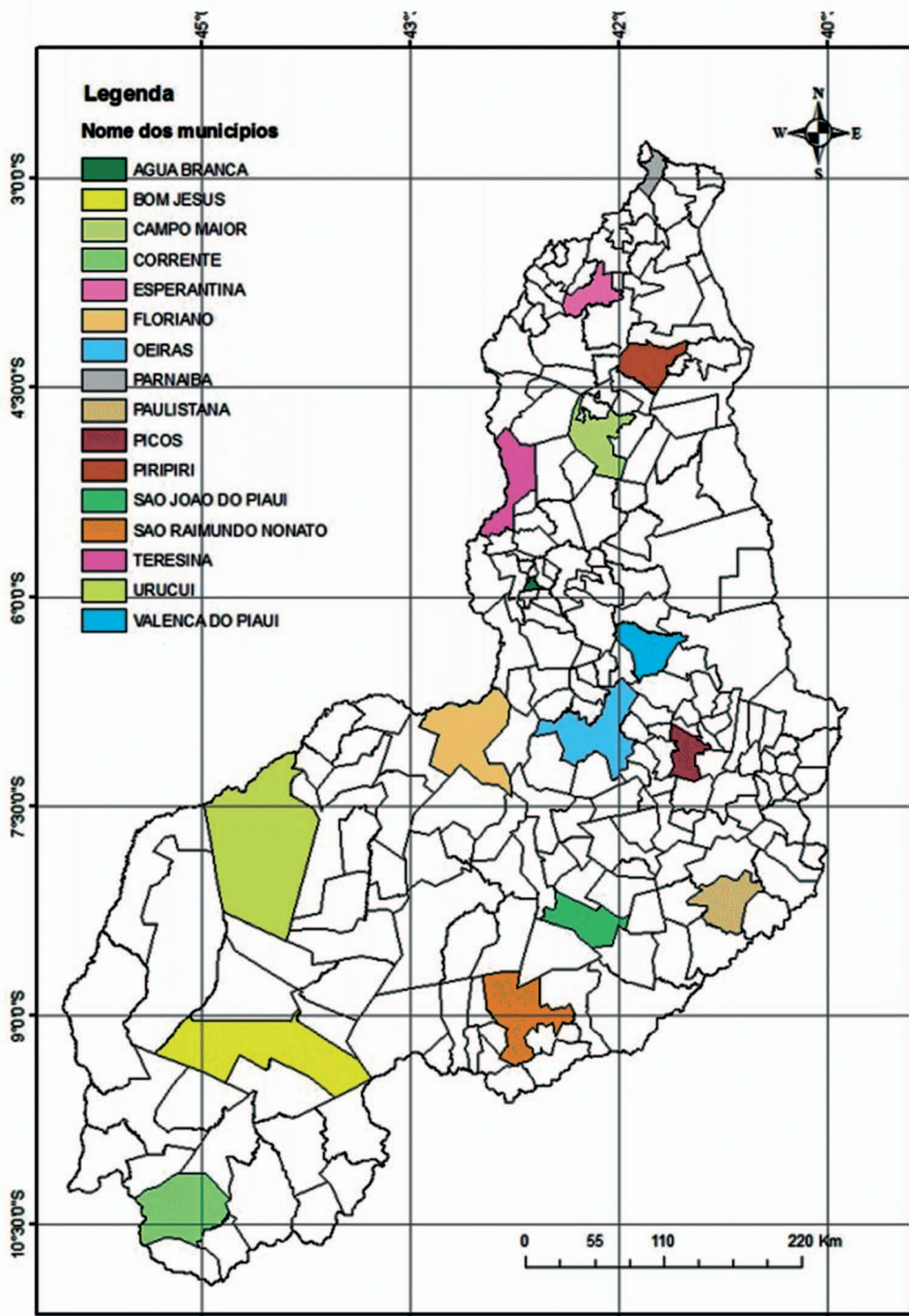
A área de estudo compreendeu o Piauí, contextualizando-o no campo de abrangência geográfica do Agroamigo no Nordeste, e estados de Minas Geras e Espírito Santo. Considerou-se, também, o campo geográfico de atuação do Programa pelas agências do estado do Piauí que absorvem municípios limítrofes dos estados do Maranhão e da Bahia.

Assim, tem-se 16 unidades de atendimento que compreendem 240 municípios, sendo 215 no Piauí, 22 no Maranhão<sup>2</sup> e 3 na Bahia<sup>3</sup>. O Mapa 1 ilustra a localização das unidades do BNB no Piauí.

2 Barão de Grajaú, Lagoa do Mato, Nova Iorque, Passagem Franca, Pastos Bons, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, Sucupira do Norte, Sucupira do Riachão, Água Doce do Maranhão, Araiões, Magalhães de Almeida, Paulino Neves, Santana do Maranhão, São Bernardo, Tutóia, Campo Alegre de Lourdes, Parnarama, Timon, Benedito Leite, São Benedito do Rio Preto, São Domingos do Azeitão.

3 Pilão Arcado, Remanso, Morpará.

Mapa 1 – Localização das unidades de atendimento do BNB no Piauí



Fonte: Elaboração dos autores.



As informações são da base de dados do Agroamigo, do período de 2005 a fevereiro de 2015, disponibilizadas em CD-ROM pelo BNB.

Os dados quantitativos foram filtrados no Microsoft Access 2007 e exportados para as planilhas Excel, depois de selecionadas as variáveis de estudo, de acordo com a Tabela descritiva de campos da documentação base de dados do Agroamigo: unidade federativa da agência; nome da agência; unidade federativa do município; programa; indicador de gênero; subsetor da atividade; ramo de atividade; produto; data do contrato; valor contratado por atividade; data do contrato.

Também foram utilizados dados disponibilizados pela Gerência Estadual do Agroamigo no Piauí, particularmente referentes ao número de operações e valores desembolsados no período de 2010 a 2014, deflacionados pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna), extraídos do banco de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Por fim, procedeu-se à análise tabular, por meio de estatística descritiva e gráfica das variáveis selecionadas para conhecer a dinâmica do Programa no Piauí.

## 4 Resultados e discussão

O Agroamigo começou a ser concebido no início de 2002 com o intuito de melhorar o processo de crédito do PRONAF Grupo B que, embora absorvesse volume crescente de recursos a cada ano, exibia resultados incipientes, com altos índices de inadimplência.

Esta experiência começou com o projeto-piloto no estado do Piauí, nas agências de Oeiras e Floriano, no segundo semestre de 2004. Em 2005, em virtude dos bons resultados alcançados, foi transformado em Programa de Microcrédito Rural e denominado Agroamigo. Nesse mesmo ano, foi implantado em mais 75 agências, distribuídas em todas as superintendências do BNB. O Programa contou com um Termo de Parceria entre o BNB e o INEC.

Com o apoio do INEC, realizou-se a seleção de assessores de microcrédito rural entre os alunos de escolas agrícolas e técnicas locais, seguida de capacitação, para atuarem com a metodologia creditícia. Realizaram-se eventos de sensibilização e conscientização sobre a nova metodologia

com os funcionários das agências, para assegurar o envolvimento da equipe com o novo modelo. Ao longo de 2004, foram acompanhados sistematicamente os assessores, as agências e os clientes, observando o alcance dos resultados, a melhoria e validação da metodologia testada. No piloto, destacou-se a melhoria no atendimento aos agricultores, a orientação para o crédito e o acompanhamento (ENAP, 2010).

Passa-se, então, na próxima etapa, a desenvolver a análise do programa Agroamigo no Piauí, por meio do desempenho de seus indicadores econômicos e sociais no período de 2005 a 2014.

### 4.1 Dinâmica econômica e social de 2005 a 2014

A análise dos dez anos de implementação do Agroamigo no Piauí foi baseada em indicadores disponibilizados e selecionados no banco de dados cedidos pelo BNB, que permitiram caracterizar as tendências do número de contratos, valores dos financiamentos, distribuição dos recursos nas unidades de atendimento e subsetores, que culminou com a construção das faces do Programa.

Desta forma, a Tabela 1 mostra que o Programa, no período de 2005 a fevereiro de 2015, realizou 3.184.087 operações de crédito, totalizando R\$ 6.868.742.626,80, aplicados nos Estados do Nordeste, Espírito Santo e Minas Gerais, áreas de atuação do BNB.

O Piauí obteve a quarta colocação, com 337.051 operações firmadas e R\$ 748.087.526,57 desembolsados no período em análise. Esse montante representou 10,89% do total de recursos aplicados por intermédio do Programa Agroamigo.

O estado da Bahia concentrou 17,65% e 18,70% do total de contratações e valor das operações, respectivamente, obtendo a primeira colocação. As menores participações foram observadas nos Estados do Espírito Santo, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte.

O estado do Piauí conta com 16 unidades de atendimento do BNB, as quais operacionalizam o programa Agroamigo em 240 municípios, sendo 215<sup>4</sup> no Piauí, 22 no Maranhão e 3 na Bahia.

4 120 municípios (55,81%) estão localizados na região semiárida do Estado.

Tabela 1 – Número de contratações e valor das operações (em Mil R\$) do Programa Agroamigo segundo os Estados (2005 a fev. 2015)

Estado	Nº de Contratações	Part. Relativa	Valor das Operações	Part. Relativa
Alagoas	195.251	6,13	R\$ 417.883,49	6,08
Bahia	561.950	17,65	R\$ 1.284.785,19	18,70
Ceará	468.381	14,71	R\$ 950.524,20	13,84
Espírito Santo	2.099	0,07	R\$ 4.901,50	0,07
Maranhão	304.302	9,56	R\$ 658.350,37	9,58
Minas Gerais	280.886	8,82	R\$ 642.152,45	9,35
Paraíba	265.399	8,34	R\$ 567.012,38	8,25
Pernambuco	378.359	11,88	R\$ 817.015,18	11,89
Piauí	337.051	10,59	R\$ 748.087,53	10,89
Rio Grande do Norte	207.508	6,52	R\$ 429.338,69	6,25
Sergipe	182.901	5,74	R\$ 348.691,64	5,08
<b>Total</b>	<b>3.184.087</b>	<b>100,00</b>	<b>R\$ 6.868.742,62</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

Tabela 2 – Municípios atendidos pelo Programa Agroamigo segundo as unidades de atendimento do BNB - Piauí (fev. 2015)

Unidade/Agência	Nº de Municípios Atendidos
Água Branca	16
Bom Jesus	10
Campo Maior	17
Corrente	14
Esperantina	13
Floriano	21
Oeiras	12
Parnaíba	18
Paulistana	10
Picos	29
Piripiri	10
São João do Piauí	11
São Raimundo Nonato	20
Teresina	19
Uruçuí	9
Valença do Piauí	11
<b>Total</b>	<b>240</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

Pela Tabela 2, verifica-se que as unidades de Picos, Floriano, São Raimundo Nonato e Teresina,

conjuntamente, atendem a 89 municípios, o que corresponde a aproximadamente 1/3 do total de municípios (Tabela 2). A unidade de Uruçuí atende ao menor número de municípios (9), e as unidades de Piripiri e Bom Jesus alcançam 10 municípios, cada, seguidos por São João do Piauí, com 11 municípios. As demais unidades atendem a 12 ou mais municípios.

A Tabela 3 mostra a espacialização dos assessores de crédito do Agroamigo no Piauí. O Estado conta com 109 assessores de crédito, distribuídos nas 16 unidades de atendimento. Observa-se que Picos possui o maior número de assessores (11), seguido de Campo Maior (10), Floriano (10) e Teresina (9). Já as unidades de Uruçuí (3), São João do Piauí (4) e Bom Jesus (4) possuem o menor número deles.

Quanto à produtividade dos assessores de crédito, ilustra-se com o caso das unidades de Picos e Campo Maior, que no ano de 2014 realizaram 4.506 e 4.453 contratações, respectivamente. Este volume de operações correspondeu a 410,5 contratações/assessor em Picos, e a 445,3 em Campo Maior.

Considerando que o sucesso do Programa Agroamigo é atribuído especialmente à orientação e ao acompanhamento *in locu* do assessor de microcrédito, deve-se salientar que um número elevado de contratações por assessor pode comprometer os resultados almejados pelo Programa.



Tabela 3 – Número de assessores de crédito segundo as unidades de atendimento do BNB - Piauí (2015)

Unidade/Agência	Nº de Assessores de Microcrédito
Água Branca	6
Bom Jesus	4
Campo Maior	10
Corrente	5
Esperantina	8
Floriano	10
Oeiras	7
Parnaíba	5
Paulistana	7
Picos	11
Piripiri	6
São João do Piauí	4
São Raimundo Nonato	7
Teresina	9
Uruçuí	3
Valença do Piauí	7
<b>Total</b>	<b>109</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

Tabela 4 – Número de contratações do Programa Agroamigo conforme a modalidade, segundo as unidades de atendimento do BNB (2005 a fev. 2015)

Unidade	Contratações por modalidade				
	Crescer	Part. Rel.	Mais	Part. Rel.	Total
Água Branca	22.645	99,29	161	0,71	22.806
Bom Jesus	13.631	98,88	155	1,12	13.786
Campo Maior	28.587	99,12	253	0,88	28.840
Corrente	13.495	98,65	185	1,35	13.680
Esperantina	27.414	99,29	196	0,71	27.610
Floriano	31.599	99,34	211	0,66	31.810
Oeiras	21.555	99,10	195	0,90	21.750
Parnaíba	21.808	99,77	50	0,23	21.858
Paulistana	15.445	98,62	216	1,38	15.661
Picos	29.765	99,47	159	0,53	29.924
Piripiri	19.433	99,23	151	0,77	19.584
São João do Piauí	9.034	97,94	190	2,06	9.224
São Raimundo Nonato	23.480	99,09	215	0,91	23.695
Teresina	29.051	98,88	330	1,12	29.381
Uruçuí	7.108	98,48	110	1,52	7.218
Valença do Piauí	19.984	98,81	240	1,19	20.224
<b>Total</b>	<b>334.034</b>	<b>99,10</b>	<b>3017</b>	<b>0,90</b>	<b>337.051</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

A este respeito, Maciel (2009) esclarece que o assessor de microcrédito rural precisa compor uma carteira de 600 clientes no prazo de um ano, admitindo-se a extrapolação desta meta no máximo em 10%. Em consonância com o referido autor, o estabelecimento deste limite objetiva fornecer condições adequadas a um padrão de qualidade nas operações contratadas pelos assessores, já que o seu contrato de trabalho prevê remuneração diferenciada por produtividade e, conjuntamente, por elevados níveis de adimplência. Assim, embora extrapole o limite de clientes estabelecido, não haverá pagamento adicional (MACIEL, 2009).

Quanto ao número de contratações por modalidade, a partir da Tabela 4, observa-se a supremacia do número de contratações do Agroamigo Crescer, que alcançou 99,10% das operações do Piauí, no período de 2005 a fevereiro de 2015. Todavia, deve-se ponderar que o Agroamigo Mais foi implantado somente em 2013. Dinâmica semelhante foi observada nas 16 unidades de atendimento, em particular. A maior participação da modalidade Agroamigo Mais foi observada no município de São João do Piauí, com 2,06% das operações.

Tabela 5 – Valor de contratações do Programa Agroamigo conforme a modalidade, segundo as unidades de atendimento do BNB (2005 a fev. 2015)

Unidade	Valor das Contratações				
	Crescer	Part. Rel.	Mais	Part. Rel.	Total
Água Branca	45.677.101,74	95,96	1.923.372,47	4,04	47.600.474,21
Bom Jesus	29.287.799,81	93,67	1.979.109,17	6,33	31.266.908,98
Campo Maior	61.357.137,21	94,99	3.235.580,29	5,01	64.592.717,50
Corrente	31.492.066,68	93,09	2.336.693,31	6,91	33.828.759,99
Esperantina	55.044.102,04	96,07	2.250.742,66	3,93	57.294.844,70
Floriano	63.810.958,59	95,92	2.715.861,20	4,08	66.526.819,79
Oeiras	44.726.998,58	94,68	2.513.047,27	5,32	47.240.045,85
Parnaíba	46.985.623,58	98,62	656.092,43	1,38	47.641.716,01
Paulistana	32.031.749,65	92,65	2.541.027,47	7,35	34.572.777,12
Picos	67.867.566,02	97,27	1.907.634,22	2,73	69.775.200,24
Piripiri	38.770.123,02	96,32	1.483.148,84	3,68	40.253.271,86
São João do Piauí	22.729.705,82	91,17	2.201.712,94	8,83	24.931.418,76
São Raimundo Nonato	49.857.421,18	94,95	2.651.769,83	5,05	52.509.191,01
Teresina	63.239.114,07	93,82	4.163.437,86	6,18	67.402.551,93
Uruçuí	16.453.798,86	91,84	1.462.708,99	8,16	17.916.507,85
Valença do Piauí	42.044.757,46	93,99	2.689.563,31	6,01	44.734.320,77
<b>Total</b>	<b>711.376.024,31</b>	<b>95,09</b>	<b>36.711.502,26</b>	<b>4,91</b>	<b>748.087.526,57</b>

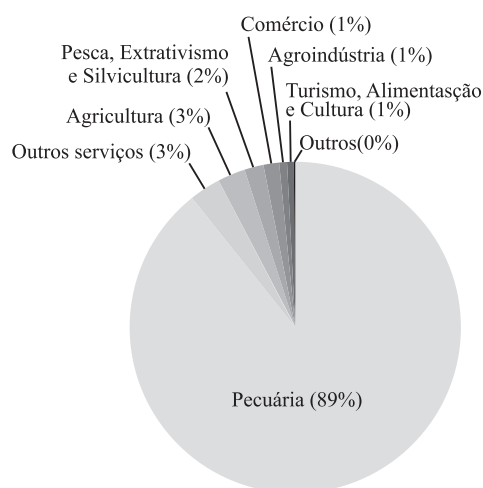
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

A Tabela 5 fornece informações sob o ângulo do valor das contratações, mostrando que o Piauí aplicou R\$ 711.376.024,31 em contratações na modalidade Agroamigo Crescer, e R\$ 36.711.502,26 na Agroamigo Mais, representando 95,09% e 4,91%, respectivamente, totalizando R\$ 748.087.526,57 aplicados no período de 2005 a fevereiro de 2015.

As unidades de Parnaíba e Picos apresentaram participação bastante reduzida no Agroamigo Mais, representando 1,38% e 2,73%, respectivamente. São João do Piauí e Uruçuí mostraram melhor desempenho nesta modalidade, todavia, com participação inferior a 10%.

Merecem destaque os subsetores de micro-empresendimentos da economia piauiense, que receberam maior volume de recursos do Agroamigo no período de 2005 a fevereiro de 2015. No cômputo do Piauí, a pecuária alcançou 89% dos valores contratados, seguidos de outros serviços (serviços relacionados à agropecuária, ao extrativismo e à silvicultura) e agricultura, com 3% cada. Os demais subsetores somaram 5% (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação relativa das contratações do Agroamigo segundo os subsetores -Piauí (2005 a fev. 2015)



Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

Tabela 6 – Participação relativa dos valores contratados no Agroamigo por subsetores, segundo as unidades de atendimento do BNB (2005 a fev. 2015)

Unidades	Pecuária	Agricultura	Agroindústria	Comércio	Outros serviços	Turismo,			Const. civil	Ind. transf.	Pesca, extrat. e silvicultura	Rep. e conservação	Serv. col., soc. e pes.	Transportes	Interm. final., imob.	Serviços a empresas
						alimen- tação e cultura	Outros serviços	Const. civil								
Água Branca	93,02	5,22	0,08	0,45	0,06	0,19	0,01	0,00	0,00	0,90	0,04	0,03	0,03	0,01	-	-
Bom Jesus	83,64	11,64	3,09	0,41	0,6	0,35	0,02	0,09	0,09	0,12	0,01	0,03	-	-	-	-
Campo Maior	90,74	4,12	2,03	0,89	0,79	0,23	0,00	0,02	0,02	1,09	0,01	0,03	0,03	0,00	0,03	0,01
Corrente	97,63	0,81	0,16	0,81	0,52	0,01	0,03	0,02	0,02	0,00	0,01	0,02	-	-	-	-
Esperantina	77,56	0,81	0,53	0,18	17,06	0,21	0,03	0,00	0,00	1,93	0,02	0,00	0,00	1,67	0,00	0,00
Floriano	95,38	0,43	0,01	0,97	2,36	0,70	-	0,02	0,02	0,12	0,02	-	-	-	-	-
Oeiras	97,41	0,47	0,01	0,35	1,70	0,01	0,00	0,01	0,01	0,02	0,00	0,02	-	-	-	-
Parnaíba	46,15	3,62	1,90	9,05	15,5	1,39	-	0,01	0,01	22,26	0,13	0,01	-	-	-	-
Paulistana	99,39	0,13	-	0,03	0,38	-	0,01	0,00	0,00	0,06	0,00	0,01	-	-	-	-
Picos	98,09	0,55	0,37	0,06	0,88	0,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Piripiri	81,30	1,02	0,06	8,56	0,76	6,39	0,00	0,09	0,09	1,67	0,09	0,06	0,06	0,00	-	-
São João do Piauí	98,73	0,19	0,31	0,31	0,25	0,06	0,01	0,01	0,01	0,12	0,01	-	-	0,00	-	-
São Raimundo Nonato	94,54	2,06	0,79	0,61	0,87	0,08	0,02	0,02	0,02	0,85	0,12	0,04	-	-	-	-
Teresina	90,90	6,34	0,17	0,49	1,3	0,21	-	0,01	0,01	0,57	0,00	0,00	-	-	-	-
Uruçuí	96,40	2,15	0,04	0,47	0,61	0,07	-	-	-	0,24	0,03	-	-	-	-	-
Valença do Piauí	92,66	3,42	2,2	0,59	0,66	0,26	0	0,045	0,045	0,06	0,1	0,02	-	-	-	-

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

Entre as unidades de atendimento, a Tabela 6 mostra que se destacaram: a pecuária – que teve participação maior no volume de recursos de todas as unidades (acima de 77,5%, à exceção da unidade de Parnaíba, que teve 46,2%); outros serviços - apresentou maior participação em Esperantina (17,1%) e Parnaíba (15,5%); agricultura - obteve maior representação em Bom Jesus (11,64%); pesca, extrativismo e silvicultura - alcançou maior participação em Parnaíba (22,3%); comércio - teve maior ação em Parnaíba (9,1%) e Piripiri (8,6%); agroindústria – Bom Jesus (3,1%), Valença do Piauí (2,2%) e Campo Maior (2,0%); e turismo, alimentação e cultura – com maior atuação em Piripiri (6,4%) e Parnaíba (1,4%).

Estes percentuais indicaram que a predominância do tipo de subsetor está relacionada com as atividades principais da economia local, sede da agência do BNB. Como, por exemplo, a unidade de Bom Jesus, que atendeu majoritariamente a microempresários no segmento agrícola e agroindústria, e a presença maciça de apoio à pecuária de pequeno porte, como já apontado na pesquisa de Abromovay (2013), quanto ao uso no crédito na aquisição de animais.

O programa Agroamigo possui uma característica: a participação expressiva de mulheres entre o público beneficiário do Programa. A Tabela 7 mostra a distribuição percentual das operações, considerando o gênero dos contratantes. Pode-se observar que o gênero masculino representou 51,20% das contratações, enquanto o feminino alcançou 48,80%. No entanto, nas unidades de Água Branca (59,87%), Esperantina (52,55%), Picos (54,12%) e Piripiri (52,09%), o gênero feminino posicionou-se na liderança das contratações.

Portanto, infere-se que o Programa contribui para a inserção produtiva das mulheres da zona rural, as quais, historicamente, são as mais afetadas pela extrema pobreza.

Para Almeida e Aquino (2014), a participação das mulheres no Agroamigo também pode estar colaborando para melhorar as condições de sustentabilidade das pequenas propriedades, tendo em vista que a combinação dos empréstimos de um mesmo casal expande o volume de investimento na unidade de produção.

Para uma análise pormenorizada da evolução anual do número de contratações e valores contratados, no âmbito do Programa Agroamigo, foram selecionadas as operações do período de cin-

co anos: de 2010 a 2014. A Tabela 8 apresenta a quantidade de operações realizadas, distribuídas nas 16 unidades de atendimento do BNB presentes no Estado.

Tabela 7 – Distribuição percentual, por gênero, das operações do Programa Agroamigo segundo as unidades de atendimento do BNB - Piauí (2005 a fev. 2015)

Unidades/Agências	Feminino (%)	Masculino (%)
Água Branca	59,87	40,13
Bom Jesus	44,60	55,40
Campo Maior	48,52	51,48
Corrente	44,31	55,69
Esperantina	52,55	47,45
Floriano	46,37	53,63
Oeiras	46,70	53,30
Parnaíba	48,10	51,90
Paulistana	44,42	55,58
Picos	54,12	45,88
Piripiri	52,09	47,91
São João do Piauí	40,39	59,61
São Raimundo Nonato	43,80	56,20
Teresina	47,97	52,03
Uruçuí	42,92	57,08
Valença do Piauí	49,66	50,34
<b>Piauí</b>	<b>48,80</b>	<b>51,20</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Bases de dados do Agroamigo (2015).

No período em referência, foram realizadas 212.527 contratações no Piauí. O maior número delas foi observado nas unidades de Picos (20.869), Campo Maior (18.995) e Teresina (18.785). Já as unidades de Uruçuí, São João do Piauí e Bom Jesus obtiveram menor desempenho, totalizando 5.257, 7.384 e 8.456, respectivamente.

Analisando o período de 2010 a 2011, nota-se um decréscimo no número de contratos nas unidades de Água Branca, Floriano, Piripiri e Uruçuí. Por outro lado, há uma expressiva evolução em Campo Maior. Entre 2011 e 2012, há uma discreta redução de contratos em Esperantina. Entre 2012 e 2013, verifica-se uma diminuição de contratos nas unidades de Bom Jesus, Campo Maior, Floriano, Parnaíba e Picos. Já entre 2013 a 2014, a maioria das unidades apresentou redução no número de contratos, excetuando-se as unidades de Campo Maior, Esperantina e Parnaíba.

Tabela 8 – Quantidade de operações contratadas no Programa Agroamigo segundo as unidades de atendimento do BNB - Piauí (2010-2014)

Agências	Quantidade de operações					Total
	2010	2011	2012	2013	2014	
Água Branca	2.576	2.217	2.909	2.929	2.596	13.227
Bom Jesus	1.480	1.491	1.966	1.882	1.637	8.456
Campo Maior	2.966	4.075	4.084	3.417	4.453	18.995
Corrente	1.216	1.607	2.090	2.256	2.185	9.354
Esperantina	2.965	3.242	3.179	3.495	3.548	16.429
Florianópolis	3.894	3.427	3.757	3.721	3.689	18.488
Oeiras	1.795	2.017	2.215	3.301	2.524	11.852
Parnaíba	2.730	2.799	2.944	2.812	3.042	14.327
Paulistana	1.507	1.576	2.079	2.165	2.156	9.483
Picos	3.289	3.840	4.680	4.554	4.506	20.869
Piripiri	2.317	2.249	2.300	2.708	2.579	12.153
São João do Piauí	478	1.330	1.764	2.063	1.749	7.384
São Raimundo Nonato	2.622	2.969	3.008	3.336	3.280	15.215
Teresina	3.535	3.153	3.649	4.429	4.019	18.785
Uruçuí	1.014	737	955	1.376	1.175	5.257
Valença do Piauí	2.094	2.112	2.561	2.756	2.730	12.253
<b>Piauí</b>	<b>36.478</b>	<b>38.841</b>	<b>44.140</b>	<b>47.200</b>	<b>45.868</b>	<b>212.527</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Dados Agroamigo – Gerência –PI (2015).

Tabela 9 – Valores contratados\* no Programa Agroamigo segundo as unidades de atendimento do BNB - Piauí (2010-2014)

Agências	Valores Contratados em MIL (R\$)					Total
	2010	2011	2012	2013	2014	
Água Branca	4.664,50	4.485,79	6.330,60	7.342,52	7.809,20	30.632,60
Bom Jesus	2.796,45	3.102,18	4.307,22	5.247,52	5.446,59	20.899,96
Campo Maior	5.379,08	8.027,88	8.826,88	7.932,93	13.507,14	43.673,90
Corrente	2.382,23	3.471,10	4.610,96	5.798,88	6.974,64	23.237,81
Esperantina	5.163,40	6.378,77	6.876,22	8.720,73	10.268,56	37.407,67
Florianópolis	6.742,92	7.022,46	8.103,94	9.633,94	11.258,95	42.762,21
Oeiras	3.481,56	4.288,20	4.884,82	9.004,20	8.299,40	29.958,18
Parnaíba	4.976,90	5.667,23	6.344,23	6.745,51	8.847,35	32.581,23
Paulistana	2.867,04	3.237,13	4.572,61	5.550,75	6.802,67	23.030,19
Picos	6.179,59	7.521,74	10.196,00	10.866,03	13.421,09	48.184,44
Piripiri	3.801,16	4.393,55	4.879,27	6.521,29	7.222,16	26.817,42
São João do Piauí	907,53	2.811,47	3.889,17	5.537,92	5.649,96	18.796,06
São Raimundo Nonato	4.797,07	6.037,30	6.541,01	8.158,53	10.322,52	35.856,43
Teresina	6.565,71	6.436,89	8.011,12	11.843,39	12.721,15	45.578,26
Uruçuí	1.922,33	1.525,06	2.058,03	3.459,94	3.842,10	12.807,47
Valença do Piauí	3.913,29	4.322,26	5.587,92	7.066,43	8.284,94	29.174,85
<b>Piauí</b>	<b>66.540,76</b>	<b>78.729,01</b>	<b>96.020,00</b>	<b>119.430,49</b>	<b>140.678,41</b>	<b>501.398,67</b>

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Dados Agroamigo – Gerência –PI (2015).

\*Deflacionados pelo IGP-DI/FGV (ano base: 2010)

A Tabela 9 mostra a evolução dos valores contratados no período de 2010 a 2014. O montante aplicado no Piauí foi de R\$ 501.398.670,92, com destaque para Picos (48.184.438,91), Teresina (45.578.264,28) e Campo Maior (43.673.903,05). Nota-se que os valores contratados apresentaram crescimento em todos os anos analisados.

Considerando as taxas médias de crescimento nos montantes dos valores contratados, no período de 2010 a 2014, pela Tabela 10, constatou-se que no total do Piauí, a taxa foi de 21,09%. Já as unidades de destaque foram São João do Piauí (54,27%), Corrente (30,50%) e Oeiras (28,14%); as demais, oito, estão com taxas entre 20,08% e 25,45%; e cinco estão entre 14,17% e 18,38%.

Quanto à taxa média anual de crescimento nas operações do período de 2010 a 2014, no total, a taxa do Piauí foi de 6,75%. Já as unidades de destaque foram São João do Piauí (35,44%), Corrente (16,32%) e Oeiras (12,42%). Das demais unidades, sete tiveram taxa média anual entre 5,81% e 10,89%; cinco, entre 2,24% e 4,44%; e uma unidade (Floriano) apresentou taxa média negativa (-0,26%).

Tabela 10 – Taxa média de crescimento anual (%) nos valores das operações e no número de operações das unidades do Agroamigo no Piauí, no período de 2010 a 2014

Unidades	Valores das Operações	Número de Operações
Água Branca	16,46	2,98
Bom Jesus	20,43	4,44
Campo Maior	20,08	6,57
Corrente	30,5	16,32
Esperantina	18,38	4,44
Floriano	14,36	-0,26
Oeiras	28,14	12,46
Parnaíba	14,17	2,24
Paulistana	25,45	10,89
Picos	21,15	8,33
Piripiri	18,28	4,08
São João do Piauí	54,27	35,44
São Raimundo Nonato	20,13	5,81
Teresina	21,32	6,15
Uruçuí	24,66	9,63
Valença do Piauí	22,04	8,29
<b>PIAUI</b>	<b>21,09</b>	<b>6,75</b>

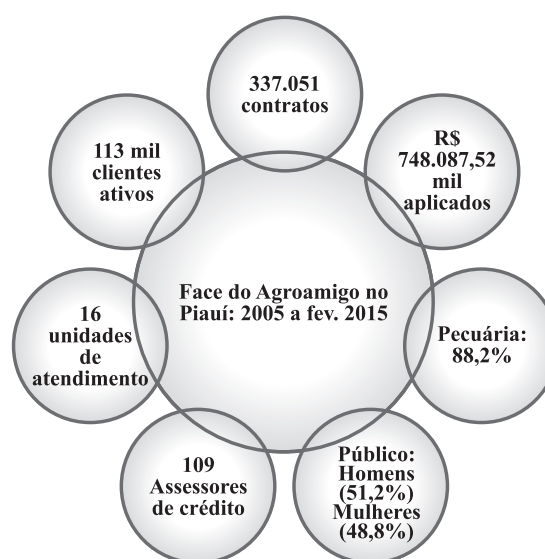
Fonte: Banco do Nordeste do Brasil. Dados Agroamigo – Gerência –PI (2015).

Os recursos creditícios apropriados por produtores desprovidos de oferecer contrapartidas e garantias bancárias, público-alvo do Agroamigo, desafiam a mudança na condição de pobreza e de reduzir a inadimplência de outros programas, mesmo considerando o argumento de Abramovay (2013) de que o Agroamigo, por si só, não cria condições para emancipação social da população-alvo. Sabe-se que pessoas com baixo nível de escolaridade e idade avançada escapam mais da pobreza pela política de transferência de renda do que por programas de inserção produtiva.

Mas os estudos demonstraram empiricamente que os beneficiários do Agroamigo, por meio do acesso ao crédito, apresentaram ganhos na produção agropecuária, por exemplo, acumulação de animais e inserção de suas atividades nos mercados locais (MATTEI, 2007; ABROMOVAY, 2013).

Em suma, os dez anos de operações de crédito destinadas a microempreendedores rurais piauienses podem ser vistos nas faces do Agroamigo no diagrama 1.

Diagrama 1 – Faces do Agroamigo no Piauí



Fonte: Elaboração dos autores, com fundamento na base de dados do Agroamigo (2015).

A eficiência de modalidades de microcrédito produtivo orientado, como o Agroamigo, reside em ser um mecanismo indutor de geração de trabalho e renda, visto que atende às necessidades financeiras para o desenvolvimento de atividades produtivas de pequeno porte.



## 5 Considerações finais

É inegável que o Agroamigo tem suprido as necessidades de microcrédito das atividades produtivas no Piauí, conforme os resultados dos indicadores analisados e sintetizados nas faces, resultantes de dez anos de atuação do Programa.

O avanço no número e nos valores das operações de crédito de pessoas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, sem exigências de garantias reais, é uma indução para a redução da pobreza e das desigualdades que marcam o Nordeste rural.

Por outro lado, o crédito para empreendedores de baixa renda varia em diferentes comunidades, e por isto merece um esforço de novas pesquisas para analisar os seus efeitos intramunicipais, tendo em vista o Agroamigo apresentar inovações na metodologia de gestão (assessores de crédito e uso de OSCIP/INEC), inclusive de abrir as informações dos municípios piauienses/economias locais dos dez municípios que compuseram o estudo de Abramovay (2013).

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Alcance e limite das finanças de proximidade no combate à inadimplência**: o caso do Agroamigo. Texto para discussão nº 10, São Paulo, abr. 2008. Disponível em: <[http://www2.fipe.org.br/Content/downloads/publicacoes/.../texto\\_10\\_2008.pdf](http://www2.fipe.org.br/Content/downloads/publicacoes/.../texto_10_2008.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2015.

ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR., M.; MADEIRA, G. A.; GONÇALVES, M. F.; SANTOS, R. A. **Cinco anos de Agroamigo**: retrato do público e efeitos do Programa. 2a. ed. rev. atual. ampl. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

ALENCAR, P. R. M.; **Efeitos dos Programas Agroamigo e Bolsa Família na redução da inadimplência dos agricultores do PRONAF B nos municípios piauienses**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia).

ALMEIDA, C. R. A.; AQUINO, J. R. Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no município de Angicos/

RN (2006 a 2012). In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 6, 2014, Campinas-SP. **Anais...** Campinas-SP: RER/UNICAMP, 2014. v. 1. p. 1-15.

ALVES, M. B. Com o microcrédito, devolver mais dignidade às pessoas. In.: OLIVEIRA, C. R.; RATH, J. (Org.). **Revista Migrações**, Lisboa: ACIDI, n. 3, p. 271-280, out. 2008. Número Temático Empreendedorismo Imigrante., . Disponível em: <[https://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista\\_3/Migr3\\_Sec3\\_Art6\\_PT.pdf](https://www.oi.acidi.gov.pt/docs/Revista_3/Migr3_Sec3_Art6_PT.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil. **Dados Agroamigo**. Gerência estadual do Agroamigo no Piauí. 2015.

\_\_\_\_\_. **Base de dados do Agroamigo** [CD-ROM]. Fortaleza: BNB, 2015.

\_\_\_\_\_. **Relatório Anual de Sustentabilidade de 2013**. Disponível em: <[http://www.bnb.gov.br/documents/50268/64375/Relatorio\\_de\\_Sustentabilidade\\_2013\\_com\\_carta\\_de\\_asseguracao\\_final.pdf/6fca6597-ed25-40af-a858-be1a1d812472](http://www.bnb.gov.br/documents/50268/64375/Relatorio_de_Sustentabilidade_2013_com_carta_de_asseguracao_final.pdf/6fca6597-ed25-40af-a858-be1a1d812472)>. Acesso em: 13 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. **Agroamigo**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/pt/agroamigo>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

BRASIL. **Lei nº 11.110**, de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO e [...] dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/11110.htm](http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/11110.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2015.

CASTELO BRANCO, E.; SOUZA, J. M. G.; VIANA, L. F. G.; LIMA, L. D. Avaliação do Programa Crediamigo: melhoria das condições de vida. **Informe técnico do ETENE**, Fortaleza, ano 1, n. 1, jul. 2014.

DALTRO, H. S.; SANTANA, J. R. Uma Avaliação da Importância Econômica e da Sustentabilidade Financeira das Operações de Microcrédito: a experiência do BANESE. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 44, n. 4, p. 931-956, out-dez. 2013.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Ações premiadas no 15º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal – 2010**. Brasília: ENAP, 2010. Disponível em: <[http://www.ena.gov.br/index.php?searchword=a%C3%A7%C3%B5es+premiadas&option=com\\_search&Itemid=](http://www.ena.gov.br/index.php?searchword=a%C3%A7%C3%B5es+premiadas&option=com_search&Itemid=)>. Acesso em: 06 mai. 2015.

\_\_\_\_\_. 15º Concurso Inovação em Gestão Pública Federal, 2010a. **Agroamigo**. Disponível em: <<http://repositorio.ena.gov.br/bitstream/handle/1/272/102%20-%20AGROAMIGO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

GOMES, J. M. A. Evolução da desigualdade da distribuição da renda e pobreza no estado do Piauí. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 30, n.1, p. 48-63, 1999.

\_\_\_\_\_. A. Renda, desigualdade e pobreza no estado do Piauí. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 3, número especial, p. 1-20, 1999a.

MACIEL, I. S. R. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia-CE**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. 272 p. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 17).

MATTEI, L. F., WAQUIL, P., SCHNEIDER, S., CONTERATO, M., RADOMSKY, G., NAMIZAKY, G. e NIEDERLE, S. Uma análise dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: Congresso Brasileiro de Economia, Sociologia e Administração Rural, 45, 2007, Londrina (PR). **Anais...** Londrina (PR): Sober, 2007. CD – Roan, Julho de 2007, 21p.

MORDUCH, J. The microfinance promise. **Journal of Economic Literature**, v. 37, n.4, p. 1569-1614, dec. 1999. Disponível em: <[http://wagner.nyu.edu/files/faculty/publications/1999-12-Microfinance\\_Promise.pdf](http://wagner.nyu.edu/files/faculty/publications/1999-12-Microfinance_Promise.pdf)>. Acesso em: 23 abr. 2015.

NERI, M. C. **Microempresários nordestinos rurais e impactos do Agroamigo**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, N. A. **Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/Livro/artigo\\_14.pdf.pagespeed.ce.u3kQ2-tIRO.pdf](http://www.mds.gov.br/brasilemmiseria/Livro/artigo_14.pdf.pagespeed.ce.u3kQ2-tIRO.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

YUNUS, M. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2006.



## **O AGROAMIGO E A EQUIDADE NO REPASSE DE RECURSOS: EVIDÊNCIAS USANDO A FRONTEIRA DE MELHOR DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS PARA IDÊNTICAS NECESSIDADES**

### **Agroamigo and equity in the resources allocation: evidence using the optimal frontier of available services for identical needs**

**Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida**

Doutor em Economia pelo PPGE-UFPB. Professor adjunto do Departamento de Economia, UFPB.  
alessio@ccsa.ufpb.br

**Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira**

Doutorando em Economia pelo PPGE-UFPB. Professor na Faculdade Maurício de Nassau – JP.  
jailson.consultor@gmail.com

**Resumo:** Este trabalho avalia a equidade dos recursos do programa de microcrédito Agroamigo destinado às famílias situadas em áreas rurais do Nordeste brasileiro. Os dados financeiros do Programa disponibilizados pelo BNB em conjunto com dados do Censo Demográfico e do Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE são as principais fontes de informações usadas nesta pesquisa, que tem 2010 como período de referência. Os resultados a partir da técnica de Análise Envoltória dos Dados (DEA) permitem observar que, em média, o índice de equidade foi de 0,205, sinalizando que a oferta de microcrédito rural deveria melhor priorizar as localidades com maiores necessidades, tendo em vista estimular uma alocação mais equitativa dos recursos. Com base no critério de equidade e, assim, para uma cobertura relativamente mais alinhada às demandas latentes das populações rurais dos municípios nordestinos, os recursos do Programa deveriam ser ampliados em mais de 500%, saindo de R\$ 0,5 bilhão para R\$ 2,7 bilhões, com prioridade para municípios situados nos estados da Bahia, Paraíba e Sergipe. Em termos econométricos, verifica-se que fatores políticos não possuem relação com o atual nível de equidade dos recursos, enquanto que os municípios que estão acima das suas médias históricas de temperatura e precipitação apresentam maiores indicadores de equidade.

**Palavras-chave:** Microcrédito; Zona Rural; Equidade; Nordeste brasileiro.

**Abstract:** This study evaluates the equity of resources of the Agroamigo microcredit program for families located in rural areas of the Brazilian Northeast. The financial data of the Program provided by the BNB jointly with the Census and profile of Brazilian Municipalities by the IBGE are the main sources of information used in this research, which has 2010 as the reference period. The results using Data Envelopment Analysis (DEA) point up that, on average, the equity index was 0.205, indicating that rural microcredit provision should better prioritize municipalities with higher local needs in order to stimulate a more equitable allocation of resources. Based on the equity criterion and, therefore, for a relative coverage more aligned with latent demands of rural populations of the Northeast municipalities, the resources of this program should be expanded by more than 500%, from R\$ 0.5 billion to R\$ 2.7 billion, with priority for municipalities located in the states of Bahia, Sergipe and Paraíba. In econometric terms, we verify that political factors have no relationship with the current equity level of resource, while the municipalities that are above their historical average temperatures and precipitation have higher equity indicators.

**Key words:** Microcredit; Rural Area; Equity; Brazilian Northeast.

JEL Classification: D63, Q14, Q18

## 1 Introdução

O microcrédito é compreendido como a atividade de concessão de crédito de pequeno montante de recursos voltado para a atividade produtiva e com uma metodologia diferenciada das operações de crédito tradicionais (MONZONI, 2008). Sendo assim, o microcrédito produtivo orientado possui como característica elementar o relacionamento de agentes capacitados, formando um elo efetivo e frequente entre a instituição microfinanceira e o produtor. Portanto, o agente de crédito possui um papel intermediário para subsidiar valores e condições de empréstimo aos clientes. Ademais, o microcrédito tem um relevante impacto social, no que concerne às condições de saúde e alimentar das famílias usuárias, bem como no resgate da cidadania e fortalecimento da dignidade e autoestima dos indivíduos (BARONE *et al.*, 2002).

No que tange às ações voltadas à erradicação da pobreza no Brasil, Werthein e Noleto (2003) salientam a importância do microfinanciamento no sentido de promover o acesso ao crédito por parte dos menos privilegiados economicamente. Para as áreas rurais, esse desafio se torna ainda maior. Barone *et al.* (2002) chamam atenção para a dinâmica do crédito rural no Brasil com destaque para as particularidades da agricultura familiar, haja vista fatores como riscos climáticos, custos e prazos das culturas agrícolas, sazonalidade e a distância e acesso às unidades produtivas. Sendo assim, o microcrédito destinado para as localidades mais carentes do País, como ressalva Ribeiro (2006) e Chaves e Jacques (2013), apresenta-se como uma alternativa que auxilia a redução das desigualdades regionais e sociais, principalmente para os pequenos produtores de áreas rurais suportarem as incertezas que cercam a produção agropecuária.

Apesar da importância das microfinanças nesse cenário, o acesso da população brasileira ao microcrédito ainda é baixo e sua evolução vem ocorrendo de forma tímida (CHAVES, 2011). Além do mais, a região Nordeste, mas precisamente os pequenos empreendedores rurais, têm recebido pouca atenção da maior parte das instituições bancárias, do cooperativismo de crédito, das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e das Empresas de Pequeno Porte, de modo que a oferta de crédito tem sido muito dependente da atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Dado que a história econômica brasileira e

nordestina é marcada pela pobreza e desigualdade de rendimentos entre indivíduos, e de maneira mais severa na área rural da região Nordeste (SILVA JUNIOR, 2006), o BNB criou diferentes programas de microcrédito visando melhorar o sistema produtivo local e a inserção no mercado de trabalho, com destaque para o Crediamigo criado em 1997 e o Programa de Microcrédito Rural Agroamigo que teve início em 2005. Especificamente, o Agroamigo atende a agricultores familiares enquadrados em condições específicas<sup>1</sup> do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que estejam localizados na região Nordeste, norte do estado de Minas Gerais e do Espírito Santo.

De acordo com Chaves e Jacques (2013), o Crediamigo apresenta alguns desequilíbrios, como o significativo volume de recursos desembolsados no Ceará, tendência em privilegiar municípios com maior dinâmica econômica e má distribuição dos empréstimos entre os estados quando se pondera a qualidade do Programa no combate à pobreza.

Para o caso do Agroamigo, não foi identificado na literatura estudos que avaliam a questão do repasse dos recursos entre os diferentes municípios do Nordeste tendo em conta aspectos relacionados às necessidades locais. No intuito de trazer uma contribuição à literatura existente sobre o Programa de microcrédito para famílias rurais, o presente estudo desenvolve indicadores de equidade dos recursos da carteira de crédito do programa Agroamigo, bem como busca identificar fatores que possam explicar os determinantes desses níveis de equidade. Entre 2005 e 2013, o Agroamigo já emprestou R\$ 4,7 bilhões, dos quais mais de 90% foram destinados para beneficiários residentes em municípios da região Nordeste.

Vale salientar que, de modo geral, poucos são os trabalhos que retratam a equidade de crédito no meio rural. Ressalta-se o estudo de Sousa e Barbé (2014), que por meio do cálculo e da decomposição dos índices de Gini e Theil, analisam as desigualdades regionais na distribuição dos financiamentos do PRONAF durante o período 1998 a 2012. Os resultados evidenciam, a princípio, uma melhoria da distribuição dos financiamentos entre

<sup>1</sup> O público-alvo é composto por agricultores integrantes do PRONAF grupo B (renda bruta anual até R\$ 20 mil, com área explorada de até quatro módulos rurais e desde que empregue mão de obra familiar) e demais grupos, exceto os vinculados aos grupos A e A/C que detenham renda bruta anual entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil.

os municípios do País, até o ano de 2006, quando essa tendência reverteu-se. Como provável explicação, os autores sublinham as mudanças nas normas do Programa, que têm possibilitado direcionar crescente parcela dos recursos a agricultores mais capitalizados, culminando na significativa redução da parcela dos recursos recebida pelos municípios da região Nordeste.

Para o presente estudo, diferentemente da metodologia utilizado por Sousa e Barbé (2014), adotou-se a técnica não paramétrica *Data Envelopment Analysis* (DEA) para construir os indicadores de equidade a partir de um conjunto de dados que reflitam a compatibilização entre as demandas sociais (necessidades locais) e a oferta do microcrédito rural do Agroamigo. Após a construção desse indicador, que permitiu a identificação de quais estados reúnem a maior quantidade de municípios com menor cobertura relativa do Programa, partiu-se para uma abordagem econométrica para relacionar sua cobertura relativa com fatores políticos, sociais, climáticos e locacionais, de modo a entender melhor a dinâmica da distribuição dos recursos.

Além desta introdução, este artigo está estruturado em mais quatro seções. A próxima seção descreve os procedimentos metodológicos, baseados na abordagem DEA e no modelo econométrico Tobit. Na terceira seção, faz-se uma descrição da base de dados utilizada na pesquisa. Na quarta seção, é feita a análise dos resultados e, por fim, na quinta seção encontram-se as considerações finais do trabalho.

## 2 Metodologia

Para alcançar os objetivos traçados, a análise empírica do estudo é dividida em duas etapas. A primeira constrói um índice de equidade (ou cobertura relativa) dos recursos emprestados pelo programa de microcrédito Agroamigo, usando dados dos municípios nordestinos. Esse índice tem a intenção de averiguar as melhores relações entre necessidades locais e o fornecimento de linhas de crédito do Agroamigo. Para calcular o referido indicador, adotou-se a metodologia não paramétrica Análise de Envoltória de Dados (*Data Envelopment Analysis* – DEA), de modo a estimar os escores de equidade. Esta abordagem foi escolhida seguindo a metodologia adotada em outros estudos

que utilizam a DEA para construção da fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades (GASPARINI e RAMOS, 2004; SOUSA JÚNIOR e GASPARINI, 2006; GASPARINI e MIRANDA, 2011; COSTA e GASPARINI, 2012), bem como por não impor forma funcional para a citada fronteira.

A segunda etapa do estudo avalia, por meio de uma abordagem econométrica, a relação entre o indicador de equidade (calculado no estágio anterior) e variáveis relacionadas às questões políticas, climáticas, locacionais e outros fatores socioeconômicos. As subseções a seguir descrevem com maiores detalhes os estágios metodológicos que delimitam a pesquisa.

### 2.1 Estágio I: Construção da Fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades

A abordagem DEA é usada comumente para mensuração de eficiência, baseada em técnicas de programação linear que permitem lidar com a relação de insumos e produtos múltiplos e não impõe qualquer forma funcional *a priori* para a fronteira tecnológica. No entanto, esta metodologia possibilita uma infinidade de possibilidades de mensuração, como o cálculo de índices que atentem para a efetividade ou a equidade. Seguindo a lógica Puig-Junoy (1999), utiliza-se a DEA para construir indicadores de equidade a partir de um conjunto de dados que reflitam a compatibilização entre as demandas sociais (necessidades locais) e a oferta do microcrédito rural do Agroamigo, tendo em vista a elaboração de uma fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades<sup>2</sup>. Para facilitar a notação, tal espaço geométrico é definido como fronteira de equidade.

As localidades que se situaram abaixo de tal fronteira apresentariam um *deficit* relativo de crédito, em que essa “desigualdade” seria mensurada pela distância desse ponto de demandas locais até a fronteira de equidade. Assim, a função de melhor ajuste dos serviços disponíveis em relação à demanda social, pode ser representada pela relação entre os vetores  $y$  e  $n$ .

Nesse caso, o vetor  $y$  representa o valor total dos recursos do Agroamigo destinados aos beneficiados do município  $i$ , em que  $y \in \mathbb{R}_+$ . Por

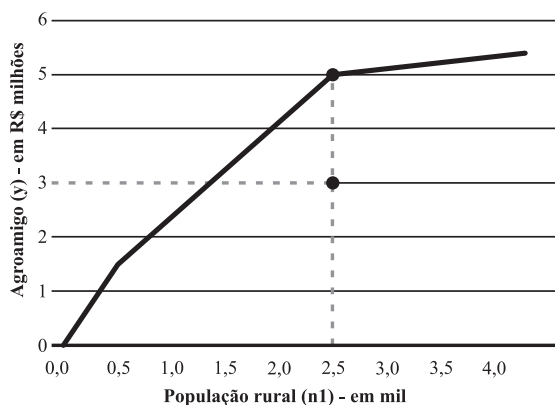
<sup>2</sup> Para uma análise aplicada ao Brasil desse tipo de abordagem, cita-se o trabalho de Gasparini e Ramos (2004).



sua vez, o vetor  $\mathbf{n}$  representa as necessidades que precisam ser atendidas, em que  $\mathbf{n}_1, \dots, \mathbf{n}_m \in \mathfrak{R}_+$ . Logo, o indicador vai ser estabelecido levando em conta a seguinte “função de bem-estar”:  $y_i = f(\mathbf{n}_{1i}, \mathbf{n}_{2i}, \dots, \mathbf{n}_{mi})$ , em que os resultados mostrarão os índices de incremento necessários para se atingir o nível ótimo de serviços equitativos ( $y^*$ ).

Um plano de provisão de serviços  $A = (y_i, \mathbf{n}_i)$  pode ser tido como equitativo, quando houver a melhor compatibilização dos serviços ofertados para um certo conjunto de necessidades, dado que não existe nenhum outro plano de provisão  $B = (y_j, \mathbf{n}_j)$  que ofereça nível maior de serviços para o mesmo conjunto de necessidades. Essa lógica pode ser melhor compreendida observando-se a Figura 1, que de forma simplificada exibe o caso de uma única variável de serviços ofertados ( $y$ ) e de uma variável de demanda local ( $n_i$ ), dada pela população residente na zona rural, admitindo que a fronteira é construída para o caso de retornos variáveis de escala.

Figura 1 – Exemplo hipotético da estimação da fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades



Fonte: Elaboração própria.

De acordo com a Figura 1, dado o nível de população rural nos municípios A e B, o plano de oferta de serviços A é mais equitativo relativamente, ou seja, se situa na fronteira de melhor disponibilidade de serviços para um mesmo nível de necessidades. Já o ponto B teria uma menor cobertura relativa, pois apresenta um *déficit* de serviços quando comparado com a unidade A. Assim, o plano B seria um local em que a oferta de micro-

crédito deveria ser melhor ajustada ao conjunto de necessidades. Como geralmente, as necessidades por um dado serviço tendem a ser mais invariantes no tempo, orienta-se a *análise para o output*, isto é, deve-se ajustar a oferta de serviços a uma demanda social latente.

No caso da unidade B, ela apresenta um indicador de equidade<sup>3</sup> menor que uma unidade, ou seja, ela apresenta um *déficit* relativo de serviços, tendo que possuir melhor compatibilização da sua oferta em relação ao conjunto de necessidades observadas nessa localidade.

Operacionalmente, o índice pretendido pode ser obtido para uma dada unidade 0, com vetor de serviços e necessidades  $(y_0, \mathbf{n}_0)$ , a partir do seguinte problema de programação linear:

$$\begin{aligned}
 D_0(y_0, x_0) &= \text{Max } \phi \\
 \text{s.a.} \quad & -y_{0l} + \sum_{i=1}^n y_{il} \lambda_i \leq 0, l = 1, \dots, s \\
 & \phi n_{0j} - \sum_{i=1}^m n_{ij} \lambda_i \leq 0, j = 1, \dots, s \\
 & \sum_{i=1}^m \lambda_i = 1 \\
 & \lambda_i \geq 0
 \end{aligned}$$

Onde:  $y_i$  é o vetor de serviços  $M \times 1$  do  $i$ -ésimo município;  $\mathbf{n}_i$  é um vetor de necessidades locais  $K \times 1$ ;  $\lambda$  é um vetor de pesos  $N \times 1$ ;  $\sum_{i=1}^m \lambda_i = 1$  é a restrição de convexidade para garantir que as medidas de equidade sejam auferidas para o caso de retorno variáveis de escala (RVE);  $\phi$  é um escalar que indica a equidade da prestação dos serviços do Programa, isto é, o montante em que os recursos do Agroamigo precisam ser aumentados para se atingir a fronteira de equidade com  $\phi \in [1, +\infty)$ .

Essa formulação matemática acima corresponde ao modelo de Banker, Charnes e Cooper (BCC, 1984), com orientação para a provisão de serviços e RVE. Resolvendo esse problema de programação linear para cada localidade, encontra-se a fronteira de melhor disponibilidade de serviços e, dessa forma, mensura-se o *déficit* relativo de oferta de microcrédito as unidades com maior carência.

Neste trabalho, o índice de equidade foi desenvolvido considerando RVE, visto a existência de

3 Tecnicamente, o indicador de equidade orientado para o output vai ser maior que uma unidade, indicando a quantidade adicional de serviços que uma unidade deveria ter para se posicionar na fronteira de equidade. Para tornar o índice mais intuitivo, ele é normalizado para o intervalo entre 0 e 1.

diferenças marcantes entre os municípios do Nordeste em termos demográficos e socioeconômicos. Este modelo permite avaliar distintamente unidades que geram uma quantidade elevada de produtos e têm prováveis retornos decrescentes, e unidades que recebem baixo nível de serviços de crédito e, possivelmente, operam com rendimentos crescentes de escala. Além do mais, a análise adotou orientação para os serviços, em que se encontra o maior aumento proporcional dos serviços providos para um dado nível de necessidades latentes. Dessa forma, o índice de equidade é definido por:  $\theta_i^V = 1/\phi_i^V$ , com  $\theta^V \in [0,1]$  e o sobrescrito V significa o tipo de escala, RVE.

Os modelos DEA são fundamentalmente comparativos e são sensíveis a erros de medidas. Contudo, tendo em vista a utilização de dados censitários em conjunto com informações efetivas dos valores das linhas de crédito do Agroamigo por município, não existem motivos que justifiquem a utilização de regras estatísticas para desconsiderar possíveis erros de medida. No caso as unidades atípicas para cima ou para baixo poderiam representar, respectivamente, municípios com excesso de recursos do Agroamigo e localidades com pouca cobertura do Programa. Ao calcular o índice de equidade, pretende-se projetar a situação ótima relativa, ou seja, o vetor equitativo ótimo. De modo que é possível computar que adicional de recursos (S) do Agroamigo seria necessário para tornar unidades com *déficit* relativo em uma localidade taxa-da como equitativa:

$$S_i^V = Y_i^* - Y_i = Y_i \left[ \frac{1}{\theta_i^V} - 1 \right]$$

Em que:  $S_i^V$  representa o *slack* ou adicional de recursos que tornaria o município equitativo, no modelo DEA com RVE. Assim, se  $\theta_i^V = 1$  (se o município tem níveis de recursos equitativos), logo o valor de  $S_i^V$  é igual a zero. Por sua vez, se  $\theta_i^V < 1$  (unidade com *déficit* relativo de crédito), tem-se  $S_i^V > 0$ .

Acrescenta-se que todas as variáveis neste estágio estão em nível, o que possibilita a avaliação dos diferentes rendimentos de escala e capta melhor os distintos níveis de alocação dos recursos do Programa. Assim, para identificar as economias de escala no plano de oferta do Agroamigo, calcula-se o índice, além do RVE, para mais duas versões da abordagem DEA: retornos constantes de escala (RCE) e retornos não crescentes de escala

(RNCE). A utilização dessas três abordagens tem o objetivo de colher informações sobre as economias de escala locais no repasse dos recursos, a partir da comparação entre o valor dos índices para as diversas medidas. A partir de Färe, Grosskopf e Lovell (FGL, 1994), apresenta-se a Tabela 1, que mostra a regra de decisão para identificar o tipo de rendimentos de escala.

Tabela 1 – Regra de decisão para identificar o tipo de rendimentos de escala

	Desigualdade FGL	Tipo de Rendimento
<b>Teste 1</b>	Caso 1 Se $\theta_{RCE}^*/\theta_{RVE}^* = 1$	Constante
	Caso 2 Se $\theta_{RCE}^*/\theta_{RVE}^* < 1$	Inconclusivo
<b>Teste 2</b>	Caso 2a Se $\theta_{RCE}^*/\theta_{RNCE}^* = 1$	Crescente
	Caso 2b Se $\theta_{RCE}^*/\theta_{RNCE}^* < 1$	Decrescente

Fonte: Banker *et al.* (2004).

**Legenda:**  $\theta_{RCE}^*$  = equidade no modelo que admite retornos constantes de escala;  $\theta_{RVE}^*$  = equidade no modelo que admite retornos variáveis de escala;  $\theta_{RNCE}^*$  = equidade no modelo que admite retornos não crescentes de escala.

Da Tabela 1, tem-se que o município apresenta escala ótima de repasses do Agroamigo se  $\theta_{RCE}^*/\theta_{RVE}^* = 1$ , sendo que isso só ocorre se a unidade apresentar rendimentos constantes de escala. Quando  $\theta_{RCE}^*/\theta_{RVE}^* < 1$ , deve-se fazer um outro teste para identificar se a DMU opera em escala crescente ou decrescente. Desse modo, se  $\theta_{RCE}^*/\theta_{RNCE}^* = 1$ , então as inequidades resultam de economias crescentes de escala; e caso  $\theta_{RCE}^*/\theta_{RNCE}^* < 1$ , então as ineficiências devem-se a retornos decrescentes de escala.

Como destacam Ferreira e Gomes (2009), as unidades que operam com rendimento constante de escala são aquelas que estão na escala ótima, enquanto as unidades com rendimentos crescente ou decrescente estão operando abaixo ou acima da escala ótima. Desse modo, é possível que existam localidades com nível de equidade técnica, mas que exibem problemas de escala, bem como não se pode descartar o caso em que se tenham unidades com escala ótima de operação e que apresentam *déficit* técnico de serviços (desigualdade técnica).

Ao se tratar de equidade, em que as demandas latentes são aspectos estruturais, logo municípios que estejam operando com escala inadequada podem se tornar mais equitativos em termos dessa

dimensão a partir da captação de um maior volume de recursos do Agroamigo. Salienta-se que no caso de unidades com rendimentos decrescentes, a correção de escala exigiria um crescimento muito elevado no volume de recursos, dado o tamanho das demandas locais, o que poderia inviabilizar o Programa.

## 2.2 Estágio II: Modelo de regressão

Os procedimentos descritos no primeiro estágio permitem calcular índice de equidade dos recursos do Agroamigo para o período de análise. A abordagem econométrica descrita nesta seção volta-se para analisar quais relações guardam a cobertura relativa do Programa com variáveis políticas, socioeconômicas, locais e climáticas. Busca-se assim avaliar, sobretudo, entre esses critérios qual tem tido maior relevância no que diz respeito a distribuição dos recursos. A Tabela 3, apresentada na seção dos dados, reporta as abreviações das variáveis do modelo para facilitar a leitura posterior das parametrizações.

O conjunto das variáveis explicativas utilizadas foi proveniente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Tribunal Superior Eleitoral e do Matsuura e Willmott (2012). Levando em conta a estrutura dos dados, que consiste em um corte transversal de municípios no período de 2010 e a censura da variável dependente – que admite soluções de canto como 0 ou 1 –, o modelo econométrico adotado foi o Tobit com dois limites. Considerando que os indicadores de equidade compreendem valores contínuos para um intervalo aberto entre 0 e 1, a estimação pelo métodos convencionais, como o mínimo quadrado ordinários, pode conduzir a estimativas tendenciosas e inconsistentes. De acordo com Greene (2003) o modelo Tobit nesse caso pode ser especificado como:

$$\theta_i^* = X_i' \beta + \varepsilon_i$$

$$\theta_i = \begin{cases} \theta_i^*, & \text{se } 0 < \theta_i^* < 1 \\ 0, & \text{se } \theta_i^* \leq 0 \\ 1, & \text{se } \theta_i^* \geq 1 \end{cases}$$

em que:  $\theta_i^*$  é a variável latente do índice de equidade dos recursos do Agroamigo para o  $i$ -ésimo município nordestino, com  $i = 1, \dots, N$  unidades em *cross-section*;  $\theta_i$  é o valor observado do nível de equidade dos recursos do Agroamigo, obtido por

meio da metodologia DEA com RVE;  $X_i'$  é o vetor de variáveis explicativas listadas na Tabela 3, que contemplam fatores sociais, locais, políticos e climáticos dos municípios;  $\varepsilon_i$  é o termo de erro estocástico do modelo, que segue a distribuição normal, isto é,  $\varepsilon_i \sim N(0, \sigma^2)$ .

O procedimento convencional para estimar os parâmetros do modelo Tobit é o de maximização da função verossimilhança. Segundo Greene (2003), os estimadores tanto para os parâmetros quanto para a variância são consistentes e assintoticamente eficientes. Dada a importância das observações censuradas e não censuradas, a função log-verossimilhança do modelo Tobit usada para estimação dos parâmetros de interesse pode ser escrita como:

$$L(\tau) = 1[\theta_i = 0] \log[1 - \Phi(X_i' \gamma)] + 1[\theta_i > 0] \log[\Phi(X_i' \gamma)]$$

$$+ 1[\theta_i > 0] \{-\log[\Phi(X_i' \beta / \sigma)] + \log\{\phi[(\theta_i - X_i' \beta) / \sigma] - \log(\sigma)\}$$

em que:  $\Phi(\cdot)$  é a função de distribuição cumulativa normal;  $\phi$  é função de densidade probabilidade normal padrão. Com base nos valores calculados para os coeficientes  $\beta$ , pode-se verificar os determinantes da equidade do repasse dos recursos do Agroamigo ( $\theta_i$ ) entre os municípios nordestinos.

Destaca-se que o modelo Tobit pode apresentar o problema da heterocedasticidade, afetando consequentemente os erros-padrões das estimativas. Nesse sentido, para superar esse problema, no presente estudo, esses erros são estimados pelo método de *bootstrap* com 1.000 replicações.

## 3 Dados

O presente trabalho procurou avaliar nos dois estágios todos os municípios nordestinos. No estágio I foram obtidos dados a partir do Censo Demográfico 2010 do IBGE e dos recursos financeiros do Agroamigo disponibilizado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No segundo estágio foram colhidas informações de dados políticos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Perfil dos Municípios Brasileiros do IBGE, climáticos (temperatura e precipitação) por meio dos dados do projeto de Matsuura e Willmott (2012) e socioeconômicos do último Censo Demográfico, tendo como período de referência o ano de 2010. Dos 1.794 municípios do Nordeste brasileiro nesse período, a amostra do presente trabalho é composta por 1.620 municípios, que representam 90,3% da quantidade total dos

municípios nordestinos.

O conjunto de variáveis selecionadas para compor o índice de equidade no primeiro estágio está exposto na Tabela 2. O vetor de variáveis referentes às necessidades locais é composto por três dimensões obtidas pelo Censo Demográfico 2010: i) público potencial, formado pelas variáveis N1 e N2, que representam pessoas que potencialmente podem demandar uma linha de microcrédito rural do Agroamigo, mesmo que no período em questão ainda não exerçam atividades produtivas; ii) pequenos produtores e autônomos no meio rural (N3 e N4), que representam a população de interesse do Programa; iii) pobreza na zona rural (N5), pois presume-se que o Programa priorize as localidades com o maior número de famílias em áreas rurais em condições de maior vulnerabilidade econômica. Por sua vez, o vetor de serviços é formado apenas por uma única variável, que corresponde ao montante total do Agroamigo repassado para os beneficiários de um dado município no período de referência.

A variável N3 é calculada a partir da identificação de indivíduos que são empregadores ou autônomos na zona rural que atuam em atividades atreladas à produção agropecuária, com empreendimentos que tenham no máximo 5 empregados. Por sua vez, N4 é obtida a partir da contabilização de empregadores ou autônomos no meio rural em atividades econômicas diversas – que não são relacionadas diretamente com agropecuária. O número de famílias rurais pobres (N5) é definido pela quantidade de famílias residentes na área rural de

um determinado município que apresentavam uma renda per capita abaixo da linha de pobreza – estimada em R\$ 179,29 para famílias rurais nordestinas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no período.

Observa-se que, em média, os municípios que compõem a amostra desta pesquisa totalizaram um valor de R\$ 328,4 mil do Agroamigo, tendo em conta uma população rural de oito mil pessoas, das quais 4.312 com idade entre 18 e 59 anos e 1.166 famílias abaixo da linha da pobreza. O número médio de pequenos agricultores e outros empreendimentos rurais foi, respectivamente, de 543 e 213.

A Tabela 3 apresenta o conjunto de variáveis usadas na segunda etapa, que tem por escopo analisar os determinantes do nível de equidade dos recursos do programa Agroamigo.

Pelos dados da Tabela 3, nota-se que aproximadamente 55% dos municípios fazem parte da base aliada do Governo Federal no período, a taxa de mortalidade infantil é de 29,4 crianças (por 1000 nascidos vivos), a expectativa média de vida é de 70 anos de idade e a maior parte dos municípios da amostra (23%) situa-se no estado da Bahia. Quanto às variáveis climáticas, realça-se que em média os municípios exibem no ano de 2010 níveis de precipitação abaixo do registrado nos seus últimos 100 anos, bem como a temperatura encontra-se acima dos registros históricos.

Tabela 2 – Estatística descritiva e apresentação das variáveis selecionadas para o índice de equidade – Estágio I

Necessidades Locais				Serviços			
Variáveis		Média	D.P.	Variáveis		Média	D.P.
N1	População rural total	8.101	7.046	Y	Valor Agroamigo	328.375,40	331.841,10
N2	População rural em idade produtiva (18 a 59 anos)	4.312	3.718				
N3	Número de pequenos agricultores rurais	543	643				
N4	Número de pequenos empreendimentos rurais	213	292				
N5	Número de famílias rurais pobres	1.166	1.007				

Fonte: Elaboração própria.

Nota: Número de observações é de 1.620 municípios.

Tabela 3 – Estatística descritiva e apresentação das variáveis usadas no modelo de regressão Tobit – Estágio II

Sigla	Variável	Fonte	Média	D.P.
$\theta$	Índice de equidade (DEA com RVE)	Estágio I	-	-
<i>BN</i>	Base nacional (1 se a gestão municipal era da base aliada do governo federal em 2010, 0 c.c.)	IBGE/TSE	0,5494	0,4977
<i>IP</i>	Infidelidade partidária (1 se o prefeito mudou de partido, 0 c.c.)	IBGE/TSE	0,0148	0,1208
<i>DP</i>	Densidade populacional (Razão entre a população total e área do município em km <sup>2</sup> )	IBGE	58481,04	149388,90
<i>DC</i>	Distância de um município em relação à capital do estado (por 1000 km <sup>2</sup> )	IBGE	2,10	1,37
<i>MI</i>	Taxa de mortalidade infantil (crianças com até 5 anos de idade)	IBGE	29,38	6,24
<i>GI</i>	Índice de Gini de concentração de renda	IBGE	0,5248	0,05
<i>EV</i>	Expectativa de vida ao nascer	IBGE	70,23	1,74
<i>TR</i>	Razão entre a população rural e a população total (%)	IBGE	1,18	1,13
<i>PR</i>	Flutuação da precipitação entre o nível de precipitação corrente e a média histórica (1900-2010)	MW2012	-0,1319	0,1991
<i>TE</i>	Flutuação da temperatura entre o nível de temperatura corrente e a média histórica (1900-2010)	MW2012	0,0403	0,0198
<i>EF</i>	Efeito fixo de estado	Própria		
<i>MA</i>	Maranhão		0,1136	0,3174
<i>PI</i>	Piauí		0,1327	0,3394
<i>CE</i>	Ceará		0,1093	0,3121
<i>RN</i>	Rio Grande do Norte		0,0914	0,2882
<i>PB</i>	Paraíba		0,1247	0,3305
<i>PE</i>	Pernambuco		0,0994	0,2993
<i>AL</i>	Alagoas		0,0537	0,2255
<i>SE</i>	Sergipe		0,0444	0,2061
<i>BA</i>	Bahia		0,2309	0,4215
Número de observações			1.620	

Fonte: Elaboração própria.

Legenda: MW2012 = Matsuura e Willmott (2012).

## 4 Resultados

Esta seção apresenta os principais resultados da pesquisa, sendo dividida em duas partes: medidas de equidade e seus determinantes. De forma inicial, a Tabela 4 caracteriza os repasses nominais do programa Agroamigo para os beneficiários residentes nos estados do Nordeste brasileiro em 2010, tendo em conta a amostra final de 1.620 municípios que tiverem registro de beneficiários com informações válidas para todas as variáveis utilizadas no presente estudo.

Analisando-se a Tabela 4, nota-se que o repasse do Agroamigo em 2010, conforme a amostra em questão, foi de aproximadamente R\$ 0,532 bilhão<sup>4</sup>,

4 Ao considerar o repasse total, incluindo beneficiários do estado de Minas Gerais, o valor do Agroamigo a preços correntes foi de

com mais de 110 mil beneficiários. Em média, os repasses foram de quase R\$ 5 mil por beneficiário e de R\$ 330 mil no cômputo da dimensão municipal. Os estados da Bahia, do Ceará e do Maranhão captaram, respectivamente, o maior volume de recursos no período com 20,8%, 15,6% e 13,5%. Dessa maneira, dado o quantitativo de mais de R\$ 4,6 bilhões de recursos já emprestados por esse Programa desde o seu início em 2005 até 2013, esta pesquisa faz um corte transversal dos dados apenas para o ano de 2010 – em que se tem informações censitárias para todos os municípios brasileiros – para avaliar a distribuição dessa linha de crédito tendo em consideração o critério de equidade.

R\$ 595,8 milhões em 2010. Levando em conta apenas os estados nordestinos, esse valor foi de R\$ 535,89 milhões, de modo que a amostra usada neste estudo é bem representativa – já que 99,3% dos recursos destinados ao Nordeste estão sendo analisados.



Tabela 4 – Caracterização dos repasses nominais do Agroamigo por Estado nordestino no ano de 2010 para municípios da Amostra final do estudo

UF	Repasses do Agroamigo		Quantidade		Média de repasse por	
	Total (em milhões R\$)	Proporção	Beneficiário	Municípios atendidos	Beneficiário (em R\$)	Município (em R\$)
AL	40,09	7,5%	6.390	87	6.274,41	460.844,83
BA	110,48	20,8%	22.094	374	5.000,24	295.388,50
CE	82,79	15,6%	18.064	177	4.582,95	467.719,77
MA	71,78	13,5%	12.005	184	5.979,37	390.121,20
PB	46,66	8,8%	12.825	202	3.638,35	230.999,50
PE	65,21	12,3%	11.612	161	5.615,58	405.019,25
PI	56,59	10,6%	14.017	215	4.037,25	263.210,23
RN	36,68	6,9%	8.388	148	4.372,39	247.808,11
SE	21,69	4,1%	5.599	72	3.874,76	301.316,67
<b>Total</b>	<b>531,97</b>	<b>100,0%</b>	<b>110.994</b>	<b>1.620</b>	<b>4.792,76</b>	<b>328.375,37</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do BNB (2014).

#### 4.1 Índice de Equidade

Como destacado na seção metodológica, os resultados que balizam as medidas de equidade nos repasses dos recursos do microcrédito rural Agroamigo dizem respeito ao modelo DEA pressupondo retornos variáveis de escala (RVE). A Tabela 5 sintetiza a distribuição dos municípios segundo intervalos de medidas de equidade para cada município avaliado.

De acordo com a pressuposição de RVE, apenas 20 municípios estão definindo a fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades, o que representa apenas uma pequena parcela dos 1.620 municípios considerados na análise. O nível médio de desigualdade no repasse dos recursos é de 0,205, significando que a oferta de microcrédito rural apresenta uma baixa cobertura relativa, visto que dadas as demandas latentes nas áreas rurais nordestinas, o BNB deveria ampliar os recursos alocados pelo Programa em aproximadamente 5 vezes ( $=1/0,205$ ). As localidades com *déficit* relativo de recursos () para se tornarem equitativas, tendo como referência os municípios que definem a fronteira, deveriam captar maior volume de recursos do Agroamigo. Outro aspecto que chama atenção diz respeito ao elevado desvio-padrão do índice de equidade, que responde por 88% do valor da média, evidenciando uma elevada heterogeneidade no nível de cobertura relativa do Agroamigo entre os municípios nordestinos.

Tabela 5 – Distribuição dos municípios conforme intervalos de medidas de equidade no repasse do Agroamigo considerando – Retornos variáveis de escala

Intervalos	Número de Muni- cípios	Nível de Equidade	
		Média	Desvio- padrão
$\theta^v < 0,1$	518	0,0529	0,0284
$0,1 \leq \theta^v < 0,2$	468	0,1455	0,0283
$0,2 \leq \theta^v < 0,3$	285	0,2461	0,0286
$0,3 \leq \theta^v < 0,4$	168	0,3469	0,0293
$0,4 \leq \theta^v < 0,5$	74	0,443	0,0282
$0,5 \leq \theta^v < 0,6$	46	0,5438	0,0282
$0,6 \leq \theta^v < 0,7$	24	0,6419	0,0254
$0,7 \leq \theta^v < 0,8$	5	0,755	0,0296
$0,8 \leq \theta^v < 0,9$	8	0,8478	0,0333
$0,9 \leq \theta^v < 1,0$	4	0,9770	0,0380
$\theta^v = 1,0$	20	1,0000	0,0000
<i>Total</i>	1.620	0,2047	0,1804

Fonte: Elaboração própria.

Com base na distribuição dos municípios em relação aos intervalos de equidade, cerca de 60% das localidades estão concentradas em níveis de equidade inferiores a 0,2, o que sinaliza uma distribuição assimétrica do indicador. Assim, tendo



em conta a forma como os recursos do Agroamigo eram destinados pelo BNB para a população demandante no período em análise, nota-se que os critérios de repasse do microcrédito não estiveram associados com uma compatibilização melhor do vetor de necessidades locais para municípios com demandas latentes similares. De uma forma global, como a metodologia usada por princípio é comparativa e dado que as necessidades locais são estruturais, o volume de operações de crédito está sendo alocado de forma desigual.

Com a finalidade de identificar os resultados na perspectiva dos resultados agrupados por Estado, a Tabela 6 exibe o valor médio do índice de equidade dos recursos do Agroamigo por estados nordestinos para a amostra total e unidades abaixo do primeiro decil e acima do nono decil do índice.

Do ponto de vista dos estados, não necessariamente aqueles com menor nível de desenvolvimento econômico são os que possuem no acumulado e em média os melhores indicadores de equidade

no repasse dos recursos do Agroamigo. Apesar da variabilidade elevada da medida de equidade intra-estados é possível perceber que municípios situados na Bahia, por exemplo, possuem em geral os maiores *déficits* relativos na captação de crédito do Agroamigo, já que a medida de tendência central se situa no intervalo de 13,9% a 16,7%, enquanto que na maioria dos outros estados o patamar mínimo do intervalo de confiança é superior a 17%.

Em termos globais, o nível médio de equidade é relativamente baixo para os municípios localizados nos diferentes estados, bem como em média a diferença no valor do indicador entre as unidades dos estados com maior e menor cobertura do Programa (Alagoas e Bahia, respectivamente) é 12,3%. Apesar de na média as diferenças não serem tão grandes, destaca-se que ao analisar as medidas de equidade em nível dos municípios a diferença é muito drástica, já que existem municípios com cobertura relativa do Agroamigo próxima a zero.

Tabela 6 – Média do Índice de equidade dos recursos do Agroamigo por estados nordestinos para a amostra total e unidades abaixo do 1º decil e acima do 9º decil do índice

UF	Total				<1º decil de equidade ( $\theta < 3, 53\%$ )			>9º decil de equidade ( $\theta > 42, 15\%$ )		
	Amostra Total	Média	LI (95%)	LS (95%)	Média	LI (95%)	LS (95%)	Média	LI (95%)	LS (95%)
MA	184	20,2%	17,9%	22,5%	1,5%	1,0%	2,0%	55,0%	49,7%	60,3%
PI	215	22,5%	20,0%	25,1%	1,7%	1,3%	2,2%	64,2%	55,6%	72,7%
CE	177	21,7%	19,4%	24,0%	1,9%	1,1%	2,8%	53,0%	48,0%	58,1%
RN	148	25,7%	21,7%	29,7%	1,5%	1,0%	2,0%	68,5%	59,5%	77,4%
PB	202	19,9%	17,5%	22,3%	2,1%	1,7%	2,6%	60,7%	51,3%	70,1%
PE	161	21,8%	19,1%	24,5%	1,8%	1,4%	2,3%	58,9%	52,4%	65,5%
AL	87	27,6%	22,2%	33,0%	1,4%	0,8%	2,1%	69,7%	59,3%	80,2%
SE	72	17,9%	14,5%	21,3%	2,0%	1,4%	2,6%	58,6%	47,4%	69,9%
BA	374	15,3%	13,9%	16,7%	1,9%	1,6%	2,2%	62,7%	53,0%	72,5%
<b>Total</b>	1.620	20,5%	19,6%	21,3%	1,8%	1,6%	2,0%	61,7%	58,7%	64,6%

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar a Tabela 7, é possível verificar que o estado de Rio Grande do Norte é o que apresenta, tanto em termos absolutos como relativos, o maior número de municípios definindo a fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades, sendo 45,0% e 6,1%, respectivamente. Os estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Sergipe não registraram nenhum município com níveis de recursos equitativos. Tem-se ainda que os Estados da Bahia, Paraíba e Maranhão são os que apresentaram maiores números de municípios em situação de desigualdade extrema, ou seja, lo-

calizados no decil inferior da distribuição.

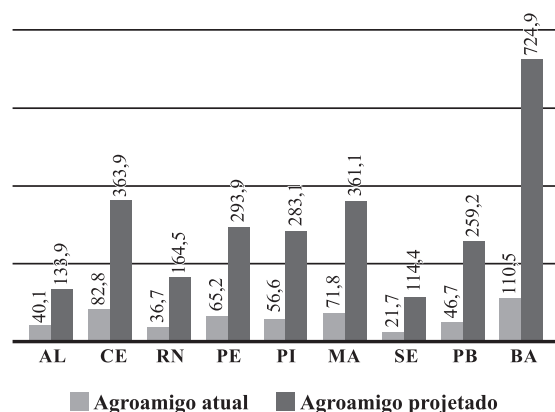
Considerando os resultados calculados pelo modelo com RVE, a Figura 2 reporta os valores atuais e projetados pelo critério de equidade do repasse dos recursos do programa Agroamigo por Estado Nordestino. Com essa ilustração, pode-se verificar o adicional de recursos que cada estado, de forma agregada, deveria estar recebendo do Programa, a fim de que, dado o vetor de demandas latentes em cada localidade, os recursos fossem alocados de forma ótima (equitativa).

Tabela 7 – Distribuição dos municípios por nível do indicador de equidade entre os estados nordestinos

UF	Amostra total (A)	$\theta^V = 1$			$\theta^V < 1$			<1º decil de equidade ( $\theta < 3,53\%$ )		
		Quant. (B)	Prop. (B/B <sub>total</sub> )	Prop. (B/A <sub>UF</sub> )	Quant. (C)	Prop. (C/C <sub>total</sub> )	Prop. (C/A <sub>UF</sub> )	Quant. (D)	Prop. (D/D <sub>total</sub> )	Prop. (D/A <sub>UF</sub> )
MA	184	0	0,0%	0,0%	184	11,5%	100,0%	19	11,7%	10,3%
PI	215	4	20,0%	1,9%	211	13,2%	98,1%	16	9,9%	7,4%
CE	177	0	0,0%	0,0%	177	11,1%	100,0%	8	4,9%	4,5%
RN	148	9	45,0%	6,1%	139	8,7%	93,9%	14	8,6%	9,5%
PB	202	3	15,0%	1,5%	199	12,4%	98,5%	22	13,6%	10,9%
PE	161	0	0,0%	0,0%	161	10,1%	100,0%	18	11,1%	11,2%
AL	87	3	15,0%	3,4%	84	5,3%	96,6%	13	8,0%	14,9%
SE	72	0	0,0%	0,0%	72	4,5%	100,0%	9	5,6%	12,5%
BA	374	1	5,0%	0,3%	373	23,3%	99,7%	43	26,5%	11,5%
<b>Total</b>	<b>1.620</b>	<b>20</b>			<b>1.600</b>			<b>162</b>		

Fonte: Elaboração própria.

Figura 2 – Soma do valor atual e projetado pelo critério de equidade do repasse dos recursos do programa Agroamigo por estado nordestino – em milhões de R\$ (ordem crescente pela taxa de variação\*)



Fonte: Elaboração própria.

\*Taxa de variação entre valor projetado e valor atual.

Analogamente para o caso das medidas de eficiência técnica com orientação para o produto – conforme descrito em Ferreira e Gomes (2009) –, existem dois fatores que podem explicar o não alcance do nível de equidade máximo ( $\theta$ ) por parte dos municípios, a saber: (i) oferta inadequada dos recursos (abaixo do esperado) para o nível de necessidades locais; (ii) escala de oferta de serviço incorreta. Assim, unidades que estão operando com “desigualdade” de escala podem ser confundidas com aquelas que estão com problemas de “desigualdade” técnica. Se um município possui diferentes valores de equidade quando se presume diferentes hipóteses sobre RVE, RCE e RDE, por

exemplo, logo a mesma opera com problemas de escala. Os modelos DEA possibilitam classificar as unidades em análise em dois grupos: equidade técnica pura obtida pela abordagem DEA com RVE; equidade de escala calculada usando diferentes pressuposições sobre os rendimentos de escala no DEA.

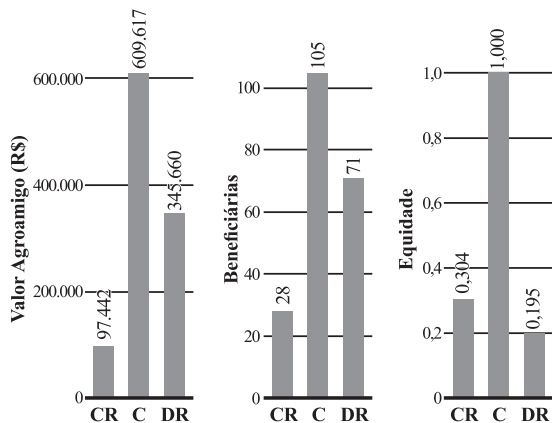
Ao fazer o procedimento FGL para identificação da escala, nota-se que grande parte dos municípios, 92,65%, estão operando com retornos decrescentes de escala (DR), 7,16% com retornos crescentes (CR) e apenas 0,19% com a escala ótima (retornos constantes - CR). O nível de equidade das três localidades com retornos constantes é de 100%, significando que elas estão na escala ótima e definindo a fronteira de melhor provisão de microcrédito para idênticas necessidades, enquanto que as unidades com rendimentos decrescentes estão operando com um índice de cobertura relativa de 19,5%, inferior inclusive ao observado em média para as que estão com rendimentos crescentes.

De forma intuitiva, a Figura 3 mostra que, de fato, os recursos emprestados para indivíduos residentes em municípios com captação enquadrada como decrescentes são superiores aos destinados a localidades com retornos crescentes. Contudo o vetor de demandas locais mostra que relativamente, as necessidades latentes das primeiras são bem superiores.

Quando se comparam as unidades com CR e com escala ótima (C), verifica-se que, em média, elas são mais parecidas entre si em termos das demandas latentes do que com aquelas unidades que estão operando com retornos decrescentes (DR). Assim, a correção da “desigualdade” de escala poderia ser realizada por expansão da oferta/captação

do microcrédito rural para as localidades taxadas como CR, de forma que as relações entre o volume de crédito e o vetor de necessidades sejam reduzidas. Já no que tange às unidades que estão com rendimentos decrescentes (DR) e possuem *déficit* relativo de serviços, o processo de correção de escala é um pouco mais complexo, pois exigiria: 1) a identificação mais precisa das demandas locais (eliminando o excesso das “necessidades latentes” por meio daqueles indivíduos que não atendem alguns dos critérios de elegibilidade para acesso ao crédito) para corrigir o problema de desigualdade técnica da provisão dos recursos; 2) no caso da correção da escala, o volume de serviços fornecidos pelo Programa poderia ser reduzido se ocorresse um deslocamento da fronteira de equidade para cima. De modo geral, os DR deveriam reduzir os excessos de demandas latentes não legítimas numa proporção maior do que a provisão dos serviços ou o BNB mudar os critérios de repasse de maneira a alterar de forma mais favorável o repasse equitativo.

Figura 3 – Média do valor do repasse do Agroamigo, beneficiários do Programa e do nível de equidade (RVE) por tipo de escala de provisão dos serviços



Fonte: Elaboração própria.

Legenda: CR = Crescente; DR = Decrescente; C = Constante

## 4.2 Determinantes da equidade dos recursos

Já que a distribuição dos recursos a princípio não está atendendo às questões das necessidades dos municípios em termos de suas áreas rurais, podem existir outros fatores que estejam relacionados com essas questões:

- *Políticas*, já que o BNB é uma instituição

financeira tendo o Governo Federal controle de mais de 90% do seu capital e esse fato poderia culminar em um maior favorecimento no repasse de municípios geridos por políticos da base do Governo;

- *Climáticas*, visto que o semiárido do Nordeste vem passando por períodos prolongados de seca – algo que dificulta a produção agropecuária –, de modo que os recursos do Agroamigo poderiam estar sendo destinados com mais ênfase para essas localidades;
- *Sociais e locais*, beneficiários residentes em estados mais pobres teriam maior prioridade na captação dos recursos, visando ao aspecto de reduzir as dispersões socioeconômicas entre as regiões nordestinas;

Sendo assim, o objetivo central dessa subseção é investigar quais dentre os fatores relacionados acima têm influenciado a distribuição dos recursos do Agroamigo para os municípios nordestinos. Os resultados foram obtidos com o uso do modelo Tobit, como salientado na metodologia e encontra-se ilustrado na Tabela 8.

Na Tabela 8, observa-se que para todos os parâmetros associados as *dummies* que captam se a gestão do município é realizada por partidos que formam a base aliada do Governo Federal (com destaque para o PT e o PMDB) foram estatisticamente insignificantes. Esse resultado sinaliza que tais municípios não possuem privilégios na captação dos recursos junto ao Agroamigo por serem geridos por partidos ou políticos da base aliada do Governo Federal.

A coligação partidária foi abordada por Cox e McCubbins (1986) para explicar as ações dos agentes políticos. A ideia central é que tais agentes procuram investir principalmente nos ciclos eleitorais que possuem maiores apoiadores, visando à manutenção do poder. Nesse caso, segundo os autores, se esperaria que o Governo Federal desenhasse uma plataforma de política que privilegiasse em termos de recursos os estados e municípios que mantivessem às coalizões partidárias. No Brasil, o estudo de Duchateau e Aguirre (2010) testaram empiricamente tal relação entre o período de 1999 a 2003 e encontraram que possuir governadores alinhados partidariamente com o Presidente e ainda com senadores pertencentes aos partidos da base favorece os estados na obtenção de recursos federais, quer por meio de transferências voluntárias como também por via das despesas de investimento.

Tabela 8 – Resultados do modelo de regressão Tobit – Variável dependente: Índice de Equidade

Variáveis	Coefficiente	Erro-padrão robusto por bootstrap	P-valor
<b>Gestão municipal</b>			
Partido PT	-0,01443	0,01537	0,34800
Partido PMDB	-0,01537	0,01263	0,22400
Outros partidos da base	-0,01080	0,01071	0,31300
<b>Temperatura</b>			
Dispersão ao longo dos meses em 2010	-0,02011	0,02144	0,34800
Média história (1900-2010)	0,00141	0,00406	0,72900
Flutuação em relação a média histórica	0,22410	0,25300	0,37600
<b>Precipitação</b>			
Dispersão ao longo dos meses em 2010	-0,00162	0,00051	0,00100
Média história (1900-2010)	0,00022	0,00034	0,51800
Flutuação em relação à média histórica	0,14562	0,04004	0,00000
<b>Sociais e demográficos</b>			
Densidade populacional	-0,00007	0,00002	0,00100
Índice de Gini (renda)	-0,01104	0,10495	0,91600
Mortalidade infantil	0,00725	0,00590	0,21900
Expectativa de vida ao nascer	0,03312	0,01991	0,09600
Peso da população rural	-0,01072	0,00366	0,00300
<b>Locacionais</b>			
Distância para a capital do Estado	0,00155	0,00424	0,71500
<i>Efeito fixo de estado (Base: Maranhão)</i>			
Piauí	0,01681	0,02314	0,46800
Ceará	0,03106	0,03221	0,33500
Rio Grande do Norte	0,04076	0,03450	0,23800
Paraíba	-0,02428	0,02876	0,39900
Pernambuco	0,01499	0,03394	0,65900
Alagoas	0,08023	0,03899	0,04000
Sergipe	-0,00512	0,03599	0,88700
Bahia	-0,03933	0,03539	0,26700
<b>Constante</b>	-2,21117	1,58113	0,16200
$\sigma$	0,17603	0,00599	
N	1.619		
<b>Censurados a direita</b>	20		
<b>Censurados a esquerda</b>	0		

Fonte: Elaboração própria.

Não obstante, para o caso do programa Agroamigo, essa relação não foi observada nesta pesquisa, mesmo sendo 2010 um ano eleitoral. A literatura de incentivos políticos aponta o ano de eleição como um dos momentos que os governos implementam políticas direcionadas para maximizar seu capital político, tal como poderia ocorrer com a expansão do microcrédito nas áreas rurais geridas por prefeitos aliados para facilitar a eleição (WALKER, 1969; SUGIYAMA, 2004).

No que diz respeito às variáveis de temperatura dos municípios, os resultados encontrados sugerem que elas não afetam a distribuição de crédito, dado o fato que também não apresentaram significância estatística. Diferentemente desses achados, as variáveis atreladas à precipitação mostraram um papel importante na determinação da cobertura relativa dos recursos do Agroamigo. Os coeficientes das variáveis de dispersão ao longo dos meses em 2010 e a flutuação em relação à média histó-

rica, foram estatisticamente significativas considerando um nível de significância de 1%, muito embora a magnitude do parâmetro associado à volatilidade da precipitação não exibe uma elevada contribuição marginal nos determinantes do índice de equidade. Quanto ao parâmetro relativo à média histórica (1900-2010), ele não apresentou significância estatística.

Ao observar os sinais e a magnitude dos parâmetros estimados, percebe-se que os municípios que registraram maior flutuação da média histórica de chuvas podem receber maiores volumes de recursos relativos do Programa. Essa evidência sugere que o crédito se direciona com mais intensidade para os municípios com maiores potencialidades de atividades agropecuárias – dadas as melhores condições climáticas.

Uma provável explicação para tal achado pode ser a questão da inadimplência. Como aponta Abramovay (2008), um dos fatores relevantes da inadimplência nesses programas de microcrédito rural é a seca, afetando negativamente tanto a produção agrícola quanto as atividades pecuárias. Contudo, o autor ressalta que fatores climáticos negativos não podem ser tratados como surpresa, na medida em que ocorrem regularmente em certas regiões. Sendo assim, as instituições de crédito devem procurar atividades e tecnologias menos expostas a essa situação adversa. Caso contrário, os tomadores de crédito terão maior probabilidade de verem os financiamentos recebidos como transferência de renda. Outra possível justificativa pode surgir do lado da demanda por crédito. Para municípios que existem problemas de escassez de chuvas, as pessoas ficam mais avessas a tomarem empréstimos caso suas expectativas de produção não sejam boas, o que influencia o volume de crédito liberado em tais regiões.

No que diz respeito aos fatores sociais, demográficos e locacionais, os resultados obtidos, de forma geral, não registraram nenhum tipo de relação entre a distribuição dos recursos do Programa com variáveis como a desigualdade de renda, a mortalidade infantil, a expectativa média de vida ao nascer, o estado de localização do município e a distância para capital, dado o fato que seus parâmetros não apresentaram significância estatística a pelo menos 5%. Contudo, vale ressaltar que esse resultado vai na contramão do esperado, na medida em que o Programa propõe melhorar o perfil social e econômico por meio da inclusão financeira dos

mais vulneráveis, e sendo assim, tais indicadores deveriam ser determinantes na cobertura dos recursos do Agroamigo. O nível de desenvolvimento socioeconômico constitui num fator importante na explicação da difusão de políticas como a de microcrédito rural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e para resgatar famílias da situação de pobreza.

As variáveis de densidade populacional e peso da população rural apresentaram coeficientes significantes na regressão estimada e ainda com sinal negativo, indicando, portanto que aumentos nessas variáveis culminam no recebimento de menor volume de recursos por parte do município. Contudo, os valores dos parâmetros obtidos foram muito baixos e ainda para o caso do peso da população rural, o sinal obtido é contraintuitivo, uma vez que se espera que aqueles municípios com maior peso da população rural se beneficiem de um volume maior de crédito.

## 5 Conclusões

O microcrédito surge como uma ferramenta de erradicação da pobreza e de auxílio na redução das desigualdades regionais e sociais, na medida em que promove o acesso ao crédito por parte dos menos privilegiados. Tal acesso pode viabilizar melhores condições de habitações, alimentação, bem como o melhoramento da autoestima das famílias beneficiárias. No Brasil, sua expansão apresenta uma série de restrições e, para o caso do microcrédito rural estas são maiores, dadas suas particularidades como, por exemplo, as dificuldades inerentes à incerteza que envolve a produção agrícola, sobretudo, a relativa aos fatores climáticos. Na região Nordeste, o programa de Microcrédito Rural Agroamigo vem atuando desde 2005 com o objetivo de melhorar o perfil social e econômico por meio da inclusão financeira em zonas rurais.

Diante desse contexto, o presente estudo buscou desenvolver medidas de equidade dos recursos da carteira de crédito do Agroamigo, e posteriormente identificar suas relações, especialmente, com variáveis políticas, sociais e climáticas. Para o primeiro estágio, recorreu-se à abordagem DEA, enquanto que para o segundo foi empregado o modelo Tobit. Os resultados encontrados mostram que num universo de 1.620 municípios apenas 20 definem a fronteira de melhor disponibilidade de serviços para idênticas necessidades e o nível



médio de desigualdade no repasse dos recursos é de 0,205, significando que a oferta de microcrédito rural apresenta baixa cobertura relativa, visto que dadas as demandas latentes nas áreas rurais nordestinas, o BNB deveria ampliar os recursos alocados com o Programa em aproximadamente 5 vezes, saindo de R\$ 0,5 bilhão para R\$ 2,7 bilhões, com prioridade de repasse para municípios situados, em especial, nos estados da Bahia, Paraíba e Sergipe. Essa ampliação de recursos seria baseada nos parâmetros técnicos calculados pela análise de fronteira, tendo em conta a melhor compatibilização das necessidades locais das áreas rurais de cada município nordestino.

Levando em consideração que o Governo Federal é detentor de mais de 90% do capital do BNB, incluiu-se variáveis *dummies* no modelo de regressão para capturar se os municípios geridos por políticos da base do Governo possuem ou não um maior favorecimento no repasse dos recursos do Programa. As evidências encontradas sugerem que o partido do gestor municipal não exerce influência estatisticamente significativa na determinação de um montante mais equitativo de recursos do Agroamigo.

Foi incluído também um conjunto de variáveis climáticas, visto que o Semiárido do Nordeste historicamente sofre períodos prolongados de seca, o que dificulta a produção agropecuária, de modo que os recursos do Agroamigo poderiam estar sendo destinados com mais ênfase para essas localidades. Contudo, os resultados encontrados mostram que os municípios que registraram maior flutuação em relação à média histórica de chuvas recebem maiores volumes de recursos do Programa, sinalizando que o crédito se direciona com mais intensidade para os municípios com um ambiente climático mais favorável – que tende a estimular às atividades agropecuárias. Ademais, localidades com níveis de chuva abaixo dos níveis históricos, podem apresentar um cenário de maior desestímulo para os demandantes de crédito, pois eles podem se tornar mais avessos a tomarem empréstimos em decorrência das suas baixas expectativas de produção agrícola, e no lado da oferta de crédito, pode existir também maior restrição devido ao maior risco de inadimplência.

Por fim, no que tange aos indicadores de desigualdade de renda, mortalidade infantil e expectativa média de vida ao nascer, eles não apre-

sentaram nenhum tipo de relação estatisticamente significativa com o nível de equidade dos recursos do Programa. Por sua vez, a distribuição de recursos mostrou-se sensível às variáveis de densidade populacional e o peso da população rural, muito embora para a segunda variável o sinal do coeficiente foi contraintuitivo.

Dado o exposto, o presente trabalho enfatiza a importância de políticas de microcrédito rural como uma forma de estimular o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores familiares e outros empreendimentos rurais. Não obstante, considerando uma quantidade limitada de recursos que o BNB dispõe para fazer os financiamentos do Agroamigo, torna-se fundamental que o repasse desses recursos leve em conta critérios objetivos, baseados nas necessidades locais das áreas rurais do Nordeste, a fim de não gerar concentração relativa do volume financiado em determinadas localidades. Esse fato fica evidenciado pelo baixo nível de equidade do repasse dos recursos do supracitado Programa entre os municípios nordestinos.

## Referências

ABRAMOVAY, R. **Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo**. São Paulo: FIPE, 2008. (Texto para discussão nº 10)

BNB. **Dados da carteira ativa do Programa AGROAMIGO, 2005-2013**. Fortaleza: BNB, 2014. (Resposta ao pedido de informação NUP. 99905000355201486, encaminhado via sistema-e-SIC da Controladoria Geral da União—CGU).

BANKER, R. D.; CHARNES; COOPER, W. W. Some Models for Estimating Technical and Scale Inefficiencies in Data Envelopment Analysis. **Management Science**, v. 13, n. 9, p. 1078-1092. Set. 1984.

BANKER, R. D.; COOPER, W. W.; SEIFORD, L. M.; ZHU, J. Returns to Scale in DEA. In: COOPER, W. W.; SEIFORD, L. M.; ZHU, J. **Handbook on Data Envelopment Analysis**. Massachusetts: Kluwer Academic Publishers, 2004.

BARONE, F. M.; LIMA, P. F.; DANTAS, V.; REZENDE, V. **Introdução ao microcrédito**. Brasília, Conselho da Comunidade Solidária, 2002.



- CHAVES, S. S. Diagnóstico e desafios do microcrédito no Brasil. **Revista Desenhahia**, n. 15, set. 2011.
- CHAVES, S. S.; JACQUES, E. R. Origem e dinâmica do programa de microcrédito Crediamigo do Banco do Nordeste. **Revista Desenhahia**, v. 10, p. 75-114. 2013.
- CHARNES, A.; COOPER, W.W.; RHODES, E. Measuring the Efficiency of Decision Making Units. **European Journal of Operational Research**, v. 2, p. 429-444. 1978.
- COSTA, R. F. R.; GASPARINI, C. E. FPM e Equidade de Serviços Públicos: um Estudo para os municípios nordestinos. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 3, 2012.
- COX, G. W.; MCCUBBINS, M. D. Electoral politics as a redistributive game. **Journal of Politics**, v. 48, p. 370-389. 1986.
- DUCHATEAU, P.; BASILIA M. B. A. Estrutura política como determinante dos gastos federais. **Revista Economia**, v.11, n. 2, p. 305-331. 2010.
- FÄRE, R.; GROSSKOPF, S.; LOVELL, C. A. K. **Production frontiers**. Cambridge University Press, 1994.
- FARRELL, M. J. The Measurement of Productive Efficiency. **Journal of The Statistical Society**, v. 120, n. 3, pp. 253-281. 1957.
- FERREIRA, C. M. C.; GOME, A. P. **Introdução à análise envoltório de dados: teoria, modelos e aplicações**. Viçosa, MG: Editora UFV, 2009.
- GASPARINI, E. C.; RAMOS, F. S. Desigualdade relativa dos serviços de saúde entre regiões e estados brasileiros. **Revista de Econometria**. Brasil, v. 24, n. 1, pp. 1-34, 2004.
- GASPARINI, E. C.; MIRANDA, R. B. Transferências, equidade e eficiência municipal no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 36, jan./jun. 2011.
- GREENE, W. H. **Econometric analysis**. 5. ed. Prentice Hall: 2003.
- MATSUURA, K; WILLMOTT, C. **Terrestrial air temperature and precipitation: 1900-2010 Gridded Monthly Time Series: Version 3.01**. University of Delaware: jun. 2012.
- MONZONI, M. **Impacto em renda do microcrédito**. Rio de Janeiro: Editora Petrópolis, 2008.
- PUIG-JUNOY, J. **Radial measures of public services deficit for regional allocation of public funds**. Department of Economics and Business, Health and Economics Research Centre (CRES), Universitat Pompeu Fabra. mimeo. 1999.
- RIBEIRO, C. T; CARVALHO, C. E. **Do microcrédito às microfinanças: desempenho financeiro, dependência de subsídios e fontes de financiamentos**. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2006.
- SILVA JÚNIOR, L. H. Pobreza na população rural nordestina: uma análise de suas características durante os anos noventa. **Revista do BNDES**, v. 13, p. 275-290, 2006.
- SOUZA, P. M.; BARBÉ, L. C. Desigualdades regionais na distribuição dos financiamentos do Pronaf: uma análise do período de 1998 a 2012. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, suplemento especial, p. 37-50, 2014.
- SOUZA JÚNIOR, C. V. N.; GASPARINI, C. E. Análise da equidade e da eficiência dos estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro. **Estudos Econômicos**, v. 36, n. 4, p. 803-832. 2006.
- SUGIYAMA, N. **Political incentives, ideology and social networks: the diffusion of social policy in Brazil**. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 25, 2004, Las Vegas. **Anais...** Las Vegas LASA, 2004.
- WALKER, J. L. The diffusion of innovations among the American States. **American Political Science Review**, v. 63, n. 3, 1969.
- WERTHEIN, J.; NOLETO, M. J. (Org.). **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

## O AGROAMIGO E A ESTRUTURAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM TERRITÓRIOS DA CIDADANIA: IMPACTOS NA CADEIA DA APICULTURA NO SERTÃO DO APODI (RN)

### The Agroamigo and the family farming arrangement in citizenship territories: impacts in the apiculture chain in Sertão do Apodi (RN)

#### **Emanoel Márcio Nunes**

Economista. Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UERN/FACEM. Pesquisador CNPq. emanoelnunes@uern.br

#### **Jéssica Samara Soares de Lima**

Economista. Mestranda em Estudos Urbanos e Regionais (UFRN). Bolsista EXP-B do CNPq na Faculdade de Ciências Econômicas da UERN/FACEM. jessiksamara@hotmail.com

#### **Fátima de Lima Tôres**

Pedagoga. Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela UFERSA/PPGATS. fatmalima@hotmail.com

#### **Andreya Raquel Medeiros de França**

Gestora Ambiental. Mestranda em Ambiente, Tecnologia e Sociedade pela UFERSA/PPGATS. Bolsista EXP-B do CNPq. andreya\_raquel@hotmail.com

#### **Lilian Silva de Medeiros**

Graduanda no curso de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UERN/FACEM. Bolsista de Iniciação ao Extensionismo do CNPq. lilian\_medeiros19@hotmail.com

**Resumo:** Trata-se de uma análise dos impactos do Microcrédito, na modalidade AGROAMIGO, sobre a estruturação e diversificação da agricultura familiar, por meio da cadeia da Apicultura no Território Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte. Buscou-se, portanto, interpretar e compreender a dinâmica das organizações coletivas para ampliação e diversificação da base produtiva a partir da estruturação econômica da cadeia da apicultura, da organização coletiva e da inserção nos mercados. Como procedimento metodológico realizou-se o Censo, utilizando questionários estruturados com os agricultores familiares responsáveis pelas unidades de beneficiamento de mel, além de dados secundários das operações do AGROAMIGO de 2005 a 2015. Dessa forma, foi possível mapear por meio do georreferenciamento e identificar a produção familiar, as formas de organização da produção, os financiamentos e as estruturas existentes e suas potencialidades. A pesquisa concluiu que o AGROAMIGO impactou na cadeia produtiva da Apicultura e se configura importante mecanismo de política para a consolidação da cadeia, mas esta se mostra carente de estrutura econômica de produção e se resente de suficiência de serviços financeiros, em especial o Microcrédito, para viabilizar a atividade e tornar os agricultores familiares menos vulneráveis e mais preparados e autônomos.

**Palavras-chave:** Cadeia produtiva; Microcrédito; Apicultura; Organização coletiva.

**Abstract:** The objective is to analyze the impacts of microcredit in AGROAMIGO program on the structuring and diversification of family farming, through the chain of beekeeping from Territory Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte state, Brazil. It is sought, therefore, interpret and understand the dynamics of collective organizations for expansion and diversification of the productive base through economic structuring the chain of beekeeping, the collective organization and market integration. As methodology was carried out the Census, it using structured questionnaires with family farmers responsible for honey processing units, as well as secondary data from AGROAMIGO operations from 2005 to 2015. Thus, it was possible to map by geocoding and identify the production family, forms of organization of production, financing and existing structures and their potential. The research concluded that the AGROAMIGO impacted in the productive chain of beekeeping and set important policy mechanism to consolidate the chain, but this proves lacking in economic structure of production and resents insufficient financial services, especially microcredit, to enable the activity and make farmers less vulnerable and more prepared and self-employed.

**Key words:** Production chain; Microcredit; Beekeeping; Collective organization

## 1 Introdução

A atividade apícola no estado do Rio Grande do Norte iniciou-se no ano de 1939, crescendo lentamente até 1993, tendo acontecido apenas a partir da década de 1990 uma aceleração do seu crescimento. Especificamente no ano de 1995, os agricultores familiares sentiram a necessidade de buscar crédito para a implantação da atividade apícola extensiva e, para financiar essa atividade, os agentes financiadores exigiam a capacitação dos agricultores familiares. No território Sertão do Apodi (RN), em meados dos anos de 1990, os agricultores familiares e suas organizações passaram a participar de intercâmbios com outras regiões brasileiras produtoras de mel, buscando conhecer a dinâmica da cadeia produtiva da atividade. Nesse contexto, buscaram-se parcerias para realizar capacitação em interface com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), associações e prefeituras. A capacitação em apicultura foi viabilizada com o acesso dos agricultores familiares ao crédito do PRONAF, especialmente na modalidade investimento para a implantação de apiários, o que contribuiu para se tornar uma das cadeias produtivas mais importantes do Rio Grande do Norte. No município de Apodi, principal produtor de mel do território Sertão do Apodi, a apicultura iniciou com o histórico das famílias que já trabalhavam de forma extensiva com a exploração e a colheita do mel de maneira artesanal, os denominados “meleiros”<sup>1</sup>. Isso representava uma fragilidade da cadeia, o que resultava em um produto de baixa qualidade devido à falta de condições de higiene, causando, muitas vezes, a destruição dos enxames com o uso de fogo.

Portanto, as políticas passaram a impulsionar o desenvolvimento da cadeia produtiva da apicultura, estimulando sua construção e estruturação pela da implantação de apiários. O processo de capacitação proporcionou melhor qualificação dos agricultores na extração do mel coletado nos enxames silvestres, correção de práticas primitivas dessa extração e preservação do meio ambiente. No entanto, mantinha-se um abismo entre produção e mercado, devido à falta de estrutura de extração e beneficiamento com equipamentos que possibilitassem maior qualidade e agregação de valor ao

mel. Entretanto, a partir dos anos 1990 vem sendo observado um crescente interesse pela agricultura familiar, e sua afirmação vem se consolidando devido à criação de importantes mecanismos de política agrícola, a exemplo da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A partir da sua criação, o PRONAF passou a ofertar recursos e serviços financeiros a agricultores familiares.

A estruturação econômica e a diversificação da agricultura familiar no Rio Grande do Norte têm ocorrido especialmente pela ajuda de políticas de desenvolvimento rural e de combate à pobreza, como os acordos de empréstimos firmados entre o Governo do Estado e o Banco Mundial os quais, desde os anos 1980 até o início dos anos 2000, tornaram-se importantes para a estruturação de cadeias produtivas, entre elas a da Apicultura. O Programa de Apoio ao Pequeno Produtor (PAAP) e o Programa Desenvolvimento Solidário (PDS), que foi denominado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), além do PRONAF infraestrutura, este último vigente de 1998 a 2002, foram determinantes nesta estruturação.

O PRONAF representou um importante financiador nas modalidades investimento e custeio para os agricultores aumentarem os apiários e potencializarem a cadeia produtiva da apicultura. Neste contexto, surgiu o projeto Dom Helder Câmara (PDHC), a partir de uma cooperação entre o MDA e o Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA), visando fornecer serviços de acompanhamento técnico e o desenvolvimento de atividades de convívio no Semiárido. A apicultura foi uma das atividades definidas no Território Sertão do Apodi. Das modalidades de crédito do PRONAF, destaca-se o Grupo B, cujo público-alvo é formado pelos agricultores familiares mais pobres, os que constituem a base da pirâmide econômica das atividades rurais. Acontece que até o ano 2000 havia sérios problemas na operacionalização do PRONAF B. A deficiência na orientação ao agricultor familiar e no acompanhamento dos empreendimentos impactava nos resultados e gerava crescente inadimplência, desviando o objetivo do PRONAF. Com a finalidade de reduzir as distorções geradas pela metodologia do PRONAF B na região Nordeste, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) lançou, no ano de 2005, o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado

1 Meleiro é a expressão utilizada para as pessoas coletoras de mel que atuam de forma extrativista, nas matas, sem qualquer tipo de técnica ou relação direta com a criação das abelhas.

(AGROAMIGO). O Programa consiste de uma metodologia de concessão de crédito rural com atendimento personalizado por assessores de microcrédito e surgiu com a finalidade de estimular ações de Inclusão Produtiva para os agricultores familiares do PRONAF B. As ações se materializam mediante a concessão de *Microcrédito* às atividades agrícolas e não agrícolas (turismo, artesanato, serviços rurais etc), destinada à estruturação econômica, organização coletiva e diversificação da base produtiva da agricultura familiar, por meio de cadeias produtivas capazes de operar com agregação de valor, comercialização agrícola e gerar ocupação e oportunidades dignas no meio rural.

No tocante à organização social, a cadeia produtiva da apicultura demanda força de trabalho familiar e estruturas coletivas (cooperativas, casas de mel, veículos etc). O ambiente de organização existente no município de Apodi foi imprescindível para a consolidação da cadeia produtiva da apicultura. Atualmente, essa cadeia encontra-se organizada por meio de grupos, associações e cooperativas que atuam na produção, beneficiamento e comercialização do mel e demais produtos da agricultura familiar do Município. Destaca-se na produção de mel de base familiar no município de Apodi, a atuação de duas organizações: Cooperativa Potiguar de Apicultura e Desenvolvimento Rural Sustentável (COOPAPI) e Cooperativa da Agricultura Familiar de Apodi (COOAFAP), agregando 600 agricultores cooperados. As ações destas organizações são de formação e capacitação dos agricultores, busca e acesso a políticas públicas de crédito e apoio para produção, estruturas de beneficiamento e comercialização da produção apícola do Município.

Diante disso, o objetivo do presente trabalho é mostrar o alcance das ações do *Microcrédito* no financiamento da estrutura de produção e da organização coletiva da agricultura familiar, bem como os impactos durante os 10 anos de ação do AGROAMIGO na diversificação da base produtiva da cadeia da Apicultura no Território da Cidadania Sertão do Apodi. Como elementos de análise utilizam-se os resultados de pesquisa alcançados por meio da estruturação das unidades de produção e beneficiamento de mel desde sua fase de implantação. Assim, a questão é: o financiamento da estrutura de produção da agricultura familiar por meio do *Microcrédito* e a dinamização, estruturação e diversificação da base produtiva da cadeia

da Apicultura por intermédio do AGROAMIGO têm ocorrido de forma satisfatória? A hipótese é a de que a cadeia da Apicultura tem sido contemplada pelo AGROAMIGO, porém ainda se configura como uma cadeia não tradicional e periférica no Território Sertão do Apodi, necessitando ampliar o acesso a esta modalidade de *Microcrédito*. Por outro lado, dificuldades de operacionalizar o *Microcrédito*, assim como de outros serviços financeiros por parte dos agricultores familiares mais pobres limitam a estruturação econômica, a organização coletiva, o acesso a mercados e a diversificação econômica do território, e não apenas da cadeia da Apicultura. Isso seria reflexo da insuficiente gestão social e da frágil articulação institucional dos próprios agricultores familiares para pactuar acordos e contemplar suas demandas financeiras, assim como do cumprimento dos pactos para a inclusão produtiva via projetos de infraestrutura e gestão.

## 2 Referencial teórico

### 2.1 A vida financeira e as demandas por crédito dos agricultores familiares

Na maior parte dos estudos sobre o meio rural é comum não figurar a preocupação com a vida financeira de quem pratica a agropecuária, especialmente dos agricultores familiares mais pobres. No entanto, o crescente processo de afirmação da agricultura familiar como importante segmento da economia faz despertar também a necessidade de acesso por parte dos agricultores familiares aos diversos serviços financeiros. Ao mesmo tempo, se faz necessário que esses agricultores familiares se organizem coletivamente em cooperativas de produção, de comercialização e de crédito, com vistas a melhorar o acesso a capital e tecnologia com a finalidade de aproveitar novas oportunidades econômicas que lhes permitam a inserção em mercados. Para isso, é fundamental compreender como esses agricultores familiares ganham seu dinheiro, utilizam seus poucos recursos, elaboram estratégias e obtêm resultados para sobreviver por meio da relação tecnologia e mercados.

Apesar de disporem de pouco dinheiro, os agricultores familiares poupam, improvisam tipos de seguro contra imprevistos e realizam empréstimos, não no mercado formal dos bancos, mas no comércio, por meio de atravessadores que com-



pram sua produção etc. Na verdade, a característica marcante na vida financeira desses agricultores é sua própria condição precária que os obriga a multiplicar os instrumentos financeiros que alcançam para garantir sua sobrevivência. Tal condição é devida à deficiência na estrutura de produção econômica, o que constitui o que Ploeg (2008) define como *base de recursos*<sup>2</sup>. A *base de recursos* é indispensável para ampliar o *espaço de manobra* dos agricultores familiares e dotar-lhes de mais autonomia e maior capacidade tanto para suportar e superar imprevistos como para gerar riqueza nova a partir da agricultura. Para Ploeg (2008), as limitações de recursos financeiros somadas à deficiência e fragilidade da *base de recursos* tornam os agricultores familiares muito vulneráveis a imprevistos, sejam períodos prolongados de seca ou enchentes, doenças na família ou nos rebanhos etc, fazendo com que necessitem constituir fundos de reserva ou fontes minimamente seguras de crédito, a que possam recorrer em caso de necessidade. Essa vulnerabilidade agrava ainda mais as dificuldades dos agricultores familiares, no momento em que os obriga a pagar ainda mais caro pelo crédito informal que tomam e pela segurança de poder obtê-lo em situações de extrema necessidade.

É na preocupação com a vida financeira, especialmente de agricultores familiares pobres, que Ricardo Abramovay apresenta na organização do livro *Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza*, de 2004, uma variedade de estudos de casos regionais específicos e extraordinariamente informativos sobre a vida financeira de famílias pobres, especialmente de agricultores familiares do Nordeste. Estes casos revelam com clareza a complexidade e, em grande parte, o lado oculto e invisível do mundo das transações financeiras entre os agricultores familiares. Para Abramovay (2004), estas transações são amplamente difundidas e se apoiam nas necessidades das famílias dos agricultores e de suas propriedades por liquidez, poupança e seguros, que são tanto mais importantes quanto maior a pobreza das famílias, tanto em suas estratégias de consumo como em virtude da pluriatividade que marca suas iniciativas de geração de renda. Abra-

movay (2004) mostra que retirar as transações da rede tradicional e informal de relações que envolvem os mais pobres, requer importantes inovações institucionais, que, em grande medida, estão sendo levadas adiante.

Para Abramovay (2004), o acesso aos bancos é um item indispensável para aumentar as possibilidades de inclusão produtiva dos indivíduos que vivem do trabalho por conta própria e próximos à linha de pobreza. Para este autor, o entusiasmo baseado na *crença* do crescimento econômico não pode desconsiderar ou subjugar uma das mais importantes conquistas intelectuais da ciência econômica dos anos 1990, expressa de forma exemplar em relatório recente do Banco Mundial sobre a América Latina: quanto mais desigual um país ou região, menor é a capacidade de o crescimento econômico reduzir a sua pobreza e sua desigualdade. É que as oportunidades geradas pelo crescimento econômico tendem a ser melhor aproveitadas pelos que estão mais preparados e estruturados economicamente e organizados coletivamente, ou seja, aqueles que se encontram dotados dos ativos necessários para traduzir crescimento em desenvolvimento. É o que constatam Nunes *et al.* (2014), quando comparam regionalmente a evolução das principais políticas agrárias e agrícolas brasileiras, revelando que as regiões que mais aproveitam essas políticas são as que se apresentam mais dotadas de estrutura de produção econômica e de organização coletiva (cooperativas de produção, de comercialização, de crédito, redes de cooperação etc).

A análise realizada por Nunes *et al.* (2014) revela uma aguda desigualdade regional brasileira, na qual as regiões Norte e Nordeste, deficientes e carentes de estruturas de produção econômica e de organização coletiva, são as que menos aproveitam as políticas agrárias e agrícolas, especialmente as de crédito. As regiões Sul e Sudeste, ao contrário, destacam-se no aproveitamento das políticas, por serem as mais ricas. Assim, a defesa da antiga receita segundo a qual o crescimento econômico produz prosperidade e que os seus benefícios, ou externalidades positivas, se espalham de forma natural e espontânea para toda a sociedade e reduz as desigualdades, mostra-se insustentável. A desigualdade, ao contrário, amortece o ritmo da redução da pobreza e reproduz atuando também como freio ao próprio crescimento econômico. Segundo Abramovay (2004), existem duas razões para isso.

2 Segundo Ploeg (2008), a *base de recursos* é a infraestrutura de produção econômica e de organização coletiva que ao longo do tempo é formada e aperfeiçoada pelos agricultores familiares, e define os diferentes *estilos de agricultura* a partir do padrão técnico adotado, seja este constituído por tecnologias modernas obtidas externamente, produzidas no interior da propriedade, ou as obtidas a partir da combinação das duas situações.

A primeira delas refere-se ao poder exercido por oligarquias locais e regionais nos países ou regiões com desigualdades agudas, que lhes permite definir estratégias que dificultam o acesso dos agricultores familiares mais pobres a ativos necessários para a geração de renda e a dotação de instrumentos que os auxiliem no alcance de relativa autonomia. Para Abramovay (2004), a deterioração do ensino público, especialmente nos níveis fundamental e médio, em diversos países da América Latina, é um exemplo disso. Sem ser preciso destacar a condição ainda mais precária dessa estrutura pública de ensino no meio rural.

A segunda razão que faz da desigualdade um obstáculo ao processo de crescimento é a falta e dificuldade de acesso a serviços financeiros, principalmente, microcrédito, seguros e poupança. Em sua luta para sobreviver, os agricultores familiares mais pobres procuram, o tempo todo, utilizar esses serviços. Não conseguindo acesso a tais serviços nos mercados formais, recorrem a tipos informais, apesar de serem caríssimos e frequentemente associados a formas clientelistas e personalizadas de alta dependência que inibem o vigor de qualquer iniciativa econômica.

De acordo com Abramovay (2004), é equivocada a ideia de que os agricultores familiares mais pobres devem primeiro elevar o nível da sua renda para, só depois, demandar serviços financeiros formais. Uma vez afastada a barreira ao ingresso do agricultor familiar à oferta de crédito e de outros serviços financeiros, a tendência é que se amplie o uso dos seguros (que já começam a ser oferecidos a preços populares), da poupança e do próprio crédito. Neste sentido, segundo constata Abramovay (2004), a experiência do microcrédito no estado de São Paulo é exemplar. Dois estudos recentes, o do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) sobre o “São Paulo Confia” e o do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) sobre o Banco do Povo de Santo André e o Real Microcrédito, mostram que, apesar das diferenças entre estes programas, os mesmos tiveram o condão não só de operar com baixíssima inadimplência, mas de permitir a elevação da renda dos que tomaram empréstimos.

A maioria absoluta dos agricultores familiares não pode recorrer a bancos ou outras instituições de crédito, da mesma maneira que fazem os que possuem fontes seguras e que têm como apresentar comprovantes de renda ou bens que possam ser uti-

lizados como garantia real para o crédito ou empréstimo que buscam alcançar. Neste caso, Abramovay (2004) ressalta que a grande dificuldade no acesso aos serviços financeiros por parte dos agricultores familiares mais pobres, é devida ao fato desses serviços serem ofertados em mercados “imperfeitos” e “incompletos”. Assim, sem possuir bens ou sequer o *direito de propriedade*<sup>3</sup> da sua própria terra, os agricultores familiares têm que elaborar estratégias para substituir as garantias reais que lhes faltam pela confiança pessoal dos que com eles realizam negócios (atravessadores, comerciantes locais etc) ou convivem no dia a dia, a exemplo dos vizinhos e familiares, numa ação estratégica de proximidade e reciprocidade. E, conforme ressalta Ploeg (2013), se fazer digno dessa confiança é, por parte dos agricultores familiares mais pobres, uma condição decisiva de sobrevivência de suas famílias e da propriedade.

Segundo constata Ploeg (2013), quando os agricultores familiares mais pobres buscam construir estratégias que se traduzem na criação e estruturação de organizações coletivas, sejam grupos, associações, cooperativas etc, tornam-se menos vulneráveis e mais preparados para acessar serviços financeiros, assim como outros ativos que os dotem de relativa autonomia. Essa é uma estratégia de Inclusão Produtiva que, para Ploeg (2013), se apresenta como adequada para que agricultores possam engendrar processos endógenos mais autônomos a partir da agricultura familiar, no momento em que se dotam de estrutura econômica capaz de agregar valor nas fases da produção, do beneficiamento, e comercializar diretamente acessando e ampliando mercados. Daí a importância do acesso por parte dos agricultores familiares às modalidades de microcrédito, assim como de outros serviços financeiros para, por meio de suas estratégias, prepararem-se para melhor aproveitar as oportunidades geradas pelo crescimento econômico e contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades regionais.

## 2.2 O Microcrédito como política de Inclusão Produtiva na agricultura familiar

A afirmação da agricultura familiar passa pela sua estruturação econômica e organização coletiva, as quais devem ser construídas com um distan-

<sup>3</sup> É o direito que indivíduos ou organizações têm de controlar o acesso a recursos ou ativos de que são titulares, e a sua plenitude é fundamental para o desenvolvimento capitalista. São exemplos as escrituras residenciais, os títulos da terra etc, documentos caros e de difícil acesso para a maioria dos pobres no Brasil.



ciamento gradual<sup>4</sup> de mercados monopolistas. Tal distanciamento é colocado por Saccomandi (1998) na perspectiva institucional como necessário para um funcionamento mais adequado visando a mais autonomia e à dinamização econômica e social no nível micro. Para Nunes e Schneider (2012), a dinamização e as ações de Inclusão Produtiva exigem a existência, ampliação e/ou construção de uma estrutura sólida de produção econômica, ou seja, a *base de recursos* no sentido definido por Ploeg (2008), que possibilite a agregação de valor considerando a diversificação dos produtos locais, além de estimular a organização coletiva e a inovação tecnológica e gerencial para alcançar maior competitividade no âmbito territorial.

Assim, o acesso às modalidades de *Microcrédito* pode ser decisivo para o êxito das estratégias dos agricultores familiares, especialmente junto às suas principais cadeias produtivas. Neste sentido, as cooperativas de crédito podem dar uma contribuição inestimável, se forem capazes de oferecer serviços financeiros a preços dignos das demandas dos mais pobres. Isso representaria libertar os agricultores familiares mais pobres dos elevados custos impostos pelas modalidades informais de empréstimos tomados em mercados “imperfeitos” e “incompletos”, como bem destacou Abramovay (2004). Para Nunes e Schneider (2012), os agricultores familiares não podem viver mais exclusivamente da agricultura. Muitos dos membros das famílias passam a exercer o que Schneider (2003) define *pluriatividade*<sup>5</sup>.

Em síntese, a redenção financeira dos agricultores familiares mais pobres exige mais do que simplesmente crédito à produção agrícola, ou seja, faz-se necessário ofertar oportunidades seguras de poupança, diferentes tipos de seguro, além do

acesso ao crédito para outras finalidades. Isso pressupõe um conhecimento de como os agricultores familiares mais pobres sobrevivem e de como suprir suas demandas financeiras. Para Abramovay (2004), o limitado uso de serviços financeiros formais não reflete a existência da demanda por estes tipos de serviços, mas a enorme distância entre os bancos e a maioria dos agricultores familiares mais pobres, desestruturados e descapitalizados. Ao contrário, conforme Nunes e Schneider (2012), o uso dos serviços financeiros define a própria Inclusão Produtiva das famílias desses agricultores e que, portanto, suas formas de inclusão serão muito variadas e, muitas vezes, podem ser surpreendentes.

De acordo com Abramovay *et al.* (2012), a criação do PRONAF em 1996 pode ser considerada uma tentativa de fazer com que os agricultores familiares mais pobres pudessem ter acesso a serviços financeiros, em especial o crédito à produção e infraestrutura econômica. O PRONAF é segmentado em linhas de crédito específicas, dentre as quais o Pronaf B uma modalidade *Microcrédito* que, segundo Nunes e Schneider (2012), direciona-se a agricultores familiares mais pobres e de renda muito baixa. No caso do BNB, conforme Abramovay *et al.* (2012), o PRONAF B opera com recursos do orçamento geral da União ou dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), somente quando alocados para operações de microcrédito rural, ou seja, o AGROAMIGO. Apesar de receber a denominação de programa, o AGROAMIGO representa uma metodologia, criada pelo BNB para aprimorar a aplicação dos recursos do PRONAF B, que tem como público agricultores pobres que comprovem seu enquadramento por meio da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ativa.

Para Abramovay *et al.* (2012), sua finalidade é a de financiar investimentos em atividades agropecuárias ou não, desenvolvidas na unidade produtiva rural, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção econômica. O AGROAMIGO foi criado em 2005 pelo BNB, sendo operacionalizado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Segundo Abramovay *et al.* (2012), em termos organizacionais, o AGROAMIGO assenta-se em três pilares: informação, confiança e capacidade de fazer cumprir contratos. Sua metodologia de trabalho pretende equalizar dois problemas do PRONAF B: a monotonia das operações apenas em atividades agropecuárias e

4 Em sua obra *Agricultural market economics...*, de 1998, Vitto Saccomandi aponta que na agricultura familiar surgem experiências que constroem trajetórias na perspectiva do crescimento com elevado uso de recursos externos e forte aproximação do mercado monopolista; e outras engendram trajetórias a partir do desenvolvimento endógeno e com certo distanciamento do mercado monopolista. Assim, as primeiras tendem a levar os agricultores familiares a um grau maior de dependência, e as segundas buscam uma relativa autonomia a partir do distanciamento gradual dos mercados nocivos, os monopólios.

5 Para uma definição da pluriatividade, Schneider (2003) coloca que esta estratégia ocorre a partir da combinação do exercício (por parte de membros de uma mesma família) de uma ou mais atividades não agrícolas ou atividade ligada ao setor agrícola, mas fora da propriedade, seja na forma de prestação de serviços ou assalariamento, sendo estas atividades exercidas por pelo menos um membro da família.

o elevado índice de inadimplência dos agricultores familiares.

Para Nunes *et al.* (2014), o acesso por parte dos agricultores familiares mais pobres às modalidades de microcrédito chega a ser fundamental, para além apenas do uso dos serviços financeiros, quando se incorpora como um insumo financeiro decisivo para viabilizar ações de Inclusão Produtiva por meio da estruturação das cadeias produtivas e de organizações coletivas. Cabe ressaltar que, nas regiões brasileiras, a agricultura familiar tem financiado e construído a sua estrutura de produção por meio de dinâmicas endógenas e específicas de desenvolvimento rural. Tais dinâmicas são engendradas pelos agricultores numa relação entre crédito, tecnologia e mercados, na qual a localidade e a diversificação são, ao mesmo tempo, ambiente e resultado do que Ploeg (1994) define como *estilos de agricultura*<sup>6</sup>. Ao contrário dos modelos de inovação exógena (*innovation production*) da modernização agrícola, as dinâmicas de desenvolvimento rural se apresentam adequadas para o surgimento do que Ploeg *et al.* (2004) definem como novidades (*novelty production*)<sup>7</sup>, sendo que se verifica essa possibilidade no trabalho e na diversificação das unidades familiares. Assim, a partir dos anos 1990 tornou-se cada vez mais incontestável o reconhecimento da agricultura familiar para a transformação das estruturas do meio rural, quando as políticas passam a valorizar temas como desenvolvimento endógeno, diversificação e *mercantilização*<sup>8</sup>, antes desprezados e tratados pelos defensores da modernização como residuais ou sem importância analítica.

6 Para este autor, o estilo de agricultura (*styles of farming*) é um complexo, ou seja, um conjunto integrado de noções, normas, conhecimentos, experiências etc, apreendido por um grupo de agricultores em uma região específica, e que descreve o modo como a *práxis* da agricultura é levada adiante. Estes resultam de uma tipologização das formas familiares de agricultura operacionalizada com base em variáveis que expressam situações de maior ou menor diversificação, neste caso de práticas agrícolas e de estratégias.

7 Para este autor, inovações (*innovation*) e novidades (*novelty*) possuem definições, trajetórias e histórias distintas: as primeiras seriam exógenas e definidas como padrão, externas e globais; as segundas seriam endógenas e se caracterizariam pela contextualização, pela internalização e pela territorialização.

8 Aqui a *mercantilização* é analisada como o resultado da menor ou maior dependência do mercado, cuja escolha pelo consumo de mais ou menos elementos externos ou internos produz movimentos que os afastam ou os aproximam de certos mercados nocivos a eles, como monopólios. Entretanto, isso não significa que não devam se relacionar com estes mercados, mas que se capacitem para se relacionar com mais liberdade e autonomia. Para uma visão mais geral, ver Larson e Gillespie Jr (1991), Schneider (1997) e Buttel (2001).

Na região Nordeste, segundo Souza (1997), a partir de 1970, o Estado financiou iniciativas voltadas para a modernização da agricultura, integrando-a à indústria, saindo do nível regional dos planos diretores para o nível do Plano Nacional de Desenvolvimento, o PND. Conforme Nunes e Schneider (2013), surgia a necessidade da *integração* nacional tendo sido elaborados Planos de Desenvolvimento do Nordeste, PDN's. A finalidade dessa *integração* seria a de reduzir as desigualdades regionais por meio da integração da economia de regiões vistas como atrasadas, a exemplo da Nordeste do Brasil, à dinâmica industrial e agroindustrial em andamento, principalmente a da região Centro-Sul. A partir disso, segundo Nunes e Schneider (2013), a política agrícola foi direcionada para financiar a estruturação econômica de programas governamentais, como o Programa de Redistribuição de Terras e da Agroindústria do Nordeste (PROTERRA), de 1971, e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE), de 1974. Estes programas privilegiaram um modelo exportador baseado em grandes empresas e visavam superar as deficiências da estrutura de produção da agricultura do Nordeste, a qual reproduzia baixos índices de produtividade e de produção utilizando uma base técnica tradicional.

No caso da agricultura familiar, as políticas públicas de estruturação econômica foram direcionadas para projetos de menor alcance, mas que introduziam uma lógica interessante de inovação endógena a partir da diversificação de sistemas produtivos em dinâmicas regionais de desenvolvimento rural. Conforme Sabourin (2010), depois da experiência no marco do Programa Nordeste de 1985 a 1988, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) implantou o Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), entre 1988 e 1992, com financiamento do Banco Mundial. Este Programa buscou introduzir no ambiente da agricultura familiar instituições importantes, a exemplo do cooperativismo e do associativismo, com vistas à implantação de agroindústrias familiares. Para Sabourin (2010), o último período do PAPP, de 1993 a 1997, no qual passou a ser denominado Programa de Combate à Pobreza Rural (PCPR), foi marcado por uma nova direção da política pública, ou seja, para ações de combate à pobreza e para grupos sociais específicos, sempre por meio da participação coletiva. Esta ação

iniciou sua experiência no México e no Brasil no início dos anos 1980 e priorizou a estruturação econômica de agricultores familiares via agroindústrias de pequeno porte e foi difundida em países da África e da América Latina sob o nome de *Community Driven Development*<sup>9</sup>(SABOURIN, 2010, p. 145).

Ainda na primeira metade dos anos 1980, conforme Nunes e Schneider (2013), os instrumentos de política agrícola fundamentados na *revolução verde* encontraram dificuldades diante da instabilidade macroeconômica que assolava a economia brasileira, iniciando o declínio dos modelos exógenos e especializados de modernização agrícola. O desemprego, a degradação ambiental, a pobreza rural etc, fizeram com que o modelo exógeno fosse questionado. Como consequência, o ambiente macroeconômico foi se tornando favorável para movimentos de reivindicação, como as demandas por crédito, reforma agrária, pelas ações de combate à pobreza etc, a exemplo das ações apoiadas pelo Banco Mundial, a ponto de forçar o Estado a redefinir suas políticas. Para Nunes e Schneider (2013), este ambiente tornou-se adequado para afirmar a agricultura familiar como importante segmento da economia e intensificar ações destinando preocupação com os agricultores familiares, já que a maioria destes não foi alcançada pelas políticas durante décadas.

Os anos recentes, especialmente a partir da década de 2000, têm se caracterizado como período determinante e marcante para o meio rural brasileiro quanto à implantação de políticas públicas direcionadas para os agricultores familiares mais pobres. Como coloca Bonnal e Maluf (2009b, p.211) “ações públicas voltadas para o meio rural vêm se referindo à noção de multifuncionalidade da agricultura e à perspectiva territorial do desenvolvimento”. Esse novo direcionamento da noção de desenvolvimento rural vitalizou o tema e gerou novas abordagens, suscitando novos espaços e se afirmando como importante segmento econômico. Vista a partir desta perspectiva, a agricultura familiar não é algo precário e sem perspectiva de funcionamento ou de acesso a serviços financeiros.

9 O Community Driven Development é uma abordagem do Banco Mundial que defende o controle sobre as decisões de planejamento e de recursos para projetos de desenvolvimento para os grupos comunitários. Este Programa opera sob os princípios da *governança* local, da capacitação participativa e de mais autonomia administrativa. O Banco Mundial reconhece que esta abordagem sempre foi um importante elemento para a redução da pobreza e para o desenvolvimento rural sustentável.

Ao contrário, sua capacidade técnica e de resposta ao mercado está fora de questionamento, visto que sua maior caracterização vem ser o trabalho na unidade de produção familiar, apoiando-se efetivamente na família (ABRAMOVAY, 1998).

A partir dos anos 2000, a direção das ações para a agricultura familiar por parte do Estado se caracteriza pela ampliação das políticas agrárias e agrícolas de desenvolvimento endógeno e criação de políticas novas, fundamentadas no desenvolvimento territorial. Diferentemente das anteriores, focadas na **oferta**, segundo Nunes *et al.* (2014), as políticas territoriais inovam por serem focadas na **demanda**. As políticas focadas na oferta foram aprimoradas via ampliação da reforma agrária e de mais acesso ao crédito e ao microcrédito, especialmente por meio do AGROAMIGO, do BNB. Quanto às políticas focadas na demanda, foram criadas a partir de 2003, destacando-se o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PAA foi instituído pela Lei 10.696 de 2003, como uma ação do Programa Fome Zero. Sua ação consiste na compra de produtos da agricultura familiar para destiná-los às pessoas e grupos sociais em vulnerabilidade social, para mercados institucionais (merenda escolar, instituições prisionais etc) e/ou para formar estoques. Conforme constata Nunes *et al.* (2014), este Programa faz parte de um tema ainda pouco conhecido na literatura dos estudos rurais, e até mesmo pelos formuladores de políticas e pelos próprios agricultores familiares: a comercialização agrícola mediada pelo Estado. Quanto ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), este visa garantir, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos estudantes de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. O PNAE tem caráter suplementar, como prevê o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal.

Para Nunes *et al.* (2014), a proposta dos programas PAA e PNAE de atuar na fase da comercialização os torna inovadores no contexto das políticas agrárias e agrícolas, por articularem a produção agrícola (oferta) com o consumo de alimentos (demanda). Na verdade, o maior alcance do PAA e do PNAE como políticas inovadoras se concentra em três pontos: 1) valorizar e manter a produção de culturas consideradas tradicionais (antes despreza-

das pelas políticas agrícolas nos modelos exógenos e especializados), reforçando a diversificação da agricultura familiar; 2) criar organizações coletivas e consolidar as existentes (grupos, cooperativas, redes etc) e viabilizar o funcionamento das novas; e 3) aquecer a economia da Região por criar novos mercados locais e regionais e consolidar os existentes.

Considerando estes três pontos, conforme Nunes *et al.* (2014), os impactos do PAA e do PNAE revelam especificidades e disparidades entre regiões. As regiões que mais aproveitaram as políticas e absorveram os recursos foram a Sul e a Nordeste, seguidas pela região Sudeste, o que sugere que na região Sul arranjos institucionais em uma estrutura já consolidada (cooperativas, associações, redes etc) têm maior capacidade de absorver a política e buscam ampliar seus mercados. Entretanto, a região Nordeste encontra-se em um patamar retardatário, onde políticas, a exemplo do PAA e PNAE, estão servindo para ainda criar arranjos institucionais que dão vida a uma estrutura econômica frágil e vulnerável. No Nordeste, grande parte das organizações coletivas que surgiram a partir de 2003 foi viabilizada pelos recursos dessas políticas, das quais se mantêm com forte dependência. Neste contexto, os arranjos no Nordeste enfrentam dificuldades para manter mercados locais e regionais criados no mesmo período, onde o microcrédito bem orientado pode ter uma importância fundamental para reduzir essas dificuldades e, conseqüentemente, as desigualdades.

A aplicação de estratégias com enfoque territorial e que ampliam o acesso ao microcrédito, no caso do Nordeste, o AGROAMIGO, vem resultando na possibilidade de uma integração maior entre as políticas específicas para a agricultura familiar, a exemplo do PAA e do PNAE. Essas estratégias bem implantadas e geridas eficientemente possuem a capacidade tanto de reforçar a diversificação da base produtiva de cadeias específicas como de facilitar o acesso dos agricultores familiares às demandas financeiras, trazendo consigo transformações, valorizando e estimulando a diversificação da agricultura familiar. (NUNES; TORRES; DIAS, et al, 2012c). Diante disso, a introdução de ações de microcrédito, como a do AGROAMIGO pelo BNB pode ser decisiva para a agricultura familiar no sentido de estimular condições para que forças endógenas possam surgir e se espalhar nos territórios. Isso se torna relevante, especialmente

quando considerada a velocidade pela qual a discussão sobre território tornou-se abrangente no final da década de 1990 e intensa a partir dos anos 2000, quando dinâmicas de desenvolvimento rural têm sido cada vez mais reconhecidas a partir da lógica diversificada e endógena da agricultura familiar, numa significativa interação entre as instâncias ambientais, sociais, culturais, econômicas e políticas institucionais.

### 3 Metodologia

O procedimento metodológico utilizado neste trabalho é o Estudo de Caso, e a finalidade é a de analisar os impactos do *Microcrédito*, na modalidade AGROAMIGO do BNB, sobre a estruturação da agricultura familiar, por meio da diversificação da base produtiva cadeia da Apicultura no Território da Cidadania Sertão do Apodi. O trabalho mescla os métodos qualitativo e quantitativo, partindo de uma análise qualitativa. As possíveis inferências não são estatísticas e as informações primárias são oriundas de pesquisa e secundárias da literatura e de outras fontes, para fazer análises em profundidade, obtendo-se até as percepções dos elementos pesquisados sobre os eventos de interesse (CAMPOMAR, 1991).

O trabalho adota uma definição ampliada de Estudo de Caso, no sentido descrito por Gil (2007). De acordo com esse autor, o Estudo de Caso pode abranger um grupo social, seja uma família, um pequeno grupo de interesse, uma organização coletiva, um conjunto de relações sociais e econômicas, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura.

Diante disso, para se proceder com a execução empírica deste trabalho, fez-se necessário um adequado amparo metodológico, que será suscitado. Para se proceder com a execução à estratégia de investigação mais específica usada foi o Estudo de Caso. A unidade de análise é a Unidade Produtiva (beneficiamento de mel), e para o estudo foram utilizados dados obtidos em dois momentos distintos: a) os primeiros são dados primários, resultados de uma pesquisa de campo realizada com a aplicação de questionário. Cabe ressaltar que o questionário foi constituído de questões estruturadas e semiestruturadas (abertas e fechadas), de modo a obter o caráter sistêmico da cadeia da Apicultura. Isso permitiu mais clareza e entendimento a partir da percepção dos entrevistados; e b) os segundos são



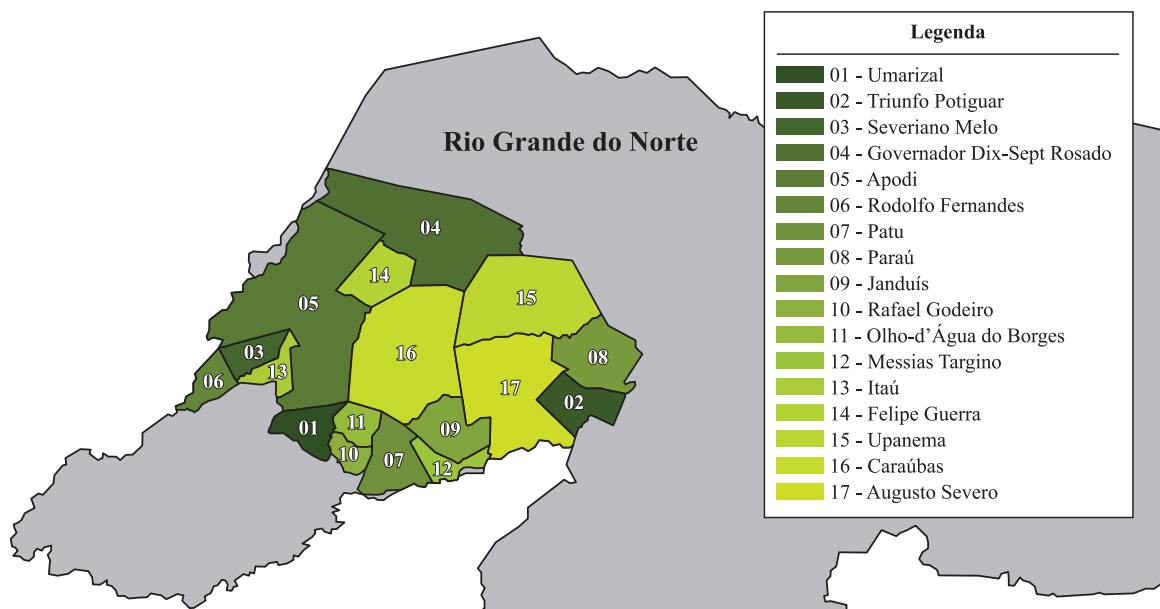
dados secundários obtidos de um Banco de Dados do BNB, com informações que tem sistematizadas sobre as operações do AGROAMIGO no período de 2005 a 2015. E o Caso é o Território da Cidadania Sertão do Apodi, constituído por 17 municípios, a saber: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-d'água do Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema, conforme mostra Figura 1.

A pesquisa consistiu no Censo visando identificar e mapear, por meio de técnicas de georreferenciamento, a estrutura existente de produção e beneficiamento da cadeia produtiva da Apicultura, tendo sido identificadas 40 casas de mel, 2 entrepostos e 2 cooperativas no território Sertão do Apodi. O estudo analisa produção, gregação de valor e comercialização de mel desde o ano de 2005 até o ano de 2015, coincidindo o período com o de atuação do AGROAMIGO. A partir das entrevistas, discorreu-se acerca dos principais entraves apresentados no território Sertão do Apodi.

A aplicação do questionário aos Assessores do Agroamigo, com perguntas abertas e fechadas, complementou as informações para a análise.

Com recorte territorial abrangendo o período de junho de 2005 a junho de 2015, os questionários foram elaborados com critérios metodológicos previamente definidos a partir do norte orientador fornecido pela equipe técnica da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Os questionários são baseados no roteiro para obtenção de informações sobre Microcrédito, como instrumento de Inclusão Produtiva, que resultou no relatório de pesquisa de dados Estratégia de Gestão Territorial do Plano Safra. Cabe ressaltar que a metodologia foi desenvolvida para aplicação em territórios da cidadania do País. A experiência-piloto acontece atualmente sob a coordenação de 10 universidades, sendo essa uma ação de pesquisa científica e de extensão empreendida pela SDT/MDA/CNPq.

Figura 1 – Mapa do Território Sertão do Apodi



Fonte: SIT, SDT, MDA. Elaborado pelos autores.



## 4 Resultados e discussões

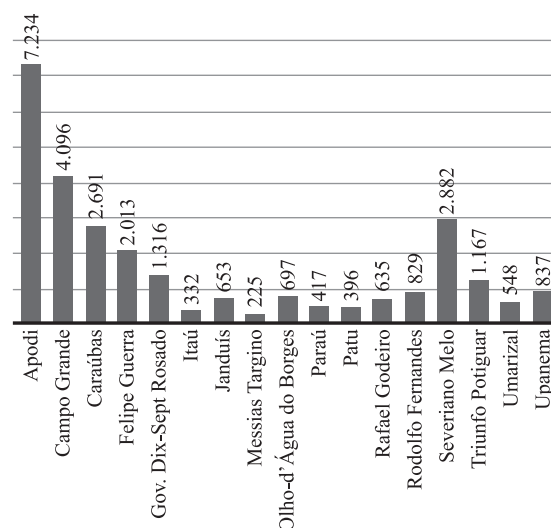
Nos últimos dez anos tem tomado corpo um novo formato de desenvolvimento endógeno no meio rural da região Nordeste do Brasil. As cadeias produtivas (que incluem unidades de beneficiamento, processos de inovação, suas formas de gestão, de organização e de inserção nos mercados) que têm sido empreendidas por agricultores familiares representam os mais promissores instrumentos para desencadear o processo de dinamização econômica nos níveis regional e territorial. No entanto, atividades econômicas que formam as cadeias produtivas enfrentam limitações que, em muitos casos, têm inviabilizado o seu desempenho e operacionalização.

No Território Sertão do Apodi, agricultores familiares elaboram estratégias que visam às ações de Inclusão Produtiva como forma de superar essas limitações, destacando-se pela capacidade de inserir produtos no mercado por intermédio das suas organizações coletivas, mesmo sem uma abrangência da sua totalidade. Esse processo de inserção faz surgir uma demanda por assistência técnica, por terra e água, bem como por crédito para a produção, beneficiamento e comercialização direta. Assim, o acesso às modalidades de *Microcrédito*, especialmente ao AGROAMIGO, tem se configurado importante para a estruturação da produção familiar naquele território. Além disso, as políticas de *foco na demanda*, neste caso o PAA e o PNAE, têm sido gradualmente acessadas por agricultores familiares vinculados às organizações coletivas, possibilitando a agregação de valor pela comercialização via compras governamentais e pela agroindustrialização. Essas políticas proporcionam um ambiente favorável para a interface com as políticas de *foco na oferta*, neste caso o crédito por meio do AGROAMIGO.

Numa análise dos contratos de *Microcrédito* no âmbito do Agroamigo ao longo do período de sua vigência (2005-2015), observa-se que no Território Sertão do Apodi se destacam os municípios de Apodi, Campo Grande, Severiano Melo e Caraúbas (Gráfico 1). Essa supremacia é determinada pelas especificidades de cada município, especialmente da infraestrutura de produção e da capacidade de diversificação produtiva e organizacional. Em Apodi e Caraúbas se destacam grandes fazendas e agroindústrias familiares (polpa de frutas, castanha de caju, mel, mudas etc); em Severiano Melo e

Campo Grande é importante a criação de animais e a presença de ONGs que realizam assessoria técnica permanente aos agricultores familiares, operando por meio de convênios com governos.

Gráfico 1 – Total de contratos do AGROAMIGO no Território Sertão do Apodi (por município de 2005 a 2015)



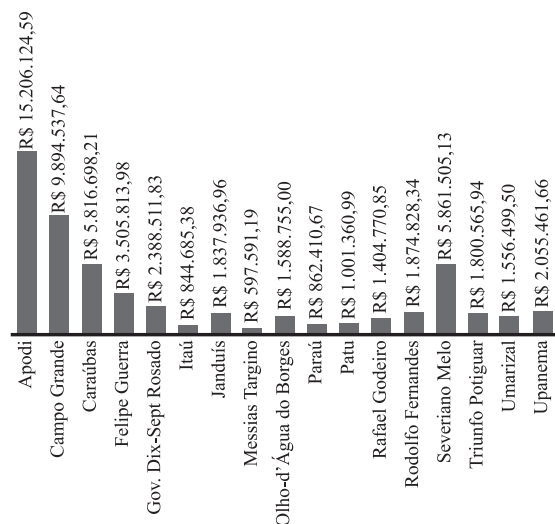
Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2014).

Nesse Território, cada um dos 17 municípios possui características distintas, e o número de contratos do AGROAMIGO reflete a presença e a influência das organizações coletivas, o que resulta na diversificação das cadeias produtivas mais ou menos estruturadas em cada. É o exemplo do município de Severiano Melo, cujas cadeias produtivas da bovinocultura, apicultura, avicultura e cajucultura têm acesso ao crédito, o que tende a consolidar cada vez mais o processo de dinamização econômica e possibilitar oportunidades de Inclusão Produtiva. Entretanto, se constata a necessidade da ampliação do crédito para os municípios, especialmente serviços financeiros para as organizações coletivas, especialmente, microcrédito, seguros e poupança.

O número de contratos firmados no período de 2005 a 2015 também reflete a desigualdade na distribuição do microcrédito no Território Sertão do Apodi. Como mostra o gráfico 2, do total de R\$ 58.048.057,86, os municípios de Apodi e Campo Grande, Severiano Melo e Caraúbas se destacaram por operacionalizar R\$ 15.206.124,59, R\$ 9.894.537,64, R\$ 5.861.505,13 e R\$ 5.816.698,21, respectivamente, sendo 63,36% do total apenas

para esses quatro municípios.

Gráfico 2 – Operações do AGROAMIGO no território Sertão do Apodi no período de 2005 a 2015 (em R\$)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2014).

Considerando a política de microcrédito do AGROAMIGO, e comparando com o total de agricultores familiares nos municípios do território Sertão do Apodi, é notório o reduzido número de contratos firmados nos seus 10 anos de excursão. Isso sugere a fragilidade dos agricultores que, por alguns motivos, não podem acessar ao crédito oficial e procuram outras fontes informais, fragilizando as cadeias produtivas e, conseqüentemente, o acesso aos mercados. Porém, o crédito é um importante mecanismo de política capaz de aumentar as chances daqueles que vivem do trabalho por conta própria e próximos à linha de pobreza.

Apesar do alcance limitado, o financiamento das cadeias produtivas no meio rural no Sertão do Apodi tem se configurado importante estratégia, haja vista que seus municípios têm organizações coletivas com histórico de acesso a políticas públicas de comercialização. E, conforme mostra o Gráfico 3, dentre as principais cadeias, a da Apicultura surge como nova e não tradicional que, apesar de promissora, ainda figura muito atrás das cadeias tradicionais ligadas à pecuária, a exemplo da Bovinocultura e da Ovinocaprinocultura.

Cabe ressaltar que os mercados têm exigido das cadeias produtivas cada vez mais estrutura e legalização minimamente adequadas para o benefi-

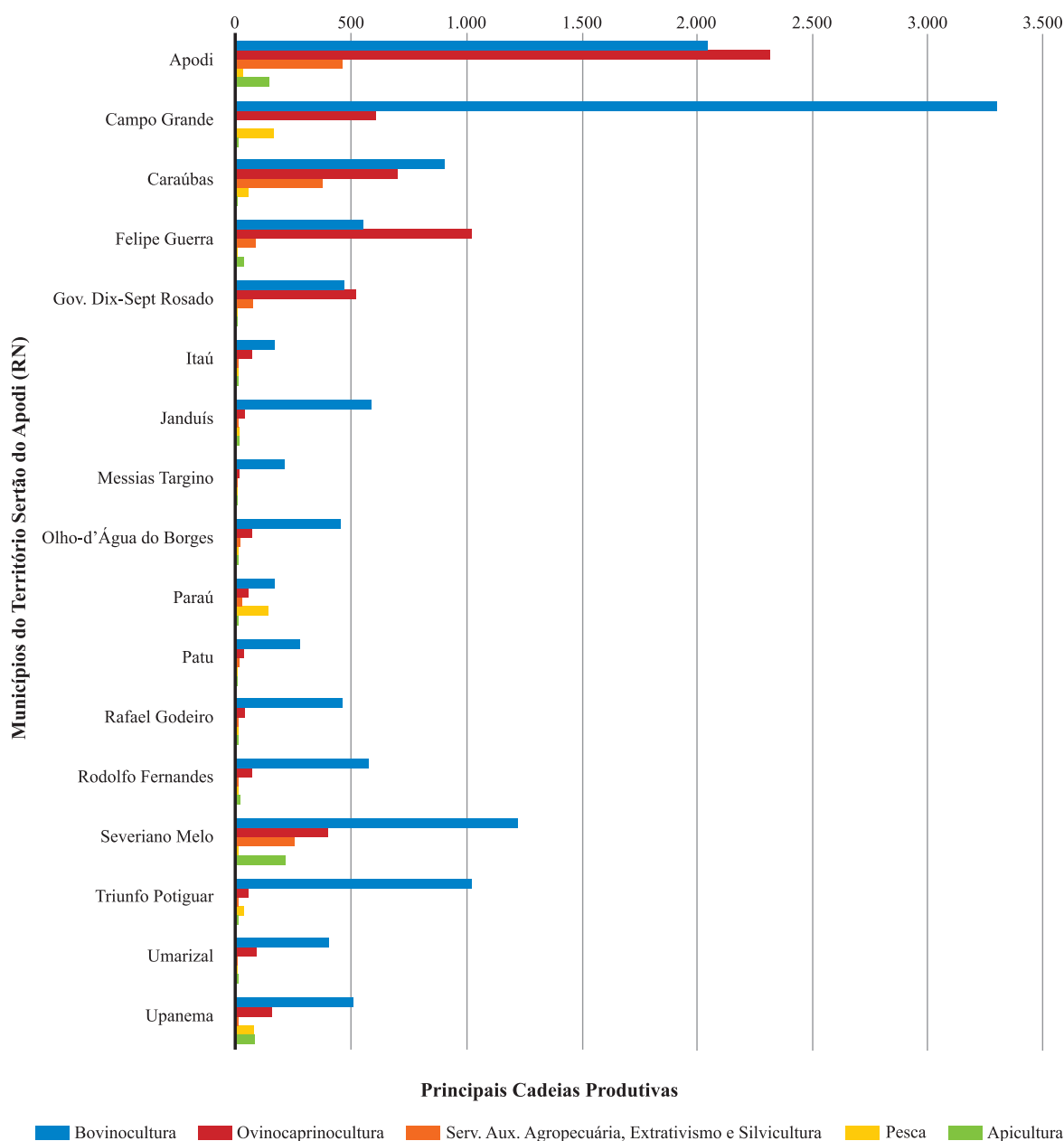
ciamento e o estímulo à criação de novos produtos, especialmente quando originários da agricultura familiar. E como é percebido no Gráfico acima, o financiamento do AGROAMIGO por cadeia produtiva do Território Sertão do Apodi privilegia as cadeias mais tradicionais da região Nordeste, revelando a reprodução de uma antiga receita que alimenta um círculo vicioso da concentração na pecuária. Isso tende a limitar a diversificação da economia nordestina, pois inibe o surgimento de cadeias novas, a exemplo da Apicultura, Polpa de Frutas etc.

Cadeias como a da Bovinocultura necessitam do apoio do crédito, até porque apresentam limitações históricas, por demandar recursos naturais na sua manutenção, pela falta de agregação de valor no leite, e não possuir Serviço de Inspeção Federal (SIF) para a carne e derivados. Além disso, faz parte da tradição familiar a criação de animais, seja para o autoconsumo ou venda dos produtos e derivados, sendo os animais criados como poupança para servir de suporte financeiro e dotar os agricultores de mais autonomia e de *espaço de manobra* para superar imprevistos que ocorram na unidade produtiva e na família.

#### 4.1 A estruturação de produção e beneficiamento de mel no Território Sertão do Apodi

O financiamento da estrutura de beneficiamento do mel e seus derivados no Território Sertão do Apodi ocorreu por meio de várias fontes e políticas, conforme mostra o Gráfico 4. Os dados da pesquisa evidenciam políticas públicas na estruturação da cadeia da Apicultura, visto que 52% das unidades foram adquiridas com recursos do Banco Mundial em parceria com o Governo do Rio Grande do Norte por intermédio dos programas PAPP, PDS ou PCPR. Dos demais, 16% tiveram o apoio do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) que atua com recursos do Governo Federal em parceria com o Governo Estadual, e 12% de recursos oriundos da Petrobrás. Das unidades restantes, 8% foram apoiadas pelo Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA), 4% pela Igreja Católica a partir de ONGs em comunidades, e 4% pela Visão Mundial por meio do Programa de Desenvolvimento de Áreas (PDA) Santa Cruz.

Gráfico 3 – Total de contratos do AGROAMIGO das principais cadeias produtivas do Território Sertão do Apodi (2005 a 2015)



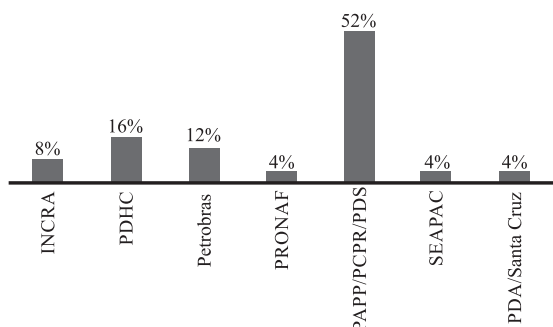
Fonte: Banco de dados NEDET/UERN (2014).

Quando se trata da estruturação da produção econômica<sup>10</sup>, é inegável a dependência por parte dos agricultores familiares e suas organizações co-

10 A estrutura total de beneficiamento de mel do Território Sertão do Apodi é composta por 40 casas de mel, 2 entrepostos e 2 cooperativas, onde são realizadas as atividades de beneficiamento dos produtos da cadeia produtiva da apicultura. Nas casas de mel ocorrem beneficiamento primário, coleta, decantação e envase do mel a granel; no entreposto ocorre o beneficiamento secundário realizando padronização, homogeneização, estocagem e fracionamento do mel em garrafas, bisnagas e sachês.

letivas dos programas e políticas que ofertam recursos não reembolsáveis (ou a *fundo perdido*). Como mostra o Gráfico acima, 88% dos investimentos da cadeia da Apicultura do Território Sertão do Apodi foram provenientes do Banco Mundial e PDHC via Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Petrobras. Essa estrutura atualmente opera com deficiência e demanda mecanismos como crédito e elementos para uma gestão mais eficiente da cadeia.

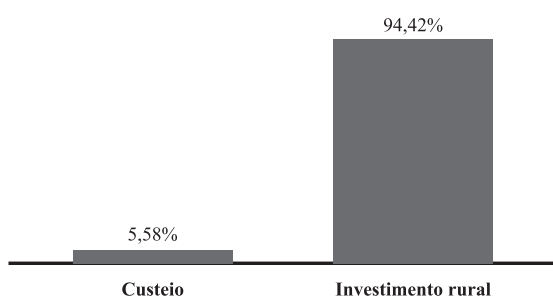
Gráfico 4 – Financiadores das estruturas físicas da Apicultura no Território Sertão do Apodi



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2015). Elaboração dos autores.

No contexto do Território Sertão do Apodi tem destaque a experiência do custeio apícola realizado por intermédio da parceria firmada entre o BNB e as organizações coletivas dos agricultores familiares, que atende anualmente cooperados com recursos de custeio e garante a comercialização. Entretanto, quando analisadas as operações do AGROAMIGO por finalidade de investimento e custeio no do Território Sertão do Apodi, a pesquisa revela uma desigualdade aguda na distribuição dos recursos. Como mostra o Gráfico 5, os agricultores familiares e responsáveis pelas estruturas de beneficiamentos pesquisadas do território acessaram 94,42% de recursos para investimentos e apenas 5,58% dos recursos para custeio.

Gráfico 5 – Acesso dos agricultores às modalidades com finalidade de investimentos e custeios para a atividade no Território Sertão do Apodi, nos anos de 2005 a 2015



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2014).

Considerando os princípios da teoria econômica, são distintas e específicas as finalidades dos

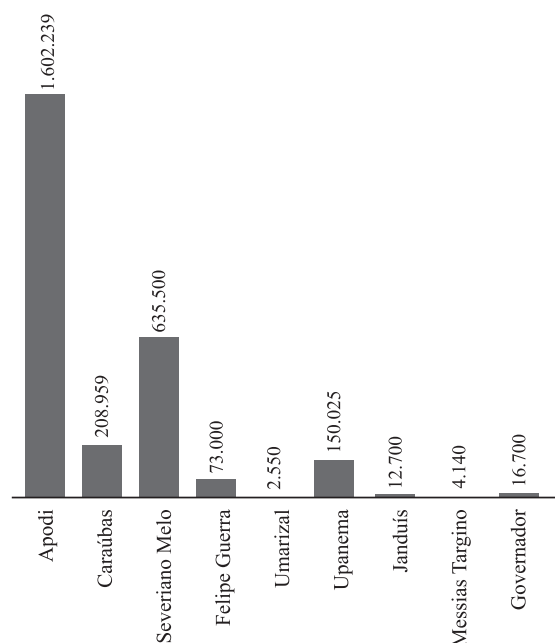
recursos para investimentos e custeio. Primeiro, as dinâmicas econômicas constroem sua infraestrutura apoiadas pelas somas financeiras em investimentos, demandando recursos com finalidade de custeio somente quando a estrutura já se encontra consolidada, para serem utilizados e transformados no processo de produção em insumo indispensável à geração de riqueza nova. A disparidade dos dados do AGROAMIGO para o Território Sertão do Apodi sugere deficiência e/ou ausência de infraestrutura de produção econômica e baixa capacidade de gerar riqueza nova devido à insuficiência da estrutura de demandar recursos de custeio. Portanto, a deficiência e/ou falta de estrutura para a produção e beneficiamento no âmbito do Território Sertão do Apodi reflete no reduzido número de agricultores com acesso aos recursos de custeio, ocasionando a necessidade de intensificar as ações da política de crédito para o meio rural.

Essa disparidade, que sugere uma realidade na qual alguns poucos municípios possuem mais estrutura de produção e têm economia mais diversificada do que os demais, é confirmada pelos resultados por município da pesquisa sobre a cadeia da Apicultura do Território Sertão do Apodi a partir da produção de mel e derivados. Como mostra o Gráfico 6, na análise da produção para o período de 2005 a 2012, dos 17 municípios que compõem o território, apenas 9 possuem a cadeia da Apicultura, sendo os municípios de Apodi, Severiano Melo, Caraúbas e Upanema os que se destacam como os principais produtores de mel e seus derivados. O município de Apodi se destaca absoluto, seguido de Severiano Melo, sendo ambos os mais bem dotados de estrutura de produção econômica e de organização coletiva da cadeia da Apicultura no território, com destaque, inclusive, como municípios de maior produção de mel do Rio Grande do Norte.

A pesquisa mostrou que a cadeia produtiva da Apicultura do Território Sertão do Apodi é relativamente recente e vem construindo a sua estrutura de produção e a organização coletiva na esteira das políticas públicas ditas territoriais, mostrando-se promissora, especialmente quando considerada a sua capacidade de ampliação. As deficiências e distorções identificadas pela pesquisa no interior da cadeia apenas mostram pontos necessários para a ação de políticas e de mecanismos, a exemplo da ampliação do acesso ao *Microcrédito* via AGROAMIGO, capazes de apoiar os agricultores fami-

liares por meio das suas organizações em processos de inovação e legalização para a inserção em mercados.

Gráfico 6 – Produção de Mel do território Sertão do Apodi no período de 2005 a 2012 (em Kg)



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2015).

## 4.2 As estratégias e mecanismos de acesso aos mercados

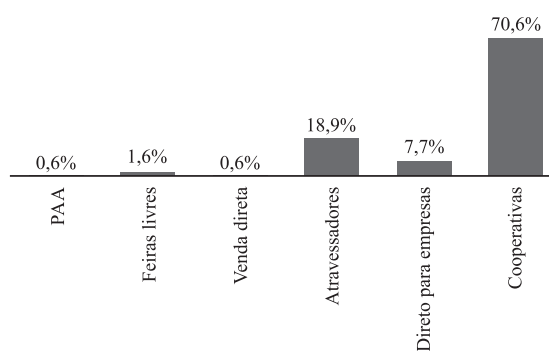
É perceptível que o acesso ao crédito e sua ampliação têm influência direta nos resultados da comercialização dos produtos da agricultura familiar, quando esses agricultores comercializam utilizando suas organizações coletivas e, especialmente, quando essas organizações se estruturam para alcançar recursos de custeio. No arranjo institucional criado para o financiamento da agricultura familiar as regras vão no sentido da comercialização ser realizada por meio das organizações coletivas dos agricultores familiares, especialmente as cooperativas. Na cadeia da Apicultura do Território Sertão do Apodi, as cooperativas articulam a produção do mel e de seus derivados junto às associações e agricultores individuais, realizando a comercialização para o mercado externo (via empresas) e no mercado interno, para o comércio regional e compras governamentais do mercado institucional.

A comercialização de mel e derivados para o

mercado institucional acontece por meio do Programa de Aquisição de Alimento (PAA), executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na modalidade doação simultânea. O município de Apodi foi pioneiro na inserção do mel na alimentação escolar, pois no início da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) o mel não fazia parte do cardápio das escolas. A pesquisa mostrou que os principais canais de comercialização acessados pelos produtores do mel do Território Sertão do Apodi são seis, conforme Gráfico 7, e as cooperativas lideram como mecanismo principal de acesso do mel e derivados a mercados, especialmente o institucional.

As cooperativas do Território Sertão do Apodi são responsáveis por 70,60% da comercialização do mel produzido no âmbito da agricultura familiar, sendo a COOPAPI e a COOAFAP as mais estruturadas, liderando o processo de inserção nos mercados. Os atravessadores aparecem como o acesso de 18,90% dos produtores de mel, sendo especialmente pequenos produtores que, além de produzir, passaram a comprar o mel, e 7,7% comercializam diretamente para empresas que exportam para o mercado internacional. São empresas que dispõem de grande estrutura na região e passam diariamente nas comunidades rurais realizando a coleta e compra do mel.

Gráfico 7 – Tipos de acessos a mercados pelos apicultores do Território Sertão do Apodi



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2015).

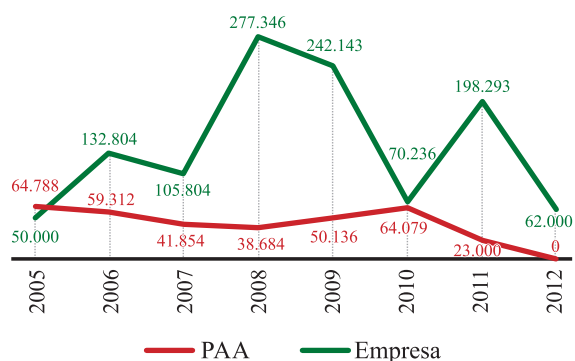
Nos principais mercados acessados pelas organizações dos agricultores familiares, especialmente as cooperativas têm destaque para a venda direta a empresas exportadoras de mel, operando a partir de contratos com exportadores que buscam



o mel com garantia de origem e de qualidade. Mas o mercado em maior destaque dado pela pesquisa é o institucional, de compras governamentais, com o acesso a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nas modalidades formação de estoque e doação simultânea, conforme mostra o Gráfico 8.

O mercado institucional, em especial o PAA nas suas modalidades Estoque e Doação Simultânea, tem se configurado como o principal e mais importante mercado para as cooperativas dos agricultores familiares. Esse mercado tem possibilitado a agregação de valor ao mel e a disseminação do consumo na região de atuação das cooperativas. Vale destacar que a forma de envase do mel para essa comercialização e o sachê produzido no âmbito das cooperativas têm gerado uma renda adicional, especialmente para os agricultores familiares envolvidos no processo de beneficiamento do mel. Esse destaque mostra que políticas territoriais de *foco na demanda*, a exemplo do PAA e do PNAE, possuem a capacidade de proporcionar condições favoráveis para a estruturação de organizações coletivas dos agricultores familiares, além de estimular a diversificação da produção. Esse é um ambiente que vai se tornando cada vez mais apropriado para demandar e receber recursos de custeio, em que o *Microcrédito* na modalidade AGROAMIGO, que possui o *foco na oferta*, pode ser ampliado e se tornar insumo importante para consolidar cadeias, a exemplo da Apicultura.

Gráfico 8 – Principais mercados acessados pelas cooperativas do Território Sertão do Apodi para a comercialização do mel de 2005 a 2012



Fonte: Banco de dados NEDET /UERN (2014).

Ressalta-se, ainda, a evolução de 2005 a 2012 da comercialização de mel das cooperativas do

Território Sertão do Apodi, destacáveis os anos de 2008, 2009 e 2011 com os maiores volumes comercializados, sendo o município de Apodi o de maior produção. No ano de 2008, as cooperativas COOPAPI e COOAFAP firmaram um consórcio com uma empresa do município de Mossoró (RN) para utilizar o entreposto de mel daquele município com o objetivo de realizar a exportação de um contêiner de mel para os Estados Unidos da América. Essa experiência foi financiada com recursos do BNB, por meio do Programa Nordeste Exportação, o qual estimula e fomenta a agroindústria regional.

Nas estruturas de beneficiamento de mel do Território Sertão do Apodi, existe um desafio a ser superado: a padronização para atender às normas do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Porém, ainda falta um modelo padrão de estrutura de produção, como também diálogo entre as organizações coletivas dos agricultores familiares e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), de modo a formar o arranjo institucional necessário para a legalização e obtenção do selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF). A ausência da legalização nas casas de mel, relacionando-as aos entrepostos, impossibilita a comercialização para entrepostos que realizam a exportação, ocorrendo uma desvalorização da cadeia produtiva da Apicultura.

## 5 Considerações finais

O crédito rural como mecanismo de política agrícola representa um importante meio para criar as condições necessárias a que forças endógenas possam surgir e engendrar processos em dinâmicas de desenvolvimento rural, a partir de cadeias produtivas da agricultura familiar de territórios rurais. No entanto, os vários serviços financeiros ofertados formalmente pelos bancos ainda não conseguem alcançar a maior parte dos agricultores familiares, principalmente os mais pobres. A situação é mais grave no rural nordestino, em particular, quando ocorrem anos seguidos de seca, os quais fragilizam a estrutura produtiva e promovem consequências tais como perda de safra, queda de produção, perda de rebanho, dentre outros fatores que, inclusive, provocam a elevação da inadimplência entre os que obtiveram crédito.

Apesar disso, os agricultores do Território da Cidadania Sertão do Apodi obtiveram significativa evolução no número de contratos de *Microcrédi-*

to na modalidade AGROAMIGO. Essa ampliação aconteceu principalmente em função de dois fatos: melhoria significativa na qualidade do atendimento; redução dos custos financeiros. Além disso, a expansão do AGROAMIGO aconteceu também devido a certa diversificação dos contratos com o financiamento de cadeias novas ou não tradicionais, além das não agrícolas, a exemplo da própria cadeia da apicultura, como forma de compensar a redução dos contratos para as cadeias tradicionais que reduziram suas atividades por causa da seca. Outro importante fator da ampliação do AGROAMIGO foi a facilidade do acesso à informação por parte dos agricultores familiares, gerada pela maior participação de gestores do AGROAMIGO nos espaços e instâncias de debate e discussão do Território Sertão do Apodi, especialmente no Colegiado Territorial, seja contribuindo nas discussões ou buscando novas possibilidades de acesso por parte dos agricultores familiares a esta metodologia de microcrédito.

Constata-se, portanto, que apesar dos anos de seca a produção de mel e derivados da cadeia produtiva da Apicultura do Território Sertão do Apodi iniciou e se fez presente, e cresce gradativamente nos anos recentes. Esse fenômeno acontece em consonância com a introdução de mecanismos de política agrícola de caráter territorial, a exemplo do AGROAMIGO, destinados à agricultura familiar, e que têm contribuído e impactado no processo de estruturação produtiva e de organização coletiva, visando à inserção em mercados, especialmente o institucional. Nota-se que, no Território Sertão do Apodi, a estruturação da cadeia da Apicultura teve início em 1995 e vem se desenvolvendo de forma natural e extensiva, associada a outras cadeias, a exemplo da cajucultura, polpa de frutas, silvicultura e culturas alimentares de subsistência como milho e feijão, pois o cultivo destas atividades possibilita o desenvolvimento sustentável da apicultura.

A pesquisa constatou, ainda, que a cadeia da Apicultura já se faz presente e contribui para o processo de diversificação do Território Sertão do Apodi, sendo fortemente desenvolvida por meio de cooperativas, comprovando que a atividade exige um padrão de organização coletiva. A pesquisa mostra também que essas cooperativas foram criadas e estruturadas na esteira das políticas territoriais e que atualmente se encontram muito dependentes dos recursos não reembolsáveis des-

sas políticas, especialmente no que diz respeito à dependência do mercado institucional para comercializar. Quanto à infraestrutura de produção, foi financiada basicamente a partir da política de estruturação do Banco Mundial por meio dos programas PCPR do Governo Estadual, ou com apoio do PDHC, projeto fruto de uma parceria do MDA/FIDA, ou das articulações das ONGs.

Quanto ao AGROAMIGO, a pesquisa identificou que este mecanismo de política agrícola foi introduzido em 2005, como apoio aos agricultores familiares mais pobres e que tem gerado impactos positivos nas cadeias produtivas da agricultura familiar do Território Sertão do Apodi. Entretanto, o AGROAMIGO tem reproduzido a antiga receita de concentrar a distribuição dos recursos em cadeias antigas e tradicionais ligadas à pecuária, mostrando pouca aplicação de recursos em cadeias novas que podem contribuir com o processo de diversificação da base produtiva do território. Mesmo assim, constata-se um tímido mas importante avanço do Programa no sentido de apoiar cadeias novas, a exemplo da Apicultura, por já ter iniciado no financiamento da sua estruturação. Outra constatação da pesquisa refere-se à disparidade na obtenção dos recursos para as finalidades investimento e custeio. O Território Sertão do Apodi revela uma fragilidade de infraestrutura de produção no momento em que quase a totalidade dos recursos liberados nos 10 anos do AGROAMIGO foi destinada para investimentos e muito pouco para custeio, o que limita a geração de riqueza.

Concluindo, a pesquisa mostrou o lado promissor da cadeia produtiva da Apicultura, no entanto o principal desafio é a legalização da sua estrutura de produção junto ao Ministério da Agricultura, necessitando de suporte financeiro para implantar uma gestão sistêmica e mais eficiente da cadeia para suprir a demanda da produção já existente e mapeada na pesquisa. Enfim, esse desafio leva à necessidade de mais apoio do AGROAMIGO e de mais inovações tecnológicas de melhoramentos, tendo em vista as exigências para a inserção em mercados para a comercialização. A vantagem é a de que os agricultores familiares já comercializam por meio das cooperativas, fortalecendo a cadeia e gerando ações de Inclusão Produtiva a partir de oportunidades no Território Sertão do Apodi.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. (Org.). **Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS-CUT; SEBRAE, 2004.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em questão**. São Paulo: Editora Hucitec, 1 ed. 1998.
- ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR, M.; MADEIRA, G. de A.; GONÇALVES, M. F.; MACIEL, I. S. R.; SANTOS, R. A. dos. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeito do programa**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. **Revista Política & Sociedade**, n. 14, p. 211-250, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.journal.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p211/10959>> Acesso em: 02 abr. 2013.
- CAMPOMAR, M. C. Do uso de “estudo de caso” em pesquisas para dissertações e teses em administração. **Revista de Administração**, São Paulo, v.26, n.3, p.95-97, jul./set.1991.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S; MATOS-FILHO, J; GODEIRO-NUNES, K. F.; AQUINO, J. R. de. Políticas Agrárias e Agrícolas no Contexto do Desenvolvimento do Nordeste: evolução, desafios e perspectivas. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 43, p. 91-126, 2014.
- NUNES, E. M.; SCHNEIDER, S. Economia Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Polo Assu/Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 43, n. 3, p. 561-584, jul.-set. 2012.
- \_\_\_\_\_. Reestruturação Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural no Nordeste: a diversificação da agricultura familiar do Polo Açu-Mossoró (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 44, p. 601-626, 2013.
- NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; DIAS, T. F. et al. A Inserção da Agricultura Familiar em Mercados: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 50, **Anais...**, 2012, Vitória/ES: SOBER- Nacional, 2012c.
- PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Sertão do Apodi, 2010.
- PLOEG, J. D. **Peasants and the Art of Farming: a chayanovian manifesto**. Halifax, NS: Fernwood, 2013.
- \_\_\_\_\_. **The New Pansantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. London, Sterling: Earthscan, VA, 2008.
- SACCOMANDI, V. **Agricultural market economics: a neo-institutional analysis of the exchange, circulation and distribution of agricultural products**. Netherlands, Assen: Van Gorcum, 1998.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura familiar**. Porto Alegre,: Editora da Universidade-UFRGS, 2003.

### Nota:

Este trabalho faz parte de um conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar, e contou com o auxílio financeiro do CNPq no âmbito dos editais MCT/CNPq 014/2011 – Universal, e do MDA/SDT/CNPq Chamada Encostas COSAE MDA 2013 (APQ).

## O AGROAMIGO EM PERNAMBUCO: ALGUNS RESULTADOS

### The Agroamigo in Pernambuco: Some Results

**Tales Vital**

Dr. em Economia. Prof. do PADR- UFRPE. talesvital@hotmail.com

**André Melo**

Dr. em Economia. Prof. do PADR-UFRPE. andresouzam@gmail.com

---

**Resumo:** Este artigo trata dos resultados de dez anos (2005-2014) de ação do programa de microfinanças Agroamigo, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), para a agricultura familiar de Pernambuco. Verifica a qualidade e a adequabilidade do serviço fornecido pelo agente financeiro às necessidades desse tipo de cliente, conforme mostra a metodologia sobre avaliação de impacto de microcrédito utilizada no trabalho. Constata que o Programa respondeu satisfatoriamente às necessidades financeiras da agricultura familiar pernambucana, expressa nos altos índices de adimplência dos financiamentos concedidos.

**Palavras-chave:** Agroamigo em Pernambuco; Banco do Nordeste do Brasil; Agricultura Familiar.

**Abstract:** This paper comments the results of ten years (2005-2014) of microfinance program named Agroamigo from Banco do Nordeste do Brasil (BNB) for family farming in Pernambuco Northeast Brazil. It seeks to verify the quality e suitability of this service provided from financial agents according to the need of such clients, as shown in the methodology of microcredit impact assessment used in this paper. The results shows that the Program satisfactorily answered the financial needs of familiar agricultural in Pernambuco, as shown the high levels of non-default rates of loans.

**Key Words:** Agroamigo in Pernambuco; Banco do Nordeste do Brasil; Family Farm.

## 1 Introdução

O papel do crédito no sistema produtivo é sempre o de aumentar a capacidade das unidades de produção. Esse aumento deve permitir o pagamento do crédito recebido. A expansão do capital produtivo é um pré-requisito para o aumento da atividade econômica. Para o caso dos financiamentos concedidos às unidades da agricultura familiar beneficiadas pelo Agroamigo<sup>1</sup> em Pernambuco no período de 2005-2014, verificam-se os resultados nesse artigo a partir da taxa de inadimplência dos microcréditos recebidos por esses clientes. Quanto maior for essa taxa mais bem-sucedido tem sido esse Programa. A tradição de programas de microcrédito é de baixa inadimplência (XAVIER, 1999).

Outra questão importante é quais produtos financiados pelo Programa foram mais bem-sucedidos? Com certeza tem de existir resultados diferentes para o financiamento de produtos diferentes, alguns obtendo posição melhor que outros. O fortalecimento tecnológico do sistema produtivo está sempre na base desse financiamento. Toma-se dinheiro emprestado para melhorar o rebanho com novas matrizes, adquirir arado, adquirir conjunto de irrigação, plantar palma, plantar capim para pastagem, fazer cercas divisórias da pastagem, entre tantas outras benfeitorias que resultam no fortalecimento do sistema produtivo (VITAL, 2014).

Vale considerar, ainda, a distribuição espacial desses resultados, tendo em vista que, na maioria das vezes, as atividades no meio rural refletem as condições do meio ambiente e da adequabilidade para essas atividades financiadas. Para diminuir os riscos da atividade agropecuária o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento-MAPA (2015) recomenda o uso do zoneamento agroclimático do País, vinculando as necessidades das lavouras à definição de áreas de plantio aptas. Evidente que existe a seleção natural de processos de plantio e de produtos seguida pelos agricultores familiares nas suas experiências seculares de tentativas com erros e acertos.

Outro aspecto desse Programa em Pernambuco diz respeito à sua execução que depende da adesão dos tomadores de crédito. A rede institucional e de atendimento do agente financeiro responsável pelo Programa tem influência direta nessa divulga-

ção e persuasão de clientes por meio do relato das vantagens que oferece. Os locais de concentração das agências bancárias e os assessores de microcrédito que formam essa rede devem influenciar na escolha dos municípios onde será maior a difusão e a concentração desse crédito no Estado.

Além disso, o conhecimento do Programa pelos possíveis beneficiários é sempre menor no ano de lançamento com expansão progressiva nos anos seguintes, na medida em que esse tipo de microcrédito se torna mais conhecido.

Este artigo verifica as premissas referidas e tem como base dados do Programa fornecidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB). O artigo segue com uma descrição geral do Agroamigo no Estado, a base teórica desse tipo de serviço e o modelo analítico que permite a apresentação dos resultados em resposta às premissas formuladas nesta introdução. Trata-se da taxa de inadimplência global para o período; taxa de inadimplência por produto financiado; distribuição espacial dessas taxas por produtos considerando a adequação do meio ambiente para a atividade; a concentração do crédito pela dominância municipal da malha institucional das agências; e a evolução temporal na adesão ao Programa como resultado da experiência dos primeiros beneficiários. Finaliza com uma reflexão dessa experiência.

## 2 Descrição do Agroamigo no Estado

Os dados cadastrais do Agroamigo registram desde a criação do Programa em 2005 até março de 2015, a aplicação de cerca de 6,6 bilhões, correspondendo a 2,8 milhões de operações contratadas. Com esses números se tornou o maior programa de microfinanças da América do Sul. É executado em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania - INEC, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, atendendo à agricultura familiar principalmente aquela enquadrada no grupo B<sup>2</sup> do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF. O INEC é o operador do Programa, sendo responsável pelos assessores de Microcrédito nas comunidades, bem como, pela equipe de coordenação e de apoio administrativo.

1 O Agroamigo é um programa de microcrédito ou microfinanças para o meio rural mantido em operação desde 2005 pelo BNB (BNB, 2015).

2 Esse grupo B do PRONAF corresponde a agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20.000,00 e que não contratam trabalho assalariado permanente (BANCO DO BRASIL, 2015).



Em 2012 esse Programa foi acrescido do *Agroamigo Mais*, ampliando o volume de financiamento por beneficiário. O Agroamigo, na modalidade Crescer, está voltado para clientes com renda anual de até R\$ 20 mil e financiamentos de até R\$ 4 mil, enquanto no *Agroamigo Mais*, a renda anual do cliente pode chegar a R\$ 360 mil e os financiamentos a até R\$ 15 mil por operação de crédito, sendo o limite de endividamento de R\$ 30 mil em operações contratadas (BNB, 2015).

As vantagens para os clientes do Programa são: ter crédito orientado e ser acompanhado por especialista; o atendimento é na própria comunidade do beneficiário; abrange atividades produtivas diversas no meio rural; o crédito poderá ser renovado após quitação do anterior; os juros são mais baixos que os praticados pelo mercado, com possibilidades de bônus se o cliente pagar em dia, não sendo necessárias garantias. A proposta de crédito é elaborada conforme as necessidades do cliente. O Programa atua nos nove estados da região Nordeste (MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA) mais o norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo (BNB, 2015b).

Em Pernambuco, considerando os registros da base de dados 2005-2014 do Agroamigo, foram realizados 51 mil contratos no valor de R\$ 106 milhões. O Estado ocupa o terceiro lugar no *ranking* dos estados mais atendidos pelo Agroamigo, ficando atrás apenas da Bahia que ocupa a primeira posição e do Ceará, na segunda. Uma característica do Programa é o grande atendimento às mulheres da agricultura familiar, abrangendo 48% dos contratos firmados (Quadro 1).

Quadro 1 – Distribuição dos contratos no Agroamigo por gênero e por setor em Pernambuco - 2005-2014

Setor	Gênero			Total
	Sem informação	F	M	
Agricultura	0	1.437	1.883	3.320
Pecuária	5	22.102	23.924	46.031
Extratativismo	0	42	69	111
Outros	0	1.060	631	1.691
Total	5	24.641	26.507	51.153

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Nesses dez anos (2005-2014) do Agroamigo em Pernambuco, foram atendidos 56 municípios

(Apêndice 1) distribuídos nas três mesorregiões do Estado: Zona da Mata, 3, Agreste, 49, e Sertão, 14. Pela classificação do CONDEPE/FIDEN (2015) das Regiões de Desenvolvimento do Estado, a concentração do Programa está no Agreste Meridional, área com municípios de maior concentração de pobreza, seguida pelo Agreste Central e por Itaparica.

Em relação à distribuição de contratos, 10 municípios (Floresta, Petrolina, Belém do São Francisco, Bezerros, Bom Conselho, Bonito, Caetés, Pesqueira, Tacaratu e Carnaubeira da Penha) respondem por 42% dos contratos firmados no período e 46 municípios pelos 58% restantes.

### 3 Referencial Teórico

Esse tipo de crédito ao sistema produtivo no meio rural é utilizado pelos bancos em muitos países. No âmbito internacional, Andersson (2010) afirma que um dos primeiros bancos a conceder microcrédito para erradicação da pobreza no meio rural foi o Grameen Bank em Bangladesh.

Ao longo do tempo, o microcrédito ganhou popularidade e, em 2006, o Grameen Bank, juntamente com o seu fundador, Muhamud Yunus, ganhou o Prêmio Nobel da Paz. A ideia geral que norteia esse tipo de instituição de microcrédito é que participantes de grupos são responsáveis pelos empréstimos entre si, de maneira que se um participante for inadimplente, os demais são prejudicados com crédito no futuro. Nessa mesma linha, Guttman (2007) também sustenta que a forma de condução de microcrédito do Grameen Bank garante o sucesso desse Programa no País, bem como nos países em desenvolvimento. Segundo ele, as características que garantem o sucesso dos programas de microcrédito são: responsabilidade conjunta, pagamento de pequenas parcelas e incentivos dinâmicos. Ibtissem e Bouri (2013) também apresentam essas três características e ainda adicionam os substitutos colaterais, agendamento regular de parcelas e provisão de serviços não financeiros.

Essa hipótese de que o microcrédito é um meio de reduzir a pobreza também é confirmada por Quibria (2012). Ele argumenta que o impacto do microcrédito é diferente entre tipos de famílias, bem como entre diferentes ambientes econômicos.

Esses trabalhos citados anteriormente, bem como o trabalho de Islam *et al.* (2012), mostram que o sistema Grameen Bank de microcrédito foi

considerado uma ferramenta revolucionária para erradicação da pobreza no meio rural e também o maior sistema de crédito para redução de pobreza no mundo, sendo referência para mais de 60 países. No entanto, todo sistema de crédito para pequenos produtores é passível de risco de inadimplência. Nuhu *et al.* (2014) afirmam que desde a década de 80 a microfinança ganhou forma a partir de um novo paradigma que foi criado para finanças na agricultura em países em desenvolvimento. Desde então, a microfinança se tornou uma alternativa para aliviar o problema da pobreza por meio do crédito para pequenos proprietários de terras agrícolas. Os autores estudaram o impacto do microcrédito na produção de culturas em Gana. Ao aplicarem modelos de regressão, concluíram que existe uma relação significativa entre microcrédito e produção de culturas. Isso implica, segundo o modelo utilizado, que o aumento no microcrédito aos agricultores aumenta a produção de culturas na ordem de um terço.

Em face dos resultados, Hernandez e Torero (2014) destacam que a literatura é consensual que o microcrédito melhora as oportunidades econômicas em mercados de países em desenvolvimento. No entanto, existe uma forte necessidade de mitigar problemas de seleção adversa em microempréstimos. Os mesmos propuseram um modelo que pudesse prever a probabilidade de pagamento dos tomadores de empréstimos em potencial podem ajudar a mitigar o problema para essa imperfeição de mercado e beneficiar o tomador e o fornecedor de crédito. Eles compararam o desempenho de modelos paramétricos e não paramétricos para mensurar a probabilidade de inadimplência para pequenas e médias empresas do meio rural no Peru. Os resultados mostraram que os métodos não paramétricos possuem melhor avaliação de risco do microcrédito.

Outro fator que influencia a inadimplência é a sazonalidade na renda dos proprietários rurais. De acordo com Shonshoy e Kurosaki (2014), esse fator é um dos desafios para instituições de microcrédito em países em desenvolvimento. Isso ocorre devido ao receio das instituições em flexibilizar pagamentos de empréstimos em períodos de baixa arrecadação, pois pode resultar em altas taxas de inadimplência. Giné *et al.* (2010) também concordam que esse fator se opõe aos muitos mecanismos utilizados em microfinanças. Por exemplo, os agentes credores possuem dificuldades em agendar

os pagamentos de parcelas, pois o fluxo de caixa é apenas recebido após a colheita, o que pode tomar alguns meses após o empréstimo.

Magali (2013) elaborou um estudo para avaliar os fatores que afetam o risco de inadimplência em cooperativas de crédito na Tanzânia. A partir do uso de modelo de regressão multivariada, foi revelado que o tamanho do empréstimo e os anos de estudos dos tomadores de empréstimos contribuem de forma inversa, positivamente com a inadimplência. Entretanto, o estudo encontra que outras variáveis dependentes como tipo de atividade, estado civil, idade, tamanho da família, taxa de juros, duração do empréstimo, valor do colateral e experiência dos tomadores também influenciam no resultado do modelo.

Bhatt e Tang (2002), que estudaram os determinantes do pagamento de parcela de microcrédito nos Estados Unidos, inferem que os principais fatores determinantes para a inadimplência no microcrédito em quatro programas de crédito para agricultores no País são o nível de educação formal do tomador e a proximidade da propriedade com a agência credora, influenciando-a positivamente.

No Brasil, existem trabalhos que analisam as variáveis correlacionadas com a inadimplência, por exemplo, Camargos *et al.* (2012), Camargos *et al.* (2010), Camargos e Lima (2008), Onusic e Casanova (2006), Guimarães (2002), Pereira e Ness Jr. (2003), Antunes *et al.* (2002). Os métodos utilizados para análise, em maioria, centraram-se em análise discriminante, regressão logística, análise envoltória de dados (DEA) e redes neurais. Dentre esses trabalhos, no entanto, não se observou nenhum que relacione o microcrédito com inadimplência (ALVES; CAMARGOS, 2014). Estes últimos autores utilizaram o modelo de regressão logística binária para identificar os fatores correlacionados com a inadimplência de microcrédito. Dentre as variáveis significativas para redução da inadimplência, destacam-se: maior nível de escolaridade, sexo feminino, casado, maior tempo de existência e informalidade do negócio; contratos de renovação de crédito e valor do financiamento. Eles concluem que os modelos estatísticos são instrumentos de apoio ao processo de concessão e avaliação do risco de crédito e na tomada de decisão.

Bogoni e Pavan (2014) analisaram a probabilidade de um tomador de crédito e microcrédito se tornar inadimplente em uma Cooperativa de Crédito no norte do Rio Grande Sul. Utilizando o

modelo econométrico de Logit, foi encontrado que a probabilidade de ser inadimplente está concentrada nas classes A e B, ou seja, no crédito e não no microcrédito, do qual fazem parte as classes sociais C, D e E. No microcrédito, a classe C possui mais chances de ser inadimplente em relação às classes D e E. Além disso, fatores como idade, sexo e Unidade da Federação podem influenciar a inadimplência.

Com relação à forma de financiamento e às instituições financiadoras, Tonedo Jr. e Gremaud (2001) discutem o mecanismo do microcrédito, os mecanismos utilizados para se atingir o público-alvo (população de baixa renda, pequeno produtor rural, microempresas etc.) e garantir a qualidade dos ativos e as formas de gestão que fazem com que essas instituições prosperem onde o sistema financeiro tradicional não obteve êxito. Eles concluíram que a gestão, ou seja, a preocupação com o alcance e a sustentabilidade não deve ser colocada no custo do empréstimo, mas no acesso. Além disso, requer-se uma correta formação da taxa de juros, estimulando a captação de recursos no sentido de ter menor dependência de repasses, mecanismos de cobrança e coleta eficientes e seleção apropriada dos tomadores.

Por fim, a FGV (2012) aponta que o Agroamigo é uma iniciativa pioneira no Brasil que visa à concessão de financiamento para a área rural, baseada no modelo adotado pelo Programa Crediamigo do BNB. No estudo analisou-se várias características sobre os clientes do Banco que tomaram financiamento pelo Agroamigo e, entre elas se encontra a inadimplência. Segundo o estudo, a maior importância ligada à inadimplência é relativa a variáveis ligadas à oferta de água, como o uso de técnicas de irrigação que afeta positivamente, ampliando a inadimplência e existência de cisternas que afetam negativamente diminuindo a inadimplência. Por fim as variáveis relacionadas ao cliente e que influenciam no atraso são: a forma que o cliente conheceu o Programa; a condição do uso da terra, em que como posseiro, o cliente tem mais chances de atraso do que como proprietário.

Dessa forma, a literatura indica que é consensual que o microcrédito tem sido uma forma de financiamento adotada para reduzir a pobreza. Mas a inadimplência é um problema visto para instituições que fornecem microcrédito. A inadimplência é afetada por variáveis socioeconômicas ligadas aos tomadores tais como idade, sexo e estado ci-

vil, por exemplo. No entanto, não se percebeu na literatura como o tipo de cultura se relaciona com a inadimplência.

## 4 Modelo analítico e dados utilizados

Em artigo publicado, Neri (2015) relata que a avaliação do impacto do microcrédito passou algum tempo sendo medido pelo aumento de renda do beneficiário. Posteriormente foram incorporadas outras variáveis como nível e padrão de gastos, do consumo e dos ativos dos participantes. Além desses indicadores, outros relativos a vantagens e desvantagens do impacto do microcrédito no estabelecimento, no domicílio e no contexto institucional, foram também incorporados. Ainda, para Neri (2015, p. 13),

na medida que a indústria das microfinanças se torna mais competitiva e maior ênfase é depositada na sustentabilidade financeira, muitas organizações começam a prestar maior atenção ao desenvolvimento de novos produtos e serviços para atender às necessidades do seu público.

No presente caso, esse público é formado pelos agricultores familiares de Pernambuco atendidos pelo Agroamigo do BNB, onde a adequabilidade às necessidades desse cliente é verificada pelos resultados obtidos relativos a: i) adimplência global; ii) adimplência por setor e produto financiado e também pela adequação agroclimática por região; iii) com abrangência do Agroamigo seguindo a malha institucional do sistema bancário e também expressa pela evolução temporal do Programa.

Os dados básicos do Agroamigo utilizados neste trabalho foram fornecidos em CD pelo Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE/BNB.

## 5 Alguns resultados

### 5.1 Taxa de adimplência global

O Agroamigo no Estado tem apresentado uma alta taxa de adimplência tanto no custeio como no investimento, sendo compatível com resultados de outras experiências de microfinanças na agricultura familiar. O pequeno investidor ou pequeno agricultor, em geral, tem um comportamento de aversão a risco, já que qualquer erro pode inviabilizar

seu negócio, colocando-o junto com a família em situação de sobrevivência ainda pior. A literatura traz diversos exemplos, alguns dos quais tivemos oportunidade de vivenciar. Araújo (1991) avaliou o desempenho do *programa água na roça*, do Governo de Pernambuco, que financiava pelo Banco do Estado, kit's de irrigação com motobomba ou eletrobomba para grupos de pequenos agricultores. Tal financiamento era convertido em valor do produto agrícola principal indicado para cultivo, tendo base no preço de mercado desse produto na época do empréstimo. O prazo para pagamento era de 48 meses, com um período de carência de 6 meses. O pagamento da dívida era realizado em seis parcelas iguais, ficando a opção de pagar em produto, podendo ser entregue ao Governo Estadual. Em todo o Estado, foram financiados 1931 kit's completos de irrigação. No levantamento de campo, das 90 entrevistas realizadas com os beneficiários, 57 haviam pago o empréstimo, 11 não haviam pago e 24 não informaram. Muitos dos programas de governo para beneficiar a agricultura familiar são executados a fundo perdido, não tendo que se fazer a restituição dos recursos fornecidos e isso tem sido capitaneado por entidades representativas desses agricultores, resultando no aumento da inadimplência.

No caso do Agroamigo em Pernambuco, do total de 51.153 operações realizadas no período 2005-2014, a inadimplência foi de 96,88%, podendo ser considerada alta, ou seja, os clientes do Programa têm pago seus financiamentos.

Fazendo-se uma análise temporal desses financiamentos (Quadro 2), registra-se que a grande maioria já foi quitada ou está sendo paga, exceção para os anos de 2011, 2012 e 2013, devido ao agravamento da condição climática e da seca prolongada com efeitos negativos pelas perdas ocorridas.

Quadro 2 – Situação da liquidez dos financiamentos do Agroamigo em Pernambuco (2005-2014)

Situação dos Contratos de Empréstimo			
Ano	Adimplência (*)	Inadimplência (**)	Total
2005	605	11	616
2006	2.579	17	2.596
2007	1.948	11	1.959
2008	3.201	73	3.274
2009	5.215	65	5.280
2010	6.220	161	6.381
2011	6.986	228	7.214
2012	7.946	722	8.668
2013	7.253	225	7.478
2014	7.606	81	7.687
Geral	49.559	1.594	51.153

(\*) Liquidado e pagamento normal do contrato do empréstimo.

(\*\*) prejuízo e atraso de pagamento do contrato do empréstimo.

Fonte: BNB (dados trabalhados).

## 5.2 Taxa de inadimplência por Setor e por Produto

As operações de microcrédito do Agroamigo, quando desagregadas por setor de atividade, registram pequeno diferencial nas taxas de inadimplência, revelando setores de maior risco para os financiamentos, tais como o extrativismo e a agricultura (Quadro 3). O de menor risco tem sido a pecuária, que por sua vez concentrou grande parte das operações realizadas pelo Programa no Estado.

Os principais produtos financiados da pecuária que concentrou, 90% das transações, mostram maior inadimplência para bovinos, suínos e ovinos, e menores para caprinos e avicultura, que juntos representam 96% do total dos contratos dos produtos do setor pecuário (Quadro 4).

O setor agrícola ocupou o segundo lugar com cerca de 6% dos contratos firmados. Quando desagregado por ramos, fruticultura, grãos, olericultura, raízes e tubérculos e cactáceas, representaram 74% dos contratos do setor (Quadro 5). Os ramos de olericultura, raízes e tubérculos e cactáceas tiveram alta inadimplência comparativamente aos ramos de fruticultura e grãos, mais susceptíveis a adversidades climáticas, cuja inadimplência esteve próxima à do setor agrícola como um todo.

Quadro 3 – Pagamento dos Financiamentos do Agroamigo por Setor, em Pernambuco (2005-2014)

Setor	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agricultura	3.165	95,33	155	4,67	3.320	100,00
Pecuária	44.658	97,02	1.373	2,98	46.031	100,00
Extrativismo	105	94,59	6	5,41	111	100,00
Outros	1.631	96,45	60	3,55	1.691	100,00
GERAL	49.559	96,88	1.594	3,12	51.153	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 4 – Pagamento dos Financiamentos do Agroamigo por Produto da Pecuária, em Pernambuco (2005-2014)

Produtos da Pecuária	Setor - Pecuária					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bovinocultura	26609	97,81	597	2,19	27206	100,00
Caprinocultura	7939	95,15	405	4,85	8344	100,00
Ovinocultura	6890	96,16	275	3,84	7165	100,00
Suinocultura	1158	97,64	28	2,36	1186	100,00
Avicultura	340	95,51	16	4,49	356	100,00
Total (para os cinco produtos)	42936	97,01	1321	2,99	44257	100,00
TOTAL (para todos os produtos)	44658	97,02	1373	2,98	46031	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 5 – Pagamento dos Financiamentos do Agroamigo por Ramo de Setor Agrícola, em Pernambuco (2005-2014)

Ramo	Setor - Agricultura					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fruticultura	1258	94,23	77	5,77	1335	100,00
Grãos	600	94,04	38	5,96	638	100,00
Olericultura	259	97,74	6	2,26	265	100,00
Raízes e Tubérculos	198	97,06	6	2,94	204	100,00
Cactáceas	13	100,00	0	,00	13	100,00
Total (para os cinco ramos)	2328	94,82	127	5,45	2455	100,00
Total (para todos os ramos)	3165	95,33	155	4,67	3320	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

### 5.3 Distribuição espacial dessa taxa por setor e por produto

Os financiamentos do Agroamigo foram concentrados em três regiões. Agreste Me-

ridional, Agreste Central e Itaparica, juntas, totalizam 85% dos contratos firmados (Quadro 6). Essas regiões concentram atividades da agricultura familiar.



**Quadro 6 – Operações realizadas pelo Agroamigo nas Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco: 2005-2014**

Regiões de Desenvolvimento	Operações	
	Nº	%
Agreste Central	11.586	22,65
Agreste Meridional	19.869	38,84
Itaparica	11.816	23,19
Mata Sul	987	1,93
Moxotó	456	0,90
São Francisco	6.438	12,58
Sertão Central	1	0,00
Total de Operações	51.153	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Considerando o setor pecuário por região de desenvolvimento, verifica-se que as regiões de Itaparica e Mata Sul apresentaram os mais baixos níveis de adimplência. As demais regiões estiveram próximas à adimplência global do setor (Quadro 7). A região de Mata Sul tem fortes restrições à atividade pecuária bovina devido à pluviometria alta e ao excesso de umidade, enquanto em Itaparica a criação de animais de pequeno porte, sobretudo caprinos e ovinos, sofreu bastante com a falta de alimentos devido à seca prolongada e seus efeitos sobre a agricultura familiar.

Considerando separadamente três produtos da pecuária financiados pelo Agroamigo para a agricultura familiar nas regiões de desenvolvimento do Estado, obtiveram-se os seguintes resultados:

- i) O financiamento da bovinocultura esteve concentrado no Agreste Meridional, Agreste Central e Itaparica, com 95% dos contratos. As taxas de adimplência dessas regiões foram elevadas. Nessa atividade, a pior taxa de adimplência se deu na Mata Sul, pelas razões já referidas. No Sertão Central, essa atividade não foi financiada. Nas demais regiões a adimplência foi bastante satisfatória (Quadro 8).
- ii) O financiamento da caprinocultura esteve concentrado nas regiões de Itaparica e São Francisco (Quadro 9). Itaparica apresentou a mais baixa taxa de adimplência, juntamente com as regiões do Moxotó e Agreste Meridional, áreas onde a seca prolongada afetou bastante os

pequenos estabelecimentos rurais. A caprinocultura teve perdas significativas refletindo a baixa adimplência desse produto.

- iii) A ovinocultura está concentrada nas regiões de Itaparica e São Francisco. As regiões de Mata Sul e Sertão Central não tiveram financiamento desta atividade (Quadro 10). A adimplência foi baixa em Itaparica e no Agreste Meridional, possivelmente em decorrência da seca prolongada que afetou bastante esse criatório nessas regiões.

Para o setor agrícola no período 2005-2014, os financiamentos estiveram concentrados no Agreste Central, Agreste Meridional e Itaparica (Quadro 11). A adimplência foi a menor no Agreste Meridional, onde a pobreza no campo é mais acentuada e a agricultura da produção familiar é muito sensível à adversidade climática.

Considerando separadamente três importantes ramos da agricultura financiados pelo Agroamigo para a agricultura familiar nas regiões de desenvolvimento do Estado, foram obtidos os seguintes resultados:

- a) A fruticultura teve destaque, obtendo 40% dos contratos da agricultura (Quadro 12). O Agreste Central foi a região com maior número de contratos, seguida pela Mata Sul e o São Francisco. Essa primeira região foi também a que teve a mais baixa taxa de adimplência, seguida pela Mata Sul.
- b) Os grãos ocuparam o segundo lugar nos financiamentos do Agroamigo relativo à Agricultura, estando esses financiamentos concentrados no Agreste Meridional (Quadro 13). A adimplência pode ser considerada baixa, devido à vulnerabilidade dos mesmos às secas prolongadas que se sucederam no interior do Estado.
- c) A olericultura, pela própria natureza, ocupa áreas com maior disponibilidade de água, daí a concentração dos financiamentos na Mata Sul, onde a adimplência foi baixa (Quadro 14). Nas regiões de pouca disponibilidade hídrica, a exemplo do Agreste Meridional, a adimplência foi alta em decorrência das condições climáticas desfavoráveis no período e a falta de tradição nessa atividade.

Quadro 7 – Pagamento dos Financiamentos do Agroamigo por Setor Pecuário e Região de Desenvolvimento, em Pernambuco (2005-2014)

Regiões de Desenvolvimento	Pecuária					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	9.656	97,74	223	2,26	9.879	100,00
Agreste Meridional	18.463	97,78	420	2,22	18.883	100,00
Itaparica	9.991	94,74	555	5,26	10.546	100,00
Mata Sul	604	96,49	22	3,51	626	100,00
Moxotó	425	97,93	9	2,07	434	100,00
São Francisco	5.518	97,46	144	2,54	5.662	100,00
Sertão Central	1	100,00	0	0,00	1	100,00
Total	44.658	97,01	1.373	2,99	46.031	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 8 – Pagamento dos Financiamentos Concedidos pelo Agroamigo para a Pecuária Bovina, por Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Região de Desenvolvimento	Bovinocultura					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	8.229	97,64	199	2,36	8.428	100,00
Agreste Meridional	15.737	97,94	331	2,06	16.068	100,00
Itaparica	1.410	97,92	30	2,08	1.440	100,00
Mata Sul	594	96,43	22	3,57	616	100,00
Moxotó	350	98,04	7	1,96	357	100,00
São Francisco	289	97,31	8	2,69	297	100,00
Total	26.609	97,81	597	2,11	27.206	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 9 – Pagamento dos Financiamentos Concedidos pelo Agroamigo para a Caprinocultura, por Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Região de Desenvolvimento	Caprinocultura					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	154	98,09	3	1,91	157	100,00
Agreste Meridional	131	95,62	6	4,38	137	100,00
Itaparica	5.143	94,13	321	5,87	5.464	100,00
Mata Sul	3	100,00	0	0,00	3	100,00
Moxotó	17	94,44	1	5,56	18	100,00
São Francisco	2.490	97,11	74	2,89	2.564	100,00
Sertão Central	1	100,00	0	0,00	1	100,00
Total	7.939	95,15	403	4,85	8.344	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 10 – Pagamento dos Financiamentos Concedidos pelo Agroamigo para a Ovinocultura, por Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Região de Desenvolvimento	Ovinocultura					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	282	99,30	2	0,70	284	100,00
Agreste Meridional	763	95,61	35	4,39	798	100,00
Itaparica	3.298	94,58	189	5,42	3.487	100,00
Moxotó	44	97,78	1	2,22	45	100,00
São Francisco	2.503	98,12	48	1,88	2.551	100,00
Total	6.890	96,16	275	3,84	7.165	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 11 – Pagamento dos Financiamentos Concedidos pelo Agroamigo para o Setor Agrícola, por Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Região de Desenvolvimento	Agricultura					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	1.283	95,25	64	4,75	1.347	100,00
Agreste Meridional	757	94,98	40	5,02	797	100,00
Itaparica	411	96,93	13	3,07	424	100,00
Mata Sul	352	98,05	7	1,95	359	100,00
Moxotó	4	100,00	0	,00	4	100,00
São Francisco	358	92,03	31	7,97	389	100,00
Total	3.165	95,33	155	4,67	3.320	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 12 – Pagamento dos Financiamentos Concedidos pelo Agroamigo para a Fruticultura, por Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Região de Desenvolvimento	Fruticultura					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	823	94,49	48	5,51	871	100,00
Agreste Meridional	8	100,00	0	0,00	8	100,00
Itaparica	49	100,00	0	0,00	49	100,00
Mata Sul	190	97,94	4	2,06	194	100,00
São Francisco	188	88,26	25	11,74	213	100,00
Total	1.258	94,23	77	5,77	1.335	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 13 – Pagamento dos Financiamentos Concedidos pelo Agroamigo para Produção de Grãos, por Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Região de Desenvolvimento	Grãos					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	3	75,00	1	25,00	4	100,00
Agreste Meridional	527	94,11	33	5,89	560	100,00
Itaparica	19	100,00	0	0,00	19	100,00
São Francisco	51	92,73	4	7,27	55	100,00
Total	600	94,04	38	5,95	638	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 14 – Pagamento dos Financiamentos Concedidos pelo Agroamigo para Olericultura, por Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Região de Desenvolvimento	Olericultura					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agreste Central	39	97,50	1	2,50	40	100,00
Agreste Meridional	15	93,75	1	6,25	16	100,00
Itaparica	93	97,89	2	2,11	95	100,00
Mata Sul	108	98,18	2	1,82	110	100,00
Moxotó	4	100,00	0	0,00	4	100,00
Total	259	97,74	6	2,26	265	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

#### 5.4 Malha institucional do BNB de apoio ao Programa no Estado

A difusão e os contratos de financiamento do Agroamigo estão concentrados em cinco agências do BNB localizadas em Bezerros, Floresta, Garanhuns, Pesqueira e Petrolina. As agências de Bezerros e Pesqueira cobrem com esse Programa a região do Agreste Central. A de Floresta atende o Sertão de Itaparica, a de Garanhuns atende o Agreste Meridional e a de Petrolina, a região do São Francisco. Em termos de concentração do atendimento devido à influência da malha institucional, os municípios das agências são os que têm maior número de contratos do Agroamigo em relação à cobertura de municípios por cada uma das agências para o Programa. Além disso, os municípios do entorno do município-sede de agência do

BNB, incluindo também esse município, concentra a maior parte dos contratos, a saber: Garanhuns e mais oito municípios do Agreste Meridional que fazem fronteira com esse município concentram 47% dos contratos dessa agência; no São Francisco, Petrolina e mais três municípios do seu entorno somam 88% dos contratos dessa agência; no Sertão de Itaparica, Floresta e mais cinco municípios do seu entorno representam 86% dos contratos da agência; Bezerros, no Agreste Central e mais quatro municípios do seu entorno detêm 65% dos contratos da área coberta por essa agência. Ainda no Agreste Central, Pesqueira e mais seis municípios do seu entorno concentram 77% dos contratos dessa agência. Os números mostram que cada agência por facilidade de atendimento devido à proximidade, tende a concentrar mais o atendimento da agricultura familiar com o Agroamigo no próprio

município onde está instalada e nos municípios vizinhos. As agências de Bezerros e Pesqueira atenderam, juntas, 18 municípios do Agreste Central (Quadro 15). A de Floresta atendeu oito municípios do Sertão de Itaparica e do Sertão Central. A agência de Garanhuns atendeu 25 municípios do Agreste Meridional e a de Petrolina atendeu cinco municípios do São Francisco.

O Programa Agroamigo em Pernambuco esteve no período em análise, concentrado nas agências de Garanhuns e Floresta (Quadro 16), que juntas foram responsáveis por 58% dos contratos firmados, representando as regiões do Agreste Meridional e Sertão de Itaparica, onde a pecuária bovina e a caprina-ovina tiveram destaque.

Quadro 15 – Atendimento do Agroamigo por Município, Agência e Região de Desenvolvimento de Pernambuco (2005-2014)

Agência	Municípios (Atendidos Pelo Agroamigo)	Regiões de Desenvolvimento (Nº de Municípios)
Bezerros	8	Agreste Central (26)
Pesqueira	10	
Floresta	8	Sertão de Itaparica (7)
		Sertão Central (8)
Garanhuns	25	Agreste Meridional (26)
Petrolina	5	São Francisco (7)

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quadro 16 – Operações do Programa Agroamigo por Agência e Setor Produtivo em Pernambuco (2005-2014)

Agências	Operações Segundo o Setor									
	Agricultura		Pecuária		Extrativismo		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bezerros	1.685	3,29	6.710	13,12	2	0,00	59	0,12	8.456	16,53
Floresta	424	0,83	10.547	20,62	78	0,15	768	1,50	11.817	23,10
Garanhuns	809	1,58	17.116	33,46	1	0,00	175	0,34	18.101	35,39
Pesqueira	13	0,03	5.996	11,72	0	0,00	332	0,65	6341	12,40
Petrolina	389	0,76	5.662	11,07	30	0,06	357	0,70	6438	12,58
Geral	3.320	6,49	46.031	89,99	111	0,22	1.691	3,31	51.153	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).

Quanto à adimplência, as taxas por agência foram altas com exceção da agência de Floresta onde essa taxa foi baixa (Quadro 17). A que apresentou menor inadimplência do Programa foi a agência de

Pesqueira, no Agreste Central, com menos de 1%. O fator climático sem dúvida deve ter influenciado esses resultados.

Quadro 17 – Pagamento dos Financiamentos do Agroamigo por Agência do BNB em Pernambuco (2005-2014)

Agência	Operações por Agência					
	Adimplência		Inadimplência		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Bezerros	8162	96,52	2943	3,48	8456	100,00
Floresta	11219	94,40	598	5,60	11817	100,00
Garanhuns	17654	97,53	447	2,47	18101	100,00
Pesqueira	6280	99,03	61	0,97	6341	100,00
Petrolina	6244	96,99	194	3,01	6438	100,00
Geral	49559	96,88	1594	3,12	51153	100,00

Fonte: BNB (dados trabalhados).



## 5.5 Evolução temporal do Programa

Nesses 10 anos de funcionamento do Agroamigo, registra-se uma evolução anual do número de contratos própria de qualquer Programa, em vista do tempo necessário para teste e difusão do mesmo e da expansão da rede de atendimento entre os potenciais beneficiários. Em Pernambuco, quando o Programa iniciou em 2005, registrou 616 contratos e aplicação de R\$ 613,6 mil; em 2014, esse número de contratos chegou a 7.687, representando uma aplicação de R\$ 10,6 milhões (Quadro 18). Registra-se nos últimos três anos, certa estabilidade no atendimento, com aumento no valor médio dos contratos devido ao Agroamigo Mais, criado em 2012, ampliando a aplicação da metodologia de PNMPO para outras linhas do Pronaf e aumentando os limites de financiamento.

Quadro 18 – Evolução Anual dos Contratos e Valores dos Financiamentos do Agroamigo em Pernambuco (2005-2014)

Ano	Nº de Operações	Valor Contratado em R\$	Valor Médio em R\$
2005	616	613.657,76	996,20
2006	2.596	2.803.809,54	1.080,05
2007	1.959	2.760.207,41	1.408,99
2008	3.274	3.777.639,02	1.153,83
2009	5.280	7.788.727,19	1.475,14
2010	6.381	10.685.336,84	1.674,56
2011	7.214	14.060.620,64	1.949,07
2012	8.668	17.301.809,84	1.996,06
2013	7.478	20.488.482,70	2.739,83
2014	7.687	26.269.388,31	3.417,38
TOTAL	51.153	106.549.679,25	2.082,96

Fonte: BNB (dados trabalhados).

## 6 Conclusão

Considerando os propósitos deste artigo e os resultados encontrados, pode-se dizer que o Programa Agroamigo de microfinanças do BNB, nos primeiros 10 anos de atuação em Pernambuco, teve resultados bastante expressivos, demonstrando sua adequabilidade às necessidades dos clientes que pertencem ao segmento da agricultura familiar do Estado.

A inadimplência de 3,21% é bastante razoável numa zona semiárida que nos últimos anos sofreu uma seca prolongada. O setor pecuário dominou os contratos desse tipo de crédito, mostrando que a agricultura familiar tem nesse setor a poupança da família, que garante a necessidade de capital para enfrentar situações de risco, porque nesse setor estão os produtos de mais fácil venda quando há necessidade, a exemplo de uma vaca, uma cabra ou ovelha. A taxa de inadimplência foi mais baixa que dos demais setores devido à possibilidade de deslocamento dos animais em situações de vulnerabilidade, o que não acontece com os produtos do setor agrícola. Mesmo assim, em Itaparica e Moxotó, no sertão do Estado, a caprinocultura financiada para a agricultura familiar registrou perdas significativas. As maiores perdas do setor agrícola ocorreram no Agreste Meridional e Central, principalmente em grãos e olericultura.

A expansão do Programa foi concentrada nas regiões mais pobres do Estado como o Agreste Meridional e o Sertão de Itaparica e nas agências do BNB de Garanhuns e Floresta, pertencentes às duas regiões, respectivamente. A dominância do Programa no município onde a agência está inserida e nos municípios do entorno, foi vista pela concentração do número de contratos firmados por município em cada região de desenvolvimento, confirmando a assertiva.

Na evolução do Programa no Estado, ao longo desses anos, ficou evidente que esse processo requer paciência, porque primeiro o beneficiário toma conhecimento da sua existência e vantagens por meio da assistência técnica que foi montada, depois passa a operar. Dando certo, repete a operação e também faz propaganda positiva do Programa para outros beneficiários potenciais e muitos deles se tornam clientes do Agroamigo. A orientação e o acompanhamento no local em que a atividade é desenvolvida, representou um importante esteio desse Programa.

## Referências

ALVES, C. M.; CAMARGOS, M. A. Fatores condicionantes da inadimplência em operações de microcrédito. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. v. 11, n. 1, p. 59-74, jan./mar. 2014.

- ANDERSSON, C. **Changing the Risk at the Margin Smallholder Farming and Public Policy in Developing Countries**. 2010. 135 f. Tese de Doutorado. Umeå University, Umeå, Sweden. 2010.
- ARAUJO, J. F. de. Programa Água na Roça do PAPP-PE: Avaliação de Desempenho. In: SILVA, G. V. *et al.* **Avaliação dos Programas de Crédito Rural e de Irrigação do PAPP-PE: Procedimentos Metodológicos e Resultados - Relatório Final**. Recife: Convênio PRORURAL/UFRPE-DLCH/FADURPE. Fev. 1991. p. 89-146.
- ANTUNES, M.T.P.; KATO, H.T.; CORRAR, L.J. 2002. A eficiência das informações divulgadas em “Melhores & Maiores” da Revista Exame para a previsão de desempenho das empresas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002, Salvador. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2002. p. 1-15.
- BHATT, N.; TANG, S. Determinants of repayment in microcredit: Evidence from programs in the United States. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 26.2, June 2002. p. 360-376.
- BANCO DO BRASIL - **Agronegócio - Pronaf Grupo B**. Disponível em: < <http://www.bb.com.br>>. Acesso em: 07 maio 2015.
- BNB. **Agroamigo - Banco do Nordeste**. Disponível em <[www.bnb.gov.br/agroamigo](http://www.bnb.gov.br/agroamigo)>. Acesso em: 06 maio 2015a.
- BNB. **Agroamigo: relatórios e resultados - Banco do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/relatorios-e-resultados2>>. Acesso em: 06 maio 2015b.
- BOGONI, N. M.; PAVAN, R. Análise de inadimplência de crédito e microcrédito em uma cooperativa de crédito localizada na região norte do estado do Rio Grande do Sul (RS): utilização do modelo econométrico de LOGIT. In: Congresso Online – Administração, 11, 2014, Convibra. **Anais...** Convibra, 2014
- CAMARGOS, M.A.; CAMARGOS, M.C.S.; ARAUJO, E.A. **A inadimplência em um programa de crédito de uma instituição financeira pública de Minas Gerais: uma análise utilizando regressão logística**. **Revista de Gestão, USP**, v. 19, n. 3, p. 467-486, 2012.
- CAMARGOS, M.A.; CAMARGOS, M.C.S.; SANTOS, F.S.; RODRIGUES, P.J.; SILVA, F.W. Fatores condicionantes da inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 2, p. 333-352, 2010.
- CAMARGOS, M.A.; LIMA, J.O. 2008. Previsão de inadimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas do estado de Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32, Rio de Janeiro, 2008. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2008, p. 1-15.
- CONDEPE/FIDEN. **Regionalização do estado de Pernambuco: Histórico**. Disponível em: < <http://www2.condepefidem.pe.gov.br> >. Acesso em: 07 maio 2015.
- FGV – Centro de Políticas Sociais. **Microempresários nordestinos rurais e impactos do Agroamigo**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- GINÉ, X.; GOLDBERG, J.; YANG, D. Identification Strategy A Field Experiment on Dynamic Incentives in Rural Credit Markets. In: **The World Bank Development Research Group. Finance and Private Sector Development Team**. Policy Research Working Paper nº 5438. October 2010.
- GUIMARÃES, J.B.. **Financiamento de micro e pequenas empresas em uma instituição pública de crédito**. Belo Horizonte (MG). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002.
- GUTTMAN, J. M. Repayment performance in microcredit programs: Theory and evidence. In: **Networks financial institute at Indiana State University**. Working Paper n. 11. 2007.

- HERNANDEZ, M. A.; TORERO, M. Parametric versus non parametric methods in risk scoring: An application to microcredit. **Empirical Economics**, n. 46, p.1057–1079. 2014.
- IBTISSEM, B.; BOURI, A. Credit risk management in microfinance: The conceptual framework. **ACRN Journal of Finance and Risk Perspectives**. v. 2, Issue 1, nov. 2013, p. 9-24.
- ISLAM, J. H.; MOHAJAN, H. K.; DATTA, R. Aspects of microfinance system of Grameen Bank of Bangladesh. **International Journal of Economic Research**. V. 3, n.4, p. 76-96. 2012.
- MAGALI, J. J. Factors affecting credit default risks for Rural Savings and Credits Cooperative Societies (SACCOS) in Tanzania. **European Journal of Business and Management**. v. 5, n. 32, 2013. p. 60-74.
- MAPA. **Zoneamento agrícola de risco climático**. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br> >. Acesso em: 07 maio 2015.
- NERI, M. (Coord.). **Avaliação de impacto de programas de microcrédito financiados pela Fundação Inter-Americana: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <[http:// www.cps.fgv.br/ibrecps/iaf2](http://www.cps.fgv.br/ibrecps/iaf2)>. Acesso em: 02 jun. 2015.
- NUHU, E.; INUSAH, A.; AMA, G. R.; SANO, Z. M. Impact analysis of microfinance on crop production in Ghana. **International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences**. v. 4, n. 3, July 2014, p. 97–108.
- ONUSIC, L.M.; CASA NOVA, S.P.C. A utilização conjunta das técnicas análise envoltória de dados e regressão logística no estudo de insolvência de empresas: um estudo exploratório. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, **30**, Salvador, 2006. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2006, p. 1-15.
- PEREIRA, O.M.; NESS Jr., W.L. 2003. O modelo E-score de previsão de falências para empresas de internet. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, **27**, Atibaia, 2003. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPAD, p. 1-14.
- QUIBRIA, M. G. Microcredit and poverty alleviation: can microcredit close the deal? In: **UNU World Institute for Development Economics Research**. Working Paper n. 2012/78. 2012.
- SHONSHOY, A.; KUROSAKI, T. Impact of seasonality-adjusted flexible microcredit repayment and food consumption: experimental evidence from rural Bangladesh. In: **Institute of Development Economics**. Discussion paper n. 460. March 2014.
- TONEDO, JR, R.; GREMAUD, A. P. **Microcrédito e o financiamento rural: recomendações de desenho e gestão a partir da experiência mundial. Planejamento e Políticas Públicas PPP**. n. 25. jun./dez. 2002. p. 89-104
- VITAL, T. Tecnologias na agricultura familiar do Nordeste do Brasil: Alguns registros. In: CONGRESSO DA SOBER-NE, 9, Caruaru (PE), 2014. **Anais...** Caruaru (PE); ufpe, 2014.
- XAVIER, A. L. da S.. **O Impacto do Microcrédito na Região Metropolitana do Recife - RMR**. Recife: UFRPE- DLCH (Monografia). 1999.

## Apêndice 1

Operações por Município de Pernambuco Beneficiado pelo Programa Agroamigo: 2005-2014

	Município	Operação	%		Município	Operação	%
1	AFRANIO	707	1,4	29	JATOBA	72	0,1
2	AGUAS BELAS	652	1,3	30	JUCATI	824	1,6
3	ALAGOINHA	257	0,5	31	JUPI	582	1,1
4	ANGELIM	108	0,2	32	JUREMA	188	0,4
5	ARCOVERDE	456	0,9	33	LAGOA DO OURO	1.256	2,5
6	BARRA DE GUABIRABA	296	0,6	34	LAGOA GRANDE	1.003	2,0
7	BELEM DE SAO FRANCISCO	3.135	6,1	35	LAJEDO	1.175	2,3
8	BELO JARDIM	242	0,5	36	PALMEIRINA	668	1,3
9	BEZERROS	1.914	3,7	37	PARANATAMA	1.278	2,5
10	BOM CONSELHO	1.741	3,4	38	PEDRA	1.285	2,5
11	BONITO	1.741	3,4	39	PESQUEIRA	1.634	3,2
12	BREJAO	229	0,4	40	PETROLANDIA	812	1,6
13	BUIQUE	769	1,5	41	PETROLINA	3.263	6,4
14	CAETES	1.730	3,4	42	POCAO	591	1,2
15	CALCADO	601	1,2	43	QUIPAPA	49	0,1
16	CAMOCIM DE SAO FELIX	249	0,5	44	SAIRE	1.071	2,1
17	CANHOTINHO	186	0,4	45	SALGUEIRO	1	0,0
18	CAPOEIRAS	787	1,5	46	SALOA	1.025	2,0
19	CARNAUBEIRA DA PENHA	1.374	2,7	47	SANHARO	201	0,4
20	CHA GRANDE	935	1,8	48	SANTA MARIA DA BOA VISTA	744	1,5
21	CORRENTES	478	0,9	49	SAO BENEDITO DO SUL	3	0,0
22	DORMENTES	721	1,4	50	SAO BENTO DO UNA	1.140	2,2
23	FLORESTA	4.363	8,5	51	SAO JOAO	618	1,2
24	GARANHUNS	1.357	2,7	52	SAO JOAQUIM DO MONTE	1.239	2,4
25	GRAVATA	1.011	2,0	53	TACARATU	1.584	3,1
26	IATI	357	0,7	54	TEREZINHA	441	0,9
27	ITACURUBA	476	0,9	55	TUPANATINGA	427	0,8
28	ITAIBA	628	1,2	56	VENTUROSA	479	0,9
					TOTAL	51.153	100,0

Fonte: BNB (dados trabalhados).

## DEZ ANOS DO PROGRAMA AGROAMIGO NA REGIÃO NORDESTE: EVOLUÇÃO, RESULTADOS E LIMITES PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

### Ten years of Agroamigo Program in the Northeast Region: evolution, results and limits for Strengthening of the Family Farming

#### Joacir Rufino de Aquino

Economista. Mestre em Economia Rural e Regional (UFCG). Professor Adjunto do Departamento de Economia (UERN). joaciraquino@yahoo.com.br. Endereço Postal: Departamento de Economia – Campus de Assú/UERN. Rua Sinhazinha Wanderley, 871 - Centro - 59650-000 - Assú/RN. Fone/Fax: (084) 3331-2411.

#### Fernando Bastos

Economista. Doutor em Ciências Sociais (UFRN). Professor Associado do Departamento de Políticas Públicas da UFRN. fbastosu-fm@gmail.com. Endereço Postal: Departamento de Políticas Públicas (DPP/UFRN) – Campus Universitário Lagoa Nova - 59072-970 - Natal/RN. Fone/Fax: (84) 3342-2224.

**Resumo:** O objetivo deste artigo é fazer um balanço da primeira década de existência do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO na região Nordeste do Brasil e discutir de forma crítica os seus principais avanços e limites para o fortalecimento da agricultura familiar e promoção da qualidade de vida no meio rural. Para tanto, recorreu-se à revisão bibliográfica da literatura produzida sobre o tema e à compilação e análise das estatísticas oficiais referentes às operações contratadas pela referida política no período de 2005 a 2014. Em linhas gerais, o trabalho mostra que o AGROAMIGO tem alcançado resultados quantitativos importantes em sua operacionalização. Desde que foi criado, o Programa realizou mais de 2,4 milhões de operações de crédito e aplicou uma cifra superior a R\$ 5,6 bilhões, com uma taxa de adimplência superior a 95%. Entretanto, a pesquisa empreendida indica que o AGROAMIGO apresenta ainda um baixo grau de cobertura e efeitos socioeconômicos limitados. Entre os fatores que entravam sua capacidade de combater a pobreza e reduzir a vulnerabilidade climática que caracteriza a maioria dos agricultores familiares nordestinos destaca-se a permanência do viés setorial pecuário do PRONAF B e a baixa diversificação das atividades financiadas, bem como a incipiente articulação das políticas públicas voltadas a melhorar o bem-estar social da população residente no campo.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Microcrédito; Pobreza Rural; Diversificação.

**Abstract:** The aim of this article is to take stock of the first decade of Rural Microcredit Program AGROAMIGO in the Northeastern region of Brazil and discuss critically their major advances and limits for the strengthening family farming and promote the life quality in rural areas. Therefore, we consulted the literature review of the literature produced about the subject and the compilation and analysis of the official statistics referent to transactions entered into by the policy from 2005 to 2014. As a whole, the work shows that the AGROAMIGO has achieved important quantitative results in its application. Since its creation, the program has conducted more than 2.4 million loans and applied a figure higher than R\$ 5.6 billion, with a repayment rate of over 95%. However, the research indicates that the AGROAMIGO has still a low degree of coverage and limited socioeconomic effects. Among the factors that hinder their ability to fight the poverty and reduce the vulnerability climate that characterizes in the most of the Northeastern family farmers stand out the permanence of the sectoral bias livestock farming of PRONAF B and the low diversification of the funded activities just as well incipient articulation of the public policies to improve the social welfare of the population living in the countryside.

**Key Words:** Family Farming; Microcredit; Rural Poverty; Diversification.



## 1 Introdução

O uso do microcrédito como instrumento de política pública tem ganhado destaque em vários países da África, Ásia e América Latina, especialmente nas últimas décadas do século XX. Os programas governamentais de microcrédito apresentam como público-alvo as parcelas mais carentes da população que, pelos critérios do livre mercado, dificilmente teriam acesso ao sistema financeiro tradicional. Tais programas admitem como pressuposto que os pobres têm capacidade empreendedora e que os empréstimos de pequenos montantes de dinheiro a juros baixos podem lhes ajudar a fomentar atividades produtivas capazes de aumentar seus níveis de renda e, conseqüentemente, melhorar sua condição social (CASTILLO, 2008; COSTANZI, 2002; SANTIAGO, 2014).

Segundo Castillo (2008), as políticas de microcrédito estão se convertendo em uma das estratégias de ação contra a pobreza que tem recebido grande aceitação por parte dos organismos internacionais. Nessa matéria, o Brasil se destaca no cenário latino-americano por possuir dois importantes programas de microcrédito, ambos sediados na região Nordeste do País (CACCIAMALI; MATOS; MACAMBIRA, 2014). O primeiro deles é o CREDIAMIGO, voltado ao atendimento da população urbana. Já o segundo é o AGROAMIGO, criado em 2005 originalmente para atender o amplo segmento de agricultores pobres nordestinos, o chamado Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Dez anos depois de sua criação, o AGROAMIGO transformou-se no maior programa de microcrédito produtivo rural do Brasil e da América do Sul (BNB, 2015d). Anualmente, atende, com crédito produtivo orientado, milhares de agricultores familiares distribuídos em centenas de municípios, localizados predominantemente no semiárido brasileiro, que se constitui no espaço geográfico do País em que as atividades agropecuárias estão mais expostas às variabilidades climáticas. Por sua abrangência e pela especificidade da sua área territorial de atuação, além dos aspectos estritamente contábeis, o Programa precisa ser avaliado permanentemente a fim de mensurar os seus resultados e aperfeiçoar suas formas de gestão.

Neste sentido, visando contribuir com o debate sobre o tema, o objetivo desse artigo é analisar a evolução do AGROAMIGO na região Nordeste

do Brasil, buscando verificar até que ponto ele tem contribuído para enfrentar a situação de pobreza e vulnerabilidade climática que atinge a maioria dos agricultores familiares desse espaço geográfico particular e promover a melhoria de sua qualidade de vida no campo. Ao longo do texto, argumenta-se que a política pública em foco tem sido exitosa em termos operacionais, mas apresenta efeitos reduzidos no que concerne à estruturação das unidades produtivas e à diversificação das fontes de rendimentos das famílias beneficiárias. Ademais, busca-se evidenciar que o Programa registra resultados socioeconômicos ainda tímidos devido à sua baixa integração com outras políticas governamentais, o que pode estar limitando sua capacidade de promover o bem-estar social no meio rural.

Para a concretização dos objetivos propostos, recorreu-se à revisão bibliográfica de parte da literatura produzida sobre o tema e a compilação e análise das estatísticas oficiais referentes às operações contratadas pela referida política durante a sua primeira década de existência (2005-2014). A estrutura do trabalho está dividida em seis seções além dessa introdução. A segunda seção discute alguns ensinamentos extraídos da experiência de financiamento rural do PRONAF B que antecedeu o AGROAMIGO. A terceira seção analisa aspectos relacionados ao público-alvo e à estrutura operacional do Programa. A quarta seção apresenta e discute os dados sobre o seu desempenho operacional na região Nordeste. A quinta seção, por sua vez, busca averiguar alguns impactos socioeconômicos decorrentes do uso dos recursos empregados nas atividades financiadas. A sexta e última seção é dedicada às considerações finais e às recomendações.

## 2 Agricultores familiares pobres e financiamento rural no Nordeste: lições de uma trajetória sinuosa

A agricultura familiar foi uma forma social de produção e trabalho historicamente marginalizada no Brasil. Esse quadro permaneceu praticamente sem alterações durante muito tempo. Após a redemocratização do País, na segunda metade dos anos 1980, os movimentos sociais do campo ganharam força e, em 1996, o Estado brasileiro criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), visando apoiar o segmento

e promover o desenvolvimento rural (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

Nos seus primeiros anos de vida, o PRONAF expandiu a oferta de crédito em favor da agricultura familiar brasileira, mas marginalizou a região Nordeste e os chamados “agricultores periféricos”, que constituíam o segmento mais numeroso e pobre da agropecuária nacional (ABRAMOVAY; VEIGA, 1999; CARNEIRO, 1997). As distorções do Programa, em sua fase inicial, geraram um grande descontentamento por parte do movimento sindical em suas diferentes vertentes.

Para fazer frente às críticas, na safra 1999/2000, o governo decidiu estratificar o público do PRONAF em grupos de renda (A, B, C e D) e adotar um tratamento diferenciado para cada categoria de produtores. Como resultado dessas mudanças, foi lançada a linha de microcrédito rural que ficou conhecida como PRONAF Grupo B, ou simplesmente PRONAF B, com a proposta de combater a pobreza e melhorar a qualidade de vida das famílias mais pobres do meio rural.

Quando foi posto em operação, o público-alvo do PRONAF B era constituído por todos os agricultores familiares brasileiros com renda bruta anual até R\$ 1.500,00. Di Sabbato (2000), usando dados do Censo Agropecuário 1995/1996, estimou que o público do PRONAF B abarcava 2.036.682 estabelecimentos, o que equivalia a aproximadamente metade dos 4,1 milhões de agricultores familiares existentes no País naquele período. Tais produtores apresentavam precárias condições de produção e estavam localizados predominantemente na região Nordeste (74% do total).

Apesar do seu caráter social inovador, deve-se registrar que o PRONAF B enfrentou muitos problemas operacionais nos seus primeiros anos de existência. As rotinas administrativas e a visão setorial dos mediadores encarregados de dar vida ao Programa na esfera local (sindicatos, órgãos de assistência técnica e bancos públicos) representaram verdadeiras barreiras institucionais para o avanço do atendimento aos agricultores pobres (BASTOS, 2006).

Para tentar equacionar esse e outros problemas operacionais, em 2003, o governo Lula ampliou os limites de renda do Programa e flexibilizou totalmente a liberação dos créditos, extinguindo a exigência das garantias de aval solidário e passando a liberar os financiamentos por meio de propostas simplificadas de crédito. O resultado dessas medi-

das foi um extraordinário crescimento das aplicações do PRONAF B nos municípios nordestinos. Em 2003, o total de contratos dessa modalidade de crédito no Nordeste era de pouco mais de 80 mil, dois anos depois, já superava os 400 mil, e, os mais pobres entre os agricultores beneficiados, que constituíam a minoria, em 2006 formavam a esmagadora maioria dos tomadores de crédito (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006).

A rápida massificação do microcrédito do PRONAF B gerou muito otimismo mas, na prática, os seus resultados no campo nordestino foram desalentadores. Entre os problemas identificados em algumas avaliações sobre o Programa na sua fase de expansão, destaca-se que os projetos financiados apresentavam um caráter monótono, concentrado predominantemente na pecuária, abrindo pouco espaço para o incentivo de atividades produtivas inovadoras capazes de diversificar as fontes de renda e reduzir as vulnerabilidades do público atendido. Além disso, a liberação de financiamentos, sem qualquer risco de punição para os agricultores e para os mediadores, desencadeou uma cultura de não pagamento que elevou os índices de inadimplência e culminou com a suspensão temporária dos financiamentos em muitos municípios nordestinos a partir de 2008 (ABRAMOVAY, 2012; BNB, 2013a; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006; SCHRÖDER, 2012).

Os baixos resultados do microcrédito e a concentração dos recursos das demais linhas do PRONAF nos segmentos mais consolidados da agricultura familiar contribuíram para manter uma estrutura agrária extremamente desigual na região Nordeste. Como pode ser observado na Tabela 1, entre o período de 1996 a 2006, ocorreu uma queda do número de agricultores familiares “estagnados” e um crescimento da participação dos segmentos consolidados e em consolidação. Entretanto, o dado que sobressai da série estatística elaborada a partir da metodologia do Convênio FAO/INCRA (2000)<sup>1</sup>, é a expressiva presença de agricultores familiares da “franja periférica” nas áreas rurais

1 Trate-se de um projeto de pesquisa firmado nos anos 1990 entre a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que, de forma pioneira, delimitou a dimensão e as características da agricultura familiar brasileira a partir de microdados dos censos agropecuários (1985, 1995/1996, 2006) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para um detalhamento da metodologia utilizada nos estudos do referido projeto, ver: FAO/INCRA (2000) e Guanziroli, Di Sabbato e Vidal (2011).

nordestinas, que, inclusive, ampliaram sua participação no intervalo intercensitário, de 59,12% para 62,25% do total.

Diante do cenário retratado pelos números censitários, vários pesquisadores passaram a questionar o papel do microcrédito como instrumento efetivo de combate à pobreza rural na região Nordeste. Um balanço retrospectivo sobre as principais análises realizadas em relação ao tema permite extrair ao menos três lições importantes sobre o assunto.

A primeira delas é que o microcrédito precisa ser focalizado nas camadas mais pobres da população, pois, sem a intervenção do Estado via políticas públicas específicas, dificilmente esse público conseguirá alcançar o mercado de crédito convencional. No entanto, a distribuição dos financiamentos não pode ocorrer sem o fortalecimento dos vínculos de proximidade entre os agentes envolvidos na cadeia de financiamentos, garantindo a constituição dos mecanismos de *enforcement* e de corresponsabilidade, uma vez que, na ausência deles, corre-se o risco de desencadear um processo de inadimplência fora de controle (ABRAMOVAY, 2012; BASTOS, 2006; MAGALHÃES; ABROMOVAY, 2006; SCHRÖDER, 2012).

A segunda lição que advém das análises empreendidas sobre o tema na região Nordeste é que a concentração dos investimentos na pecuária bovina é uma estratégia de ação limitada, especialmente quando não vem acompanhada de ações paralelas visando melhorar a infraestrutura produtiva dos estabelecimentos e reduzir a vulnerabilidade dos rebanhos nos períodos de estiagem. Nesse sentido, é fundamental que o microcrédito promova projetos inovadores que estimulem a diversificação dos sistemas de produção e das fontes de renda dos agricultores familiares pobres, obje-

tivando reduzir os riscos e promover a adaptação de seus empreendimentos às mudanças climáticas (ABRAMOVAY, 2003; BASTOS, 2008; GOMES DA SILVA *et al.*, 2007; MAGALHÃES; ABROMOVAY, 2006; SAMBUICHI *et al.*, 2014).

Já a terceira e talvez mais importante lição extraída da experiência problemática do PRONAF B foi à conclusão de que o microcrédito, aplicado de forma isolada, é um instrumento limitado que apresenta poucas chances de aliviar a situação de pobreza extrema que atinge os agricultores “periféricos” nordestinos. Para que esse tipo de política gere efeitos socioeconômicos efetivos, é preciso que o crédito esteja articulado a um conjunto amplo de políticas governamentais estruturantes nas áreas de redistribuição fundiária, educação rural, assistência técnica, apoio à comercialização (PAA, PNAE etc), melhoria da infraestrutura rural e difusão de tecnologias de convivência com o semiárido (AQUINO *et al.*, 2014; BASTOS, 2008; GOMES DA SILVA *et al.*, 2007; MAGALHÃES; ABROMOVAY, 2006; SOUSA; VALENTE JR.; MACIEL, 2010).

Com efeito, conforme consta nos próprios documentos oficiais (BNB, 2013a), esse conjunto de lições gerou informações que proporcionaram um processo de aprendizagem institucional extremamente relevante, que serviu de base para estruturação do programa AGROAMIGO, foco principal do presente artigo. Na próxima seção, busca-se demonstrar até que ponto esse aprendizado repercutiu ou está repercutindo na configuração do arcabouço normativo do Programa, bem como os resultados práticos das ações empreendidas. Com isso, pretende-se verificar os “avanços e continuidades” que caracterizam essa nova experiência de microcrédito que tem se tornado referência no País.

Tabela 1 – Evolução do número de estabelecimentos familiares por Grupos de Renda no Nordeste, 1996 a 2006

Tipos de Agricultores Familiares	Censo Agropecuário 1996		Censo Agropecuário 2006	
	Número	%	Número	%
A (Consolidados)	88.397	4,30	155.379	6,83
B (Em processo de consolidação)	331.138	16,11	442.388	19,45
C (Estagnados)	420.558	20,46	260.770	11,47
D (Periféricos)	1.215.064	59,12	1.415.583	62,25
<b>Total</b>	<b>2.055.157</b>	<b>100,00</b>	<b>2.274.120</b>	<b>100,00</b>

Fonte: FAO/INCRA (2000); Guanziroli, Di Sabato e Vidal (2011).

### 3 Agroamigo: características institucionais, público-alvo e operacionalização

#### 3.1 Origem e objetivos

O Programa Microcrédito Rural AGROAMIGO foi criado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em janeiro de 2005, como uma metodologia específica voltada para operacionalizar os financiamentos da linha de financiamento rural PRONAF B. A proposta do novo programa é agilizar o processo de concessão de crédito, reduzir a inadimplência, melhorar a qualidade do atendimento e ampliar o número de beneficiários, com o propósito de gerar ocupação e ampliar a renda dos mesmos.

A análise dos documentos oficiais indica que a institucionalidade do AGROAMIGO oscila entre metas quantitativas e qualitativas. Por um lado, destaca-se que sua missão é contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar. Por outro, estabelece como visão de futuro tornar-se o maior programa de microfinanças rurais da América do Sul, objetivo já alcançado conforme informações divulgadas nos relatórios de resultados mais recentes (BNB, 2010; 2011; 2012; 2013a; 2014; 2015d).

Segundo Pereira Neto (2012, p. 233), o objetivo geral do AGROAMIGO é:

construir um padrão de desenvolvimento sustentável com inclusão dos agricultores familiares e suas famílias – inicialmente o Grupo B –, na área de atuação do BNB, mediante a concessão de microcrédito às atividades agropecuárias e não-agropecuárias (turismo, artesanato rural, comércio e serviços rurais etc.), de forma sustentável, destinado ao aumento e à diversificação da produção, à agregação de valor e comercialização dos produtos das unidades familiares, visando à melhoria dos níveis de renda e do emprego/ocupação da mão-de-obra.

Em termos específicos, o Programa visa, entre outras coisas (BNB, 2015d): conceder microcrédito produtivo orientado e acompanhado; atender aos agricultores nas próprias comunidades onde eles vivem por meio do assessor de microcrédito rural com redução de custos para os mesmos<sup>2</sup>; agilizar o

processo de concessão dos financiamentos; promover o acesso a outros serviços bancários além do crédito; estimular a educação financeira e a exploração sustentável do meio ambiente.

Schröder (2012) destaca que o AGROAMIGO consiste numa inovação institucional e instrumental que visa equacionar os problemas remanescentes da metodologia de distribuição do crédito do PRONAF B convencional. Desse modo, além de ofertar os recursos de forma orientada e acompanhada para manter o índice de inadimplência em níveis baixos, o Programa visa estruturar as unidades familiares de produção, diversificar as fontes de renda das famílias atendidas por meio do incentivo às atividades não agrícolas e promover a integração do microcrédito com outras ações do Governo Federal (Bolsa Família, PAA, PNAE, assistência técnica etc).

Como resultados efetivos da sua atuação, espera-se (BNB, 2010): promover o aumento da renda familiar e melhorar a qualidade de vida do público atendido; criar e manter ocupações no meio rural; aumentar a oferta de alimentos para a população; contribuir para a inclusão social e econômica dos agricultores familiares; contribuir para a redução da pobreza em sua área de atuação e para a diminuição do êxodo rural; viabilizar o atendimento à base da pirâmide econômica rural; propiciar acompanhamento sistemático, gerando inadimplência baixa; e diminuir a dependência dos agricultores dos programas sociais do governo brasileiro.

Pelo exposto, fica patente, então, certa permeabilidade dos gestores governamentais aos ensinamentos extraídos da experiência operacional do PRONAF B, contribuindo na construção de uma política bem mais robusta do que a anterior. De fato, nos relatórios do BNB, esse otimismo é bastante claro. Em muitas passagens, apresenta-se o microcrédito como um instrumento eficaz para elevar a renda dos agricultores atendidos, superar a pobreza e, em consequência, promover a melhoria da qualidade de vida no meio rural nordestino. Todavia, um olhar crítico sobre o tema indica que esse otimismo precisa ser relativizado, especialmente quando se considera a dimensão e as especificidades do público-alvo do Programa.

do Programa, Luis Sergio Machado, superintendente da área de microfinanças rurais, elenca, por exemplo, que o custo mensal médio de um assessor de microcrédito (R\$ 2.000,00) é bem menor relativamente ao salário que teria que ser pago a um funcionário do Banco (R\$ 7.720,67) dedicado exclusivamente a essa tarefa (BNB, 2010).

2 Embora se anuncie frequentemente o papel do AGROAMIGO em baratear o custo dos financiamentos para os agricultores familiares, não se deve esquecer que a parceria das atividades também é muito vantajosa para o BNB. Ao expor as qualidades



### 3.2 Público-alvo

O AGROAMIGO nasceu originalmente para atender às necessidades da fração mais pobre da agricultura familiar situada na área de abrangência do BNB, o chamado Grupo B do PRONAF. Tal opção seguia de perto as orientações dos principais programas de microcrédito vigentes no mundo que são inteiramente focados em pessoas pobres (CACCIAMALI; MATOS; MACAMBIRA, 2014; CASTILLO, 2008; SANTIAGO, 2014). No entanto, a partir de 2012, ao contemplar também a fração mais estruturada da agricultura familiar, o Programa “desfocalizou” sua ação.

Assim sendo, o AGROAMIGO trabalha atualmente com duas modalidades metodológicas internas, quais sejam: o AGROAMIGO Crescer, voltado aos agricultores do Grupo B do PRONAF, que abrange todos aqueles produtores com renda bruta anual até R\$ 20 mil; o AGROAMIGO Mais, que contempla os demais produtores com renda bruta anual acima do limite máximo do segmento anterior até R\$ 360 mil, exceto os assentados de reforma agrária (grupos A e A/C).

A quantificação do público potencial do microcrédito rural na região Nordeste não é uma tarefa das mais simples até porque há uma carência de estatísticas atualizadas a respeito. Mesmo assim, segundo tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, elaboradas a partir das normas do PRONAF vigentes na safra 2006/2007<sup>3</sup>, sabe-se, de antemão, que este número se aproxima de dois milhões de estabelecimentos agropecuários. Como já era de se esperar, haja vista os indicadores mostrados na seção precedente, os potenciais beneficiários do AGROAMIGO Crescer são expressivamente majoritários, com 1.567.863 estabelecimentos (79,38% do total), relativamente ao segmento do AGROAMIGO Mais, que supera ligeiramente 400 mil estabelecimentos agropecuários, alcançando 20,62% da clientela estimada na Tabela 2.

3 Os limites de renda de enquadramento dos grupos do PRONAF vêm sendo ajustados periodicamente. Na safra 1999/2000, quando a norma entrou em vigor, o limite do Grupo B era de R\$ 1.500 e o dos demais era de R\$ 27.500. Na safra 2006/2007, o Grupo B abrangia todos os agricultores familiares com renda até R\$ 3 mil e os outros grupos eram constituídos por agricultores que tinham renda acima desse valor até R\$ 80 mil. Já na safra 2014/2015, como resultado dos ajustes efetivados ao longo do tempo, os valores foram fixados em R\$ 20 mil para o segmento B e em R\$ 360 mil para os agricultores familiares mais capitalizados (AQUINO; SCHNEIDER, 2015).

De forma complementar, o Gráfico 1, a seguir, apresenta a participação percentual do público potencial do AGROAMIGO no universo da agricultura familiar nordestina, a fim de verificar sua abrangência e representatividade. Além de demonstrar a situação de pobreza e precariedade que caracteriza a agricultura familiar regional, considerando que o Grupo B do PRONAF contempla 72% do segmento, o referido gráfico também evidencia que o público potencial do microcrédito do BNB abrange, atualmente, 90% do total da agricultura familiar da Região. O dado preocupante que sobressai dos percentuais em tela é que esta ação governamental, ao mesmo tempo em que incluiu recentemente o segmento de maior renda do PRONAF, deixou de fora algo em torno de 10% dos agricultores familiares, por excluir da sua clientela o Grupo A, que contempla as famílias localizadas nos assentamentos de reforma agrária.

Registre-se que os agricultores familiares do Grupo B, público majoritário do AGROAMIGO de forma geral, constituem um segmento social heterogêneo que apresenta “múltiplas carências produtivas”. Grosso modo, de acordo com Aquino *et al.* (2014), eles possuem pouca terra<sup>4</sup> e reduzida disponibilidade de fontes hídricas nos seus estabelecimentos, apresentam baixos níveis educacionais, praticamente não recebem assistência técnica regular e não dispõem de equipamentos mecânicos para desenvolver suas atividades produtivas. Assim, devido à sua baixa plataforma de ativos, esses produtores estão completamente expostos às adversidades climáticas que caracterizam historicamente o semiárido nordestino<sup>5</sup>, necessitando de crédito e de medidas estruturantes visando reduzir sua vulnerabilidade diante do quadro vigente. Naturalmente, o atendimento a esse público específico, juntamente com os novos clientes do AGROAMIGO Mais, requer uma estrutura operacional de grande envergadura.

4 O tamanho médio dos estabelecimentos dos agricultores familiares do Grupo B do PRONAF na região Nordeste, segundo dados do Censo Agropecuário 2006, é de apenas 9,60 hectares. Registre-se, no entanto, que 58,27% desses produtores dispõem de áreas de terra inferiores a 5 hectares (AQUINO *et al.*, 2014).

5 Carvalho (2012) informa que nos 454 anos correspondentes ao período de 1559 a 2013 foram registradas 73 secas no Nordeste brasileiro. De acordo com a estimativa do autor, isso equivale à média de uma seca para cada 6,22 anos ao longo desse intervalo de tempo.



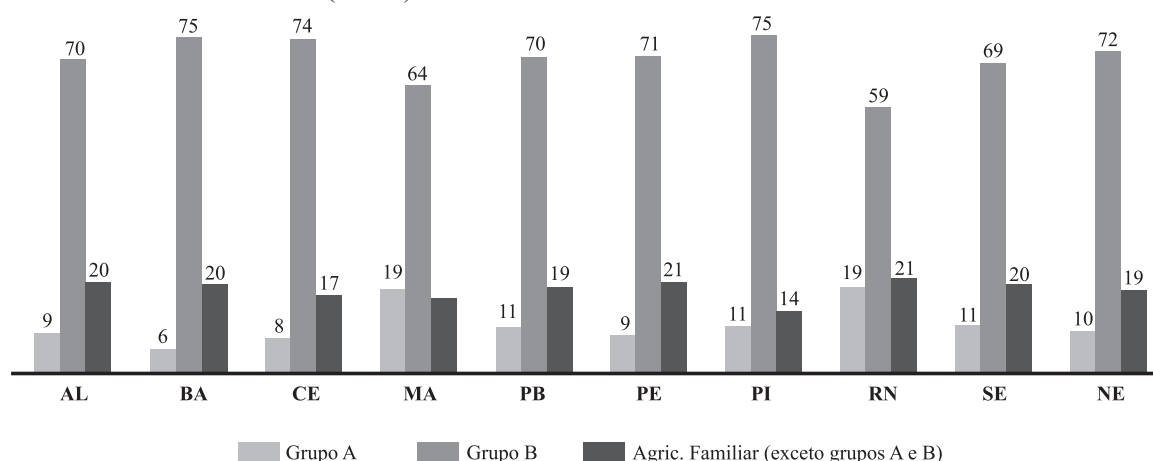
Tabela 2 – Estimativa do público potencial do AGROAMIGO na região Nordeste – 2006

UF/Região	Agroamigo Crescer		Agroamigo Mais		Público do Agroamigo	
	Grupo B	%	Agricultura Familiar (exceto grupos A e B)	%	Total	%
Alagoas	78.683	5,02	22.857	5,61	101.540	5,14
Bahia	497.489	31,73	131.226	32,23	628.715	31,83
Ceará	254.062	16,20	59.688	14,66	313.750	15,89
Maranhão	167.918	10,71	44.020	10,81	211.938	10,73
Paraíba	104.100	6,64	28.335	6,96	132.435	6,71
Pernambuco	194.908	12,43	56.798	13,95	251.706	12,74
Piauí	166.211	10,60	30.841	7,57	197.052	9,98
Rio Grande do Norte	42.234	2,69	15.239	3,74	57.473	2,91
Sergipe	62.258	3,97	18.173	4,46	80.431	4,07
<b>Nordeste</b>	<b>1.567.863</b>	<b>100,00</b>	<b>407.177</b>	<b>100,00</b>	<b>1.975.040</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE/SIDRA (2012).

Nota: Grupo A – assentados da reforma agrária; Grupo B - agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 3 mil; Agricultura Familiar (exceto grupos A e B) – agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 3 mil na Safra 2006/2007.

Gráfico 1 – Participação do público potencial do AGROAMIGO no universo da agricultura familiar nordestina – 2006 (Em %)



Fonte: Elaboração dos autores com base em IBGE/SIDRA (2012).

Nota: Grupo A – assentados da reforma agrária; Grupo B - agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 3 mil; Agricultura Familiar (exceto grupos A e B) – agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 3 mil na Safra 2006/2007.

### 3.3 Estrutura operacional

Para alcançar seus objetivos e atingir suas metas quantitativas, o AGROAMIGO dispõe de uma rede de atendimento bastante capilarizada na área de abrangência do BNB, que congrega os nove estados do Nordeste mais o norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. No Nordeste, especificamente, o Programa conta com 155 Unidades de Atendimento (UA) distribuídas em mais de 1.900 municípios (BNB, 2014). Em cada unidade, a figura central é o assessor de microcrédito rural,

profissional vinculado ao Instituto Nordeste Cidadania (INEC), órgão parceiro do BNB na implantação e gestão da nova metodologia de concessão dos financiamentos rurais de pequeno montante.<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Os valores e as condições de pagamento dos financiamentos do AGROAMIGO variam de acordo com o perfil dos clientes e o tipo de atividade financiada. Pelas regras em vigor, os clientes do AGROAMIGO Crescer podem pleitear crédito de até R\$ 4 mil, com juros de 0,5% a.a. e desconto de 25% para o pagamento em dia. O público do AGROAMIGO Mais, que engloba os produtores mais capitalizados, pode requerer financiamentos de até R\$ 15 mil, com juros variáveis conforme a modalidade solicitada (BNB, 2015d).

Abramovay (2012) explica que o papel de destaque dos assessores de microcrédito se deve às múltiplas funções que os mesmos exercem na operacionalização do AGROAMIGO. São eles que organizam a clientela do Programa, transmitem-lhes as regras básicas, elaboram as propostas de crédito e zelam pela recuperação dos recursos emprestados mediante a manutenção dos pagamentos em dia. A expectativa é que a presença constante desses técnicos nas comunidades rurais, orientando e acompanhando financeiramente os agricultores contemplados com o crédito, fortaleça vínculos de proximidade que inibam a cultura de não pagamento dos financiamentos, que comprometeu em parte os resultados do PRONAF B.

Espera-se também, segundo Magalhães e Abramovay (2006), que os referidos profissionais assumam a figura de verdadeiros “agentes de desenvolvimento”, buscando estimular a elaboração de projetos produtivos inovadores capazes de interferir na organização produtiva das famílias pobres, por meio do estímulo de atividades diversificadas que extrapolem a monotonia dos investimentos na pecuária bovina e em outras atividades agropecuárias tradicionais. Cabe aos mesmos também, na estrutura operacional estabelecida, promover a articulação das atividades financiadas com as demais políticas públicas de comercialização e de agregação de valor à produção.

A Tabela 3 mostra a evolução e distribuição da quantidade dos assessores de microcrédito do AGROAMIGO no Nordeste de 2005 a 2015. No

seu primeiro ano de implantação, o Programa contava com apenas 159 assessores distribuídos entre os estados nordestinos. Ao completar 10 anos de existência, o número de técnicos saltou para 848, com variações positivas em todos os estados da região. Note-se que boa parte do crescimento da contratação de assessores do crédito ocorreu a partir de 2012, muito provavelmente para atender à demanda adicional criada pela inclusão do público do AGROAMIGO Mais. Esse esforço, porém, parece ser bastante insuficiente para dar conta da gigantesca demanda potencial do Programa como um todo, estimada em aproximadamente dois milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, o que equivale à média de 2.329 agricultores por assessor.

Os assessores de microcrédito são avaliados por metas quantitativas e pela qualidade de sua carteira de crédito que deve apresentar baixíssimos níveis de inadimplência. A sua remuneração também depende dessas variáveis o que os induz a estabelecer vínculos com clientes que garantam a consecução de suas metas (ABRAMOVAY, 2012; BNB, 2010; PEREIRA NETO, 2012; SCHRÖDER, 2012). Logo, não resta dúvida entre os analistas que esse tipo de mecanismo contribui para a expansão das operações de microcrédito e para a garantia do equilíbrio financeiro da carteira de financiamentos. Contudo, questiona-se a sua capacidade de estimular a diversificação das atividades produtivas e reduzir a vulnerabilidade dos agricultores familiares pobres.

Tabela 3 – Evolução da quantidade de assessores de microcrédito do AGROAMIGO na região Nordeste, 2005 a 2015

UF/Região	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Mar./2015
Alagoas	11	20	25	30	31	37	40	53	50	51	51
Bahia	24	67	73	106	113	120	114	178	173	190	197
Ceará	21	54	61	76	81	78	94	124	125	127	128
Maranhão	16	32	35	64	64	69	72	85	80	80	82
Paraíba	15	30	30	41	45	48	55	69	71	76	86
Pernambuco	23	39	39	54	60	75	74	108	110	105	107
Piauí	22	37	40	70	68	70	75	104	100	106	106
Rio G. do Norte	14	30	32	37	36	34	36	46	47	52	54
Sergipe	13	30	32	41	33	33	33	42	39	38	37
<b>Nordeste</b>	<b>159</b>	<b>339</b>	<b>367</b>	<b>519</b>	<b>531</b>	<b>564</b>	<b>593</b>	<b>809</b>	<b>795</b>	<b>825</b>	<b>848</b>

Fonte: BNB (2015b).

Como foi visto até aqui, o número de assessores de microcrédito apesar do significativo crescimento ainda é reduzido diante da demanda, substancialmente aumentada a partir de 2012-2013 com a incorporação do público do AGROAMIGO Mais, que passou a operar em todas as agências, exigindo um maior esforço de deslocamento desses profissionais, bem como a disponibilidade de tempo adicional para a elaboração de propostas de crédito mais complexas. Argumenta-se, na sequência, que essa situação pode estar levando à configuração de um novo quadro de padronização das propostas de financiamento, que pouco contribui para mudar a fisionomia econômica do meio rural da região Nordeste.

## 4 Evolução dos recursos aplicados e perfil das atividades financiadas pelo Agroamigo no Nordeste

### 4.1 Desempenho operacional

Em termos operacionais, o AGROAMIGO apresentou um avanço expressivo desde a data de sua criação. Segundo os dados expostos na Tabela 4, na sua primeira década de existência, o Programa realizou 2,4 milhões de operações e aplicou mais de R\$ 5,6 bilhões no meio rural nordestino. O número de contratos de microcrédito produtivo orientado efetivados na região saltou de 17.459, em 2005, para cerca de 365 mil em 2014, representando um incremento de 1.988%. No mesmo período, o valor aplicado cresceu exponencialmente de R\$ 16,8 milhões para mais de R\$ 1,3 bilhão, contabilizando alta de 8.115%<sup>7</sup>. Ainda na tabela em destaque, constata-se que o valor médio dos contratos alcançou a marca de R\$ 2.280,01 por operação, variando de R\$ 962,00, na fase inicial, até alcançar R\$ 3.786,00 ao final da série.

Nota-se um grande salto quantitativo do primeiro para o segundo ano do Programa. Ao longo da série analisada, apenas em dois anos foram registradas leves quedas. Em 2008, por causa dos ajustes realizados diante da crise de inadimplência do PRONAF B, e, em 2014, devido aos efeitos

da estiagem que assolou o território nordestino. Registre-se que nesse último ano, mesmo com a queda das operações, os valores aplicados se elevaram, muito provavelmente puxados pelos maiores limites do AGROAMIGO Mais que permite financiamentos até o teto de R\$ 15.000,00. Ao que tudo indica, dado o contingente limitado de assessores de crédito, a tendência do Programa é estabilizar suas operações em um patamar de 400 mil contratos anuais com valores médios mais elevados.

Com efeito, apesar do avanço observado, os números analisados indicam que o AGROAMIGO tem um potencial de crescimento significativo e está longe de ser universalizado. Isso porque o seu grau de cobertura anual mostra-se relativamente baixo diante da demanda estimada na Tabela 2, mesmo considerando que nem todo o contingente de agricultores familiares nordestinos identificados pelo Censo Agropecuário do IBGE são potenciais clientes. Na verdade, em 10 anos de existência, ele nem mesmo alcançou ainda o nível máximo de cobertura do PRONAF B na área de atuação do BNB, que, no seu auge, de 2005 a 2007, registrou um número médio de operações de 466,5 mil, de acordo com dados extraídos do trabalho de Sousa, Valente Jr. e Maciel (2010).

A distribuição espacial dos recursos do AGROAMIGO no território nordestino, por sua vez, não ocorre de forma homogênea. Com base na Tabela 5, observa-se que no período de 2005 a 2014 os estados contemplados com maior quantidade de contratos foram: Bahia, com 526.121 contratos, representando 21,48% do total; Ceará, com 394.819; Pernambuco, com 301.198; Maranhão, com 292.923; e Piauí, com 258.629 financiamentos concedidos. Juntos, esses cinco estados totalizaram 1.773.690 contratos, ou seja, 72,41% das operações realizadas pelo Programa na Região. Quanto aos valores das aplicações, os referidos estados também se destacaram, alcançando uma participação percentual semelhante à distribuição dos contratos. As menores participações, por seu turno, foram registradas em Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba.

<sup>7</sup> A taxa de crescimento dos recursos aplicados deve ser relativizada, pois os valores em R\$ não foram deflacionados.

Tabela 4 – Evolução das operações do AGROAMIGO na região Nordeste, 2005 a 2014

Ano	Nº de Contratos	%	Valor (R\$ 1,00)	%	Valor médio (R\$ 1,00)
2005	17.459	0,71	16.803.639	0,30	962
2006	130.097	5,31	140.900.932	2,52	1.083
2007	177.100	7,23	238.396.856	4,27	1.346
2008	163.686	6,68	226.422.388	4,05	1.383
2009	256.374	10,47	398.107.699	7,13	1.553
2010	295.175	12,05	536.061.839	9,60	1.816
2011	328.510	13,41	696.033.175	12,46	2.119
2012	337.171	13,77	823.681.575	14,75	2.443
2013	379.280	15,48	1.127.922.195	20,20	2.974
2014	364.583	14,88	1.380.407.201	24,72	3.786
<b>Total</b>	<b>2.449.435</b>	<b>100,00</b>	<b>5.584.737.499</b>	<b>100,00</b>	<b>2.280</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2013b, 2015a).

Tabela 5 – Distribuição dos contratos e dos valores aplicados pelo AGROAMIGO por estados da região Nordeste, 2005 a 2014

UF/Região	Nº de Contratos	%	Valor (R\$ 1,00)	%
Alagoas	169.805	6,93	381.481.910	6,83
Bahia	526.121	21,48	1.235.673.407	22,13
Ceará	394.819	16,12	856.265.745	15,33
Maranhão	292.923	11,96	671.560.761	12,02
Paraíba	220.469	9,00	502.731.818	9,00
Pernambuco	301.198	12,30	706.706.518	12,65
Piauí	258.629	10,56	607.291.311	10,87
Rio G. do Norte	163.090	6,66	368.899.814	6,61
Sergipe	122.381	5,00	254.126.215	4,55
<b>Nordeste</b>	<b>2.449.435</b>	<b>100,00</b>	<b>5.584.737.499</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2013b, 2015a).

Tabela 6 – Distribuição dos contratos do AGROAMIGO por gênero na região Nordeste, 2005 a 2014

UF/Região	Nº Contratos	Masculino	%	Feminino	%	Não Identificado	%
	(A)	(B)	(B/A)	(C)	(C/A)	(D)	(D/A)
Alagoas	169.805	85.026	50,07	84.765	49,92	14	0,01
Bahia	526.121	286.152	54,39	239.951	45,61	18	0,00
Ceará	394.819	218.495	55,34	176.302	44,65	22	0,01
Maranhão	292.923	145.166	49,56	147.743	50,44	14	0,00
Paraíba	220.469	112.843	51,18	107.614	48,81	12	0,01
Pernambuco	301.198	152.536	50,64	148.625	49,34	37	0,01
Piauí	258.629	131.438	50,82	127.144	49,16	47	0,02
Rio G. do Norte	163.090	90.118	55,26	72.958	44,73	14	0,01
Sergipe	122.381	60.893	49,76	61.478	50,23	10	0,01
<b>Nordeste</b>	<b>2.449.435</b>	<b>1.282.667</b>	<b>52,37</b>	<b>1.166.580</b>	<b>47,63</b>	<b>188</b>	<b>0,01</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2013b, 2015a).

Para Lima *et al.* (2011), os resultados apresentados na Tabela 5 sugerem que estaria havendo uma distribuição desigual do microcrédito do AGROAMIGO entre os estados nordestinos, mostrando que as distorções no acesso ao crédito do PRONAF se manifestam não apenas entre as regiões do Brasil, mas dentro das mesmas. Esse argumento, porém, não se sustenta na prática, tendo em vista que a cobertura do Programa em nível estadual, embora apresente variações, parece refletir bem a distribuição do público potencial, como é possível depreender a partir de uma simples comparação com os dados elencados na seção anterior (Tabela 2). Nesse aspecto, a desvantagem mais evidente refere-se apenas ao caso da Bahia, que abriga algo em torno de um terço do público potencial dos financiamentos, mas obteve tão somente 22% dos recursos aplicados.

No que se refere à repartição dos contratos por gênero, a Tabela 6 indica que o AGROAMIGO tem colaborado de forma significativa para o acesso das mulheres nordestinas às políticas de crédito. De fato, do total de contratos do Programa efetivados pelos assessores de microcrédito nas comunidades rurais, 52,37% foram feitos por homens e 47,63% por mulheres. Em termos absolutos, os contratos realizados por agricultoras se concentraram nos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão e Piauí. Em seis dos estados nordestinos, contudo, a participação feminina alcançou praticamente a metade das operações, o que indica uma focalização especial do Programa em relação a essa camada da população rural.

Ao centrar parte do seu esforço no apoio às mulheres residentes no campo, o AGROAMIGO segue de perto o exemplo de experiências bem-sucedidas no âmbito internacional. Em vários países, as mulheres constituem o público-alvo preferencial dos programas de microcrédito. Como explicam Cacciamali, Matos e Macambira (2014), a literatura especializada aponta que a formatação de programas de microcrédito para as mulheres pode atingir vários objetivos simultaneamente, como retirá-las da pobreza e melhorar a taxa de adimplência dos financiamentos, haja vista que elas são melhores pagadoras. Na mesma linha, mesmo sem contar com avaliações a respeito, o BNB (2013a, p. 46) destaca que: “a grande participação femini-

na, no âmbito do Agroamigo, além de possibilitar a redução das desigualdades de gênero no meio rural, permite a diversificação das atividades não agrícolas no meio rural.” A questão é que esse resultado não tem se verificado na prática, como se procura demonstrar a seguir.

## 4.2 Tipos de atividades financiadas

Conforme foi discutido na seção anterior, o AGROAMIGO busca, com sua metodologia, qualificar o processo de crédito do PRONAF B, procurando solucionar alguns problemas recorrentes da antiga sistemática operacional, tais como a padronização das propostas de crédito, a alta concentração das operações em algumas atividades agropecuárias e a baixa aplicação em atividades não agrícolas (BNB, 2010; 2013a; MACIEL, 2009; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006; PEREIRA NETO, 2012; SANTOS; GOIS, 2011). Na tentativa de cumprir essa missão, no período de 2005 a 2013, o Programa já financiou nos estados nordestinos 178 tipos de empreendimentos diferentes, incluindo desde atividades agropecuárias tradicionais até um conjunto diversificado de atividades não agrícolas, ligadas ao setor de comércio e serviços.

No entanto, a Tabela 7 evidencia que nada menos do que 92% dos financiamentos do AGROAMIGO estão concentrados em um leque de apenas 20 atividades. Dentre esse grupo seleto, por sua vez, sobressaem-se seis atividades criatórias - bovinocultura, suinocultura, ovinocultura, avicultura, caprinocultura e pecuária - que, conjuntamente, responderam por 73,64% dos contratos efetivados pelo Programa de 2005 a 2013. Destaque-se que a bovinocultura de corte e de leite é de longe o segmento que mais recebeu financiamentos, com 864.504 contratos (41,47% do total), número que provavelmente seria aumentado caso os dados do grande setor da “pecuária” fossem desagregados em 2006. O restante das atividades financiadas, ligadas aos ramos da agricultura, apicultura, artesanato, pesca, comércio e serviços, entre outras, registraram pequenas participações, ao lado das demais 158 atividades contempladas que englobaram apenas 8% das operações contratadas.



Tabela 7 – Evolução das atividades financiadas pelo Programa AGROAMIGO na região Nordeste, 2005 a 2013

ATIVIDADES	2005	2006 (*)	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2005-2013	%
Bovinocultura	7.952	0	64.674	66.830	111.804	138.395	157.971	151.691	165.188	864.504	41,47
Suínocultura	1.674	0	20.372	15.927	25.488	26.734	26.509	26.325	31.827	174.856	8,39
Ovinocultura	1.550	0	17.193	15.808	23.067	27.102	30.687	26.360	28.345	170.111	8,16
Avicultura	1.030	0	14.309	11.757	17.377	19.490	18.304	20.645	26.188	129.100	6,19
Caprinocultura	1.169	0	9.378	8.554	13.558	15.046	16.704	17.390	18.891	100.690	4,83
Pecuária	0	95.962	0	0	0	0	0	0	0	95.962	4,60
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	1.566	10.504	13.408	8.098	10.049	8.607	8.705	7.499	3.206	71.640	3,44
Fruticultura	0	2.780	5.264	4.538	6.373	7.968	10.418	11.342	13.174	61.857	2,97
Grãos	0	2.356	2.078	3.750	6.077	6.640	7.477	7.374	8.635	44.387	2,13
Artesanato	182	9.141	6.898	4.827	5.060	4.580	4.017	3.856	5.313	43.875	2,10
Caça e Pesca	0	3.224	4.053	2.855	5.037	6.296	5.445	4.651	5.524	37.084	1,78
Comércio Varejista Turístico	0	887	3.837	3.018	3.114	2.758	3.082	4.009	5.684	26.388	1,27
Olericultura	0	1.663	1.793	1.608	2.620	2.762	2.797	3.100	4.246	20.589	0,99
Piscicultura	84	0	990	982	1.935	2.446	3.069	3.599	3.897	17.002	0,82
Comércio Varejista	0	678	1.568	1.205	1.604	981	1.420	1.375	6.400	15.231	0,73
Raízes e Tubérculos	0	953	1.416	1.480	2.504	1.579	2.011	1.764	3.369	15.076	0,72
Apicultura	265	0	633	703	1.292	1.645	2.170	1.622	1.224	9.554	0,46
Extração Vegetal	0	360	584	892	1.184	1.280	1.003	1.245	1.360	7.908	0,38
Gramínea	0	279	526	791	1.030	876	1.023	1.209	1.078	6.812	0,33
Outras atividades relacionadas ao lazer	0	8	50	181	463	184	126	217	2.783	4.012	0,19
Demais 158 atividades	1.987	1.302	8.076	9.884	16.737	19.808	25.572	41.898	42.948	168.212	8,07
<b>TOTAL (178 atividades)</b>	<b>17.459</b>	<b>130.097</b>	<b>177.100</b>	<b>163.686</b>	<b>256.374</b>	<b>295.175</b>	<b>328.510</b>	<b>337.171</b>	<b>379.280</b>	<b>2.084.851</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2013b, 2015a).

(\*) Em 2006, por conta da falta de detalhamento na base de dados utilizada, indica-se que as atividades criatórias de gado, peixes, abelhas e outras estão contabilizadas de forma agregada no setor “pecuária”.

É importante destacar que o percentual de participação da pecuária no total de contratos do AGROAMIGO é praticamente idêntico aos indicadores do PRONAF B, quando os projetos de crédito eram elaborados de forma massificada (AQUINO; SCHNEIDER, 2015; LIMA *et al.*, 2011; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006; MAIA; ROITMAN; DE CONTI, 2012). Isso significa que, apesar do BNB reconhecer a importância da diversificação das atividades e das fontes de renda da agricultura familiar, a sua equipe de assessores de microcrédito não tem sido capaz de reorientar o foco dos projetos de financiamento para além das atividades pecuárias tradicionalmente desenvolvidas no sertão nordestino. Tal caminho mostra-se inalterável até mesmo nos anos de grandes secas, como foi em 2012 e 2013, quando os investimen-

tos na bovinocultura, ao invés de diminuir, para amenizar os riscos de perdas dos agricultores, mantiveram-se em seus níveis mais elevados.

O perfil setorial da maior parcela dos contratos se mantém inalterado quando os dados são agrupados por gênero. A Tabela 8 demonstra que as seis atividades pecuárias mais favorecidas pelo microcrédito rural orientado e acompanhado do AGROAMIGO responderam por praticamente 75% dos contratos realizados pelos homens, de 2005 a 2013. No caso das mulheres, há variações na posição da ordem de importância das 20 principais atividades financiadas, mas, a exemplo dos homens, 73% de seus investimentos também foram direcionados para a bovinocultura, suínocultura, avicultura, ovinocultura, caprinocultura e “pecuária”. Já os outros segmentos agrícolas e não agrícolas, ocupam po-

sições marginais em termos de aplicações, questionando a afirmação anterior de que as mulheres rurais atendidas pelo Programa estariam levando a

um auspicioso processo de diversificação no meio rural nordestino.

Tabela 8 – Distribuição das atividades produtivas financiadas pelo AGROAMIGO na região Nordeste por gênero, 2005 a 2013

Atividades	Masculino	%	Atividades	Feminino	%
Bovinocultura	479.701	43,77	Bovinocultura	384.768	38,92
Ovinocultura	93.176	8,50	Suinocultura	89.246	9,03
Suinocultura	85.592	7,81	Avicultura	78.052	7,90
Caprinocultura	55.154	5,03	Ovinocultura	76.919	7,78
Pecuária	51.330	4,68	Caprinocultura	45.531	4,61
Avicultura	51.038	4,66	Pecuária	44.564	4,51
Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	37.540	3,42	Serv. Aux. Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	34.083	3,45
Fruticultura	37.164	3,39	Artesanato	30.811	3,12
Grãos	24.668	2,25	Fruticultura	24.694	2,50
Caça e Pesca	24.237	2,21	Comércio Varejista Turístico	20.861	2,11
Artesanato	13.063	1,19	Grãos	19.717	1,99
Piscicultura	11.745	1,07	Caça e Pesca	12.846	1,30
Olericultura	11.337	1,03	Comércio Varejista	9.392	0,95
Raízes e Tubérculos	8.488	0,77	Olericultura	9.252	0,94
Apicultura	6.022	0,55	Raízes e Tubérculos	6.587	0,67
Comércio Varejista	5.837	0,53	Extração Vegetal	5.506	0,56
Comércio Varejista Turístico	5.527	0,50	Piscicultura	5.255	0,53
Gramínea	4.057	0,37	Apicultura	3.531	0,36
Extração Vegetal	2.402	0,22	Gramínea	2.755	0,28
Outras atividades relacionadas ao lazer	1.926	0,18	Outras atividades relacionadas ao lazer	2.086	0,21
Demais atividades	86.066	7,85	Demais atividades	82.137	8,31
<b>Total</b>	<b>1.096.070</b>	<b>100,00</b>	<b>Total</b>	<b>988.594</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração dos autores com base em BNB (2013b, 2015a).

Deve-se anotar que, a rigor, não há nenhum empecilho formal ao financiamento de atividades pecuárias no semiárido nordestino. Afinal, como aponta Andrade (2005), a criação de animais faz parte da cultura sertaneja e a ampliação dos rebanhos é uma estratégia importante. A questão principal é que, na maioria dos casos, os investimentos não são direcionados para disseminar raças de animais resistentes ao clima

semiárido<sup>8</sup> e, raramente, os financiamentos são acompanhados de ações integradas visando dotar as pequenas propriedades dos agricultores do Grupo B das condições mínimas para garantir a alimentação dos rebanhos nos períodos de estiagem.

8 Vidal (2007) argumenta que o BNB, em seus programas oficiais de incentivo à caprino e ovinocultura, tem privilegiado historicamente a disseminação de animais de raças forâneas que apresentam maior capacidade de produção de carne e leite. Em contrapartida, segundo a autora, a Instituição tem dado pouco incentivo ao incremento de rebanhos de animais mais adaptados às condições ecológicas do bioma caatinga.

Essa situação deixa os produtores vulneráveis às crises climáticas e amplia os riscos de perderem seus investimentos na forma de bovinos e pequenos ruminantes.<sup>9</sup> Dessa forma, o predomínio das contratações na pecuária, em detrimento de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias, representa a perda de uma boa oportunidade de diversificar e ampliar as fontes de rendas das famílias pobres do campo e, por esse meio, melhorar suas condições de reprodução econômica (AQUINO *et al.*, 2014; AQUINO; SCHNEIDER, 2015; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006; SAMBUICHI *et al.*, 2014). Conforme indica Schneider (2010, p. 89),

Fortalecer os meios de vida (*livelihoods*) implicaria criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando assim sua resiliência em face das crises, dos choques ou das vulnerabilidades, que conformam o ambiente hostil em que vivem os agricultores, o que implica afirmar que, quanto mais diversificada for uma unidade produtiva ou um estabelecimento agropecuário, maiores serão as chances e oportunidades que possa ter opções para fazer escolhas. Um leque (portfólio) maior de oportunidades e opções de escolha é fundamental para que estratégias de combate às distintas formas de vulnerabilidade (clima, doenças, preços) possam se estabelecer.

Com efeito, o grande número de animais mortos em consequência da escassez de pastos naturais nos anos de 2012 e 2013, devido à severa seca que atingiu o Nordeste no período, demonstrou que a estrutura produtiva dos agricultores familiares pobres continua extremamente frágil e exposta às armadilhas impostas pelo clima (CARVALHO, 2012; FRAGA, 2013). Nesse contexto, fica a dúvida sobre a real capacidade do microcrédito do AGROAMIGO, em sua configuração atual, de ensejar um processo de desenvolvimento sustentável na área de abrangência do BNB pautando suas ações prioritariamente em atividades pecuárias, exatamente como fez o PRONAF B. Assim, ao contrário do que

argumenta Souza (2014), tudo indica que o seu efeito efetivo no que concerne à adaptação das unidades de produção familiares às mudanças climáticas tem sido bastante limitado, algo evidenciado indiretamente pelo perfil dos projetos financiados, mas que carece ainda de provas concretas geradas por estudos empíricos sobre o tema.

As questões elencadas, porém, não têm sido levadas em conta com o devido cuidado na gestão do AGROAMIGO. Para o BNB (2013a) e Pereira Neto (2012), por exemplo, a grande concentração das operações do Programa na atividade pecuária é justificada pela “tradição regional”. Esse tipo de visão determinista reflete de maneira direta na institucionalidade do AGROAMIGO que não cria incentivos para que a situação seja revertida. Os assessores são avaliados, como foi visto, pela quantidade de contratos e pelo nível de adimplência da carteira de clientes sob sua responsabilidade. Como acontecia na estrutura de governança do PRONAF B, analisada em detalhes por Magalhães e Abramovay (2006) e Bastos (2008), não existe qualquer norma que os induza a prospectar um percentual pré-estabelecido de projetos inovadores do ponto de vista técnico e mercadológico. Em vista disso, o campo de sua atuação se volta para as atividades que os agricultores têm experiência e costumeiramente desenvolvem há muito tempo, a exemplo da bovinocultura, cujos contratos são mais fáceis de elaborar e podem ser mais facilmente aprovados. Ademais, os descontos de 25% nas parcelas dos financiamentos contraídos (rebates) são concedidos exclusivamente para premiar os agricultores pobres bons pagadores e não para estimular aqueles produtores inovadores interessados em implantar iniciativas de convivência com o semiárido.

Portanto, a avaliação do desempenho operacional do AGROAMIGO na região Nordeste é, em termos quantitativos, positiva, embora ele tenha alcançado ainda apenas uma parcela do seu público potencial. De qualquer forma, o Programa cresceu regularmente durante a primeira década de sua existência, apresentou uma distribuição estadual dos recursos relativamente equitativa e incorporou o segmento feminino à sua clientela. Os seus principais pontos críticos, porém, estão associados à “desfocalização” do público-alvo e ao uso dos recursos aplicados, que, à semelhança dos financiamentos concedidos por meio da metodologia do PRONAF B, permanecem concentrados em um leque limitado de empreendimentos agropecuários tradicionais

<sup>9</sup> De maneira geral, a esmagadora maioria dos estabelecimentos do Grupo B nordestinos ainda não conta com as condições mínimas de infraestrutura para proteger seus rebanhos de animais das adversidades climáticas que caracterizam os ecossistemas regionais. Isso porque, segundo informações do Censo Agropecuário 2006, apenas uma pequena fração desse público dispõe de fontes fixas de água para fazer frente aos períodos de estiagem. Ademais, do universo de 1.567.863 agricultores familiares do Grupo B localizados nos estados nordestinos, apenas 10.415, ou seja, 0,66% do total, contavam com silos de armazenar forragem na data do levantamento do IBGE (AQUINO *et al.*, 2014; IBGE/SIDRA, 2012).

que pouco têm contribuído para a diversificação da economia rural nordestina. Tudo indica que esse viés setorial do Programa, que insiste em seguir por “velhos” caminhos conhecidos e que levam sempre ao mesmo lugar, ao lado de sua baixa integração efetiva com outras políticas públicas estruturantes de desenvolvimento, pode estar limitando seus impactos socioeconômicos. Estes e outros aspectos serão discutidos de forma mais detalhada na próxima seção, onde se reúnem algumas evidências retiradas da revisão sistemática dos principais estudos de avaliação realizados sobre o tema.

## 5 Resultados, limites e desafios do Agroamigo para o fortalecimento da agricultura familiar na Região Nordeste

O microcrédito se constitui em um importante instrumento para a capitalização dos agricultores familiares pobres desprovidos de condições próprias de investimento, mas sua capacidade de promover transformações socioeconômicas relevantes não pode ser superestimada (CASTILLO, 2008; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006; SANTIAGO, 2014; SCHRÖDER, 2012). Nos documentos oficiais, todavia, nota-se que tem prevalecido uma visão linear, em que se estabelece uma relação quase direta entre o acesso ao microcrédito orientado e acompanhado do AGROAMIGO, o aumento da renda, a redução da pobreza e, por consequência, a melhoria da qualidade de vida da população atendida (BNB, 2010; 2011; 2012; 2013a; 2014; SOUZA, 2014). A questão é que as duas únicas avaliações abrangentes realizadas sobre o Programa até o momento (junho de 2015), capitaneadas por Abramovay *et al.* (2013) e Neri (2012), não trazem evidências suficientes que confirmem esses resultados de forma clara e pontual.<sup>10</sup>

Abramovay *et al.* (2013, p. 19), trabalhando com uma amostra de 1.572 agricultores coletada em mais de 80 municípios do Nordeste e do norte de Minas Gerais, destacam inicialmente que o maior mérito do AGROAMIGO foi controlar a crise de pagamento herdada da metodologia

<sup>10</sup> A produção bibliográfica sobre os impactos do AGROAMIGO ainda é extremamente reduzida. Além dos trabalhos citados, o levantamento realizado para a presente pesquisa identificou apenas quatro estudos de caso que procuraram mensurar os efeitos do Programa na vida de seus beneficiários: Albuquerque Neto e Gomes da Silva (2013), Freitas e Silva (2014), Maciel (2009) e Maciel *et al.* (2009).

do PRONAF B. Segundo eles, as tecnologias de financiamento do Programa, inspiradas diretamente no CREDIAMIGO, “conseguiram romper um impasse que parecia insolúvel: fazer chegar o crédito a populações rurais em situação de pobreza e, ao mesmo tempo, reduzir ao mínimo a inadimplência”.<sup>11</sup> A esse respeito, destacam ainda que tal resultado se baseou fundamentalmente na proximidade entre os assessores de microcrédito e o público do Programa, que reestabeleceu os mecanismos de *enforcement* e corresponsabilidade que haviam sido severamente enfraquecidos no formato institucional que prevalecia antes de 2005.

No que diz respeito aos efeitos do microcrédito nos indicadores de produção agropecuária e na geração de renda, os resultados também são positivos. Abramovay *et al.* (2013, p. 14, grifos nossos) evidenciam que agricultores familiares com mais tempo de exposição ao Programa (duas ou mais operações), desde 2006 até 2010, apresentaram aumento no estoque de animais de 18% e crescimento de 28% na produção agrícola, relativamente aos clientes recém-ingressantes na política. Ademais, sugerem que esses clientes mais antigos “parecem possuir um padrão de vida melhor (medido por posse de ativos)” ou terem obtido “algum aumento nesse indicador de riqueza” graças aos efeitos dos financiamentos rurais realizados. No entanto, os resultados obtidos não evidenciam que a política avaliada esteja sendo capaz de cumprir efetivamente com sua “diretriz máxima” de promover o bem-estar social no campo nordestino. Nas palavras dos autores:

Encontramos algumas indicações de que o acesso ao crédito por meio do Agroamigo amplia as chances de inserção nos mercados agropecuários e estimula o próprio aumento da produção. Há sinais de que aqueles que estão no programa há mais tempo reuniram ativos que representam passo importante em direção à emancipação da pobreza que caracteriza globalmente suas vidas. Mas não seria razoável imaginar que um programa de crédito – ainda que voltado tão diretamente a pessoas de muito baixa renda no meio rural – pudesse retirar da pobreza as populações por ele beneficiadas (ABRAMOVAY *et al.*, 2013, p. 13-14).

<sup>11</sup> A taxa de inadimplência do PRONAF B alcançou o topo, em 2010, com 63,94% dos contratos em atraso. Já o AGROAMIGO tem mantido esse indicador em patamares relativamente baixos desde que o Programa assumiu o status de principal e única tecnologia de concessão dos financiamentos do microcrédito rural do PRONAF nas agências do BNB: 3,40%, em 2009, e 3,30%, em 2013 (BNB, 2010; 2014).

Neri (2012, p. 5-6, grifos nossos), por sua vez, também destaca que o AGROAMIGO “apresenta **alguns** resultados positivos nas condições de vida produtiva e **possivelmente** familiar da sua clientela.” Embora totalmente expostos às flutuações hídricas que caracterizam o território nordestino, os negócios do público atendido apresentaram um bom desempenho ao longo da trajetória recente do Programa (2006 a 2012). Como é possível observar na Tabela 9, o lucro dos beneficiários do crédito cresceu, em média, 25,82%, saltando de R\$ 1.664,94, no ano 1, para R\$ 2.094,76, no ano 2. Esses dados sugerem que houve uma melhora na renda dos “micro-empresários rurais”, mas, como reconhece o próprio pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV), essa variação não foi tão significativa em termos absolutos para alterar a situação histórica de dificuldades econômicas vigentes no meio rural nordestino. Isso porque os baixos ganhos obtidos, destacados na penúltima coluna da tabela em foco, embora importantes, apresentam pouca capacidade de desencadear um processo de estruturação de maior impacto nas unidades produtivas dos agricultores familiares pobres situados na área de cobertura da pesquisa.

Os dois estudos mais abrangentes sobre os impactos do AGROAMIGO realizados até agora, mostram, portanto, que o programa analisado proporciona certo aumento na renda do público atendido, mas não indicam em nenhum momento se esse incremento tenha sido capaz de ensejar um processo de capitalização que promova a ascensão dos agricultores do Grupo B para os estratos de renda superiores do PRONAF, que constituem o público do AGROAMIGO Mais. Ou seja, o apoio do microcrédito não foi suficiente para que esses

produtores transitem do estágio de subsistência, de baixo excedente monetário, para uma situação de acumulação ampliada, de mais alta renda. Ademais, não há indicadores suficientes nessas pesquisas que comprovem os impactos do Programa na melhoria dos níveis de bem-estar social dos agricultores pobres. Dessa forma, como salientam Carneiro, Palm e Alvarenga (2014, p. 21), ao analisar os efeitos do PRONAF no Brasil:

A associação direta que se faz entre aumento da renda e da produtividade e a melhoria da qualidade de vida não é acompanhada nem por dados que a corroborem nem por uma clareza conceitual. Imagina-se que os próprios gestores não tenham clareza sobre o que entendem por essa noção tão facilmente dita e repetida tanto em textos acadêmicos como em textos de políticas públicas.

Na verdade, apesar da importância da inclusão financeira promovida pelo AGROAMIGO, a timidez dos resultados socioeconômicos apresentados já era esperada. Isso porque é difícil vislumbrar um horizonte de mudança social profundo a partir de investimentos concentrados predominantemente na pecuária. As chances de um produtor do Grupo B superar a situação de pobreza por meio da bovinocultura extensiva desenvolvida em pequenas propriedades na região Nordeste, por exemplo, são bastante precárias. De fato, conforme demonstra o Quadro 1, as principais experiências de sucesso financiadas pelo Programa não estão vinculadas a essa atividade, que tem recebido a maior fatia dos contratos e dos recursos aplicados. Nem ao menos figuram iniciativas pautadas no processamento e fabricação de derivados do leite. Os negócios que se

Tabela 9 – Desempenho financeiro dos clientes do AGROAMIGO na região Nordeste

UF/REGIÃO	Nº Clientes	Lucro_ Ano 1 (R\$)	Lucro_ Ano 2 (R\$)	Diferença absoluta (R\$)	Varição (%)
Alagoas	6.676	1.694,49	2.259,60	565,11	33,35
Bahia	12.621	1.488,18	2.155,09	666,91	44,81
Ceará	6.561	1.595,44	1.806,01	210,57	13,20
Maranhão	5.893	1.494,62	2.627,31	1.132,69	75,78
Paraíba	7.273	1.736,80	1.867,45	130,65	7,52
Pernambuco	8.687	1.513,47	2.125,16	611,69	40,42
Piauí	6.646	1.769,98	1.921,34	151,36	8,55
Rio G. do Norte	5.254	1.758,18	2.112,20	354,02	20,14
Sergipe	5.468	1.933,28	1.978,68	45,4	2,35
<b>Nordeste</b>	<b>65.079</b>	<b>1.664,94</b>	<b>2.094,76</b>	<b>429,82</b>	<b>25,82</b>

Fonte: Neri (2012, p. 97).

Nota: Dados organizados pelos autores.



Quadro 1 – Atividades inovadoras vencedoras do Prêmio BNB de Microcrédito AGROAMIGO na região Nordeste, 2011 a 2014

UF	2011		2012		2013		2014	
	SETOR	ATIVIDADE	SETOR	ATIVIDADE	SETOR	ATIVIDADE	SETOR	ATIVIDADE
AI	Agropecuária	Apicultura e Avicultura	Agropecuária	Horticultura	Agropecuária	Horticultura e Tubérculos	Agropecuária	Horticultura
	Agroindústria	Avicultura	Agroindústria	Fabricação de Biscoito	Agroindústria	Fabricação de Doces Caseiros	Agroindústria	Fabricação de Doces Caseiros
	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	-	Não Agropecuária	Serviço no Meio Rural	Não Agropecuária	-
BA	Agropecuária	Cultivo Orgânico de Hortícola	Agropecuária	Ovinocultura	Agropecuária	Avicultura	Agropecuária	Bovinocultura de Corte
	Agroindústria	Padaria	Agroindústria	Padaria	Agroindústria	Fabricação de Beiju	Agroindústria	Fabricação de Farinha
	Não Agropecuária	Fabricação de Pias e Lavanderias	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	-	Não Agropecuária	Artesanato
CE	Agropecuária	Fruticultura (Produção de Mudas)	Agropecuária	Caprinocultura	Agropecuária	Suinocultura	Agropecuária	Ovinocultura
	Agroindústria	Panificação	Agroindústria	Produção de Polpa de Fruta	Agroindústria	Produção de Colorau	Agroindústria	Fabricação de Polpas de Frutas
	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	Artesanato
MA	Agropecuária	Bovinocultura	Agropecuária	Suinocultura	Agropecuária	Horticultura	Agropecuária	Piscicultura
	Agroindústria	-	Agroindústria	Fabricação de Polpa de Frutas	Agroindústria	Fabricação de Polpa de Frutas	Agroindústria	Casa de Farinha
	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	Artesanato	Não Agropecuária	Artesanato
PB	Agropecuária	Avicultura	Não Agropecuária	Artesanato	Agropecuária	Avicultura	Agropecuária	Produção de Mudas de Plantas
	Agroindústria	Fabricação de Bolos, Bolachas e Sequilhos	Agropecuária	Produção de Mudas de Plantas Ornamentais	Agroindústria	Fabricação de Bolachas (Soda)	Agroindústria	Fabricação de Molho de Pimentas
	Não Agropecuária	Fabricação de Fios e Redes	Agroindústria	Polpa de Frutas	Não Agropecuária	-	Não Agropecuária	Produção de Fios para Punhos de Rede
PE	Agropecuária	Apicultura	Agroindústria	Serralharia	Agropecuária	Plantação de Uva	Agropecuária	Plantação de Abacaxi
	Agroindústria	Padaria	Não Agropecuária	Artesanato	Agroindústria	-	Agroindústria	Produção de Polpa
	Não Agropecuária	Artesanato	Agropecuária	Caprinocultura	Não Agropecuária	-	Não Agropecuária	Artesanato
PI	Agroindústria	Fabricação de Rapaduras	Agropecuária	Caprinocultura	Agropecuária	Horticultura	Agropecuária	Horticultura
	Não Agropecuária	Borracharia	Agroindústria	Fabricação de Rapaduras	Agroindústria	Fab. Rapaduras	Agroindústria	Fabricação de Cajuína
	Agropecuária	Ovinocaprinocultura	Não Agropecuária	Costura	Não Agropecuária	Panificação	Não Agropecuária	Artesanato Com Palha Carnaúba
RN	Agroindústria	Produção de Polpa de Fruta	Agropecuária	Pecuária/Avicultura	Agropecuária	Agricultura/Olericultura	Agropecuária	Tomate, Milho e Melão Irrigados e Suinocultura.
	Não Agropecuária	Serviços/Cabeleireiros e Salões de Beleza	Não Agropecuária	Turismo, Alimentação/Bares e Lanchonetes	Agroindústria	Agroindústria/Diversos	Agroindústria	Produção de Bolos e Biscoitos Caseiros
	Agropecuária	Pecuária/Avicultura	Agroindústria	Beneficiamento de Castanha de Caju	Não Agropecuária	-	Não Agropecuária	Artesanato (Bonecas de Pano)
SE	Agropecuária	Horticultura, Fruticultura, Avicultura e Suinocultura	Agropecuária	Suinocultura	Agropecuária	Fruticultura	Agropecuária	Psicultura
	Agroindústria	Fabricação de Beijus	Agroindústria	Fabricação de Doces	Agroindústria	Fabricação de Doces	Agroindústria	Fabrica de Queijo
	Não Agropecuária	Artesanato com Palha	Não Agropecuária	Artesanato com Pelúcias	Não Agropecuária	-	Não Agropecuária	Borracharia

Fonte: BNB (2015c).

destacam, contraditoriamente, estão ligados à criação de pequenos animais, atividades agrícolas não tradicionais, pequenas agroindústrias e atividades não agropecuárias, que são empreendimentos que ocupam um espaço marginal e pouco representativo na distribuição dos contratos efetivados, como foi discutido na seção anterior.

Com efeito, as atividades inovadoras apresentadas no quadro em destaque indicam que o foco do AGROAMIGO na pecuária, estimulando principalmente a bovinocultura, torna-se questionável devido aos seus impactos limitados do ponto de vista da geração de renda e do estímulo ao empreendedorismo rural. É bem provável que a situação socioeconômica dos agricultores que apostaram na diversificação produtiva e em atividades não agropecuárias seja relativamente melhor do que a dos produtores que investiram exclusivamente na criação de animais de pequeno e grande portes. Entretanto, a verificação dessa hipótese não é possível a partir da bibliografia disponível, pois entre os estudos sobre o tema ainda não foi realizada qualquer avaliação criteriosa sobre esses aspectos, bem como sobre os resultados diferenciados ensejados pela atividade agroindustrial e/ou pela inserção em mercados institucionais, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

É pertinente destacar que os resultados do AGROAMIGO são ainda reduzidos não apenas porque ele repete a velha monotonia do PRONAF B, concentrando suas ações na pecuária em detrimento de uma estratégia de diversificação produtiva mais ampla. A questão principal é a que ações do Programa permanecem desconectadas das demais políticas públicas de desenvolvimento adotadas pelo governo brasileiro, o que enfraquece sua capacidade transformadora. A exceção a esse respeito refere-se ao Programa Bolsa Família, já que tanto Abramovay *et al.* (2013) como Souza (2014) destacam que cerca de dois terços do público do AGROAMIGO também são beneficiários da referida política social. Os resultados dessa sinergia, porém, ainda não são conhecidos, embora Neri (2012) indique que a chance de inadimplência dos clientes do microcrédito rural que, simultaneamente, são beneficiários da transferência de renda, é 51% menor do que aqueles que não a recebem. Em relação às demais políticas de apoio à agricultura familiar (mercados institucionais,

produção de bioenergia, agroecologia, entre outras), não há qualquer informação a respeito, denotando a falta de atenção dedicada a esses aspectos nas análises sobre o tema, assim como a falta de articulação entre as ações governamentais empreendidas no campo.

Dessa forma, parece não restar dúvida de que o AGROAMIGO é um bom produto financeiro em termos operacionais. Debelar a crise de inadimplência herdada foi uma tarefa extremamente importante e nada trivial. No entanto, para que ele se transforme em um instrumento efetivo de fortalecimento da agricultura familiar de baixa renda é necessário reorientar sua lógica setorial e integrá-lo a uma política mais abrangente de desenvolvimento rural que busque enfrentar as “múltiplas carências” produtivas e sociais que atingem os produtores pobres e as comunidades rurais onde eles vivem. O problema é que a região Nordeste acumula um histórico de descontinuidade nessa matéria – Projeto Áridas, Polos de Desenvolvimento, Farol do Desenvolvimento, Programa de Combate a Pobreza Rural e, mais recentemente, Programa Territórios da Cidadania – que deixa poucas luzes no horizonte. Isso não pode obscurecer o fato de que a superação da pobreza e a redução da dependência das políticas de transferência de renda exigem criatividade, planejamento de longo prazo e um intenso processo de aprendizagem com os acertos e os erros das experiências passadas. Dificilmente se pode esperar que qualquer mecanismo setorial de política pública, aplicado de forma isolada, possa alterar as cores do precário quadro social da maioria dos agricultores familiares nordestinos.

## 6 Considerações Finais

O objetivo central deste artigo foi fazer um balanço da política de microcrédito do AGROAMIGO e discutir de forma crítica os seus principais avanços e limites na região Nordeste do Brasil. O referido Programa nasceu com o propósito de promover o desenvolvimento dos agricultores familiares pobres e controlar a crise de inadimplência que comprometeu as bases de sustentação da experiência original do PRONAF B. O seu público, segundo a estimativa apresentada no texto, envolve aproximadamente dois milhões de estabelecimentos agropecuários, cuja maioria é composta por produtores extremamente pobres. Esse amplo uni-

verso, que exclui apenas os assentados de reforma agrária, representa a clientela potencial dos pouco mais de 800 assessores de microcrédito rural, responsáveis pela expansão dos financiamentos e pelo fortalecimento dos vínculos de proximidade que têm garantido taxas de adimplência extremamente favoráveis à sustentabilidade financeira dos financiamentos realizados.

Após uma década de existência, o AGROAMIGO se apresenta como uma política pública bastante exitosa do ponto de vista operacional. Ao longo dos anos, ele ampliou substancialmente sua carteira de crédito a um custo relativamente baixo. A metodologia de microcrédito orientado e acompanhado do Programa já efetivou mais de 2,4 milhões de contratos e aplicou R\$ 5,6 bilhões. Ademais, conseguiu controlar a crise de inadimplência que manchava a linha de microcrédito voltada para os agricultores familiares pobres do Nordeste. No entanto, não há sinais contundentes de que os recursos aplicados tenham sido capazes de modificar a fisionomia da paisagem da economia rural nordestina, haja vista que os financiamentos se concentraram predominantemente na pecuária, especialmente na bovinocultura. Tais investimentos, apesar de sua importância no contexto regional, pouco contribuem para promover a diversificação produtiva e reduzir a vulnerabilidade climática dos agricultores familiares pobres.

Quanto aos impactos referentes ao uso dos recursos emprestados, faltam dados atualizados que demonstrem a capacidade do AGROAMIGO em promover a superação da pobreza e a melhoria da qualidade de vida no campo. Os poucos estudos abrangentes realizados sobre o tema informam que a renda dos clientes expostos ao Programa durante um período de tempo maior aumentou, mas não há qualquer evidência de que o público do microcrédito esteja conseguindo evoluir para os grupos de mais alta renda do PRONAF. Na verdade, os analistas parecem concordar que o problema da pobreza rural na região Nordeste apresenta elementos histórico-estruturais profundos e, em função disso, seria ilusório imaginar que o financiamento de pequenas quantias de dinheiro aplicadas predominantemente em atividades pecuárias, diante das possibilidades e limitações que ensejam, pudesse sanar um drama social de tamanha magnitude.

Essas constatações sinalizam que políticas públicas como o AGROAMIGO, que atuam em regiões subdesenvolvidas economicamente, devem

incorporar outros esforços de mudança capazes de ampliar as possibilidades de escolha dos grupos sociais que constituem sua clientela. Significa dizer que é imprescindível à construção de arranjos institucionais que incorporem conhecimentos e experiências acumuladas em cada realidade específica, mediados por acordos e parcerias, construindo dessa forma laços sociais indispensáveis ao fortalecimento de ações coletivas que garantam margem à ampliação do dinamismo local a partir de novas alternativas geradoras de ocupação e renda. Por mais eficaz e efetivo que seja um programa governamental e que sejam atendidos seus objetivos e metas quantitativas, o insulamento institucional pode comprometer a efetividade do processo de mudança, impedindo que se amplie o espaço de oportunidades para novos empreendimentos que, no conjunto, de fato, modifiquem a vida dos beneficiários, *pari passu* com o desenvolvimento de suas capacidades humanas.

Outra lição importante extraída da experiência problemática do PRONAF B, na mesma direção do argumento anterior, é que uma estratégia audaciosa de combate à pobreza rural exige muito mais do que apoio microfinanceiro a investimentos. Para que esse tipo de política gere efeitos socioeconômicos abrangentes, é preciso que o crédito produtivo esteja articulado a um conjunto amplo de ações estruturantes nas áreas de redistribuição fundiária, educação rural, assistência técnica, apoio à comercialização (PAA, PNAE etc), melhoria da infraestrutura rural e difusão de tecnologias de convivência com o semiárido. Todavia, essa articulação parece distante e, nos estudos de avaliação do AGROAMIGO, não há evidências de que ela esteja acontecendo, nem muito menos quais são os seus impactos.

Portanto, percebe-se que os primeiros 10 anos de vida do AGROAMIGO foram marcados por avanços e continuidades. Os limites apontados no transcorrer da análise indicam que ele tem espaço para melhorar além de sua preocupação com metas quantitativas e com baixas taxas de inadimplência. Nesse sentido, o Programa precisa redirecionar o foco de sua ação para a base da pirâmide social do campo, o que significa, inclusive, inserir os agricultores assentados entre seu público-alvo. Além disso, a sua estrutura de incentivos deve se voltar para estimular atividades inovadoras (agropecuárias e não agropecuárias) que promovam a diversificação produtiva como estratégia viável para fortalecer capacidade de resiliência e reduzir a vul-

nerabilidade climática dos agricultores familiares pobres, que constituem o contingente mais numeroso e carente do meio rural nordestino. O sucesso dessa ação dependerá de sua compatibilização com um projeto mais amplo de desenvolvimento rural que ainda se encontra em vias de construção.

## Referências

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. **Novas instituições para o desenvolvimento rural**: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Brasília: FIPE/IPEA, 1999. (Texto p/ Discussão N.º 641).

ABRAMOVAY, R. Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 101-123.

\_\_\_\_\_. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Orgs.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 369-389.

ABRAMOVAY, R. *et al.* **Cinco anos de Agroamigo**: retrato do público e efeitos do programa. 2. ed. rev. atual. ampl. – Fortaleza: BNB, 2013.

ALBUQUERQUE NETO, E. L.; GOMES DA SILVA, A. Microcrédito para agricultores familiares: a atuação do Agroamigo em Lagoa Seca/PB. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 51., 2013, Belém/PA. **Anais...** Belém/PA: SOBER, 2013. (CD-ROM).

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

AQUINO, J. R. *et al.* Dimensão e características do público potencial do Grupo B do PRONAF na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Orgs.). **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira**: diferentes visões do censo

agropecuário 2006. Brasília/DF: IPEA, 2014. p. 77-105. (Capítulo 3).

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O PRONAF e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 53-81.

BASTOS, F. **Ambiente institucional no financiamento da agricultura familiar**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH - UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. Desempenho do crédito rural na redução da pobreza. In: GOMES DA SILVA, A. (Org.). **Financiamento rural**: dos objetivos às escolhas efetivas. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2008. p. 119-142.

BNB. **Experiência Agroamigo**: Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Fortaleza: BNB, 2010. Disponível em: <[http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=309](http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=309)>. Acesso em: 22 mar. 2012.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Agroamigo 2010**. Fortaleza: BNB, 2011.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Agroamigo 2011**. Fortaleza: BNB, 2012.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**: relatório de resultados 2011. Fortaleza: BNB, 2013a.

\_\_\_\_\_. **Dados da carteira ativa do Programa AGROAMIGO, 2005-2012**. Fortaleza: BNB, 2013b. (Resposta ao pedido de informação NUP. 99905000058201350, encaminhado via sistema e-SIC da Controladoria Geral da União – CGU).

\_\_\_\_\_. **Relatório 2013**: programas de microfinanças do Banco do Nordeste. Fortaleza: BNB, 2014.

\_\_\_\_\_. **Dados da carteira ativa do Programa AGROAMIGO, 2013-2014**. Fortaleza: BNB, 2015a. (Resposta ao pedido de informação NUP. 99905000017201525, encaminhado via sistema

e-SIC da Controladoria Geral da União – CGU).

\_\_\_\_\_. **Quantidade de assessores de microcrédito rural do AGROAMIGO por ano.** Fortaleza: BNB, 2015b. (Resposta ao pedido de informação NUP. 99905000045201542, encaminhado via e-SIC, sistema da Controladoria Geral da União – CGU).

\_\_\_\_\_. **Prêmio BNB de Microcrédito – Agroamigo, 2011-2014.** Fortaleza: BNB, 2015c. (Resposta ao pedido de informação NUP. 99905000043201553, encaminhado via e-SIC, sistema da Controladoria Geral da União – CGU).

\_\_\_\_\_. **Agroamigo.** Fortaleza: BNB, 2015d. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/agroamigo>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

CACCIAMALI, M. C.; MATOS, F.; MACAMBIRA, J. O setor de microfinanças e as políticas de microcrédito no Brasil. In: MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (Org.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil: visões sobre sua evolução e futuros desafios.** Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 17-34. (Capítulo 1).

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do PRONAF. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro, n. 8, p. 70-82, abril 1997.

CARNEIRO, M. J.; PALM, J. L.; ALVARENGA, A. C. **PRONAF e qualidade de vida: uma revisão sistemática (2006-2013).** Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2014. 32p. (Texto Mimeo)

CARVALHO, O. A seca nordestina de 2012-2013: dimensões ecológicas, humanas e socioeconômicas. **Ciência e Trópico.** Recife/PE, v. 36, n. 2, p. 11-30, 2012.

CASTILLO, A. D. M. El microcrédito como instrumento para el alivio de la pobreza: ventajas e limitaciones. **Cadernos de Desenvolvimento Rural.** Bogotá/ Colômbia, v. 5, n. 61, p. 93-110, jul./dic. 2008.

COSTANZI, R. N. Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda. **Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise,** IPEA/MTE,

ano 7, v. 52, p. 21-25, jun. 2002.

DI SABBATO, A. **O público-alvo do crédito rural do PRONAF:** estimativa a partir dos dados do Censo Agropecuário do IBGE de 1995-1996. Projeto UTF/BRA/051/BRA, setembro de 2000.

FAO/INCRA. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto.** Brasília, 2000.

FRAGA, A. Seca eterna. **Globo Rural.** São Paulo, n. 327, p. 62-64, jan./2013.

FREITAS, V. L. S.; SILVA, A. H. Os programas de microcrédito rural e seus reflexos na vida socioeconômica dos produtores rurais do povoado Brejinho no município de Caxias-MA. **E-Gaia Conhecimento.** Caxias, v. 2, n. 2, p. 42-55, jul./dez. 2014.

GOMES DA SILVA, A. *et al.* **Impactos do PRONAF B sobre o meio rural na região Nordeste.** Natal/RN: UFRN/IICA/NEAD/FUNPEC, 2007. 59p. (Relatório de Pesquisa).

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A.; VIDAL, M. F. **Agricultura familiar no Nordeste: uma análise comparativa entre dois censos agropecuários.** Fortaleza: BNB, 2011.

IBGE/SIDRA. **Censo Agropecuário 2006:** agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>>. Acesso em: 26 out. 2012.

LIMA, V. S. F. *et al.* Importância do microcrédito para o desenvolvimento rural do Nordeste. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 49, 2011, Belo Horizonte/MG. **Anais...** Belo Horizonte/MG: SOBER, 2011. (CD-ROM).

MACIEL, I. S. R. **Avaliação da metodologia do Agroamigo em Caucaia – CE.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2009. (Série Teses e Dissertações, v. 17).

MACIEL, H. M. *et al.* O impacto do programa de microcrédito rural (Agroamigo) na melhoria das



condições das famílias beneficiadas no estado do Ceará: um estudo de caso. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 40, n. 3, p. 559-586, jul./set. 2009.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PRONAF B**. São Paulo: MDA/FIPE, 2006. 25p. (Texto Mimeo).

MAIA, G. B. S.; ROITMAN, F. B.; DE CONTI, B. M. Pronaf B: evolução e metodologias. **Informativo Técnico Agris BNDES**. [S.l.], n. 2, p. 1-16, fev. 2012.

NERI, M. C. (Coord.). **Microempresários nordestinos rurais e impactos do Agroamigo**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012. Disponível em: <[http://www.cps.fgv.br/cps/bd/crag/3Crag\\_Agroamigo.pdf](http://www.cps.fgv.br/cps/bd/crag/3Crag_Agroamigo.pdf)>. Acesso em: 24 abr. 2015.

PEREIRA NETO, A. BNB – Agroamigo: uma bem-sucedida política pública de combate à pobreza no meio rural do Nordeste do Brasil. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 229- 243.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (Edit.). **Brasil em desenvolvimento 2014**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014. p. 61-84. (Volume 2).

SANTIAGO, E. G. Microcrédito, emancipação empreendedora e combate à pobreza: controvérsias e outros caminhos. In: MATOS, F.; MACAMBIRA, J.; CACCIAMALI, M. C. (Org.). **A atividade e a política de microcrédito no Brasil**: visões sobre sua evolução e futuros desafios. Fortaleza: IDT/USP, 2014. p. 55-73. (Capítulo 3).

SANTOS, A.; GOIS, F. F. **Microcrédito e desenvolvimento regional**. Fortaleza: PREMIUS, 2011.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris: revista do centro de estudos rurais**. Campinas/SP, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

SCHRÖDER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do PRONAF. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microfinanças do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 245- 280.

SOUSA, J. M. P.; VALENTE JR., A. S.; MACIEL, I. S. R. **Avaliação do PRONAF B do Banco do Nordeste do Brasil S.A.** Fortaleza: BNB, 2010.

SOUZA, N. A. Atuação de um banco de desenvolvimento para a superação da pobreza: o exemplo do Banco do Nordeste do Brasil. In: CAMPELLO, T.; FALCÃO, T.; COSTA, P. V. (Org.). **Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. p. 409-423.

VIDAL, D. L. Políticas do Banco do Nordeste do Brasil para a pecuária camponesa: apoio à biodiversidade de pequenos ruminantes em sistemas de produção nordestinos? **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo/RS, v. 14, n. 28, p. 28-36, maio 2007.

## O AGROAMIGO E O PÚBLICO POTENCIAL DO PRONAF B: UMA ANÁLISE DO ALCANCE A PARTIR DO CADASTRO SOCIOECONÔMICO

### Agroamigo and public potential Pronaf B: an analysis of reach from socioeconomic cadaster

**Maria Odete Alves**

Engenheira Agrônoma. Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília. Pesquisadora do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste/Banco do Nordeste do Brasil. moalves@bnb.gov.br

**Resumo:** Criado em 2005, o Agroamigo adota metodologia diferenciada para alcançar e oferecer tratamento adequado a agricultores familiares pobres da área de atuação do BNB, visando suprir as dificuldades observadas no Pronaf B. Em 2012, o Agroamigo expandiu seu público-alvo para além do Pronaf B. Em função disso, este artigo verifica se, a despeito de tal expansão, o Programa continua privilegiando aquele público inicial. Analisam-se dados de um cadastro socioeconômico levantados por assessores de microcrédito do Programa, durante visitas prévias ao financiamento, com recorte temporal para o período de sua expansão, 2012-2014. Confrontam-se tais informações com dados sobre o público-alvo do Pronaf B. Verificou-se precariedade no acesso a infraestrutura de produção, mas avanços em relação à participação feminina e à bancarização. A produção concentra-se na atividade pecuária, comercializam-se os produtos preferencialmente nos mercados locais, de forma individual, diretamente para os consumidores e a renda média total obtida não ultrapassa R\$ 20 mil anuais. Conclui-se que, apesar da ampliação para outros públicos, o Agroamigo segue priorizando o agricultor enquadrado no Pronaf B, com a ressalva de que a base de clientes ampliada cobre apenas três anos de operacionalização, requerendo uma avaliação futura para confirmação.

**Palavras-chave:** Pronaf B; Agroamigo; Público Potencial; Perfil Socioeconômico.

**Abstract:** Created in 2005, the Agroamigo adopts a differentiated methodology to achieve and offer appropriate services to poor family farmers of the BNB operational area, in order to meet the difficulties observed in the Pronaf B. In 2012, the Agroamigo expanded its target public beyond the Pronaf B. Due to this, the present article verifies that, in spite of this expansion, the program continues favoring that initial clients. The data analyzed come from a socioeconomic database raised by the program officers, during visits previous to the financing, with time frame for the period of its expansion, from 2012 to 2014. This information is confronted with data of the target public of Pronaf B. It was found precariousness in terms of access to production infrastructure, but progress in relation to female participation and access to bank services. The production focuses on livestock farming, being the products traded preferentially in local markets, individually, directly to consumers and the overall average income obtained does not go beyond R\$ 20 thousand a year. It concludes that despite the expansion to other clients, Agroamigo continues to prioritize the farmer framed in Pronaf B, with the caveat that the enlarged customer base covers only three years of operation, requiring further evaluation for confirmation.

**Key words:** Pronaf B; Agroamigo; Potential Public; Socioeconomic Profile.

## 1 Introdução

Desde a criação do Pronaf, uma discussão recorrente em trabalhos acadêmicos é a concentração do crédito em algumas regiões, em determinados segmentos e a dificuldade de reverter esse quadro. Basta verificar a representação do segmento no País, para entender que não se trata de preocupação trivial. Com efeito, trabalho de Aquino *et al.* (2014) a partir de tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, aponta que o grupo de agricultores familiares pronafianos B (com enquadramento no perfil do Pronaf B) chega a 2,4 milhões, o equivalente a 46,68% do total de estabelecimentos rurais do Brasil. O Nordeste concentra mais de 60% desse público.

Dentro da região Nordeste, a participação relativa do público pronafiano B no universo da agricultura familiar é ainda mais elevada (mais de 71%), superando as demais regiões brasileiras (Norte: 37,4%; Sudeste: 50,95%; Sul: 31,74%; Centro-Oeste: 31,22%), de acordo com Aquino *et al.* (2014).

É também no Nordeste que os agricultores familiares com enquadramento no Pronaf B são mais afetados pela exclusão do crédito. São diversas as análises que indicam a continuidade da orientação dos recursos para segmentos com melhor desempenho produtivo, especializados em determinadas atividades e mais integrados aos mercados (ABRAMOVAY; VEIGA, 1998; CORRÊA, 2004; MAGALHÃES; FILIZZOLA, 2005; MATTEI, 2005; GUANZIROLI, 2007, dentre outros). Aparentam-se limitações de ordens diversas, inclusive operacionais, como responsáveis pela dificuldade de acesso dos agricultores ao Pronaf B.

Enfim, os dados mostram que apesar do esforço do Governo Federal para incluir os agricultores mais pobres, ao criar o Pronaf B, o problema não foi solucionado, principalmente na maior porção da área de atuação do BNB (Nordeste e parte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo). De acordo com Aquino *et al.* (2014), a região Nordeste e o estado de Minas Gerais, juntos, concentram 75% dos agricultores brasileiros de baixa renda.

Responsável pela operacionalização do Pronaf B em sua área de jurisdição, em 2005 o BNB criou o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo). Trata-se de uma metodologia diferenciada, criada em função da preocupação de alcançar e oferecer tratamento adequado àquele público. Assim, apesar da ampliação em

2012 para atendimento dos demais grupos do Pronaf (exceto A e A/C), espera-se que o Agroamigo permaneça como alternativa para suprir a lacuna observada no Pronaf B em relação ao alcance do seu público-alvo na área de atuação do BNB.

Neste contexto, o presente trabalho objetiva verificar se, a despeito da recente ampliação para outros grupos, o Agroamigo continua priorizando aquele público inicial. Para tanto, analisam-se dados de um cadastro socioeconômico apanhados por assessores de microcrédito do Programa, durante visitas prévias ao financiamento. Para verificar se existe semelhança entre o perfil desses agricultores e o do público enquadrado no Pronaf B, confrontam-se as informações obtidas do cadastro com aquelas levantadas no Censo Agropecuário de 2006<sup>1</sup>, em particular, mas não exclusivamente, aquelas contidas no trabalho realizado por Aquino *et al.* (2014)<sup>2</sup>.

O banco de dados que serve de base para a análise contempla 14.807 informantes e as entrevistas foram realizadas no período de 2010 a 2014, em toda a área de atuação do BNB. Para efeito deste trabalho, analisam-se somente entrevistas tomadas de 2012 a 2014, período que contempla a expansão do Agroamigo para outros grupos do Pronaf.

O trabalho é distribuído em quatro seções, incluindo esta introdução (seção um) e as considerações finais (seção quatro). A seção dois é dedicada à apresentação do Agroamigo, sua metodologia de operacionalização, condições para contratação e público-alvo atual. A seção três apresenta a análise do conteúdo do cadastro socioeconômico, confrontando-o com dados sobre o público-alvo do Pronaf B.

## 2 O Agroamigo: metodologia e público-alvo

O Agroamigo foi criado pelo BNB em janeiro de 2005. Com isso, os formuladores desejavam atender de forma diferenciada agricultores de baixa renda enquadrados no Pronaf B. Pretendia-se agilizar o processo de concessão de crédito, redu-

1 Cabe esclarecer que não existe total correspondência entre as variáveis utilizadas no cadastramento e no Censo Agropecuário 2006, o que impossibilita a confrontação de determinadas informações. Portanto, na medida da importância e da necessidade, outras fontes confiáveis são utilizadas para auxiliar na compreensão dos dados cadastrais analisados.

2 Aquino *et al.* (2014) levantaram o perfil socioeconômico do público potencial do Pronaf B na região Nordeste e no estado de Minas Gerais a partir de “tabulações especiais” do Censo Agropecuário 2006, realizadas pelo IBGE e o MDA.

zir a inadimplência, melhorar a qualidade do atendimento e ampliar o número de beneficiários, com redução de custos para os mesmos (BNB, 2015b). A gestão do Programa conta com metodologia própria - e esse é seu maior diferencial - adaptada do Crediamigo, um programa de microcrédito urbano do BNB que atua desde 1998.

Posteriormente (a partir de 2012), o público-alvo do Agroamigo foi ampliado, passando a ser operacionalizado com duas modalidades metodológicas internas: Agroamigo Crescer (Pronaf B) e Agroamigo Mais (demais linhas de crédito do Pronaf, exceto aquelas pertencentes aos grupos A e A/C), conforme BNB (2015b). O Pronaf B enquadra agricultores familiares que praticam atividades rurais e cumprem os seguintes quesitos (Lei nº. 11.326, de 2006): exerçam a direção dos trabalhos do estabelecimento, cuja renda bruta anual não supere os R\$ 20 mil, a área explorada não ultrapasse os quatro módulos fiscais<sup>3</sup> e a mão de obra utilizada seja predominantemente familiar. Os demais grupos do Pronaf atendidos pelo Agroamigo (Agroamigo Mais) são dirigidos a agricultores com renda bruta anual superior a R\$ 20 mil e até R\$ 360 mil.

A metodologia particular do Agroamigo envolve:

- a) Existência da figura do Assessor de Microcrédito Rural, profissional de nível médio, de preferência técnico agrícola, oriundo da própria comunidade e com vivência na zona rural.
- b) Atendimento integral do cliente na própria comunidade.
- c) Crédito concedido de forma gradativa e sequencial.
- d) Crédito concedido baseado fundamentalmente na proximidade entre os assessores e a população local, sem exigência de garantias reais (Agroamigo Crescer) ou regendo-se pelas normas dos programas, podendo contemplar garantias reais ou pessoais

<sup>3</sup> Módulo Fiscal é uma unidade relativa de área, expressa em hectares, diferenciada por município. Serve de parâmetro para a classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho, de modo a permitir que cumpra a função social (Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993). Leva em conta os seguintes parâmetros: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada.

(Agroamigo Mais).

- e) Valor do crédito, número de parcelas e prazo para pagamento não obedecem a um padrão, mas são fixados levando em conta os ciclos produtivos das atividades financiadas.
- f) Liberação do crédito por meio de depósito em conta corrente.
- g) Pagamento do financiamento por meio de carnê.
- h) Gerenciamento individualizado da carteira.

O atendimento integral que o Assessor de Microcrédito deve oferecer ao agricultor prevê o acúmulo de algumas atribuições, dentre as quais se destacam (BNB, 2015b; ENAP, 2011):

- ✓ Promover e divulgar o Programa por meio de palestras informativas.
- ✓ Realizar visitas prévias ao financiamento e visitas pós-concessão para verificar a aplicação de recursos, acompanhar e orientar o agricultor.
- ✓ Conduzir e orientar a elaboração de propostas simplificadas de crédito.
- ✓ Conduzir e orientar o estudo de viabilidade econômica das propostas de crédito.
- ✓ Realizar levantamento de dados cadastrais de clientes.

Para a execução operacional do Agroamigo, o BNB conta com a parceria do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), ao qual estão ligados os Assessores de Microcrédito Rural. A parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) acontece desde a origem do Programa, na modelagem operacional, na alteração de regras do Pronaf B para adaptação ao novo modelo, no custeio de parte das despesas de capacitação dos Assessores e na viabilização da aquisição de motos para o deslocamento dos mesmos. Com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a parceria existe desde 2011, com o objetivo de expandir o Plano Brasil Sem Miséria, a partir da concessão de crédito para beneficiários do Bolsa Família.

O acúmulo das aplicações do Agroamigo desde sua criação é significativo, tanto em quantidade de operações quanto em valor. Do ano de 2005 a fevereiro de 2015 foram contratadas mais

de 3,1 milhões de operações, acumulando um valor de cerca de R\$ 6,86 bilhões, com um valor médio por aplicação de R\$ 2.157,20 (BNB, 2015c).

### 3 O cadastro socioeconômico dos candidatos

Como apontado na introdução deste documento, a presente seção é dedicada à análise dos dados de um cadastro socioeconômico cuja coleta foi feita por assessores do Agroamigo, durante as visitas prévias ao financiamento. O recorte temporal engloba os anos de 2012 a 2014. Para referência a esses atores, neste trabalho serão utilizados os termos “candidatos ao Agroamigo”, ou simplesmente “informantes”.

Visando verificar se há semelhança entre o perfil dos candidatos ao Agroamigo e o perfil do agricultor que se enquadra no Pronaf B, confrontam-se as informações coletadas no cadastro, sobretudo com dados de tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, em particular, mas não exclusivamente, aqueles utilizados para dimensionar o público potencial do Pronaf B (AQUINO *et al.*, 2014).

Além daquelas características que definem o agricultor familiar (Lei nº. 11.326, de 2006), o potencial pronafiano B, caracterizado a partir das tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, atende às seguintes condições (DEL GROSSI, 2011, IBGE/SIDRA, 2012, MDA/SAF/PRONAF, 2006 *apud* AQUINO; LACERDA, 2014, p. 171-172): explora parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; reside na propriedade ou em local próximo; obtém, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento.

#### 3.1 Distribuição espacial e perfil domiciliar

É amplamente divulgado que o Nordeste concentra a maior quantidade dos estabelecimentos classificados como familiares no Brasil, cerca de 50%, ou 2,1 milhões (IBGE, 2009b). Ainda, em função da precariedade estrutural em que se encontra a maioria desses estabelecimentos, a Região concentra também a maior parcela do público potencial do Pronaf B. Segundo Aquino *et al.* (2014), eles somam 1,56 milhões (64,89% do total brasileiro), concentrando-se a maior parcela nos esta-

dos da Bahia e Ceará (respectivamente 20,59% e 10,52% do total do País). Outros estados com parcela importante de potenciais pronafianos B são Minas Gerais (10,04%), Pernambuco (8,07%), Maranhão (6,95%) e Piauí (6,88%).

Os dados de distribuição estadual dos candidatos ao Agroamigo não diferem daqueles observados nos dados do IBGE. Revela-se a supremacia da Bahia e do Ceará em número de informantes, com 15,1% e 12,9%, respectivamente (Tabela 1). Destacam-se, ainda, os estados de Minas Gerais (9,9%), Pernambuco (9,3%), Maranhão e Piauí (9,1% cada). Da mesma forma, numa análise dos dados de contratação do Agroamigo no período de 2005-2014 (BNB, 2015c), observa-se que existe conformidade com a distribuição do público potencial mencionado acima, na medida em que Bahia (17,7%), Ceará (14,7%), Pernambuco (11,9%), Piauí (10,6%), e Maranhão (9,6%) se apresentam, na sequência, como os estados com as maiores quantidades de contratos no Nordeste. Implica então que, em relação a este aspecto, há indicações de que o Agroamigo está conseguindo alcançar o público potencial do Pronaf B.

Tabela 1 – Distribuição dos candidatos ao Agroamigo por estado da área de atuação do BNB

Estado	Total de Informantes	%
Maranhão	1.176	9,1
Piauí	1.187	9,1
Ceará	1.676	12,9
Rio Grande do Norte	630	4,9
Paraíba	976	7,5
Pernambuco	1.208	9,3
Alagoas	736	5,7
Sergipe	714	5,5
Bahia	1.958	15,1
Minas Gerais	1.285	9,9
Espírito Santo	16	0,1
Não Disponível	1.427	11,0
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Dentro do Nordeste, 1,5 milhão de estabelecimentos rurais familiares se localizam na porção



semiárida, o equivalente a 69,9% do total de familiares da Região (IBGE, 2009a). Esta participação cai para 57,7%, quando se trata dos candidatos ao Agroamigo localizados no Semiárido nordestino, mesmo assim, mantendo a supremacia em relação aos localizados fora do Semiárido. Quando estendida a análise para toda a área de atuação do BNB, observa-se que o Semiárido abriga metade dos informantes (50,7%), dos quais 45,6% no Nordeste e 5,1% em Minas Gerais (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição dos candidatos ao Agroamigo por área de atuação do BNB

Área de Atuação	Total de Informantes	%
Semiárido nordestino	5921	45,6
Semiárido mineiro	661	5,1
Fora do Semiárido nordestino	4.340	33,4
Fora do Semiárido mineiro	574	4,4
Espírito Santo (Fora do Semiárido)	16	0,1
Não Disponível	1.477	11,1
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

As mulheres representam 47,1% do total dos cadastros, seguindo a tendência observada em pesquisas com beneficiários do Agroamigo, cujos percentuais registrados são superiores a 45% (NERI, 2012; ALMEIDA; AQUINO, 2014).

Cabe evidenciar, por oportuno, que as mulheres constituem um grupo em desvantagem nos vários campos da vida na sociedade brasileira, manifestando-se nas relações desiguais de poder e distribuição de recursos entre os sexos. Portanto, é também entre as mulheres que se verificam as mais elevadas taxas de pobreza (BANDEIRA, 2005).

Esses avanços da participação feminina nos últimos anos acontecem em diversas frentes, sendo fruto, principalmente, de cobranças sistemáticas dos movimentos feministas (FERNANDES, 2013). Em relação ao crédito, a criação do Pronaf Mulher e a permissão de acesso ao crédito via Pronaf B, é consequência de reivindicações antigas, representa uma inovação nas políticas públicas direcionadas ao meio rural e indica a necessidade de atenção para demandas e necessidades específicas de crédito por parte do público feminino.

### 3.2 Posse e uso da terra

O fator terra é de fundamental importância para a reprodução social dos agricultores, visto que repercute no nível de produção, nas tecnologias adotadas, bem como nas formas de inserção nos mercados. Mais que isso, a condição de posse e uso desse bem influencia a sucessão geracional no estabelecimento familiar, o que já justificaria a realização de uma análise mais detalhada desse aspecto.

Neste estudo, em particular, o conhecimento do tamanho dos estabelecimentos rurais possibilitaria realizar um cruzamento destes com a renda gerada internamente, de modo a obter informações sobre a influência do tamanho dos estabelecimentos no montante da renda. No entanto, os dados cadastrais coletados não contemplam informações sobre o tamanho dos estabelecimentos rurais, mas somente mostram que apenas 38,4% dos informantes são proprietários dos estabelecimentos nos quais exercem suas atividades agropecuárias e os demais se distribuem nas categorias de arrendatário/comodatário, posseiro, parceiro e meeiro (Tabela 3).

Por outro lado, é possível estender a esses informantes a afirmação, com base em dados do Censo Agropecuário 2006, de que a restrição fundiária é um dos fatores mais marcantes. Sabe-se que a maioria dos agricultores familiares nordestinos (mais de 58%) se encontra no extrato inferior a cinco hectares de extensão (AQUINO *et al.* 2014). Não se pode esquecer, também, que essa estrutura fundiária se assenta sobre áreas com solos reconhecidamente limitados para a agricultura, por serem rasos e com afloramentos rochosos, além da problemática de disponibilidade de recursos hídricos. Essa condição é decisiva no quadro de elevada pobreza registrado entre agricultores desse segmento.

Cabe mencionar, ainda, que a existência de grande número de minifúndios no Nordeste<sup>4</sup> decorre da forma de ocupação da Região e das estratégias históricas utilizadas pelas oligarquias locais. Os denominados estabelecimentos familiares nordestinos (2,1 milhões), segundo o Censo Agropecuário de 2006, têm área média de 7,72 hectares e representam cerca de metade dos agricultores familiares do País (IBGE, 2009b). Além destes

<sup>4</sup> Aqui, o termo “minifúndio” tem o sentido de pequena propriedade rural, em oposição ao “latifúndio”.

agricultores, existem os que sequer possuem um pouco de terra, os denominados “sem-terra”, potenciais clientes do Agroamigo, registrados pelo IBGE como parceiros (4%), os que pertencem a assentamentos sem titulação definitiva (4%) e os “ocupantes” (13%).

Os ocupantes podem ser associados aos “posseiros” que aparecem na Tabela 3. Estes últimos são antigos moradores de grandes fazendas que teriam se apossado das terras inexploradas (entregues, doadas formalmente ou abandonadas) e representam 13,6% dos candidatos ao Agroamigo, praticamente o mesmo percentual detectado pelo Censo.

Tabela 3 – Condições de posse e uso da terra dos candidatos ao Agroamigo

Posse e Uso da Terra	Total de Informantes	Total (%)
Proprietário	4.985	38,4
Arrendatário/Comodatário	2.480	19,1
Posseiro	1.771	13,6
Parceiro	1.560	12,0
Meeiro	355	2,7
Não Disponível	1.838	14,2
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Em boa medida, os posseiros elaboram estratégias de “uso comunal” das terras para assegurar condições de subsistência. O “uso comunal” envolve ainda terras resultantes de partilha entre herdeiros, portanto, ele não acontece apenas em circunstâncias de acesso estável em áreas de colonização antiga, mas também como formas relativamente transitórias inerentes a determinadas áreas de ocupação mais recente (ALMEIDA, 2009). Infelizmente, as categorias operacionais para elaboração do Censo Agropecuário não contemplam a forma de “uso comunal” de terras<sup>5</sup>. O não reconhecimento desses agricultores enquanto categoria, acarreta prejuízos pois, de certa forma, leva os formuladores de políticas a desconsiderarem suas especificidades, potencialidades e necessidades

5 As categorias utilizadas na coleta de dados para o Censo Agropecuário 2006 continuam sendo aquelas adotadas para o Censo Agropecuário 1995/1996: proprietário de terras próprias, assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro e ocupante (IBGE, 2009a).

fundamentais.

Enfim, a despeito da insuficiência dos dados disponíveis no cadastramento do Agroamigo, o resgate de dados recentes do IBGE revela, de forma indireta, a existência de problemas estruturais nesses estabelecimentos (tamanho e qualidade da terra, condições de acesso a crédito, tecnologia empregada, assistência técnica, acesso a mercados e renda gerada). A análise apresentada nos subitens subsequentes corrobora tal afirmação.

### 3.3 Assistência técnica e adoção de tecnologia

A literatura internacional aponta que o crédito a segmentos mais pobres tende a ser informal. Apenas uma pequena parcela tem acesso ao crédito formal. No Brasil, a massificação do microcrédito rural formal se deve à ação do BNB, banco de desenvolvimento regional que criou o programa Agroamigo no ano 2005.

No entanto, continua baixa a inserção produtiva da maior parte desses agricultores, principalmente em função do baixo grau de escolaridade e a avançada idade da maioria, conforme argumentam Abramovay *et al.* (2013) e Aquino *et al.* (2014). Segundo Abramovay *et al.* (2013), tais agricultores tenderiam a escapar da miséria absoluta mais em função dos programas de transferência de renda e menos em razão de sua inserção produtiva decorrente de atividade geradora de renda.

A baixa inserção produtiva é influenciada, também, pela precariedade no fornecimento de assistência técnica pública, ou até a inexistência dela. Esta assertiva é confirmada pelos dados do cadastro prévio, visto que do total de informantes, somente 10,2% têm acesso a esse serviço. Dentre os beneficiários da assistência técnica se encontram 100 fornecedores do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), que representam 55,9% dos que fornecem produtos ao Programa, mostrando que, de alguma forma, a assistência técnica pode influenciar no acesso às políticas públicas.

Outro aspecto que interfere na inserção produtiva - também influenciado pelo nível de assistência técnica recebido e pelo elevado índice de analfabetismo - é a adoção de tecnologias adequadas nas atividades produtivas (ALENCAR JR.; ALVES, 2006). Cabe lembrar que, em se tratando do Semiárido, encontra-se disponível uma gama de tecnologias apropriadas que valorizam a convivên-

cia com as condições edafoclimáticas da Região. Trata-se de valorizar ações, práticas e tecnologias que aproveitem os saberes dos agricultores sobre o ecossistema ou que busquem utilizar tecnologias alternativas, adaptadas ao contexto. Neste aspecto, o formulário do cadastramento é falho, não captando informações tão relevantes<sup>6</sup>.

Do que se capturou dos dados cadastrais em termos de tecnologia adotada (Tabela 4), confirma-se o baixo nível utilizado pelos agricultores. Veja-se que mais de 42% não adotam nenhuma tecnologia nas suas atividades agropecuárias, ao passo que os que a adotam representam baixos percentuais. Confrontando os percentuais apurados do cadastro com aqueles apanhados por Aquino *et al.* (2014) sobre o público potencial do Pronaf B, tem-se, respectivamente: mecanização (13% contra 17%) e irrigação (4,9% contra 3,37%). É baixo também o percentual de informantes que realiza a rotação de culturas (4,8%) e utiliza sementes melhoradas (3,9%). Verifica-se, por outro lado, que determinadas formas de manejo sanitário tais como vermifugação de animais e mineralização dos alimentos, são adotadas em maior ou menor grau pelos agricultores estudados (30,6% e 13,9%, respectivamente).

Tabela 4 – Adoção de tecnologias e/ou de manejo sanitário por parte dos candidatos ao Agroamigo

Tipo de Tecnologia/Manejo Sanitário	Total de Informantes	%
Vermifugação	3.970	30,6
Mineralização	1.806	13,9
Mecanização	1.691	13,0
Rotação de Culturas	627	4,8
Irrigação	642	4,9
Sementes Melhoradas	510	3,9
Nenhuma Tecnologia	5.507	42,4

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

A despeito dos problemas acima descritos, ao tomar crédito do Agroamigo os agricultores conseguem obter alguns ganhos econômicos, em particular, porque o crédito fortalece suas atividades produtivas (ABRAMOVAY *et al.*, 2013). Estudos

<sup>6</sup> Ressalte-se que tal formulário já passou por uma reformulação, de modo a corrigir esta e outras falhas como o tamanho do estabelecimento rural, a escolaridade do informante etc.

realizados por Mattei *et al.* (2007) e Neri (2012) mostram que a injeção de maiores volumes de recursos do Pronaf B no Nordeste repercute positivamente no aumento da produção de culturas alimentares básicas.

### 3.4 Infraestrutura em bens e serviços

O acesso a bens e serviços é um direito dos cidadãos brasileiros, residam eles na cidade ou no campo. Tal direito está afirmado na Constituição Federal e segundo Wanderley (2009, p.80-81) se constitui “[...] em indicador da participação dos brasileiros que vivem no campo nos resultados do progresso social atingido pela sociedade em seu conjunto e expressão efetiva do princípio da igualdade de chances a todos os cidadãos [...]”. Porém, é incontestável que populações de regiões urbanas brasileiras são melhor providas de infraestrutura que as rurais, seja na forma de bens ou de serviços públicos ou privados. Portanto, os benefícios gerados não são igualmente repartidos conforme reza a Carta Magna brasileira.

Esta assertiva se confirma na análise dos dados sobre saneamento básico a que têm acesso os agricultores candidatos ao Agroamigo (Tabela 5). A fossa séptica é o equipamento mais comum nas residências (68,5%). No entanto, tais residências são desprovidas de banheiro e é insignificante o percentual daquelas que dispõem de esgoto sanitário. Apesar de não haver uma especificação do tipo de esgotamento no formulário de cadastramento, não é difícil deduzir que não se trata de rede de esgoto, infraestrutura importante para a manutenção da saúde das famílias.

Tabela 5 – Acesso a saneamento básico por parte dos candidatos ao Agroamigo

Saneamento Básico	Total de Informantes	%
Banheiro	1	0,0
Esgoto	484	3,7
Fossa	8.896	68,5
Outras	1.182	9,1
Não possui equipamento	2.370	18,2
Não Disponível	56	0,4
<b>Total</b>	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Também em relação a coleta de lixo, o serviço deixa a desejar, visto que é realizada em apenas 11,5% dos domicílios. Ressalte-se que também em relação a este aspecto, o questionário aplicado é falho, na medida em que não coletou informações sobre que tipo de infraestrutura existe para tal.

No que respeita a equipamentos básicos de saúde, observa-se melhor cobertura, comparativamente aos itens analisados acima, principalmente em função da existência do Agente de Saúde Comunitária e dos postos de saúde que permitem o acesso a 57,3% e 36,8%, respectivamente. Por outro lado, a população analisada ainda se ressentida de serviços hospitalares, visto que apenas 14,2% têm acesso a equipamentos desta ordem, além dos 6% sem acesso a nenhum equipamento.

A situação de precariedade se reproduz socialmente no tocante à infraestrutura de produção. A água, por exemplo, recurso fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias, é um bem relativamente escasso. Como exemplo, cite-se a situação dos estabelecimentos classificados por Aquino *et al.* (2014) como potenciais clientes do grupo B: 11,67% possuíam poços comuns; 2,35% possuíam poços artesianos ou semiartesianos e 18,27% possuíam cisternas. Em relação aos informantes aqui analisados, o problema mais importante diz respeito à falta de infraestrutura pública de distribuição de água, visto que 66,2% declaram não ter acesso a tal serviço. Por outro lado, revela-se uma situação mais favorável à infraestrutura privada de produção. De acordo com a Tabela 6, somente 1,8% não tem acesso a alguma fonte de água, enquanto que 25,2% têm acesso a cisternas e 30,8%, a poços. Em menor percentual, mas nada desprezível, aparece o acesso a açudes/aguadas, 11%.

Tabela 6 – Condições de acesso à água para candidatos ao Agroamigo

Tipo de Infraestrutura	Total de Informantes	%
Sistema público	4.390	33,8
Cisterna	3.275	25,2
Poço	4.003	30,8
Açude/aguada	1.429	11,0
Não possui	228	1,8
<b>Total</b>	-	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Sem entrar na polêmica que envolve a proposta de substituição de cisternas de placas pelas de polietileno, pode-se pensar que o incremento do acesso dos agricultores a infraestrutura de água esteja associado à criação do Programa Água Para Todos, do Governo Federal, em 2011. Este Programa objetiva universalizar o acesso à água no Semiárido no menor espaço de tempo, inclusive contando com a inserção do Programa Um Milhão de Cisternas.

Por sua vez, a energia elétrica aparece com boa cobertura e reflete a ampliação expressiva ocorrida nos últimos anos. Talvez por isso se observe uma discrepância entre os dados dos cadastros aqui analisados e aqueles divulgados pelo IBGE relativamente ao Censo Agropecuário de 2006: 92,3% contra 38% (AQUINO *et al.*, 2014), respectivamente. Em razão disso, melhora também o acesso da população rural a bens cujo funcionamento depende de acesso à energia elétrica. Veja-se que é elevado o número de informantes com acesso a aparelhos de TV, rádio, geladeira e fogão, conforme apresentado na Tabela 7. Tais informações contrariam aquelas divulgadas por Abramovay *et al.* (2013, p. 14-15), cuja pesquisa de campo realizada entre clientes do Agroamigo, com corte temporal 2006-2010, observou a deficiência de “serviços básicos da vida moderna” entre beneficiários do Pronaf B.

Tabela 7 – Acesso a eletrodomésticos por parte dos candidatos ao Agroamigo

Eletrodomésticos	Total de Informantes	%
Aparelho de TV na residência	11.812	90,9
Aparelho de rádio na residência	10.775	83,0
Geladeira na residência	11.581	89,2
Fogão na residência	11.604	89,3
Outros eletrodomésticos não citados acima	2.703	20,8

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Por outro lado, os dados do cadastro mostram que ainda é bastante limitado o acesso à internet e a computador dentro do domicílio. Apenas 1,3% dos candidatos ao Agroamigo declararam ter internet em suas casas, enquanto que 2% têm computador.

Outro aspecto importante a ser observado, diz respeito às vias de acesso que os agricultores dis-



põem para deslocamento pessoal e transporte de sua produção para os principais mercados. Evidentemente, o tipo de estrada faz toda a diferença em relação ao tempo gasto com o transporte dos produtos, repercutindo no seu custo unitário. No entanto, o que se verifica é a existência de péssimas condições das estradas de acesso (Tabela 8). Para sair ou retornar à propriedade, a maioria dos informantes se desloca por estradas de cascalho (48,8%) ou sem pavimentação (17,6%), enquanto que uma minoria (1,6%) conta com as facilidades de deslocamento que proporcionam as estradas asfaltadas.

Tabela 8 – Condições das estradas de acesso para os candidatos ao Agroamigo

Condições das Estradas de Acesso	Total de Informantes	%
Asfaltada	210	1,6
Cascalho	6.338	48,8
Não Possui	2.285	17,6
Sem pavimentação	4.122	31,7
Não Disponível	34	0,3
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

A inclusão financeira de pessoas de baixa renda é um dos objetivos de programas de microfinanças. No caso do Agroamigo, dois estudos realizados, em 2012 e 2013, tratam do tema bancarização de forma direta. O primeiro, realizado por Neri (2012), apontou para a baixa bancarização: somente 9,4% mantinham conta corrente, a quase totalidade não possuía cartão de crédito e 15% detinham conta de poupança. O segundo, sob a coordenação de Abramovay (ABRAMOVAY *et al.* 2013), observou que, apesar de ainda predominar o quadro de pobreza, já é expressivo o número de famílias que fazem poupança (mais de 40% na amostra) e crescente a bancarização desde 2006, traduzindo-se em aumento do acesso a seguros.

Quanto aos candidatos ao Agroamigo, existe um importante avanço no que diz respeito à bancarização, confirmando a tendência verificada pela equipe de Abramovay. Veja-se que 58,7% deles afirmaram ter acesso a serviços bancários. Ainda, 29,1% e 15,3% mantêm conta corrente e conta de poupança, respectivamente (Tabela 9).

Ressalve-se que, em relação à poupança ban-

cária, os dados se distanciam daqueles encontrados por Abramovay e se aproximam dos encontrados por Neri (2012). No entanto, é inexpressivo o percentual de informantes com cartão de crédito ou com algum tipo de seguro contratado.

Tabela 9 – Acesso a serviços bancários por parte dos candidatos ao Agroamigo

Serviços Bancários	Total de Informantes	%
Têm conta corrente	3.776	29,1
Têm poupança bancária	1.983	15,3
Têm cartão de crédito	252	1,9
Têm seguro contratado	15	0,1
Têm acesso a serviços bancários	7.626	58,7

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

### 3.5 Produção, comercialização e mercados

É notório que existe pouca diversificação das atividades produtivas desenvolvidas pelos candidatos ao Agroamigo, predominando a pecuária, visto que aproximadamente 61% dedicam-se a essa atividade (Tabela 10). A desagregação do item “pecuária” evidencia a supremacia da prática exclusiva de bovinocultura (64,4%), seguida pela criação de pequenos animais: caprinos e ovinos (15,6%) e suínos (10,5%).

A agricultura representa somente 12,7% das atividades desenvolvidas pelos informantes. A desagregação de tal item mostra as atividades de horticultura em geral com certa importância (21,5%); uma pequena parte (3,5%) explora raízes e tubérculos, principalmente mandioca. A maioria, no entanto (75%), se dedica à atividade tradicional representada pela produção de alimentos básicos (milho e feijão).

A atividade extrativa, representada pela pesca artesanal, a silvicultura e outras formas de extrativismo, é pouco expressiva, não alcançando 2% o percentual dos que declaram exercê-la.

Os serviços são pouco representativos (praticados por 8,5% do total de informantes), apresentando-se o artesanato (302 informantes) e o comércio (256 informantes), como os mais importantes. A agroindústria e o turismo rural aparecem, mas com pouca expressão.

Quanto ao tempo de dedicação dos informan-



tes à atividade, é relativamente curto. Apesar de 70% deles se dedicarem à atividade há mais de cinco anos, 50,6% ainda não ultrapassaram os 20 anos de dedicação.

Tabela 10 – Atividades desenvolvidas pelos candidatos ao Agroamigo

Atividades	Total de Informantes	%
Pecuária	7.926	61,0
Agricultura	1.644	12,7
Extrativismo	248	1,9
Serviços	1.101	8,5
Não Disponível	1.417	10,9
Não respondeu	653	5,0
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Como apresentado na Tabela 10, a maioria dos agricultores (61%) tem a ofertar no mercado produtos da pecuária (principalmente originários de bovinos, caprinos, ovinos e suínos). O principal destino destes produtos é o mercado local, conforme declararam 87,7% dos informantes. Além disso, a maioria desses agricultores realiza as vendas de forma individual (somente 0,4% declararam realizar comercialização coletiva) e diretamente aos consumidores (75,5%), enquanto apenas 8,5% adotam o artifício de entregar os produtos ao atravessador. Esse mercado, na visão de 50,2% dos informantes, apresenta demanda regular e os concorrentes são apenas locais, sendo praticamente nulo o percentual dos que julgam saturada a demanda por seus produtos.

Logicamente, o perfil produtivo desses agricultores não soa como novidade nem na academia nem entre gestores de políticas para o segmento. Ao contrário, o tema tem sido alvo de discussão tanto num quanto noutro meio. Em relação ao Agroamigo, por exemplo, ao longo de seus 10 anos de operacionalização o debate tem sido permeado de críticas sobre sua incapacidade de promover a diversificação da produção dos agricultores beneficiários, contrariamente ao previsto em seus objetivos. Mais especificamente, critica-se o Programa por não conseguir resolver o antigo problema do Pronaf B, de concentração dos financiamentos em atividades pecuárias. Os dados de aplicação comprovam que a maioria dos contratos ainda se desti-

na a um conjunto limitado de atividades tais como bovinocultura, ovinocaprino cultura e suinocultura, consideradas tradicionais, em detrimento do apoio a atividades inovadoras, capazes de reduzir as vulnerabilidades e diversificar as fontes de renda dos agricultores, como colocam alguns pesquisadores (ABRAMOVAY *et al.*, 2013; ALMEIDA; AQUINO, 2014). Cabe, então analisar, mesmo que de forma resumida, os motivos que levam à prevalência desse perfil entre os candidatos ao Agroamigo, numa tentativa de lançar luzes para a compreensão da problemática que recai sobre o Programa.

É importante entender, em primeiro lugar, que nos mercados aos quais se destinam os produtos desses agricultores (mercados locais), predominam circuitos curtos, dentro dos espaços da rede de proximidade (daí a outra denominação de mercados de proximidade), representados pela própria unidade de produção (venda de produtos para parentes, amigos, vizinhos, intermediários, mercearias locais), por feiras livres, mercados públicos e comerciantes das sedes municipais. Daí deriva outra questão importante para observação: esses circuitos funcionam em função da demanda e não da oferta. Implica que o agricultor não necessita concentrar a oferta de produtos em um único período, mas distribuí-la ao longo de todo o ano, em pequenas quantidades, sempre de acordo com a demanda. Este aspecto concorre a favor dos produtos pecuários, na medida em que sempre há disponibilidade para atender à demanda por pequenas quantidades ao longo do ano, conferindo vantagem em relação, por exemplo, a produtos agrícolas que, além de sazonais, expõem-se mais a riscos por ataques de pragas e/ou estiagens. Neste sentido, os produtos pecuários cumprem um papel de conferir liquidez aos agricultores familiares, sendo este o terceiro aspecto que merece atenção. Ainda, por tratar-se de produto de fácil comercialização, os animais podem suprir a necessidade imediata de capital para o tratamento de doenças ou a solução de problemas urgentes. Portanto, representam uma espécie de poupança familiar.

Outro ponto relevante diz respeito ao mercado a que têm acesso os agricultores, pois o mesmo define o tipo de relação que se estabelece entre ofertante e cliente. Nos mercados de proximidade se estabelece uma relação de confiança entre ambos, tornando o produto oferecido confiável aos olhos do cliente, fazendo-o dispensar as garantias formais de qualidade. Isso leva a outra questão im-

portante, que é a de livrar o agricultor de lidar com códigos ou regras, normas e especificações diferentes daquelas praticadas entre familiares, entre vizinhos, entre comunitários, entre conhecidos. Esta peculiaridade dos mercados de proximidade estimula os agricultores a realizarem controle de qualidade dos produtos oferecidos e, no caso da pecuária, tal controle é favorecido pela condição do produto (carne, leite, queijo e couro) ser originário da própria unidade de produção. Além de concorrer para o fortalecimento do vínculo de confiança em relação à qualidade do produto (acesso a informações sobre sua origem), a comercialização de produção própria favorece a autonomia relativa dos agricultores e oferece maior estabilidade financeira, em função de haver uma transformação de receitas de capital de giro em renda.

### 3.6 Renda e benefícios sociais

Na Tabela 11, a renda bruta média mensal de R\$ 1.681,98 foi obtida calculando-se a média das rendas brutas mensais de todos os informantes, nas diversas fontes. Excluindo-se as rendas originárias da previdência rural e de benefícios sociais (outras fontes), a renda bruta anual não atinge os R\$ 20 mil (R\$ 1.637,22/mês), indicando o enquadramento dos agricultores para acesso ao Pronaf B.

Um aspecto a ressaltar é a concentração de renda procedente de atividades agropecuárias (93%), sendo o maior percentual oriundo da pecuária (48,5%), seguido pela agricultura (22,3%) e o extrativismo (22,2%). Esta informação guarda coerência com aquelas apresentadas no item anterior (Tabela 10), portanto, a maior parcela da renda oriunda de atividades agropecuárias, em particular, na pecuária, é consequência da concentração do esforço produtivo desses agricultores nessas atividades. Rendas oriundas de atividades não agropecuárias (4,3%), aposentadoria (2,1%) e outras fontes (0,6%) - ressaltando que estas últimas representam a renda originária dos programas sociais discriminados na Tabela 14 - totalizam os 9% restantes para compor a renda média mensal total de R\$ 1.681,98.

Outro fato a ressaltar diz respeito aos beneficiários da aposentadoria rural. Apenas 6,6% dos informantes declararam receber o benefício, desmistificando a imagem de que esse segmento é, em geral, beneficiário da aposentadoria rural.

Fazendo-se um paralelo da participação da renda agropecuária dos informantes com a da renda agropecuária dos estabelecimentos pertencentes a potenciais pronafianos B (AQUINO et al., 2014), percebe-se uma divergência importante, pois enquanto nos primeiros ela representa 93% da renda total (Tabela 11), nos segundos não atinge os 25%.

Ainda, a baixa participação da renda da atividade não agropecuária diverge do que se constatou em pesquisas de campo na Região, sempre superiores à renda agropecuária. Estudo realizado por Alves *et al.* (2006), no Baixo Jaguaribe (CE), revelou que a receita da atividade não agropecuária equivale a 64,9% do total. Aplicando a mesma metodologia, no Cariri cearense, Carneiro (2008) observou que a renda da atividade não agropecuária representa 46,4% da renda total, contra 29,2% de participação da renda da atividade agropecuária. Neste aspecto, não é descartada a existência de viés na informação dos candidatos ao Agroamigo, visto que a pergunta aconteceu no contexto da elaboração de um cadastro em visita prévia à concessão de financiamento bancário<sup>7</sup>. Caberia, então, uma investigação que permitisse verificar a real composição de cada um dos itens de renda.

Na Tabela 12, procurou-se observar a distribuição dos informantes nos diversos níveis de renda arbitrariamente definidos, com o intuito de entender se há concentração de candidatos ao Agroamigo em determinado nível ou se, ao contrário, existe uma distribuição equitativa nos diversos níveis.

Uma informação relevante diz respeito ao elevado percentual de informantes que se declararam sem nenhuma fonte de renda (26,9%). Além disso, a maioria (61%) obtém renda mensal total de até um salário mínimo e somente 7,6% auferem mais de um e até dois salários mínimos. O restante (4,4%) consegue uma renda mensal total acima dos dois salários mínimos. Significa, então, que apesar da ampliação do atendimento do Agroamigo para outros grupos do Pronaf, grande parte dos candidatos a clientes do Programa ainda se apresenta com o perfil do público com acesso ao Pronaf B.

7 Num passado não tão distante, as normas do Banco Central e, por consequência, do BNB para financiamento das atividades rurais de mini produtores (categoria que corresponderia aos agricultores familiares atualmente enquadrados no Pronaf B) incluíam a exigência de que a renda agropecuária bruta anual representasse pelo menos 80% do total (BNB, 1994). Pode ser que esse tipo de informação persista no imaginário dos agricultores familiares, em função do limitado acesso a informação.

Tabela 11 – Média da renda bruta mensal obtida das diversas fontes dos candidatos ao Agroamigo

Fontes de Renda	Renda Média	%
Atividade pecuária	815,85	48,5
Atividade agrícola	374,30	22,3
Extratativismo	374,15	22,2
Atividades não agropecuárias	72,92	4,3
<b>Subtotal 1</b>	<b>1637,22</b>	<b>97,3</b>
Aposentadoria	33,94	2,1
Outras fontes	10,82	0,6
<b>Subtotal 2</b>	<b>44,76</b>	<b>2,7</b>
<b>Renda Total</b>	<b>1.681,98</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Tabela 12 – Faixas de renda mensal da renda total dos candidatos ao Agroamigo

Faixa de Renda (R\$ (*)	Total de Informantes	%
Sem renda	3.495	26,9
R\$ 0,01 a 1 SM	7.924	61,0
Acima de 1SM a 2SM	983	7,6
Acima de 2SM a 3SM	155	1,2
Acima de 3SM a 4SM	119	0,9
Acima de 4SM a 5SM	79	0,6
Acima de 5SM a 6SM	97	0,7
Acima de 6SM a 7SM	49	0,4
Acima de 7SM a 8SM	25	0,2
Acima de 8SM a 9SM	18	0,1
Acima de 9SM a 10SM	13	0,1
Acima de 10SM	32	0,2
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

(\*) Salário mínimo de 2015: R\$788,00.

O mesmo critério adotado para elaboração da Tabela 12 foi utilizado para identificar o comportamento da renda oriunda das atividades agropecuárias (Tabela 13), tendo em vista a sua importância na composição da renda total dos informantes.

O percentual dos sem renda agropecuária (34,1%) chega a ser superior ao dos sem renda total (26,9%, conforme Tabela 12) revelando que: a) este percentual é muito superior ao identificado nas tabulações especiais do Censo (11,66%), de

acordo com Aquino *et al.* (2014), indicando que a precariedade de renda entre os informantes é mais grave do que conseguem captar os dados do IBGE; b) a diferença de 7,2% (34,1% – 26,9%) é composta por informantes cuja renda é obtida exclusivamente de outras fontes (atividades não agropecuárias, aposentadoria, benefícios sociais); c) não houve produção agropecuária nesses estabelecimentos (ou, pelo menos, a produção não gerou renda monetária); d) mais de 59% dos estabelecimentos não conseguem gerar renda superior a um salário mínimo. O conjunto das informações oferece indicações de que o principal cliente do Agroamigo continua sendo o pertencente ao Grupo do Pronaf B.

Tabela 13 – Faixas de renda mensal da atividade agropecuária dos candidatos ao Agroamigo

Faixa de Renda (R\$)	Total de Informantes	%
Sem renda	4.433	34,1
R\$ 0,01 a 1 SM	7.716	59,4
Acima de 1SM a 2SM	346	2,7
Acima de 2SM a 3SM	114	0,9
Acima de 3SM a 4SM	129	1,0
Acima de 4SM a 5SM	85	0,7
Acima de 5SM a 6SM	69	0,5
Acima de 6SM a 7SM	33	0,3
Acima de 7SM a 8SM	20	0,2
Acima de 8SM a 9SM	10	0,1
Acima de 9SM a 10SM	4	0,0
Acima de 10SM	21	0,2
Não respondeu	9	0,1
<b>Total</b>	<b>12.989</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Na Tabela 14, desagrega-se o item “outras fontes” da Tabela 11, composta pelos programas sociais aos quais têm acesso os informantes. Embora alcançando 84,6% dos informantes, os benefícios oriundos de programas sociais têm baixa representatividade na composição da renda total (0,6%, conforme Tabela 11), diferentemente do que apontam os dados dos potenciais pronafianos do Grupo B (Aquino *et al.* (2014).

O Programa Bolsa Família é o campeão, con-

tando com 52,9% de beneficiários. Com menor importância, aparece o Programa Saúde da Família, permitindo o acesso a 16,9% dos candidatos ao Agroamigo.

Tabela 14 – Acesso dos candidatos ao Agroamigo a políticas de proteção social

Políticas de Proteção Social	Total Clientes	%
Bolsa Família	6.877	52,90
Programa Saúde da Família (PSF)	2.192	16,90
Merenda Escolar	576	4,43
Programa Luz para Todos	397	3,06
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	179	1,38
Prouni	7	0,05
Programa Brasil Carinhoso	4	0,03
Saúde Não Tem Preço	3	0,02
Outros	753	5,80

Fonte: Elaboração própria, a partir de BNB (2015a).

Por outro lado, programas sociais como o PAA, o Prouni, o Programa Brasil Carinhoso e o Saúde Não Tem Preço, têm alcance limitado. O PAA, por exemplo, é um programa destinado à aquisição de produtos originários da agricultura familiar e seu repasse para programas públicos e organizações sociais. O Programa garante a segurança alimentar de populações em situação de risco e atua na comercialização dos produtos. No entanto, beneficiou somente 1,38% dos informantes. Em termos nacionais, o alcance tem sido também pífio, segundo Grisa *et al.* (2011), beneficiando 3,65% do total de estabelecimentos familiares brasileiros no ano de 2008. Estes autores sugerem como principais limitações para sua operacionalização: a) divulgação limitada; b) agricultores desconhecem a sua dinâmica e os seus objetivos; c) critério de seleção dos beneficiários, que favorece os mais consolidados; d) atraso na liberação dos recursos; e) dificuldades com o transporte dos produtos.

Assim, em função da importância que representa o PAA para o fortalecimento da agricultura familiar, caberia mais discussão sobre os motivos que travam o acesso dos agricultores. Porém, uma discussão sobre o tema está fora do escopo de análise do presente trabalho.

## 4 Considerações finais

Em função das dificuldades operacionais do Pronaf B na região Nordeste, o BNB criou, em 2005, o Programa de Microcrédito Rural Orientado e Acompanhado (Agroamigo). Trata-se de uma metodologia específica, adaptada do Programa Crediamigo, para atender de forma diferenciada os agricultores de baixa renda enquadrados no Pronaf B e, assim, suprir a lacuna observada naquele Programa. A partir de 2012, o Agroamigo passou a abarcar os demais grupos do Pronaf, exceto A e A/C, aparentemente relativizando aquele propósito inicial. Em função disso, o presente estudo teve o objetivo de verificar o alcance atual do Programa, ou seja, se a despeito de tal ampliação, continua priorizando os agricultores enquadrados no Pronaf B.

O estudo confrontou o perfil socioeconômico de agricultores familiares candidatos a clientes do Agroamigo com informações que identificam o perfil do público-alvo do Pronaf B. Os dados dos candidatos a clientes do Agroamigo são originários de uma base de dados cadastrais construída pelos assessores de crédito do Programa. Foi feito um recorte temporal abrangendo os anos 2012 a 2014, de modo a permitir verificar as semelhanças e diferenças entre o perfil dos agricultores candidatos a tomadores de crédito do Agroamigo e o perfil do público-alvo do Pronaf B.

Embora os informantes se distribuam por toda a área de atuação do BNB, os estados da Bahia e do Ceará, juntos, abrigam cerca de um terço deles, seguindo a tendência apontada nas tabulações especiais do Censo Agropecuário 2006, em relação ao público potencial do Pronaf B e também verificada nas contratações do Agroamigo.

Um aspecto importante a ressaltar é a participação das mulheres, representando quase metade dos informantes. Antes em desvantagem em relação aos homens, as mulheres vêm ganhando espaço nas políticas de microcrédito, caso também do Agroamigo.

A análise da variável posse da terra foi prejudicada em função da insuficiência de informações no banco de dados cadastrais, não sendo possível verificar, por exemplo, o tamanho e a qualidade da terra. Contudo, foi possível obter informações sobre o acesso à assistência técnica, o padrão tecnológico adotado nas atividades, os canais e as



formas de comercialização dos produtos, além da renda média obtida pelos agricultores cadastrados.

A precariedade da infraestrutura de produção observada entre clientes potenciais do Pronaf B se reproduz entre os candidatos ao Agroamigo, destacando-se a reduzida quantidade de agricultores com acesso a sistema público de água, recurso fundamental para o desenvolvimento das atividades agropecuárias. Por outro lado, os dados cadastrais mostram avanço importante em relação à bancarização dos agricultores, destacando-se o acesso a conta corrente e poupança, confirmando dados de pesquisas anteriores realizadas com clientes do Agroamigo.

A assistência técnica é precária e baixos os níveis de tecnologia empregados no desenvolvimento das atividades produtivas, exceto a adoção de formas de manejo alimentar e/ou sanitário, tais como a mineralização dos alimentos e a vermifugação dos rebanhos. Mas a preocupação com ambos os itens não ocorre por acaso, uma vez que predomina a atividade pecuária entre esses agricultores, principalmente a bovinocultura.

Em função disso, a maior fonte de renda é originária dessas atividades, muito embora existam rendas complementares da agricultura, do extrativismo, de atividades não agropecuárias, da previdência social (aposentadoria) e de programas sociais, principalmente o Bolsa Família. Mas a renda média total obtida dessas diversas fontes é baixa, não ultrapassando os R\$ 20 mil anuais, com o agravante que mais de 60% obtêm renda média mensal de até um salário mínimo.

Os produtos são comercializados preferencialmente nos mercados locais, de forma individual e diretamente com os consumidores, configurando-se os mercados como de proximidade. Esses mercados funcionam dentro da rede de proximidade e em função da demanda, que se distribui em pequenas quantidades durante todo o ano. Ainda, a atividade pecuária apresenta a vantagem de estar menos exposta a riscos que os produtos agrícolas e cumpre o papel de conferir liquidez à unidade de produção e representa uma espécie de poupança familiar. Pode-se pensar, então, que aspectos econômicos, sociais e culturais influenciam a preferência dos agricultores nordestinos pela produção pecuária.

No entanto, o perfil produtivo desses agricultores, bem como a incapacidade de programas

como o Pronaf B (no passado) e o Agroamigo (no presente) de modificá-lo, têm sido alvo de críticas oriundas de setores acadêmicos. Argumenta-se pela necessidade de diversificar e inovar para reduzir as vulnerabilidades e melhorar a renda dos agricultores. Tais críticas, de modo geral, prendem-se a argumentos essencialmente econômicos, colocando à margem aspectos sociais e culturais que moldam a vida nas comunidades rurais nordestinas, por exemplo, a rede de proximidade que permeia o processo produtivo e a comercialização dos produtos. Acredita-se, por conseguinte, que este tema merece ser melhor explorado em pesquisas de campo, de modo a captar a problemática a partir do ponto de vista dos próprios agricultores e, desta forma, entender não apenas os aspectos econômicos envolvidos, mas também os socioculturais.

Concluindo, no geral, observou-se a existência de semelhanças entre os perfis confrontados. Assim, apesar da ampliação do atendimento do Agroamigo para outros públicos, o agricultor com perfil do Pronaf B segue compondo a maior parcela dos que se candidatam à obtenção de crédito. Cabe ponderar, no entanto, que os dados aqui analisados contemplam somente três anos de operacionalização do Programa com a base de clientes ampliada, portanto, sem a maturação suficiente para uma avaliação rigorosa. Registre-se, então, a importância de uma avaliação futura.

## Referências

ABRAMOVAY, R.; RODRIGUES JR., M.; MADEIRA, G. A.; GONÇALVES, M. F.; SANTOS, R. A. **Cinco anos de Agroamigo: retrato do público e efeitos do Programa**. 2a. ed. rev. atual. ampl. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2013.

ABRAMOVAY, R.; VEIGA, J. E. da. **Novas Instituições para o Desenvolvimento Rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)**. Brasília: IPEA: abril, 1998. 51p. (Texto para Discussão n.641).

ALENCAR JR., J. S.; ALVES, M. O. O subespaço semiárido no contexto de uma estratégia de desenvolvimento para o Nordeste. In: BERNAL, C. (Org.). **A economia do Nordeste na fase**



**contemporânea.** Fortaleza: BNB; UFC, 2006. p. 235-259.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (Orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. pp. 39-66.

ALMEIDA, C. R. A.; AQUINO, J. R. Evolução e limites do Programa de Microcrédito Rural AGROAMIGO no município de Angicos/RN (2006 a 2012). In: VI Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2014, Campinas-SP. **Anais...** CD-Rom do VI Encontro da Rede de Estudos Rurais - Desigualdade, Exclusão e Conflitos nos Espaços Rurais. Campinas-SP: RER/UNICAMP, 2014. v. 1. p. 1-15.

ALVES, M. O.; VALENTE JUNIOR, A. S.; BRAINER, M. S. de C. P. **Pluriatividade no espaço rural do pólo Baixo Jaguaribe, Ceará.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. (Série Documentos do Etene, v. 11).

AQUINO, J. R. de.; RADOMSKY, G. F. W.; SPOHR, G.; PEÑAFIEL, A. P. P.; RADOMSKY, C. W. Dimensão e características do público potencial do grupo B do Pronaf na região Nordeste no estado de Minas Gerais. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006.** Brasília: IPEA, 2014.

AQUINO, J.; LACERDA, M. A. D. de. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, p. S167-S188. 2014.

BANDEIRA, L. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Avançar na transversalidade da perspectiva de Gênero nas Políticas Públicas. Brasília: Cepal-SPM, 2005.

BNB (Banco do Nordeste do Brasil). **FNE Proposta de aplicação.** Exercício de 1995. Fortaleza: BNB, 1994.

\_\_\_\_\_. **Cadastro socioeconômico do Agroamigo:** informações coletadas por assessores de microcrédito em visita prévia ao financiamento. [CD-ROM]. Fortaleza: BNB, 2015a.

\_\_\_\_\_. **Agroamigo.** 2015b. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/web/guest/agroamigo>. Acesso em 29 01 2015.

\_\_\_\_\_. **Base de dados do Agroamigo.** [CD-ROM]. Fortaleza: BNB, 2015c.

CARNEIRO, W. M. A. **Pluriatividade na agricultura familiar: o caso do pólo de desenvolvimento de agronegócios cariri cearense.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. 2008 (Série Documentos do ETENE, v. 22).

CORRÊA, P. C. V.; SILVA, F. F.: O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados. CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52, **Anais...** Cuiabá (MT): UFMT, 2004.

ENAP – Escola Nacional de Educação Pública. **Experiência: Agroamigo.** 2011. Disponível em: [http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=309](http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=309). Acesso em 29 01 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1109>. Acesso em 23 01 2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2006.** Rio de Janeiro: IBGE, 2009b. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil\\_2006/Brasil\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/brasil_2006/Brasil_censoagro2006.pdf). Acesso em 23/01/2012.

FERNANDES, S. A. Entraves para inclusão de gênero no Pronaf Mulher no meio rural de Santa Catarina. **Revista Grifos**, n. 34-35, p. 157-175, 2013.

GRISA, C.; SCHMITT, C.; MATTEI, L.; MALUF, R.; Leite, S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. In: ROMANO, J. O.; HERINGER, R. (Orgs). **A política vivida**: olhar crítico sobre monitoramento de políticas públicas. 1 ed. Rio de Janeiro: Actionaid/Ford Foundation, 2011, p. 367-392. Disponível em: < [http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa\\_AABR-OPPA\\_Texto\\_PAA\\_versao\\_livro.pdf](http://oppa.net.br/acervo/publicacoes/Pesquisa_AABR-OPPA_Texto_PAA_versao_livro.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v.45, n.2, p.301-328, abr./jun, 2007.

MAGALHÃES, A. M.; FILIZZOLA, M.. The family farm program in Brazil: the case of Parana. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 43, 2005[S.1]. **Anais...** [s.1.; s.n.]. 2005. Ribeirão Preto, SP.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF**: Análise de Indicadores. Série Estudos 11. NEAD. MDA, 2005.

MATTEI, L.; WAQUIL, P.; SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M.; RADOMSKY, G.; NAMIZAKI, G.; NIEDERLE, S. Uma análise dos impactos do Pronaf sobre as economias locais nas regiões Nordeste, Sudeste e Norte do Brasil. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007[S.1]. **Anais...** [s.1.; s.n.]. 2007.

NERI, M. C. (Coord.). **Microcrédito, Mobilidade Social e Avaliação de Impactos do Agroamigo e do Crediamigo**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.

WANDERLEY. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos, sociedade e agricultura**. n.17, v.1, abr. 2009. p.60-85.

---

---



**Contato: Escritório Técnico de Estudos Econômicos  
do Nordeste - ETENE. Av. Dr. Silas Munguba 5.700,  
Bloco A2 térreo, CEP.: 60.743-902, Fortaleza, Ceará.  
Fone: (85) 3299.3455, 3299.5544, 3251. 5544**

---